

Instituto Brasileiro de Ciências Criminais
Instituto Brasileiro de Ciências Criminais

Marco Antonio Carvalho Natalino

O DISCURSO DO TELEJORNALISMO DE REFERÊNCIA:

CRIMINALIDADE VIOLENTA E CONTROLE PUNITIVO



SÃO PAULO
2007



IBCCRIM
Mono 43

© Desta edição – IBCCRIM

Produção Gráfica: Método Editoração e Editora Ltda.

Fone: (11) 3215-8350 – Fax: (11) 3262-4729

Capa: Lili Lungarezi – lililungarezi@uol.com.br

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

Natalino, Marco Antonio Carvalho

O discurso do telejornalismo de referência : criminalidade violenta e controle punitivo / Marco Antonio Carvalho Natalino. - São Paulo : Método, 2007.

(Monografias / IBCCRIM ; 43)

Anexos

Originalmente apresentado como tese do autor (Mestrado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul), 2006

Bibliografia

1. Telejornalismo - Aspectos sociais. 2. Telejornalismo - Influência. 3. Análise do discurso - Aspectos sociais. 4. Crime e criminosos em comunicação de massa. 5. Violência. 6. Punição. I. Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. II. Título. III. Série.

07-3065.

CDD: 302.23

CDU: 316.77

ISBN 978-85-99216-13-2

INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS (IBCCRIM)

Rua 11 de Agosto, 52, 2.º andar

CEP 01018-010 – São Paulo, SP, Brasil

Tel.: (xx 55 11) 3105-4607 (tronco-chave)

<http://www.ibccrim.org.br> — e-mail: monografia@ibccrim.org.br

Tiragem: 4.500 exs.

TODOS OS DIREITOS DESTA EDIÇÃO RESERVADOS

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

2007

IBCCRIM – Diretoria para o biênio 2007/2008

Diretoria executiva

Presidente

Alberto Silva Franco

1.º Vice-Presidente

Sérgio Mazina Martins

2.º Vice-Presidente

Theodomiro Dias Neto

1.º Secretário

Carlos Alberto Pires Mendes

2.º Secretário

Paula Bajer Fernandes Martins da Costa

1.º Tesoureiro

Ivan Martins Motta

2.º Tesoureira

Sílvia Helena Furtado Martins

Conselho Consultivo

Carlos Vico Mañas, Marcio Bártoli, Marco Antonio Rodrigues Nahum, Maurício Zanoide de Moraes e Tatiana Viggiani Bicudo

Comissões especiais – Presidentes

Código Penal

Mariângela Gama de Magalhães Gomes

Convênios

André Augusto Mendes Machado

História

Roberto Mauricio Genofre

Justiça e Segurança

Renato Campos Pinto de Vito

Melo Ambiente

Adilson Paulo Prudente do Amaral

Mesas de Estudos e Debates

Paulo Sérgio de Oliveira

Monografias

Andrei Koerner

Núcleo de Jurisprudência

Rui Stoco

Política Nacional de Drogas

Maurides de Melo Ribeiro

Sistema Prisional

Alessandra Teixeira

Seminário Internacional

Carlos Vico Mañas

Coordenadores – chefes dos Departamentos

Biblioteca

Sérgio Salomão Shecaira

Boletim

Carina Quito

Cursos

Cristiano Ávila Maronna

Comunicações

Renato Sérgio de Lima

Estudos e Projetos Legislativos

Guilherme Madeira Dezem

Iniciação Científica

Camila Akemi Perruso

Internet

Heloisa Estellita

Núcleo de Pesquisas

Jacqueline Sinhoretto

Pós-Graduação

Helena Regina Lobo da Costa

Relações Internacionais

Marcos Alexandre Coelho Zilli

Representantes do IBCCRIM junto

ao Olapoc

Flávia D'Urso, Glauber Callegari e

Renata Flores Tybircia

Revista Brasileira de Ciências

Criminais

Juliana Garcia Belioque

Coordenadores Regionais

1.ª Região (Amapá, Maranhão e Pará)

João Guilherme Lages Mendes

2.ª Região (Acre, Amazonas e Roraima)

Fabiola Monteconrado Ghidalevich

3.ª Região (Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte)

Patrícia de Sá Leitão e Leão

4.ª Região (Paraíba, Pernambuco e Alagoas)

Oswaldo Trigueiro Filho

5.ª Região (Bahia e Sergipe)

Wellington César Lima e Silva

6.ª Região (Rio de Janeiro e Espírito Santo)

Marcio Barandier

7.ª Região (Distrito Federal, Goiás e Tocantins)

Pierpaolo Bottini

8.ª Região (Minas Gerais)

Felipe Martins Pinto

9.ª Região (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia)

Francisco Afonso Jawsznicker

10.ª Região (São Paulo)

Ricardo Guinatz

11.ª Região (Paraná)

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

12.ª Região (Rio Grande do Sul e Santa Catarina)

Rafael Braude Canterji

Comissão de Monografias Jurídicas – 2007

monografia@ibccrim.org.br – www.ibccrim.org.br

Presidente: Andrei Koerner

Membros da Comissão de Monografias

Ana Lúcia Pontes Menezes Vieira

Ana Sofia Schmidt de Oliveira

Cláudio do Prado Amaral

Davi de Paiva Costa Tangerino

Ela Wiecko Volkmer de Castilho

Flávia Schilling

Flávio Américo Frassetto

José Henrique Rodrigues Torres

Maira Rocha Machado

Wânia Pasinato Izumino

Tadeu Antonio Dix Silva

11.º Concurso de Monografias Jurídicas – 2007

Presidente: Gustavo Henrique Righi Ivahy Badaró

Membros da Comissão do Concurso de Monografias

Adauto Alonso Suannes, Adilson Paulo Prudente do Amaral

Filho, Alvinio Augusto de Sá, Eneida Gonçalves de Macedo

Haddad, Flávia D'Urso, Luciano Anderson de Souza, Maria

Elizabeth Queijo, Sérgio Salomão Shecaira, Vitor André Zilli

Maximiano

Suplentes

Andrei Koerner, Angélica de Maria Mello de Almeida, Benedito

Roberto Garcia Pozzer, Flávio Augusto Fontes de Lima,

Maurides de Melo Ribeiro, Roberto Mauricio Genofre, Tadeu

Antonio Dix Silva

AGRADECIMENTOS ■

Agradeço àqueles que com seu apoio ou sua simples amizade me ajudaram nestes últimos dois anos; felizmente, são muitos para citar.

Em especial, agradeço ao Cristian, ao André, ao Maurício, ao Mateus, ao Márcio, ao João e ao Henrique pelas conversas desprentensiosas que, por mérito deles e culpa minha, se fazem presentes em muitos momentos da dissertação.

Aos meus colegas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, em especial ao Jandir, ao Fernando, à Marina, ao Carlos, ao Clóvis e ao Luís Fernando.

A todos os professores que me deram orgulho de ter freqüentado essa universidade como aluno durante seis anos. Em especial ao meu orientador, Rodrigo, por seu auxílio e solicitude nos momentos de maior dificuldade com o trabalho, pelos debates e pelos livros emprestados (já devidamente devolvidos!).

Aos meus pais, por tudo que fizeram, e em especial por terem me propiciado as condições para estudar por tantos anos. À minha irmã Paula, que enviou meu HD pelo correio para que eu acabasse logo a dissertação e ao meu amigo Roberto, que gentilmente abrigou-me em sua casa naquele inverno glacial de Porto Alegre em 2006.

À CAPES, que em muito ajudou nessa parte do “estudar sem trabalhar”, concedendo-me uma bolsa de pesquisa.

E à Andréa, pelo amor e pela compreensão para com minhas madrugadas inspiradas ao computador, quando eu não a deixava dormir com o barulho do teclado.

LISTA DE QUADROS, NOTÍCIAS E TABELAS

<i>Quadro 1:</i> Tipologia de esferas da vida social conforme Weber.....	46
<i>Quadro 2:</i> Tipologia de formatos telejornalísticos e aproximações empíricas	53
<i>Quadro 3:</i> Tipologia do telejornalismo de referência.	92
<i>Notícia 1:</i> Notícia veiculada no Jornal Nacional em 13.05.2005	99
<i>Notícia 2:</i> Notícia veiculada no Jornal Nacional em 03.06.2005	105
<i>Notícia 3:</i> Notícia veiculada no Jornal Nacional em 16.05.2005	111
<i>Notícia 4:</i> Notícia veiculada no Cidade Alerta em 13.09.2004.....	114
<i>Notícia 5:</i> Notícia veiculada no Jornal Nacional em 24.05.2005	116
<i>Notícia 6:</i> Notícia veiculada no Jornal Nacional em 13.05.2005	121
<i>Notícia 7:</i> Notícia veiculada no Jornal da Record em 07.10.2004...	124
<i>Notícia 8:</i> Notícia Veiculada no Jornal Nacional em 04.06.2005.....	141
<i>Tabela 1:</i> Correlação entre voz da vítima e discurso sobre impunidade e celeridade da justiça	104
<i>Tabela 2:</i> Correlação entre voz da vítima e discurso de tematização da violência	105
<i>Tabela 3:</i> Cruzamento das variáveis “Telejornal” e “notícia longa ou curta”	130
<i>Tabela 4:</i> Cruzamento das variáveis “Telejornal” e “metrópole ou não”	131
<i>Tabela 5:</i> Proporção de notícias sobre a “casa e a rua” por telejornal	132
<i>Tabela 6:</i> Correlação entre o telejornal e o tipo de crime.....	139
<i>Tabela 7:</i> Cruzamento das variáveis “metrópole ou não” e tipo de crime	140

LISTA DE ABREVIATURAS



JN: Jornal Nacional

JR: Jornal da Record

CA: Cidade Alerta

WB: William Bonner

FB: Fátima Bernardes

BC: Boris Casoy

MR: Marcelo Resende

RE: Repórter

CN: Carlos Nascimento

AG: Alexandre Garcia

SL: Salete Lemos

SUMÁRIO ■

APRESENTAÇÃO – <i>Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo</i>	17
1. INTRODUÇÃO	23
1.1 Problema de pesquisa	25
1.2 Justificativa	27
1.3 Procedimentos metodológicos	30
1.3.1 Coleta de dados	32
1.3.2 Análise dos dados	34
1.3.3 Nota sobre observação participante e a cosmologia jornalística	38
2. SOCIOLOGIA DO CAMPO JORNALÍSTICO	43
2.1 A sociologia da imprensa de Max Weber	43
2.2 O estamento jornalístico e a burocracia de imprensa	45
2.3 A autonomização de uma esfera social: o campo jornalís- tico	47
2.4 O campo jornalístico no Brasil	51
2.5 A construção social da realidade pelo telejornalismo	56
3. CRIMINALIDADE E TELEJORNALISMO POLICIAL	59
3.1 Formações discursivas do controle social no Brasil	59
3.2 Sociedade de risco e criminalidade	62
3.3 Percepção subjetiva do risco e mídia de massa – a <i>incerteza da incerteza</i>	66
3.4 Ideologias criminais e o jornalismo	70
3.5 Crime, esfera pública e o jornalismo	73

4. A CONSTRUÇÃO DA CREDIBILIDADE	77
4.1 Os telejornais	77
4.2 Os jornalistas e a notícia	79
4.3 Discurso e notícias sobre criminalidade violenta	82
5. AS VOZES AUTORIZADAS	87
5.1 <i>Performance</i> e <i>alter-ethos</i> : os âncoras e os repórteres	89
5.1.1 Boris Casoy e a opinião acreditada	90
5.1.2 Um telejornal para Homer Simpson	92
5.2 Discurso gerencialista: a voz do perito como <i>ideologia</i>	97
5.2.1 O legista	99
5.2.2 O especialista em drogas	102
5.2.3 O estudioso da violência	102
5.3 Caminhos do <i>pathos</i> : vítima, parentes e amigos na retórica jornalística	103
6. ROTULAÇÃO E NARRATIVA POLICIAL	109
6.1 Heróis e bandidos: a ambigüidade do personagem policial ..	109
6.2 A voz ausente: os criminosos no horário nobre	113
6.3 Uma rotulação de classe: a distinção traficante/usuário	119
6.4 Uma rotulação geográfica: a “guerra do tráfico”	123
7. SELETIVIDADE TEMÁTICA E O TELEJORNALISMO DE REFERÊNCIA	129
7.1 Análise comparativa dos telejornais	130
7.2 Os eventos	133
7.2.1 A aprovação do referendo do desarmamento	136
7.2.2 Notícias envolvendo mortes	139
7.2.3 Quando assaltos são notícia? Celebridades e teoria do valor-notícia	140
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	149

ANEXOS	157
<i>Anexo 1:</i> Tabelas e testes estatísticos citados na dissertação	157
<i>Anexo 2:</i> Transcrição das notícias	167
<i>Anexo 3:</i> Nodes Report – NVivo	278

APRESENTAÇÃO ■

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo¹

Entre as questões investigadas pelos estudos sociocriminológicos contemporâneos, a produção das notícias sobre criminalidade e segurança pública pela mídia, e o seu impacto sobre as representações sociais, é sem dúvida uma das mais relevantes, embora ainda pouco investigada.

Como lembra o criminólogo espanhol Francesc Barata², o surgimento do saber criminológico moderno, no final do século XIX, foi concomitante a uma nova realidade comunicativa, com a aparição dos periódicos de massa. Naquele momento, saber criminológico e notícia criminal confluíam para a formação de um novo olhar sobre o delito e os ilegalismos, que propiciou as primeiras reflexões sobre o papel dos novos meios de difusão, vinculadas ao positivismo criminológico italiano. E mesmo com os posteriores acréscimos analíticos derivados do desenvolvimento das teorias da comunicação, foi somente a partir dos anos setenta do século XX, e do impacto da Nova Criminologia, que surgem as investigações mais relevantes sobre o tratamento dado pela mídia à criminalidade.

No contexto latino-americano, importantes juristas e criminólogos têm chamado a atenção para uma especial vinculação entre a mídia e o sistema penal, que constituiria, por si mesma, importante

¹ Sociólogo, Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da PUC/RS.

² BARATA, Francesc. Los mass media y el pensamiento criminológico. In: BERGALLI, Roberto (org.), *Sistema Penal y Problemas Sociales*. Valencia: Tirant lo Blanch. 2003. p. 487-514.

característica dos sistemas penais do capitalismo tardio. Para Nilo Batista, tal vinculação cumpre o papel de legitimação da atuação das agências de controle, ultrapassando a mera função comunicativa, e derivando para o que denomina uma *executivização* dessas agências de comunicação social do sistema penal³.

Passado mais de um século, portanto, desde que o tema passou a ser abordado em uma perspectiva criminológica, muitas das perguntas iniciais continuam sem resposta, merecendo ainda investigações e reflexões mais conclusivas. E é nessa perspectiva que se coloca o trabalho de Marco Antonio Carvalho Natalino, aqui apresentado, desenvolvido como dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, e vinculado ao Grupo de Pesquisa em Violência e Cidadania.

O trabalho de Marco Antonio, elaborado com o cuidado inerente a uma reflexão sólida sobre os meandros das relações entre cultura, mídia e sociedade no contexto contemporâneo, brinda-nos com contribuições que vão da construção de um referencial teórico adequado para a abordagem do problema de pesquisa proposto (a seletividade discursiva jornalística e as estratégias discursivas produtoras de uma realidade social sobre a violência em diversos níveis, em especial a partir da veiculação seletiva de temas, argumentações e ideologias), até a operacionalização de uma metodologia de pesquisa que combina, de forma original e competente, diferentes técnicas de pesquisa, estratégia necessária para dar conta de um objeto complexo e multifacetado.

Partindo da análise weberiana sobre o tema, Marco Antonio inicia a elaboração de um marco teórico para a realização de uma análise sociológica capaz de oferecer respostas a indagações como em que medida o desenvolvimento da imprensa como uma empresa capitalista indica uma autonomização desse grupo social dos demais, e até que ponto a burocratização da imprensa a partir de critérios objetivados de competência, mando e subordinação, normas de regulação (internas e externas), treinamento e educação, recrutamento de pessoal e desenvolvimento administrativo implica maior distanciamento da imprensa frente a outros grupos sociais.

³ BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. *Discursos Sediciosos*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia. 2002.

A partir da compreensão do processo de formação de um campo social, no sentido dado por Pierre Bourdieu, ou seja, um espaço de relações sociais objetivas, Marco Antonio identifica a existência de posições específicas sendo ocupadas a partir do papel do agente social: o *publisher* de um grande jornal ou o diretor de telejornalismo de uma grande emissora, mais próximo da lógica do jornalismo comercial, o âncora de telejornal ou o colunista, identificado com a lógica popular pela necessidade de reconhecimento pelo público, e o jornalista anônimo que trabalha nos bastidores e tende a agir estrategicamente em busca de reconhecimento interno, contribuindo para uma maior autonomização do campo. Nesse ponto, o trabalho já permite identificar o ofício do jornalismo como simultaneamente empresa capitalista e empresa moral, parte autônoma e integrada da sociedade.

Ainda dentro de um marco teórico tributário dos trabalhos de Bourdieu sobre o campo jornalístico, a abordagem proposta visa a compreender as notícias policiais e seu discurso como aquilo que Bourdieu chama de uma “estrutura possível”, uma possibilidade de cristalização das relações sociais, somente compreensível a partir da análise de suas características dentro do contexto social em que esse processo se concretiza. Nesse sentido, o trabalho assume a existência de uma indissociabilidade entre uma teoria do jornalismo e sua produção e a investigação empírica do contexto em que se produzem as notícias.

Com isso, evitam-se as limitações das análises internalistas do discurso, reconhecendo que uma análise do discurso midiático que não o coloque em relação com a esfera social mais ampla em que esse discurso se insere é de pouco valor. Mas também com as concepções externalistas da mídia, e sua ênfase nas determinações, seja pela lógica do capital, seja pela leitura frankfurtiana da atomização do homem moderno pela cultura de massa. Como reconhece o autor, tais perspectivas não dão a ênfase devida à capacidade reflexiva dos agentes sociais e tendem a captar as notícias e a recepção destas como algo dado, dando pouca importância à necessidade de pesquisas sociológicas de caráter empírico sobre o tema.

A importância da construção teórica aqui proposta situa-se no reconhecimento de que de fato se operam simultaneamente seleções, construções, reproduções, reatualizações e mesmo invenções de realidades simbólicas, não havendo nada de natural ou previamente

definido nos processos que levam das experiências que constituem a vida cotidiana à compreensão dessas como acontecimentos a partir de certos marcos narrativos culturalmente produzidos, e do enquadramento discursivo desses acontecimentos no formato de notícias de jornais, a partir do trabalho de um grupo profissional especializado. Com isso, o foco é colocado na lógica da seletividade jornalística, a partir do reconhecimento da indissociabilidade de uma teoria da televisão e do jornalismo e a investigação empírica do contexto em que se produzem as notícias.

Do ponto de vista metodológico, o trabalho enfoca o telejornalismo de referência ou de “horário nobre” – Jornal Nacional e Jornal da Record e a abordagem que fazem da criminalidade violenta, tendo como universo empírico as notícias veiculadas nos dois telejornais entre os dias 9 de maio e 4 de junho de 2005. Trabalhando com um total de 161 notícias, que constituem um *corpus* de notícias sobre a criminalidade violenta, a análise foi produzida mediante a utilização de recursos informacionais (*software* NVivo e SPSS) e encaminhada por meio da metodologia da análise do discurso, acrescida de elementos da análise de conteúdo e da análise de argumento, tendo como objetivo a produção de descrições sistemáticas do discurso veiculado pelos dois telejornais em matéria de criminalidade e segurança pública.

Enfrentando os limites apontados às metodologias da análise de discurso e de conteúdo, por meio da sua integração, Marco Antonio buscou ainda o contato etnográfico com o meio jornalístico, a fim de apropriar-se de chaves interpretativas essenciais para a compreensão de certos elementos presentes nos telejornais, e que passam muitas vezes despercebidos ao leigo, ou mesmo ao pesquisador não familiarizado com o campo.

O que o autor nos oferece, fruto dessa rica combinação entre uma refinada construção teórica e uma competente pesquisa de campo, são elementos fundamentais para o entendimento da configuração do campo jornalístico – empresas modernamente administradas, *habitus* jornalístico e processos de estruturação subjetiva dos agentes sociais por meio da profissionalização do ofício de jornalista, critérios e valores compartilhados sobre o que é digno de ser noticiado, como deve ser noticiado – credibilidade e objetividade. O discurso televisivo aparece como resultado de uma correlação de forças entre atores sociais que buscam difundir suas idéias, com estratégias que

se articulam em torno do capital de que dispõem – informação privilegiada que permite o fazer da notícia, autoridade reconhecida do especialista ou o apelo emocional da vítima.

A publicação deste trabalho pela coleção de monografias do IBCCRIM coloca mais uma vez o Instituto em um papel de destaque na difusão do conhecimento produzido nas Universidades para o desvelamento dos meandros dos mecanismos de controle punitivo, assim como do contexto social em que atuam, no qual a demanda punitiva e o populismo penal não podem ser compreendidos e devidamente enfrentados sem a contribuição de trabalhos como o que aqui nos é oferecido.

Porto Alegre, agosto de 2007.

INTRODUÇÃO

Sumário: 1.1 Problema de pesquisa – 1.2 Justificativa – 1.3 Procedimentos metodológicos: 1.3.1 Coleta de dados; 1.3.2 Análise dos dados; 1.3.3 Nota sobre observação participante e a cosmologia jornalística

Um grande número de fenômenos relacionados às percepções da sociedade na esfera da criminalidade é objeto de reflexão pelos cientistas sociais. O avanço do direito penal, a proliferação de movimentos sociais preocupados com a violência em todos seus matizes, a estigmatização de grupos e áreas urbanas, os baixos índices de tolerância social para com os crimes, a continuidade de concepções autoritárias sobre o papel da polícia e do sistema de segurança pública após a redemocratização; é possível afirmar que todos esses fenômenos são em maior ou menor grau influenciados pelas representações sociais sobre a criminalidade, a violência e os aparelhos estatais de controle social.

Todos são condicionados pela sensibilidade ao risco presente na sociedade, pelo sentimento subjetivo de risco. Trata-se aqui de conceber a criminalidade violenta e sua repressão como fenômenos também simbólicos, balizando os conhecimentos, discursos e ações dos agentes no mundo. Pesquisas no Brasil e no exterior demonstram que a relação entre o índice de criminalidade e o sentimento subjetivo de medo do crime não é causal simples (e.g. Sá, 2001; Peixoto, 2003) – trata-se antes de uma relação complexa e mediada. Mudanças na realidade social são sempre devedoras de mudanças nas representações sobre essa mesma realidade; um sentimento de risco, medo ou mesmo desejo de vingança não é consequência direta da criminalidade, sendo

constituído na representação desta criminalidade construída pelos grupos sociais difusores.

Isso significa afirmar que a representação da criminalidade é construída por diversas esferas institucionais que mediam a transferência da informação dos eventos relevantes para os agentes sociais. Os aparelhos de controle social formal, especialmente a polícia, produzem diariamente conhecimento desse tipo. O leque de conhecimentos gerados por esses aparelhos sobre eventos de criminalidade violenta é amplo. Mais amplo ainda é o leque de eventos que não chegam ao conhecimento desses aparelhos, que operam assim uma primeira construção simbólica da realidade violenta.

Entretanto, seus discursos só ganham amplitude na medida em que são incorporados por outros campos. As redes sociais constituídas por relações de parentesco, amizade, vizinhança ou contato profissional são locais de circulação dessas informações, amplificando os conhecimentos sobre eventos específicos, como o assalto de um colega de trabalho, ou o assassinato de um vizinho de bairro.

Os eventos que não ativam uma dessas redes de relações pessoais são reportados à população por um complexo campo de relações, que envolve investimentos de capital, desenvolvimento de novos meios técnicos de difusão, produção e ensino de conhecimentos específicos para treinamento de trabalhadores qualificados, entrecruzamento de trajetórias profissionais, incorporação de valores profissionais, e adequação de rotinas organizacionais às necessidades de produção. Ou seja, todo um regime socioeconômico especializado, que tem por objetivo a produção desse bem simbólico que é a notícia. Esse campo, o campo jornalístico, enquadra as notícias produzidas pelos meios de comunicação, que é o principal espaço para a difusão massiva de informações, conhecimentos, ideologias e discursos.

Entre os diversos veículos midiáticos, cabe observar a posição privilegiada da televisão, especialmente no que se refere à amplitude de sua difusão. A centralidade da televisão no campo jornalístico hoje é defendida por diversos teóricos (cf. Bourdieu, 2000; Hamburger, 2000; Montaña, 2004; Champagne, 2002, p. 64), que apontam inclusive para uma colonização dos outros meios de comunicação pela linguagem televisiva. Além disso, o caso brasileiro apresenta uma particularidade não encontrável em países com elevados índices de escolaridade e que maximiza sua influência em comparação com outros meios. Apesar dos dados serem inconclusivos, estima-se que em torno de 75% da

população brasileira apresente algum tipo de analfabetismo funcional¹ (IPM, 2005), sendo impossibilitada de compreender um artigo de jornal ou revista. Assumido o postulado, confirmado por diversas pesquisas (cf. Dowler, 2003), segundo o qual a maior parte do conhecimento público sobre crime e justiça é derivada da mídia, devemos admitir que no Brasil a televisão é o principal mediador entre os fenômenos relacionados à criminalidade e à segurança pública e a construção de representações sociais sobre esses fenômenos.

Mas em que sentido é possível afirmar a dimensão da influência da mídia na construção da realidade violenta no país? Há consenso entre os cientistas sociais sobre a existência dessa influência, e há também uma profunda discordância sobre a forma e a intensidade da relação estabelecida. Argumenta-se aqui que a mídia de massa, e em especial o telejornalismo, sustenta uma difusão seletiva de representações sobre criminalidade, justiça e segurança pública, sendo pólo privilegiado de formação do dito e do não-dito sobre o tema. A “verdade” sobre a criminalidade passa pela tela da TV, e os discursos por ela difundidos através de um idioma público específico (cf. Hall, Chritcher *et al.* 1999) constroem novas relações de sentido dentro de um mapa de significados socialmente compartilhado, conformando em grande escala o senso comum e a agenda política.

A investigação sistemática de notícias televisivas relacionadas à criminalidade, justiça e segurança pública busca reconstituir as ideologias, as representações e as conexões simbólicas por meio dos discursos veiculados e das verdades defendidas, permitidas ou silenciadas. Objetiva-se assim descrever e analisar a forma como o telejornalismo aborda a criminalidade violenta, desvelando a construção da realidade orquestrada pelas notícias a partir do prisma da seletividade discursiva jornalística.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Dentro desse esquema geral, formulam-se três questionamentos, a partir de três formas de seletividade discursiva observáveis no telejornalismo: seletividade temática, seletividade argumentativa e seletividade ideológica.

¹ Esse percentual inclui aqueles capazes de localizar informações explícitas em textos simples, que representam 38% da população.

O primeiro, relacionado à seletividade de temas, busca compreender o processo de publicização (Weber, 1924; Thompson, 2002) levado a cabo pelas notícias de criminalidade violenta. Isso implica questionar como se constituem as “questões públicas relevantes” na esfera da criminalidade violenta, relacionadas com a ação do Estado e de seus agentes – como a impunidade –, assim como as interconexões entre temas, atores sociais, discursos e regiões geográficas.

O segundo, relacionado à seletividade argumentativa, busca desvelar a quem é dada a “voz acreditada” (Hall, Chritchner *et al.*, 1999) pelos telejornais para falar sobre a criminalidade violenta. Assim, a pesquisa busca responder a questão sobre o alcance da heterogeneidade argumentativa que é de fato veiculada pelos programas analisados, tendo em vista as especificidades da narrativa noticiosa e as estratégias de construção da objetividade (Tuchman, 1999) e da credibilidade (Berger, 1997) telejornalística.

O terceiro, relacionado à seletividade ideológica, questiona a produção de rótulos (Becker, 1971) dos personagens envolvidos nas histórias policiais, dentro da estratégia discursiva de construção do “nós” e do “eles” (cf. Van Dijk, 1998) comum às notícias policiais.

Em síntese, o problema de pesquisa parte do pressuposto de que a produção das notícias veiculadas em um telejornal de referência, como é o caso do Jornal Nacional e do Jornal da Record de Boris Casoy, obedece a um certo número de critérios (explícitos ou tácitos) sobre *o que* é suficientemente relevante e interessante para ser tematizado e sobre *quem* possui autoridade e credibilidade para ser usado como fonte. Isso implica estabelecer também sujeitos e grupos sociais como objetos do discurso, ou *sobre quem se fala*.

Nos três próximos capítulos da dissertação o problema de pesquisa apresentado será aprofundado teoricamente. O segundo capítulo apresentará, a partir das obras de Max Weber e Pierre Bourdieu, uma teoria do campo jornalístico, seguida de uma breve interpretação do telejornalismo brasileiro e do espaço dado ao telejornalismo policial a partir dessa teoria. O terceiro especifica o objeto da pesquisa nas notícias de criminalidade violenta, analisando teoricamente algumas características do controle social no Brasil hoje e em que sentido certas ideologias criminológicas que perpassam o espaço social se relacionam com o discurso telejornalístico. O quarto capítulo objetiva apontar as especificidades do telejornalismo de referência no tratamento da criminalidade violenta. Para isso, serão analisados diversos aspectos do processo de produção das notícias, tendo em vista como se estabelece

o pacto comunicativo com os telespectadores a partir da construção da credibilidade via o uso discricionário de fontes.

Na parte mais propriamente empírica da dissertação, serão interpretados os casos dos telejornais Jornal Nacional e Jornal da Record, a partir da análise de um banco de dados contendo todas as 161 notícias relacionadas ao tema da criminalidade violenta veiculadas pelos programas entre os dias 9 de maio e 4 de junho de 2005, o que corresponde a quatro semanas seguidas de gravação (48 programas). No capítulo cinco, são problematizadas as diversas vozes que compõem as notícias policiais, identificando os jornalistas, os especialistas e as vítimas com as dimensões argumentativas do *ethos*, *logos* e *pathos*.

No sexto capítulo, a narrativa das notícias será analisada tendo por base o papel dos policiais e dos criminosos. Em seguida, as formas de rotulação pelo telejornalismo de grupos sociais e regiões geográficas serão analisadas tendo por base as notícias ligadas ao narcotráfico. No último capítulo da dissertação, a seletividade temática dos telejornais é analisada e comparada, não apenas no que se refere aos eventos selecionados, mas também no que tange às regiões do país, às regiões das cidades e outros fatores que condicionam a noticiabilidade dos acontecimentos.

1.2 JUSTIFICATIVA

Justificar teoricamente a realização de uma dissertação em sociologia sobre o discurso midiático na esfera da criminalidade violenta implica explicitar conexões entre a produção de notícias pelo campo jornalístico e fenômenos sociais mais amplos. Infelizmente, o campo de estudos da mídia esteve por muito tempo preso às perspectivas do empirismo das pesquisas de “efeitos da televisão”, com sua simplória teoria da “agulha hipodérmica” (ou seja, a televisão produziria efeitos tais quais uma agulha que entra na pele, atingindo a corrente sanguínea) e o teoricismo das críticas motivadas por certa leitura das obras de Adorno, seja na vertente da crítica estética dos programas ou da crítica da economia política das empresas de televisão.

É interessante notar como ambas as perspectivas produziram uma pesquisa de fôlego juntas, com a improvável parceria de Adorno e Lazarsfeld, interessados em explicar a mentalidade autoritária no pós-guerra. Entretanto, foi exatamente essa combinação que produziu alguns

dos equívocos de boa parte da teoria social da mídia na segunda metade do século vinte, explicitada na obra de Jürgen Habermas *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (1961). Como o próprio Habermas admitiu anos mais tarde (Habermas, 1997), a imagem de uma sociedade ao mesmo tempo massificada e individualista, integrada e idiotizada pelos meios de comunicação de massa, gerando sujeitos psicologicamente adequados ao meio de produção capitalista e politicamente incapazes de debater criticamente em uma esfera pública, dava pouca atenção à capacidade reflexiva dos telespectadores e às diversas forças que atuam na produção dos programas da mídia.

Aqui, é preciso notar o estado de reformulação em que se encontram as teorias sociais da mídia, e o quanto as pesquisas de recepção vêm trazendo avanços significativos no sentido de uma teoria social menos determinista. Por outro lado, a aposta nesse tipo de pesquisa parece ter levado a uma corrente de pesquisas unicamente voltadas à recepção, deixando de lado as pesquisas sobre o próprio conteúdo das notícias. Para alguns, a pesquisa sobre o conteúdo é inútil se não realizarmos conjuntamente pesquisas de recepção, pois não haveria como saber a interpretação do público. Não é essa a posição de teóricos como J.B. Thompson (1990, 2002), que, sem afastar-se da perspectiva hermenêutica, percebe a necessidade de realizar pesquisas especificamente sobre as mensagens veiculadas, assim como pesquisas ligadas às instituições de mídia, dentro de uma perspectiva macrosocial, e pesquisas de recepção, de cunho microsociológico.

Qual seria então o interesse de se pesquisarem as mensagens de dois telejornais com ampla audiência em todo o território nacional, sem pesquisar sua recepção pelos telespectadores? Primeiramente, há que se explicitarem os limites de uma pesquisa de mestrado, incluindo aí o tempo disponível para a coleta e a análise dos dados. Segundo, há que se lembrar que nem todas as implicações de uma mensagem televisiva se resolvem por meio de uma pesquisa de recepção; há que se perceberem vários tipos diferenciados de recepção, cuja análise exigiria vários anos e consideráveis recursos financeiros e de pessoal. A pesquisa da mensagem dos telejornais que resultou nesta dissertação tem a vantagem de abarcar na totalidade ao menos um dos lados, o do emissor, e sem fazer grandes restrições de tipo amostral, visto que se realizou um censo de todas as notícias produzidas em um mês sobre o assunto criminalidade violenta. As notícias transcritas, em anexo, podem servir para pesquisas e bancos de dados futuros, visto que a riqueza do material não foi totalmente aproveitada aqui.

Três questões significativas motivaram a realização da pesquisa no seu início: a influência das notícias sobre a ação policial, a forma superficial como se apresentavam as políticas de segurança pública, e a influência dessas sobre a sensação de medo. Sobre a questão do medo, a pesquisa não se propõe trazer contribuições empíricas sobre como esse é produzido pela mídia. Partindo de uma premissa simples, a de que estatisticamente as pessoas possuem maior medo da rua vizinha que de sua própria rua, e dos bairros vizinhos que de seu próprio bairro, e das outras cidades que de sua própria (Almeida, Schoereder e Chibub, 2002), cabe questionar o quanto disso é decorrente que, enquanto sobre regiões familiares todos possuem muitas fontes diretas de conhecimento (experiência própria, relatos de vizinhos), sobre outras regiões há um conhecimento proveniente principalmente desse grande mediador simbólico que é o jornalismo. Assim, é relevante realizar um levantamento de como parcela importante do campo jornalístico relata a criminalidade violenta à população.

Já sobre a questão da ação policial, por diversas vezes tive a oportunidade de ouvir relatos de policiais sobre como eles precisavam adequar suas ações à cobertura da mídia, por vezes deslocando contingentes de uma investigação à outra cuja cobertura jornalística acionou um mecanismo de cobrança pública e, conseqüentemente, cobrança sobre as instituições policiais. É certo que tal cobrança possui efeitos positivos, e todos os repórteres policiais questionados sobre isso enfatizaram a relevância desse serviço de pressão sobre as autoridades. É certo igualmente que, nesse caso, os jornalistas funcionam como *agenda-setters* (McCombs e Shaw, 2000; 2000b) da polícia, estimulando algumas investigações em detrimento de outras.

Por último, há uma grande demanda bibliográfica por pesquisas envolvendo representações sociais na esfera da segurança pública desde os anos noventa, quando houve um aumento geral na criminalidade e modelos como o *tolerância zero* propunham a reversão do quadro. Entretanto, não havia pesquisas que observassem como os telejornais apresentavam essas representações, e quanto de espaço era dado a cada uma delas. O termo “seletividade jornalística” foi criado tendo por finalidade abarcar essa questão. Por um lado, há uma realidade complexa que envolve toda uma série de fenômenos na área da violência, padecendo de fontes de dados confiáveis para uma compreensão mais imediata do problema. Por outro, há uma cobertura jornalística que se equilibra entre a produção tradicional de notícias baseadas em

“casos policiais”² e a necessidade de, de alguma forma, abarcar essa complexidade por meio da seleção estratégica de eventos e discursos. Compreender a forma como essa tensão é resolvida pelos telejornais nos auxilia a compreender, em parte, como são difundidas certas representações sobre a criminalidade em detrimento de outras.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo já definido o objeto e o problema da pesquisa, cabe explicitar o universo e a unidade antes de descrever como foram coletados e analisados os dados. As unidades de análise são as notícias de criminalidade violenta, e não os telejornais. Essa opção implica entender cada notícia como uma unidade relativamente coerente em si, o que pode levar a negligenciar questões relacionadas ao bloco em que a notícia aparece e a relação com as notícias que foram apresentadas antes ou depois, seja no bloco, seja na sequência da semana. Tais questões foram, entretanto, consideradas durante a observação sistemática dos telejornais e nas transcrições das gravações.

Para se definir o que é uma notícia, em especial quando uma notícia acaba e outra começa, alguns critérios foram utilizados:

1. Uma mesma fala de um apresentador é uma notícia só, ainda que fale dois assuntos correlatos. O exemplo mais comum desse caso é a cotação do dólar e as oscilações das bolsas de valores, várias vezes informadas em bloco e sem nenhum comentário isolado para cada uma delas.

2. Uma reportagem contém apenas uma notícia, sempre introduzida por uma fala do apresentador. É comum que correspondentes internacionais façam da notícia principal motivo para estabelecer relações com o panorama do país ou região geopolítica onde a notícia se deu, ou que notícias sobre outros programas noticiosos façam referência a diversas notícias; ainda assim, considerou-se o todo como apenas uma notícia.

² Cabe notar que essas notícias são devedoras da estrutura narrativa dos antigos romances policiais, com o relato do crime, do criminoso, da vítima e da ação do herói (ou anti-herói) resultando num desfecho que restitui simbolicamente a ordem social quebrada pelo evento transgressor. A esse desfecho clássico se soma o modelo da denúncia típica do jornalismo, em geral associado à crítica aos agentes policiais e à impunidade.

3. Uma mudança de notícia é evidenciada, além da mudança de tema, pela mudança de apresentador ou pela pausa na fala do mesmo apresentador. No caso da volta de uma reportagem, a fala do apresentador pode ou não se manter dentro da notícia. Caso se mantenha, forçosamente não haverá novas reportagens sobre o tema. Caso haja novas reportagens, trata-se de um fato noticioso multifacetado e foi assim tratado como duas ou mais notícias dentro de um mesmo tema. Como ilustração desse segundo caso, citam-se as diversas reportagens sobre a CPI dos Correios em junho de 2005, que se conectavam com as matérias mais cotidianas de cobertura política.

Por esse critério, todas as notícias foram contempladas. Para separar as notícias irrelevantes das relevantes, amparou-se no conceito de criminalidade violenta, abarcando assalto, seqüestro, latrocínio, tráfico de drogas e de seres humanos, exploração sexual e de menores, assassinato, agressão, manifestações violentas ou coibidas com violência, estupro e trabalho escravo. Além desses temas noticiosos, abarcaram-se dentro do *corpus* notícias que tratassem da criminalidade violenta por meio de discussões sobre a segurança pública, quando relacionadas a um dos crimes acima citados. Discussões sobre reforma penal no que tange aos crimes hediondos e o porte de armas foram abarcadas, bem como notícias relacionadas ao trabalho policial. Assim, por exemplo, a notícia sobre a formação de uma força tarefa da Polícia Federal visando a contenção de eventos de calamidade e o enfrentamento de traficantes nas favelas das grandes metrópoles (JN 12.05.2005)³ está dentro do *corpus*; a notícia sobre a chamada da polícia para resolver uma disputa entre pacientes e enfermeiros em um hospital público sobre o não-atendimento de uma gestante, não.

Já a definição do universo de pesquisa é complexa, pois depende de como se observam os dados: como censo, como amostra ou como *corpus*. Como censo, o universo é de fácil delimitação: abrange todas as notícias veiculadas nos telejornais Jornal Nacional e Jornal da Record entre os dias 9 de maio e 4 de junho de 2005, num total de 48 programas (24 de cada). Apesar da realização de censos tendo em vista análises qualitativas ser um procedimento pouco utilizado, é a delimitação mais adequada e metodologicamente transparente da pesquisa realizada. O fato de a audiência de ambos os telejornais em conjunto atingir cerca de 50 milhões de pessoas por dia (ou seja, um

³ Durante toda a dissertação, as notícias serão citadas conforme o dia e o noticiário, Jornal Nacional (JN) ou Jornal da Record (JR).

acumulado de um bilhão e 200 milhões de espectadores em quatro semanas) é suficiente para revelar a relevância do universo por si só, e de uma pesquisa que centre sua análise nele e não realize inferências sobre universos mais amplos.

Porém, a falta de pesquisas de maior fôlego sobre o tema gera a idéia de que os dados coletados sejam utilizados, até a obtenção de dados mais amplos sobre o universo, como uma amostra significativa da produção telejornalística brasileira sobre a criminalidade violenta como um todo, ou ao menos da produção do telejornalismo de referência. Não parece adequado, entretanto, a utilização do termo “amostra” sem ressalvas, visto que a concentração dos dados em um mês seguido gera um viés de difícil controle, e o número de notícias (161) está abaixo do ideal (algo em torno de 400). As frequências e os cruzamentos de variáveis apresentados durante a dissertação devem, assim, ser abordados com cautela no que se refere à universalização desses para um universo mais amplo.

Por outro lado, o conceito de *corpus* adequa-se ao banco de dados coletado. Com um total de 161 notícias, o material coletado em muito supera o ponto de saturação (cf. Bauer, 2004) no qual não se percebem mais novidades qualitativas significativas com a inclusão de novos dados. Sendo assim, é possível conceber, de um ponto de vista qualitativo, o material como um *corpus* de notícias sobre a criminalidade violenta. Claramente, essa delimitação implica uma aceitação tácita do Jornal Nacional e o Jornal da Record como suficientemente significativos do universo como um todo. Tal afirmativa é questionável, mas não de todo incorreta quando se refere apenas ao telejornalismo de referência; ambos os telejornais somados representavam, no momento da pesquisa, cerca de 90% da audiência total desse tipo de programa televisivo.

1.3.1 Coleta de dados

A coleta dos dados foi realizada principalmente entre os dias 9 de maio e 4 de junho de 2005, mas além desse período coletaram-se dados relativos aos meses de setembro, outubro e novembro de 2004, incluindo nesse período o programa da Rede Record, “Cidade Alerta”. Esses primeiros programas foram utilizados principalmente como pesquisa exploratória, servindo para retificar hipóteses e avançar na

construção do modelo de análise. Em todos os casos, os programas foram gravados com o auxílio de um videocassete, vistos e transcritos pelo próprio pesquisador. Como para a transcrição de cada notícia era necessário rebobinar a fita várias vezes de forma a captar corretamente as falas, cada fita transcrita era vista ao menos duas vezes, com cuidado, o que não foi sem valor metodológico.

Ainda que as análises do discurso tenham por vezes dificuldade em captar elementos imagéticos ou entonacionais, estes foram considerados na análise, de forma secundária. Por diversas vezes, a notícia era complementada com anotações, tal qual num diário etnográfico. Muitas das análises aqui contidas tiveram início com *insights* relatados nas anotações.

As notícias eram transcritas buscando conservar as características da fala, e foram facilitadas pelo fato de que, em sua maior parte, as falas eram narrações de textos, sejam dos repórteres, dos âncoras ou de outros jornalistas do *staff* dos programas. No caso do Jornal Nacional, o núcleo jornalístico da Rede Globo tende a girar em torno dele, que tem acesso a todos os recursos da emissora. Já a Rede Record não guardava relação entre sua central de jornalismo e o Jornal da Record, na época apresentado por Boris Casoy. Esse seria, inclusive, um dos motivos de sua demissão da emissora, que observou aumentos de audiência após a reformulação do programa com a contratação de profissionais da Rede Globo.

Após a transcrição dos telejornais, em que se reproduziam na íntegra as notícias relevantes e a primeira frase das demais notícias, com identificação do locutor (ver anexo 2), esses foram exportados para o *software* NVivo 2.0, com a indicação dos dias de transmissão (JN 01.06.2006, JR 20.05.2006, etc.). Além desses dados, a pesquisa incluiu a assistência assistemática de todos os telejornais noturnos de rede nacional, em especial dos dois analisados, durante mais de dois anos, nos quais foi impossível ao pesquisador assistir a um jornal televisivo sem refletir sobre a dissertação de mestrado. Também foram lidas com avidez notícias policiais e de segurança pública em jornais, revistas, *websites* e *blogs*. Um grande número de artigos sobre a violência na TV e sobre o telejornalismo brasileiro em geral foi obtido em *websites* (www.observatoriodaimprensa.com.br, www.jornalistas.com.br, www.eticanatv.com.br, www.midiasemmascara.com.br, além dos *sites* dos programas e das emissoras), fornecendo informação preciosa no processo de familiarização com o objeto.

A formação do banco de dados e a operacionalização do modelo de análise foram feitas com o auxílio dos *softwares* de análise de dados NVivo (qualitativo) e SPSS (quantitativo). Não sendo o objetivo aqui apresentar os programas, serão indicados apenas os elementos essenciais à compreensão dos procedimentos metodológicos adotados⁴.

O programa NVivo separa o material em documentos, que correspondiam no caso aos dias de programação (JN 23.05.2005, etc.). Em cada documento era possível selecionar um determinado texto e relacioná-lo a uma determinada categoria ou “nó”. Os nós são os meios pelos quais os conceitos são operacionalizados e identificados no material empírico. Assim, diversos nós foram criados, e cada um foi sendo relacionado a parágrafos ou notícias inteiras.

Isso separa os nós criados em dois tipos: de parágrafos e de notícias. Os de notícias categorizavam estas a partir das características do evento, do local e, quando era o caso, do estágio do processo, da temporalidade e das características dos acusados e das vítimas. Os de parágrafos categorizavam estes a partir das características do emissor e do objeto do discurso, e quando era o caso, de outros elementos presentes no discurso. Isso significou selecionar e marcar cada parágrafo de cada uma das 161 notícias e identificá-los com os nós, o que resultou em um banco de dados completamente codificado para a análise qualitativa.

A partir disso, esse banco foi quantificado e convertido para o SPSS. Com o cruzamento no NVivo (*matrix intersection*) das notícias com cada um dos nós, obtiveram-se resultados de tipo binário (presença ou ausência). Esse resultado binário foi, via o *software* Excel, em parte agregado em categorias correspondentes aos *tree nodes* (ver anexo 3), em parte deixado como variáveis de presença ou ausência (em especial nos nós de características do discurso). Após a agregação, a tabela resultante foi exportada para o SPSS para a realização da análise quantitativa.

1.3.2 Análise dos dados

A análise dos dados realizada pautou-se na análise do discurso proposta por Teun Van Dijk (1998), acrescida de elementos da análise

⁴ Sobre o NVivo, ver a dissertação de mestrado de Alex Teixeira (2002).

de conteúdo (cf. Bardin, 1996) e da análise de argumento (cf. Liakopoulos, 2003; Bauer, 2004). Para Van Dijk (traduzido por mim),

“O principal objetivo da análise de discurso, pois, consiste em produzir descrições explícitas e sistemáticas de unidades de uso da linguagem as quais denominamos discurso. Estas descrições têm duas dimensões principais, que podemos denominar simplesmente textual e contextual. As dimensões textuais dão conta das estruturas do discurso em diferentes níveis de descrição. As dimensões contextuais relacionam estas descrições estruturais com diferentes propriedades do contexto, como os processos cognitivos e as representações ou fatores socioculturais.” (Van Dijk, 1990, p. 45)

Tendo a análise aqui empreendida como objetivo captar o elemento contextual revelado no discurso, a compreensão de como esses se relacionam com os elementos textuais é de vital importância. Enquanto os elementos contextuais necessitam de referenciais teóricos que vão além da análise do discurso (cf. Van Dijk, 1990, p. 77) e se encontram nos próximos capítulos da dissertação, cabe ressaltar sinteticamente os principais elementos da análise textual.

As microestruturas, que operam no nível das orações, são a sintaxe (ou análise da gramática), a semântica (ou análise do significado) e a pragmática (ou análise dos atos de fala). A essas microestruturas correspondem macroestruturas que exigem coerência entre as orações, tanto localmente (no texto em si) como globalmente (com o universo simbólico compartilhado pelos agentes).

As macroestruturas são a macrossintaxe (ou esquemas narrativos), a macrossemântica (ou temas) e as diversas formas de macropragmática (como, por exemplo, a “macroameaça” presente num bilhete que pede resgate). No caso do jornalismo, o elemento pragmático se restringe em geral a atos de fala de tipo assertivo e não exige maior esforço interpretativo (Van Dijk, 1990, p. 48). A macrossintaxe corresponde aos formatos narrativos, analisados em especial nos capítulos 5 e 6. O esquema mais frequentemente utilizado no jornalismo é o do *lead*, que inicia a matéria com um resumo desta. Já a macrossemântica não apenas se refere à tematização simples, como, por exemplo, “notícias econômicas”, mas também à nomeação temática, como, por exemplo, “a crise na bolsa”, em que a nomeação de “crise” implica um im-

portante elemento de compreensão do significado que o texto busca passar ao leitor ou telespectador.

Por último, cabe ressaltar que as dimensões do estilo e da retórica (entendida no sentido restrito de uso de figuras de linguagem) devem ser consideradas como elementos transversais que ajudam a moldar o discurso e auxiliar na sua interpretação.

Apesar de a análise de discurso e a análise de conteúdo serem devedoras de escolas teóricas bastante distintas, não são excludentes do ponto de vista metodológico. Uma das principais crenças a separar as técnicas, a de que à análise do discurso faltariam rigor e sistematicidade – o que impediria quantificações ou medições de qualquer tipo –, é rejeitada por vários analistas de discurso, inclusive Van Dijk (1998).

Por outro lado, a crença segundo a qual a análise de conteúdo não consegue captar sutilezas discursivas e reduz o significado do texto a poucas variáveis passíveis de codificação é controversa. De certa forma, é correto que a análise de conteúdo tende a negligenciar questões sutis, em especial de estrutura narrativa, de uso de figuras de linguagem e de formas de argumentação e convencimento. Por outro lado, a análise de discurso também não pode exaurir todas as possibilidades hermenêuticas do discurso analisado, o que reduz a divergência a uma questão de escolha metodológica, a ser pautada pelo objeto da pesquisa e pelas estratégias possíveis para abordá-lo; no caso, optou-se pela utilização de ambas as técnicas de forma complementar.

Sobre a análise de argumento, ela pode ser vista como uma forma de análise de discurso centrada na construção retórica e nas formas de convencimento presentes no texto, compatível com a análise de conteúdo.

Cabe ressaltar que a possibilidade do uso conjugado das análises do discurso e do conteúdo é potencializada pelo NVivo. Como é comum nesse tipo de programa, o pesquisador se vê obrigado a estabelecer uma ligação muito clara entre sua teoria e os dados coletados, via a criação dos “nós”.

Tendo em vista o problema de pesquisa subdividido em três questionamentos (quais são as vozes acreditadas, como se rotulam os personagens, e quais eventos são tematizados), a análise baseou-se, em um primeiro momento, na marcação das falas por meio dos nós criados dentro das categorias abrangentes (*tree nodes*) “sujeito

do discurso”, “objeto do discurso” e “evento”. Essas três categorias encaixam-se mais facilmente dentro da análise de conteúdo. Todas as notícias e parágrafos foram marcados dentro de ao menos uma subcategoria de cada *tree node* (e não mais do que uma, no caso do sujeito do discurso e do evento). Entretanto, a possibilidade de analisar trechos em que se encontram cruzados nós específicos de cada categoria (por exemplo, voz policial, falando sobre o acusado, num caso de assassinato) permite a passagem da análise para o que alguns autores chamam de análise estrutural da mensagem (cf. Cohn, 1971), aproximando-se da análise de discurso propriamente dita.

A ligação das duas técnicas de análise é completada quando se incluem outras categorias que tiveram por objetivo enriquecer a análise qualitativamente. Essas categorias, em especial as que se incluem dentro do *tree node* “características do discurso”, ainda que não se adêquem ao rigor de método exigido pela análise de conteúdo clássica (ver Bauer, 2003), quando cruzadas com as variáveis acima permitiram uma melhor interpretação dos dados obtidos pela análise de conteúdo. Os nós desse tipo incluem tanto elementos discursivos significativos para a pesquisa (discurso contra a impunidade, de defesa do jornalismo investigativo, pelo aumento das penas para criminosos) como estratégias discursivas mais gerais – por exemplo, a construção da oposição “nós – eles” nas notícias (cf. Van Dijk, 1998) e os usos ideológicos da linguagem, como a universalização do particular (Thompson, 1990) e a naturalização das premissas do argumento (Liakopoulos, 2003). Após a codificação das notícias, elas foram lidas e relidas, assim como as primeiras anotações, sendo cada uma delas objeto de uma análise preliminar de discurso e, quando era o caso, de novas anotações. Essas novas anotações serviram de ponto de partida para a organização dos dados tendo em vista a dissertação.

Os dados quantificáveis foram analisados com o auxílio do programa SPSS, tendo por objetivo tanto verificar freqüências quanto correlações significativas entre as variáveis. Foram criadas centenas de tabelas, sendo selecionadas aquelas consideradas mais relevantes para os objetivos da pesquisa. Visto que, de um ponto de vista quantitativo, não se trabalha com uma amostra e sim com um censo, algumas correlações obtidas foram consideradas significativas em si, sem a observância da significância estatística usual de 5%.

Realizado o trabalho analítico, optou-se por estruturar a apresentação dos dados em torno das subdivisões da pesquisa, sem privilegiar nenhuma forma ou técnica específica. Entre as formas adotadas para

o relato sistemático dos resultados, destacam-se as referências às notícias (que estão em anexo), as tabelas de frequência e de correlação de variáveis, a indicação da correlação obtida pelo teste qui-quadrado⁵ e a apresentação de notícias inteiras no corpo do texto, seguidas por uma análise mais aprofundada dessas.

1.3.3 Nota sobre observação participante e a cosmologia jornalística

Ao afirmar-se que os jornalistas têm sua própria cosmologia, poder-se-ia pensar que algo de muito esotérico ou muito ingênuo se vê presente neles. Não é o caso. Afirma-se que os jornalistas possuem um certo paradigma que lhes proporciona um determinado estoque de conhecimentos úteis ao seu fazer, e que, como concordam filósofos da ciência de posições diversas, qualquer paradigma possui sempre algum elemento metafísico em sua base. Assim, um paradigma informa não apenas como proceder diante de um objeto de conhecimento, mas também como dividir o mundo em objetos, a partir das categorias aceitas como válidas dentro da comunidade. Compreender as bases desse paradigma é compreender as relações entre as categorias que servem de base para a prática social do grupo estudado, isto é, no dizer dos etnólogos, sua cosmologia.

Mas como conhecer cosmologias? Há certamente uma literatura a se familiarizar antes de se proceder a qualquer análise de um grupo social e suas representações, visões de mundo ou ideologias⁶. Mas e

⁵ A forma utilizada foi a apresentação do "p", onde "p = 0,05" indica uma correlação estatisticamente significativa (com 5% de margem de erro).

⁶ Visto que os três conceitos por vezes se confundem, cabe defini-los. A representação social é o conceito mais abrangente, indicando todas as representações sobre a realidade compartilhadas culturalmente (cf. Van Dijk, 1998). As visões de mundo são representações sociais correspondentes a noções compartilhadas de totalidade, que dão coerência ao mundo vivido. A ideologia, por sua vez, é toda representação social de caráter axiológico (Van Dijk, 1998) conservadora do modo de dominação vigente (Thompson, 1990; Mannheim, 1982). É importante distinguir as ideologias das relações de poder, pois mais de uma ideologia pode justificar cada relação, e não há uma coerência perfeita entre as práticas de poder e os discursos apologéticos dessas práticas – o que significaria, no limite, um mundo social completamente estático. Por outro lado, é preciso distinguir ideologias que são apologéticas e as relações vigentes do poder de fazer *reconhecer* uma ideologia como verdadeira naturalmente, sem questioná-la – o poder simbólico.

se esse grupo social se localiza numa sociedade complexa, e forma não uma comunidade, mas uma “classe profissional”, pertencente a um campo social extremamente heterônomo? O profissionalismo dos jornalistas não seria ele mesmo apenas uma ideologia a sustentar a prática de trabalho de produtores de mercadorias-notícia, submissa às regras da indústria cultural? Se é possível (e legítimo) traçar relações entre os interesses do capital na produção de notícias e a visão dos que fazem notícias sobre seu ofício, essa afinidade está longe de ser absoluta.

Os jornalistas formam no Brasil uma comunidade epistêmica com idéias complexas sobre, entre outras coisas, como proceder para se obter uma boa notícia, o que é um bom jornalista, o que agrega valor a uma notícia, o que o público quer ler, ver e ouvir, e o que é lícito e ilícito fazer na obtenção de uma estória⁷. Todo jornalista formado possui esse conhecimento, ainda que sem muita sofisticação intelectual. Todo jornalista com prática em sua profissão possui, além disso, uma racionalidade prática a revestir esse conhecimento que o auxilia na execução de seu ofício. Um certo senso do jogo, um *habitus* jornalístico.

Há, certamente, intelectuais do jornalismo, que por uma característica algo peculiar desse grupo, tendem a ser críticos à sua prática. A história do jornalismo no Brasil é, entre outras coisas, uma história de críticos do Estado e de tentativas do Estado controlar essa nova tecnologia moderna de publicização do cotidiano. Talvez isso explique o olhar por vezes cáustico que o jornalista tem sobre seu próprio trabalho. E também pode ser explicativo de algumas de suas representações, que são certamente mais complexas e bem elaboradas do que o termo “cosmologia” pode fazer crer. Certamente, e este é o meu argumento central aqui, essas representações repercutem no discurso das notícias que fazem.

Segundo Bourdieu (1998), para que um *habitus* correspondesse perfeitamente ao estado atual do campo, esse campo não poderia ter sofrido transformações. Mas, se o campo é sincronicamente um espaço de posições, é diacronicamente um entrecruzamento de trajetórias

⁷ Utiliza-se aqui e em toda a dissertação o termo “estória” como tradução do termo “story” muito utilizado no jornalismo anglo-saxão. Para Traquina (1993), o termo tem sentido duplo: refere-se tanto à notícia em si como ao evento que lhe deu origem. Nesse último sentido, várias notícias em veículos diferentes podem dar diversas versões de uma mesma estória.

dentro de uma história compartilhada. No caso específico, boa parte dos jornalistas que atuam nos principais veículos de comunicação teve formação (ou mesmo atuação) durante a ditadura militar, que censurava a produção midiática. Argumento, ainda que como hipótese, que o campo jornalístico no Brasil se ressentia de uma história longa de falta de liberdade de imprensa, e que isso repercutia tanto nas visões dos jornalistas sobre seu trabalho (e sua resistência a qualquer medida que possa significar uma restrição de liberdade profissional) quanto, de um ponto de vista mais estrutural, em certas visões sobre como atuar em uma sociedade com imprensa livre e disseminação massiva dos meios de comunicação.

A nova conformação política democrática dos últimos 20 anos alterou o modo de atuar da imprensa, que se viu livre para exercer um papel de *watchdog*⁸ do poder, e abundam as repercussões midiáticas de casos de corrupção. Além da nova vigilância sobre a corrupção, para alguns motor de transformações importantes no campo político (Souza, 2001), os próprios atores estatais do *vigilantismo*, no dizer de Giddens, são objeto de vigilância midiática. Aqui me refiro às diversas reportagens críticas com relação à atuação policial e ao sistema prisional produzidas desde os anos 90: chacina da Candelária, Carandiru, violência policial em Diadema, chacina na Baixada Fluminense, entre inúmeros outros casos.

O uso do termo cosmologia permite apontar para aquilo que existe de específico entre os participantes do campo jornalístico: o resultado tanto das influências históricas externas quanto do próprio desenvolvimento do campo e de sua cultura própria. O método utilizado para investigá-lo neste trabalho situa-se próximo ao que James Clifford (1998) chama de “etnografia dialógica”. Sem me estender nesse tema, acredito ter Clifford realizado a análise mais arguta tanto das potencialidades da etnografia quanto de suas dificuldades, e proposto uma base teórica sólida o suficiente para justificar seu estatuto epistemológico.

Baseado no conceito de experiência de Dilthey, Clifford sustenta a prática da observação participante como um esforço do pesquisador em travar contato com o universo de significados do nativo, não por meio de uma observação simples de sua ação, mas a partir de um

⁸ A categoria de *watchdog*, o “cão-de-guarda”, simboliza o papel da imprensa de fiscalizar o poder, em geral por meio de matérias investigativas.

diálogo que vise a reflexão conjunta dos dialogantes sobre a experiência vivida, presente ou passada. Essa reflexão busca compreender os sentidos que o próprio nativo (no caso, o jornalista) dá à sua prática social, de forma a elaborar uma explicação êmica (isto é, nativa) parcial da realidade que permita compreender sua ação no mundo. Em outras palavras, a etnografia dialógica de Clifford propõe uma reconstrução teórica da cosmologia do nativo, via o diálogo com este visando o entendimento.

Esse estatuto dado por Clifford à observação participante permite, no nosso entender, tanto a sua utilização numa pesquisa etnográfica tradicional, como sua utilização parcial como técnica auxiliar – como foi o caso na presente pesquisa. Ainda que de forma parcial, o contato com jornalistas permitiu ao pesquisador apropriar-se de chaves interpretativas essenciais para a compreensão de certos elementos presentes nos telejornais, que passam despercebidos ao leigo. Muitas afirmações que faço durante esta dissertação devem-se em parte às observações realizadas, e o objetivo da reflexão acima exposta é apenas explicitar esse procedimento metodológico.

O trabalho de campo foi algo insólito, pois em princípio não se propunha a ser uma etnografia. Matriculado em uma disciplina do programa de pós-graduação em comunicação e informação da UFRGS, intitulada “Teorias do Jornalismo”, meu objetivo era tão-somente aprender teorias *sobre* o jornalismo. Entretanto, como não poderia deixar de ser em uma sala de aula onde cerca de 20 jornalistas com experiências variadas em sua profissão (alguns com mais de 20 anos de experiência) se encontram com o propósito explícito de desprender-se de sua prática e buscar realizar um esforço de entender “de fora” aquilo que fazem, as aulas eram momentos privilegiados para falar de teorias *para* o jornalismo, ou dos jornalistas. Obviamente, o espaço da sala de aula, ainda que no formato de seminário, é um espaço onde se ouve muito mais do que se fala. Ainda assim, foi possível travar um diálogo sobre diversas questões relevantes não só para fortalecer o referencial teórico da pesquisa propriamente dita (que era meu objetivo inicial), mas também para *compreender* um pouco do fazer dos jornalistas, os autores quase-anônimos dos bens simbólicos que me propus analisar nessa pesquisa.

SOCIOLOGIA DO CAMPO JORNALÍSTICO

Sumário: 2.1 A sociologia da imprensa de Max Weber – 2.2 O estamento jornalístico e a burocracia de imprensa – 2.3 A autonomização de uma esfera social: o campo jornalístico – 2.4 O campo jornalístico no Brasil – 2.5 A construção social da realidade pelo telejornalismo.

2.1 A SOCIOLOGIA DA IMPRENSA DE MAX WEBER

A obra de Max Weber é vasta tanto em número de páginas quanto em número de temas que mereceram sua análise. Dentro desse mundo, a imprensa foi apenas mais um objeto de interesse do sociólogo alemão, que nunca se deteve no tratamento mais detalhado das relações entre sua teoria geral e seus escritos sobre o papel da imprensa na sociedade moderna, relações essas que serão aqui parcialmente reconstruídas.

Para Max Weber, a imprensa alterou profundamente as relações entre público e privado no mundo contemporâneo, e tende a continuar sendo o motor de mudanças nesse sentido. O que deve se tornar público na sociedade de hoje? Essa pergunta não recebe resposta da sociologia, mas recebe dela um esclarecimento das diversas concepções que se têm do tema hoje, ontem, e quem defende cada concepção. Essas concepções estão inextricavelmente ligadas a relações de poder estabelecidas pelas articulações entre público e privado mediadas pela

imprensa (Weber, 1924). Por trás dessas relações, cabe ressaltar as condicionantes fundamentais das relações de poder estabelecidas, que derivam do fato de ser a imprensa uma empresa capitalista com dois tipos de clientes diversos: os leitores e os anunciantes.

As contradições entre interesses dos leitores e dos anunciantes criam as particularidades fundamentais da imprensa para Weber. Por um lado, os leitores têm interesse em ser instruídos e informados objetivamente sobre temas diversos; por outro, os anunciantes “expressam as necessidades da propaganda e do mundo dos negócios” (Weber, 1924). Ainda, Weber observa uma tendência geral para o aumento da demanda de capital para constituir uma empresa de imprensa, o que se converte em uma tendência à monopolização do setor.

Em que sentido essa tendência se reveste em um aumento do poder da imprensa em moldar a opinião pública? Contra as respostas simplistas, Weber lembra o poder contrário (e igualmente significativo de um ponto de vista sociológico) dos leitores em influenciar as mudanças de opinião de um grande jornal. Devido às relações deste com os anunciantes, não pode o jornal dar-se à liberdade de ir contra a opinião pública em um assunto relevante, sob pena de perder credibilidade e investimentos publicitários.

Esse ponto não é suficientemente desenvolvido por Weber, mas sua análise permite apontar para uma tendência à homogeneização das opiniões dos jornais entre os três pólos: a visão dos jornalistas, a dos anunciantes e a dos leitores. Isso significa uma diminuição no número de opiniões construídas e publicizadas socialmente, ao contrário do que as defesas ingênuas da liberdade de imprensa poderiam fazer crer. Mais relevante para a sociologia contemporânea, isso significa que a mídia de massa cumpre uma função de integração sistêmica ao homogeneizar opiniões e valores em uma sociedade de massas. Uma integração realizada por meio da lógica de desenvolvimento do próprio capitalismo, o que faz Weber questionar “... o que significa o desenvolvimento capitalista *no interior* da própria imprensa para a posição sociológica da imprensa em geral, para o papel que desempenha na formação da opinião pública” (Weber, 1924).

O significado dessa transmissão do conhecimento por uma determinada forma de empresa capitalista (a imprensa) não está dado; a perspectiva weberiana aponta antes para um campo de possibilidades de discursos e eventos a serem veiculados pela mídia de massa. Visto que essas possibilidades não são dadas *a priori*, cabe à sociologia

pesquisar quem escreve para os jornais, e também o que se escreve. E talvez tão importante é questionar “quem não escreve e o que não escreve? E: por que não? (Weber, 1924)”.

Para Weber, uma resposta satisfatória exige problematizar não apenas o produto da imprensa, mas antes os produtores desta. Cabe questionarmos sobre as origens de classe, o estilo de vida, os projetos individuais e coletivos dos jornalistas. Deve-se refletir sobre aquilo que diferencia os jornalistas uns dos outros e, enquanto grupo, de outros grupos – seja prestígio, posição política, ou qualquer outra variável.

2.2 O ESTAMENTO JORNALÍSTICO E A BUROCRACIA DE IMPRENSA

Cabe ressaltar que o objetivo da análise weberiana é problematizar o significado do desenvolvimento da imprensa para “a conformação do homem moderno” e dos “elementos culturais objetivos supra-individuais” (Weber, 1924). A imprensa apontaria então para a criação de novas crenças e para a destruição de antigas atitudes, moldando o homem moderno em suas expectativas e esperanças coletivas. Cabe à sociologia apontar o sentido dessas mudanças, a partir da compreensão dos processos sociais de formação das notícias e dos produtores destas.

Embora não estejam explicitados os conceitos fundamentais da sociologia weberiana em suas palestras sobre a imprensa, algumas concepções sobre a ordem social aparecem de forma bem articulada nessas comunicações. Em especial, Weber parece entender a imprensa como uma empresa capitalista – ou seja, um conjunto de ações racionais articuladas com relação a um fim específico, a obtenção de lucro sistemático – cujos participantes constituem um estrato social *sui generis*. Visto que suas ações socialmente orientadas não podem ser compreendidas se reduzirmos os jornalistas a um grupo profissional cujos elementos específicos se estabelecem por sua condição e posição de classe, o caráter de empresa capitalista da imprensa não permite explicar todos os âmbitos em que esta é relevante de um ponto de vista sociológico.

De forma esquemática, Weber concebe três tipos ideais de grupos sociais (classes, estamentos e partidos), a partir de uma divisão entre três esferas da vida passíveis de gerar relações sociais.

*Quadro 1***Tipologia de esferas da vida social conforme Weber**

CONCEITO	ESFERA	AÇÃO SOCIAL RELEVANTE
Classe	Econômica	Produção e aquisição
Estamento	Social	Distinção e consumo
Partido	Política	Dominação e legitimação

Citando Weber, “quanto ao efeito da ordem estamental, somente uma consequência pode ser apresentada, mas sua importância é grande: o impedimento do livre desenvolvimento do mercado ocorre primeiro para os bens que os estamentos subtraem diretamente da livre troca pela monopolização” (Weber, 1971, p. 215). Assim, o monopólio de bens por estratos sociais que não correspondem perfeitamente ao conceito de classe (no sentido weberiano) indica que esferas da vida estranhas à economia influem no desenvolvimento do mercado.

Ao utilizar o termo “estamento jornalístico”, Max Weber pressupõe que esse estrato social transcende as características decorrentes de sua situação de classe, no sentido em que compartilha de critérios de classificação simbólica do mundo (ou visão de mundo) semelhante, e que a posse dessa visão de mundo é característica tanto definidora dos jornalistas enquanto estrato social quanto necessária aos indivíduos que almejam o ingresso nessa.

Para Weber, “um grêmio profissional é também um estamento, pois normalmente reivindica as honras sociais apenas em função do estilo de vida especial que pode determinar. As diferenças entre classes e estamentos se superpõem com frequência” (Weber, 1971, p. 226). Estilos de vida, formas de distinção social e consumo de bens específicos são assim variáveis significativas para a compreensão desse estrato social que são os jornalistas, além das variáveis econômicas. O que é importante ressaltar é a indissociabilidade entre o caráter “social” e o caráter “econômico” da imprensa; daí decorrem também suas interconexões com a esfera política.

Resta, entretanto, um questionamento que Weber aborda apenas superficialmente: em que medida o desenvolvimento da imprensa como uma empresa capitalista indica uma autonomização desse grupo social dos demais? Até que ponto a burocratização da imprensa a partir de critérios objetivados de competência, mando e subordinação, normas

de regulação (internas e externas), treinamento e educação, recrutamento de pessoal e desenvolvimento administrativo implica o maior distanciamento da imprensa frente a outros grupos sociais? A teoria da racionalização certamente aponta nesse sentido, o que nos permite pensar nas consequências de tais apontamentos como o processo de formação de um campo social, no sentido de Pierre Bourdieu.

2.3 A AUTONOMIZAÇÃO DE UMA ESFERA SOCIAL: O CAMPO JORNALÍSTICO

Para avançarmos na análise da imprensa empreendida por Weber, buscaremos no conceito de campo jornalístico de Pierre Bourdieu as respostas para a questão deixada em aberto por Weber. Ao afirmarmos a continuidade entre a análise de Weber e o conceito de campo jornalístico, cabe ressaltar no que consiste o campo. Para Bourdieu, a noção de campo funcionou como uma negação das explicações externalistas e internalistas das produções culturais, as primeiras presas aos condicionantes da estrutura social sobre as obras artísticas (como as teorias de Lukács e Goldmann), e as segundas às metateorizações essencialistas das teorias da arte e da estética pura (Bourdieu, 1998, p. 281-298). Em comum, ambas as posições ignoravam aquilo que caracteriza o ofício do sociólogo: perceber o campo de produção cultural como um espaço de relações sociais objetivas. Contra essas concepções,

“... foi assim que a primeira elaboração rigorosa da noção [de campo] saiu de uma leitura de um capítulo de Economia e Sociedade... mediante uma crítica da visão interacionista das relações entre os agentes religiosos proposta por Weber... eu propunha a construção do campo religioso como estrutura de relações objetivas que pudesse explicar a forma concreta das interações que Max Weber descrevia em forma de uma tipologia realista.” (Bourdieu, 1998, p. 66)

Conseqüentemente, Bourdieu revela uma afinidade crítica entre sua noção de campo e as construções tipológicas de Max Weber. Aquilo que Weber entende como interações sociais que só poderiam ser compreendidas mediante a construção de modelos típicos de atores,

ações e relações sociais, Bourdieu entende como relações objetivas e estruturadas pela lógica de funcionamento do próprio campo em que os agentes sociais são reconhecidos a partir da articulação de capitais diversos. Esses capitais, que em uma perspectiva weberiana poderiam ser reduzidos esquematicamente ao econômico, ao cultural e ao político, são produzidos a partir da ação dos agentes em cada campo e passíveis de determinadas formas de migração; ou seja, um grande empresário ou intelectual poderia migrar parte de seu capital de origem (econômico ou cultural) para o campo político.

Mas o que permite a formação de campos autônomos no espaço social? Em último caso, já Max Weber apontava que na maioria das sociedades, as esferas do poder, da honra e da produção se cristalizavam em formações sociais complexas, que transcendiam os tipos ideais. Entretanto, a racionalização ocidental pressupõe por um lado a crescente importância da esfera econômica sobre as outras e, por outro, a burocratização de todas as esferas em formações que permitam um certo grau de cálculo e previsibilidade nas ações dos indivíduos (cf. Colliot-Thelène, 1995) – o caso típico seria o avanço do aparelho administrativo-legal do Estado e das empresas. Assim, é possível conectar historicamente o fenômeno da racionalização e a tendência ao surgimento de diversos campos sociais relativamente autônomos, produtores de capitais específicos – no caso, a burocratização e o avanço do capitalismo foram decisivos para a autonomização relativa do campo jornalístico.

Como já havia sido colocado por Weber, para Bourdieu há diferentes lógicas de produção e formas de legitimação atuando dentro do campo jornalístico: por um lado, há o desejo de reconhecimento dos jornalistas pelos seus pares, e por outro, há o interesse de reconhecimento externo por leitores e anunciantes (cf. Bourdieu, 2001, p. 103). O tripé formado pela vontade de reconhecimento interno, reconhecimento publicitário e reconhecimento pelo público estrutura possibilidades diferenciadas de posicionamento dentro do campo jornalístico.

Nesse campo, pode-se então conceber posições específicas sendo ocupadas a partir do papel do agente social: o *publisher* de um grande jornal ou o diretor de telejornalismo de uma grande emissora tende a posicionar-se próximo à lógica do jornalismo comercial (reconhecimento publicitário); o âncora de telejornal ou o colunista panfletário possui a possibilidade estrutural de aproximar-se da lógica popular

(reconhecimento pelo público); e o jornalista anônimo que trabalha nos bastidores e possui menor *accountability* para com agentes sociais exteriores ao campo jornalístico tende a agir estrategicamente em prol das ideologias que regem sua profissão (reconhecimento interno), ao mesmo tempo em que trabalha para a evolução administrativa da empresa em que trabalha – conseqüentemente, para a maior autonomia do campo. Assim, o jornalismo é simultaneamente classe e estamento, empresa capitalista e empresa moral, parte autônoma e integrada da sociedade. Em suma,

“O mundo do jornalismo é um microcosmo que tem leis próprias e que é definido por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsões que sofre da parte dos outros microcosmos... o que nele se passa não pode ser compreendido de maneira direta a partir de fatores externos.” (Bourdieu, 2000, p. 55)

Afirmar uma relativa autonomia do jornalismo para com os determinantes econômicos ou políticos não é ignorá-los. Entretanto, tais relações não são suficientes para construir um modelo teórico do jornalismo; este possui certas lógicas internas que filtram as possibilidades de produção de notícias. A abordagem aqui proposta situa-se teoricamente na perspectiva de compreender as notícias policiais e seu discurso como aquilo que Bourdieu (2003) chama de uma “estrutura possível” – ou seja, uma possibilidade de cristalização das relações sociais, somente passível de compreensão a partir da análise de suas características dentro do contexto social em que tal processo de estruturação se concretiza. Em suma, há uma indissociabilidade entre uma teoria do jornalismo e sua produção e a investigação empírica do contexto em que se produzem as notícias.

Tal concepção rompe com as análises “internalistas” do discurso. Assim, como Fairclough (1998, p. 143), compreende-se aqui que uma análise do discurso midiático que não o coloque em relação com a esfera social mais ampla em que esse discurso se insere é de pouco valor. Por outro lado, deve-se romper com as concepções “externalistas” da mídia, e sua ênfase nas determinações, seja da mercantilização da cultura pela lógica do capital, seja da atomização do homem moderno pela cultura de massa. Apesar da validade de muitos de seus postulados – e a possibilidade de conceber a notícia como um produto de uma “indústria” (Adorno e Horkheimer, 1986) de tipo especial é certamente um grande avanço teórico em relação às

concepções voluntaristas da produção jornalística –, tais perspectivas não dão a ênfase devida à capacidade reflexiva dos agentes sociais e tendem a captar as notícias e a recepção destas como algo dado. É significativo que tais abordagens tenham estimulado mais críticas “apocalípticas” à mídia de massa do que pesquisas sociológicas de caráter empírico (cf. Eco, 2004).

Nesse sentido, é necessário analisar os processos sociais que regem o telejornalismo e sua produção, desconstruindo a mitologia do realismo televisivo e do jornalismo como “espelho do real”. Isso implica também ir além de certo senso comum crítico que, ainda preso à idéia da objetividade jornalística, vê apenas distorções da realidade no trabalho da mídia de massa – quando em verdade se operam simultaneamente seleções, construções, reproduções, reatualizações e possivelmente invenções de realidades simbólicas. Não há nada de “natural” nos processos que levam da incomensurabilidade de experiências que constituem a vida cotidiana à compreensão dessas como “acontecimentos” a partir de certos marcos narrativos culturalmente adquiridos, e do enquadramento discursivo desses acontecimentos no formato de notícias de jornais a partir do trabalho de um grupo profissional especializado.

Historicamente, a consolidação da imprensa no século XX alterou profundamente as relações entre público e privado no mundo contemporâneo, e tende a continuar sendo o motor de mudanças nesse sentido, a partir dos processos de exposição e ocultamento de informações, argumentos e ideologias operados pela lógica da seletividade jornalística. Essa seletividade se constitui como uma construção socialmente estruturada – no sentido em que a produção de notícias pela mídia hoje obedece a certas rotinas organizacionais e concepções vastamente compartilhadas pelos jornalistas de quais são os valores noticiosos¹.

Assim, retomando o conceito de estrutura possível, uma lógica de seletividade jornalística vai se constituir sempre dentro de um contexto, e sua generalização para outros contextos não é de forma alguma automática. A investigação empírica do novo contexto deve captar as similitudes e as diferenças com resultados de pesquisas anteriores, e servir por sua vez para o avanço de novas pesquisas na área.

¹ Sobre as rotinas das redações de jornais e seus constrangimentos sobre a prática jornalística, ver Soloski (1993). Sobre o “valor-notícia” e suas implicações práticas na seleção de acontecimentos como noticiáveis ou não, ver Galtung e Ruge (1993).

Isso significa novamente romper com as concepções fatalistas ou externalistas, que concebem a produção da mídia de massa como simples subproduto do caráter capitalista das empresas televisivas; mas também romper com as concepções internalistas do tipo “quarto poder”, que não concebem as complexas relações do campo jornalístico com outros campos, em especial o campo econômico.

Afirmar uma relativa autonomia do jornalismo para com os determinantes econômicos não é ignorá-los; em último caso, a busca por lucro estrutura algumas das relações mais cristalizadas do campo jornalístico em nossa sociedade. Entretanto, tais relações não são suficientes para construir um modelo teórico do jornalismo que se afaste da análise empírica. Em suma, o que se revela é a indissociabilidade de uma teoria da televisão e do jornalismo e a investigação empírica do contexto em que se produzem as notícias.

2.4 O CAMPO JORNALÍSTICO NO BRASIL

Construído o modelo teórico básico do que vem a ser o campo jornalístico, cabe realizar uma primeira síntese, com o objetivo de perceber como esse campo se estrutura no Brasil no caso específico a ser analisado: o telejornalismo policial.

No Brasil, o jornalismo possui características decorrentes da posição periférica do país (cf. Hamburger, 2000) e da supremacia do telejornalismo decorrente do índice de analfabetismo funcional. Por sua vez, a televisão possui características decorrentes do modo como ela se estrutura no país. Essas características compõem um quadro específico de programas que se insere com maior ou menor adequação no telejornalismo policial.

Entre as características principais da televisão frente a outros meios jornalísticos, está a produção em larga escala de “fatos-ônibus” (Bourdieu, 2000), que seriam aquelas notícias que tendem a apresentar um certo consenso social. Os fatos-ônibus não negam a lógica da notícia como veiculadora de eventos atípicos e extracotidianos; apenas, tais eventos possuem baixa probabilidade de gerar dissenso social, servindo sobremaneira para a manutenção da ordem simbólica na sociedade. Os programas de variedades e de esportes cumprem bem essa tarefa, mas o mesmo não pode ser dito do telejornalismo policial, que constrói notícias a partir de acontecimentos conflituosos. Nesse caso, os telejornalistas tendem a operar uma “normalização” do

conflito, amparando-se em vozes autorizadas dos meios de controle social formal para a construção de uma narrativa que reafirme os valores sociais vigentes, as normas legais instituídas e, especialmente, as punições impostas aos que rompem com a ordem.

Por outro lado, as notícias policiais tendem ao pólo do “popular” ou “sensacional”, em oposição ao jornalismo “de referência” ou “sério”. Em muitos sentidos, o jornalismo sério pode ser classificado como sensacional ou vice-versa, a partir do olhar do pesquisador. Entretanto, essa distinção entre jornalismo “sério” e “sensacionalista”, que remonta às origens do campo jornalístico (Bourdieu, 2000), deve ser entendida como uma classificação binária que remete às categorias dos participantes do campo², possuindo assim caráter relacional e não ontológico. A categorização de determinado telejornal como “sério” ou “sensacional” pode, assim, incidir sobre quais eventos e discursos são veiculados. Igualmente, a forma como se trata determinado acontecimento é influenciada pelo tipo de telejornal e o público imaginado que ele busca atingir.

Em geral, os telejornais de referência utilizam-se com maior frequência do modelo de notícia chamado de “pirâmide invertida” (iniciando pela informação mais importante e terminando com a considerada menos importante, passível de corte dos editores) e são mais rigorosos na manutenção dos procedimentos da “objetividade jornalística”, como a clara distinção entre fato e opinião – buscando obter assim maior “credibilidade” ou “seriedade”. Por outro lado, os telejornais populares são menos rigorosos na busca pela objetividade, atentando com maior cuidado para a construção narrativa da notícia, buscando envolver o leitor/telespectador na história – aproximando-se, assim, de gêneros como a literatura romântica.

Essa separação observa-se também na distinção entre *hard news* e *soft news*. As primeiras, mais comuns nos telejornais de referência como o Jornal Nacional e o Jornal da Record, têm como objeto típico as “grandes questões públicas”, como a economia internacional ou os bastidores da política em Brasília. As segundas, comuns nos telejornais populares, são em geral “estórias” diversas que instigam

² Apenas para exemplificar o quanto essas categorias de oposições binárias ainda percorrem o imaginário dos jornalistas, cito o caso da chamada do telejornal “Jornal da Band”, em que se ouvia o locutor dizer “*daqui a pouco, jornalismo sério de verdade*”. Ironicamente (mas não por acaso), a chamada era feita no intervalo do programa jornalístico policial da emissora, de cunho popular, chamado “Brasil Urgente”.

o leitor/telespectador por elementos passionais, como os casos de assassinatos em série ou as conquistas esportivas.

Fora as características da produção jornalística televisiva, a própria constituição das empresas de televisão no país merece destaque. A televisão brasileira é dominada por uma única emissora privada (Rede Globo), que possui mais de 50% da audiência média (Montaño, 2003), caracterizando um modelo de televisão algo diverso do apresentado em outros países. Nos países da comunidade européia, redes públicas (como a BBC) tendem a produzir o monopólio da “seriedade”, e ao mesmo tempo exercem controle sobre o campo como um todo, sendo desafiados pelas emissoras a cabo. Nos EUA, não há hegemonia e o modelo oligopolístico de briga pela audiência determina a relativização dos pólos em matizes menos visíveis. No Brasil, como no México, empresas privadas (Globo e Televisa) têm pretensão de hegemonia do discurso televisivo legítimo³ e da produção das realidades midiáticas, sendo desafiadas pelas demais emissoras concorrentes.

Em síntese, duas propriedades dos agentes do campo são determinantes na variação do discurso por telejornal, conforme o quadro abaixo (quadro 2). Primeiro, a posição do telejornal na oposição entre telejornalismo “de referência” X “popular”. É interessante notar que os jornais sérios tendem a levar o nome da emissora, associando à seriedade desses a credibilidade da empresa. O Jornal Nacional, que alcança 45 pontos de audiência, pretende ser o telejornal da nação tanto no nome quanto no conteúdo das notícias.

Quadro 2

Tipologia de formatos telejornalísticos e aproximações empíricas

	EMISSIONA LÍDER	EMISSIONA PERIFÉRICA
JORNAL DE REFERÊNCIA	A	C
JORNAL POPULAR	B	D

³ Para Hamburger, os modelos Globo e Televisa são paradigmáticos, na medida em que “combinam integração horizontal (empresas que atuam simultaneamente na produção e distribuição) e vertical (empresas atuantes em diversos veículos de mídia) em conjunção com a tradicional forma de propriedade familiar patrilínea e autocrática, formando um tipo ideal do que pode ser chamado de “modelo latino-americano” de corporação de mídia” (Hamburger, 2000, p. 75).

- A) Jornal da Globo – Jornal Nacional
- B) Jornal Hoje (quase A) – Globo Esporte.
- C) Jornal da Record (opinativo), da Band, do SBT, da Cultura (extremo C).
- D) Cidade Alerta (extremo D), Brasil Urgente (extremo D), SBT repórter (quase c), diversos outros programas de variedades.

Segundo, a posição da emissora quanto à audiência, e as características do mercado televisivo (oligopólio, pretensão de monopólio privado, formas de regulação pública). Em especial, é grande a clivagem entre as emissoras “periféricas” e a emissora líder (Rede Globo), a qual possui um padrão de qualidade definido ainda nos anos 70 (cf. Montaña, 2004) e que lhe impõe certas restrições ao uso de elementos sensacionalistas na sua programação. Em contrapartida, essa emissora possui maior penetração nas classes médias e altas, o que gera maiores dividendos publicitários, e os programas tendem a possuir grande capacidade de manutenção da audiência entre o término de um e o começo do outro – assiste-se a Rede Globo, e não determinado programa específico⁴.

Empiricamente, o que se revela no Brasil hoje é a constituição de dois pólos produtores de notícias sobre a criminalidade. Ainda que dentro do campo jornalístico como um todo as notícias televisivas possam ser incluídas em geral no pólo popular, é sensível a tendência de as emissoras periféricas produzirem uma distinção entre telejornais com notícias gerais e telejornais voltados para a apresentação de crimes, estes últimos envolvendo um estilo improvisado, opinativo e em primeira pessoa. Essa forma de telejornalismo policial, representado pelo Cidade Alerta (Record), Brasil Urgente (Bandeirantes) e Repórter Cidadão (CNT), e que incluiria no SBT o programa pioneiro Aqui Agora (fora do ar), gerou também a produção de um programa na Rede Globo que

⁴ Certamente essa caracterização do campo telejornalístico brasileiro é demasiadamente sucinta, se restringindo apenas aos elementos considerados relevantes para a análise. Para uma análise mais detalhada, ver Montaña (2004), ou Hamburger (2000).

busca ser o concorrente da emissora líder nesse novo estilo de programa: o Linha Direta.

Entretanto, o Linha Direta (assim como o *Crimewatch* da BBC) não seria um produtor de notícias, logo não se enquadra como jornalismo *stricto sensu*. Sua junção de linguagem jornalística e narrativa dramática revela uma continuidade no metadiscorso televisivo que transcende fronteiras de campos, apontando para a tendência de fusão dos discursos televisivos (cf. Teixeira, 2002). De certa forma, é o meio encontrado por empresas líderes, preocupadas com legitimidade consensual (Globo, BBC, etc.), para tratar do tema criminalidade sem perder sua aura de credibilidade e seriedade – ao apresentar casos antigos, é possível um domínio destes que a lógica do jornalismo como “news” (Barata, 2000) não permite.

Isso possibilita refazer o quadro apresentado acima, a partir do que seria um novo eixo de distinção do campo, específico para as notícias policiais. Objetivamente, é observável a emergência de um novo modelo de programa televisivo, baseado na espetacularização da violência e na especialização em notícias referentes à criminalidade, que se coloca como possibilidade estrutural a todas as emissoras, ainda que de forma diferenciada. Com exceção das redes públicas de televisão, todas as emissoras do país têm ou tiveram programas que se enquadram nesse modelo.

A significação sociológica desse contexto estrutural do telejornalismo não pode ser subestimada, pois produz reflexos na produção dos telejornais a serem analisados (Jornal Nacional e Jornal da Record), que enfrentam o desafio de se manterem de alguma forma dentro dos cânones do telejornalismo de referência e, simultaneamente, tematizarem a criminalidade violenta.

Antes de procedermos ao estudo de como esses dois telejornais equacionaram essa questão dentro do contexto atual do telejornalismo brasileiro, porém, devemos analisar algumas questões sobre a construção social da realidade pelo telejornalismo. O objetivo é expandir a análise das notícias de criminalidade violenta não apenas às suas condições sociais de produção – o que inclui o campo jornalístico e seu filtro de informações – mas também às suas consequências sociais, ou seja, às representações sobre crime, violência e justiça reforçadas pelos programas.

2.5 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE PELO TELEJORNALISMO

A análise empreendida até o momento visa argumentar que as estruturas objetivas e subjetivas do campo jornalístico conformam o paradigma e o sintagma das notícias de cada veículo – mais precisamente, a *seleção* de eventos que se transformam em notícia e o conteúdo dos discursos proferidos sobre o evento. Por um lado, o paradigma – os temas, as questões a serem publicizadas – é a própria pauta midiática e seus mecanismos de seletividade. Isso levanta a questão sobre o que é notícia, e igualmente importante, o que não é notícia.

Por outro lado, o sintagma – os discursos, as narrativas – é construído a partir dos empréstimos do campo jornalístico de outros campos de produção cultural (cf. Bourdieu, 2000). Novamente, opera uma seletividade: quais discursos são apresentados, e quais não são? Cabe questionarmos como se opera a construção de conhecimentos e a conformação de horizontes cognitivos pelo telejornalismo, e isso implica problematizar a própria televisão.

A televisão como meio técnico e fenômeno sociocultural – difusora imagética de informações e elemento central da vida cotidiana – pretende-se espelho do real, gerando um senso de “telerrealidade” ou “hiper-realidade” (Montaño, 2004). Esse senso de telerrealidade compartilhado por todos os espectadores é, em grande medida, produtor de um consenso sobre a realidade. Isso implica dizer que o telejornalismo é filtro seletivo da realidade e das representações sociais; a telerrealidade é em parte construtora da realidade social.

O conceito de construção social da realidade foi primeiramente utilizado por Alfred Schütz, sendo posteriormente título de um livro célebre de Berger e Luckmann (1999). O conceito foi amplamente aceito por diversas escolas de pensamento sociológico em suas características gerais (ver Bourdieu, 2000; Luhmann, 2000), porém essa concordância esconde diferenças teóricas que devem ser analisadas.

Primeiramente, afirmar que a realidade se apresenta aos indivíduos por meio de processos sociais mais ou menos institucionalizados de transmissão de conhecimentos é colocar sérias restrições às teorias “realistas” do conhecimento em prol daquilo que se designa o “construtivismo social”. Em suas formas mais extremadas, essa teoria do conhecimento nega a própria possibilidade de apreensão da realidade

objetiva, questionando sua própria existência, recaindo em um relativismo filosófico que impõe restrições inescapáveis à própria atividade científica. Contra essa tendência, Luhmann (2000) vai defender um “construtivismo social brando”, afirmando a existência da realidade enquanto horizonte fenomenológico.

Para essa posição, independentemente da capacidade reflexiva da cognição humana e de sua adequação ao “mundo lá fora”, é inegável que a realidade enquanto representação subjetiva do mundo exterior (realidade primária) se constrói a partir de processos cognitivos⁵. O que afirma o construtivismo social é apenas o caráter social dessa construção, seja em categorias de parentesco (Lévi-Strauss, 1982), noções de pessoa e indivíduo (Mauss, 1974), teorias políticas (Marx, 1987) ou concepções cosmológicas (Berger e Luckmann, 1999).

Em toda a tradição da antropologia estruturalista, as categorias são concebidas sempre como prenhes de significado e correlatas a outras categorias pertencentes à determinada cultura. Isso significa afirmar a relação entre as categorias de entendimento e as configurações sociais. Partindo dessa tradição – e criticando as posições mais extremadas que viam nessa relação uma determinação mecânica – Bourdieu (1998) concebe o papel ideológico das categorias sociais. As lutas políticas são sempre lutas pela legítima classificação simbólica do mundo; nesse sentido, a definição de categorias como “criminoso”, “favelas”, “traficantes”, “presidiários” e de todo o universo simbólico que serve para dar conteúdo a essas categorias é um processo de construção de realidades; o poder de construir tais realidades é um poder simbólico.

Assim se revela o papel central da televisão, já que

“A imagem tem o poder de produzir o que os críticos literários chamam o efeito do real, ela pode fazer ver e fazer crer no que faz ver... o fato de relatar, *to record*, como repórter, implica sempre uma construção social da realidade capaz de exercer efeitos sociais de mobilização (ou de desmobilização).” (Bourdieu, 2000, p. 28)

⁵ Por meio dessa colocação, compreende-se também a busca por uma definição sociológica do que seria o conhecimento, a partir da suspensão de juízo sobre a discussão filosófica de fundo. A questão para a sociologia é aquilo que se apresenta como real aos sujeitos em determinado contexto sociohistórico, e não a adequação dessa representação da realidade à realidade em si (Berger e Luckmann, 1999).

Como afirma Cicourel (*apud* Crespi, 2000), “as atividades cognitivas de sentido comum procedem, de fato, através de práticas correntes de rotulagem (*labelling*) dos diversos aspectos que se apresentam no cenário social”. Nisso consiste o poder simbólico central do telejornalismo: o poder de associar imagens e discursos, sua capacidade de selecionar ações humanas, grupos sociais e instituições e conjugá-los a partir do uso de rotulações e categorias que, por definição, jamais são neutras. É condição inescapável ao próprio exercício do telejornalismo ser difusor de rótulos e categorias que serão internalizadas por seus espectadores.

Nesse processo de comunicação levado adiante pelo telejornalismo, é importante ressaltar os diversos interesses estratégicos (econômicos ou não) que determinam o dito e o não-dito. Uma vez explicitadas essas conexões pela teoria do campo jornalístico, cabe questionar finalmente quais rótulos e categorias, produzidos em outras esferas do espaço social, possuem afinidade eletiva com quais programas. Isso implica observar tendências sociais recentes e conectá-las com as notícias televisivas. Tal empreendimento, no caso das notícias sobre a criminalidade violenta, implica relacioná-las a fenômenos da sociedade de risco, como o crescente medo da criminalidade, a construção de inimigos públicos e a expansão do direito penal.

CRIMINALIDADE E TELEJORNALISMO POLICIAL

Sumário: 3.1 Formações discursivas do controle social no Brasil – 3.2 Sociedade de risco e criminalidade – 3.3 Percepção subjetiva do risco e mídia de massa – a *incerteza da incerteza* – 3.4 Ideologias criminais e o jornalismo – 3.5 Crime, esfera pública e o jornalismo.

3.1 FORMAÇÕES DISCURSIVAS DO CONTROLE SOCIAL NO BRASIL

As obras “históricas” de Foucault (*História da loucura, O nascimento da clínica, Vigiar e punir*) se pautam epistemologicamente pelo modelo de história das idéias proposto por Bachelard, em especial por sua concepção de ruptura – e, conseqüentemente, descontinuidade histórica. A partir de suas obras “epistemológicas” (*A palavra e as coisas, Arqueologia do saber*) e suas indagações sobre o poder, Foucault incorpora um elemento nietzscheano da busca pela origem genealógica de valores socialmente arraigados, uma “moral”. Em *Vigiar e punir* (1996), a partir do caso francês, Foucault localiza momentos de ruptura que instauram formações discursivas novas e alteram o modelo de controle social no ocidente.

Primeiramente, passa-se de um controle dos corpos exteriorizado, que na figura do monarca-representante de Deus encarna toda uma cosmologia de hierarquias entre os homens, para uma concepção de um controle interiorizado que só reconhece hierarquias advindas

das desigualdades naturais entre os homens. Em uma formação, o controle é pela capacidade de intervenção do príncipe, e a punição é simultaneamente um suplício extremo e um espetáculo público; na outra, espera-se a sanção mínima que corresponda ao crime, buscando a reintegração ao corpo social.

Essa ruptura entre formações do antigo e do novo regime é indissociável da Revolução Francesa, mas suas bases discursivas encontram-se num iluminismo que contava com representantes em boa parte da Europa no ano da revolução. A obra de Beccaria, *Dos delitos e das penas* – influenciada diretamente por Montesquieu – foi escrita em 1764, traduzida para o francês em 1766 com comentários de Voltaire, e para o inglês em 1767. Influenciou enormemente a Jeremy Bentham¹, e de certa forma a Thomas Jefferson (que, assim como os jacobinos, não abriu mão de defender os castigos físicos).

Implementada uma nova configuração das relações de poder, uma formação discursiva disciplinar, que Foucault identifica genealogicamente na organização militar (o novo modelo de Exército bonapartista e das demais potências européias é a base histórica), é implementada nos interstícios da sociedade. Discurso que instaura práticas: hospícios, quartos de hospitais, exames escolares, administrações fabris, controle populacional.

Sob o impacto contrastante das idéias iluministas, do novo quadro político europeu, da industrialização e do inédito aumento populacional (Foucault, 1996), a disciplina e as tecnologias de vigilância *panópticas* se oferecem como solução ao problema do controle social. Para Foucault, é a mesma sociedade disciplinar que explora o valor-trabalho dos operários, educa as crianças, cuida dos enfermos, e isola os delinquentes, aplicando ao mesmo tempo sistemas de punições e vigilâncias. De um ideário da punição mínima e da ressocialização passa-se a uma ortopedia social que mantém isolada da sociedade uma população que deve ser alvo de vigilância constante.

No caso brasileiro, várias peculiaridades impedem uma transposição sem ressalvas da genealogia foucaultiana. Muitos intérpretes contemporâneos apontam uma lógica dual de relações sociais, que Da Matta (1997), baseado em Louis Dumont (1997), chamou de ideologia

¹ Beccaria teria, para Bentham, introduzido nos argumentos de Montesquieu "the precision and clearness and incontestableness of mathematical calculations" (Bentham, 2005).

hierárquica e ideologia individualista. Ainda, deve-se atentar para a diferença do modelo brasileiro de hierarquia para o modelo base de Dumont, a sociedade de castas na Índia. Aqui, a principal referência é o escravismo e seus desdobramentos.

Atentos às mudanças ocorridas com a emergência de uma nova lógica de relações sociais, vários intérpretes – Holanda, Faoro, Freyre – a partir dos anos trinta especificaram aspectos dessa hierarquia social. Aqui, deve-se ressaltar algo que Holanda identificava como a radical cordialidade brasileira – o ímpeto de trazer as interações para o âmbito privado, em que imperam as relações hierárquicas de parentesco estendido e a resolução dos conflitos se dá pela via da construção de laços afetivos.

Ao contrário do que pensaram alguns de seus primeiros comentaristas, a cordialidade para Holanda não é sinônimo de passividade; é antes o exato oposto da polidez (Holanda, 1997). Ideal-tipicamente, a última baseia-se em ética interiorizada que move o tratamento distante, individualista, de uma sociedade que só distingue os homens por seus méritos. A cordialidade é uma forma de interação social marcada pela volúpia de paixões e também de violências para aqueles que se afastam de sua posição social, sobre os quais recaem os suplícios da punição. Essa lógica do privado, que é homóloga à relação do rei com seus súditos na França setecentista, é mais próxima de nós do que a ênfase nas descontinuidades proposta por Foucault pode levar-nos a crer.

Por outro lado, ocorre no Brasil também a transformação observada na Europa. Uma prática e um discurso disciplinar à brasileira tomam forma com a organização do Exército para a Guerra do Paraguai, influenciando decisivamente os rumos da organização política do país ao longo de mais de cem anos.

Após a abolição da escravatura e a proclamação da república (pelos militares), uma nova forma de controle social se expande pelas cada vez mais populosas cidades, buscando disciplinar as “classes perigosas” – tanto descendentes diretos de escravos quanto, em menor grau, imigrantes – a partir de práticas e discursos tão diversos quanto o sanitarismo, o planejamento urbano, o manicomialismo e, claro, todo o complexo de práticas e discursos cristalizados em leis que conformam os aparelhos de controle social formal do Estado.

No Estado Novo, inicia-se de forma mais clara um movimento de disciplinamento a partir do trabalho, envolvendo toda uma reconstrução do imaginário nacional a partir da exclusão na esfera pública de

menções à malandragem e de loas a uma nova identidade brasileira, ligada a um povo honesto e trabalhador, que se verificava em espaços de difusão cultural tão dessemelhantes quanto os pronunciamentos à nação de Getúlio Vargas e as marchinhas de carnaval (cf. Fausto, 1995).

Já durante o regime militar que se inicia em 1964, observa-se um fortalecimento de várias das práticas disciplinares e autoritárias que pareciam regredir no período populista, e um período de expansão do controle social disciplinar torna possível o avanço de práticas policiais marcadas pela arbitrariedade e o recrudescimento do desrespeito aos direitos de cidadania, inclusive direitos civis como o *habeas corpus*.

Chegamos então a um momento, pós-redemocratização, em que o discurso gerencialista aparece em cena. Analogamente à biopolítica preconizada por Foucault já nos anos setenta, a questão coloca-se em como gerenciar os corpos de forma eficiente. Nesse sentido, o controle social formal deve, assim como as demais políticas governamentais, pautar-se pela eficiência, eficácia e efetividade em suas ações, com ênfase no fim e não nos meios, buscando uma minimização dos riscos a partir de um correto gerenciamento de resultados². Isso inclui a passagem, no discurso prisional, de uma forte ênfase (nunca concretizada) na ressocialização para uma ênfase cada vez maior no gerenciamento dos presos.

A emergência de uma “sociedade do risco” em âmbito global e suas particularidades no caso brasileiro implica mudanças nos discursos públicos sobre o controle social, influenciando – como será visto em capítulos posteriores – também o discurso dos telejornais.

3.2 SOCIEDADE DE RISCO E CRIMINALIDADE

Ocidente enfrenta desde as últimas décadas do século XX um processo crescente de exclusão social de camadas cada vez mais amplas da população. Em certo sentido, não é mais pertinente hoje uma divisão entre “excluídos e incluídos” pura e simples; para Young (2002), “a exclusão é um gradiente que se estende diretamente da capacidade de crédito dos prósperos até o grau de periculosidade dos encarcerados. Sua atualidade é o risco, sua atitude é atuarial – de

² Para um modelo geral do gerencialismo, ver Bresser Pereira (2003).

cálculo e avaliação". Esse risco crescente se verifica claramente na área da violência; como na maioria dos países do globo, também no Brasil verifica-se o aumento das taxas de criminalidade e encarceramento desde meados dos anos oitenta.

Simultaneamente ao aumento do risco, observa-se uma alteração na organização política brasileira decorrente dos movimentos sociais de democratização e do fim do regime autoritário. Também, a própria estrutura social se alterou: a população é mais diversificada culturalmente e menos clivada por lógicas hierárquicas de distinção social (cf. Kant de Lima, 2000). O modelo das relações interpessoais, entretanto, ainda é marcado por essa dicotomia entre hierarquia e igualdade de tratamento, e as instituições tendem ainda a reproduzir um modelo hierárquico de estruturação societária. Essa característica hierárquica é marcadamente acentuada nos aparelhos de controle social formal, como a polícia e o judiciário. Há diferenças marcantes entre essas duas concepções presentes na sociedade brasileira (ver Da Matta, 1997), que se expressam também em um conflito de concepções do crime, do criminoso e do sistema criminal.

Para o *homo aequalis*³, o criminoso é alguém essencialmente igual a si, e a questão se coloca nas formas de defesa social contra o risco de vitimização por um igual – sua lógica é a lógica da sociedade de risco, sua busca é pela administrativização do risco a partir de critérios racionais. Nesse sentido, se todos são passíveis de cometer crimes, as probabilidades de cada estrato social são discerníveis por cálculos atuariais, e as técnicas de controle social devem basear-se nesses cálculos. Sua ideologia é a da técnica e da ciência como único horizonte possível do desenvolvimento social (Habermas, 1997); o pressuposto é a negação da esfera política como espaço de lutas simbólicas pela definição do mundo social.

Nessa lógica, as motivações da ação individual são dadas diretamente à consciência, pois não há um outro a ser compreendido em

³ Os conceitos de *homo aequalis* e *homo hierarchicus* aqui utilizados são de Louis Dumont (1997). Sua pertinência para a análise da cultura brasileira foi defendida por Roberto Da Matta (1997), e, no caso do sistema de justiça criminal, por Roberto Kant de Lima (2000). Em vários aspectos, há uma correspondência entre esses conceitos e aquilo que Jock Young (2002) chama em nota de rodapé de *homo actuaris* e *homo essencialis*, o que permite a aproximação desses autores; entretanto, a realidade analisada por Young corresponde à Grã-Bretanha e aos países desenvolvidos em geral, sendo necessário algumas adaptações para seu uso na realidade brasileira.

uma sociedade de iguais com liberdades garantidas por lei. As vozes legitimadas a falar na esfera pública sobre a criminalidade violenta são as vozes das autoridades que possuem o conhecimento empírico da questão, amparadas pelas vozes dos técnicos e especialistas capacitados para uma análise do contexto em que se inserem os casos concretos. Nosso conhecimento sobre a criminalidade reflete a realidade da violência, e cabe a partir de sua análise técnica propor a política adequada para o gerenciamento do risco.

Nega-se o direito à palavra, idealmente, tanto ao acusado quanto à vítima, partes interessadas. Porém, enquanto a voz da vítima traduz por meio da linguagem cotidiana os diagnósticos apontados pelos especialistas, a dos acusados implica uma ruptura, por meio da explicitação da alteridade na vivência da ordem social. Assim, a voz do acusado ou criminoso, parte interessada e *ex-ótica* – por isso mesmo dona de um conhecimento privilegiado sobre o tema – sofre de uma dupla censura em uma esfera pública marcada por essa visão de mundo.

Para o *homo hierarchicus*, por outro lado, complexifica-se a busca por distinções nítidas e claras: deterioradas as formas de controle social tradicional, seja na política, no sistema de justiça ou na família, como compreender a criminalidade? Descartada a ideologia igualitarista e individualista, a resposta encontra-se em duas vertentes. Primeiro, na própria deterioração das dimensões da vida capazes de gerar segurança ontológica ao indivíduo, o que aumenta o sentimento de medo e insegurança ao não fornecer as bases morais para o agir humano, em uma sociedade que perdeu seus referenciais de família, tradição e religiosidade. Segundo, na essencialização do novo outro, não mais socializado pelas instâncias adequadas, o que o impele a agir conforme sua própria essência (ou as determinações do meio em que vive): o outro é demonizado ou santificado. Santificado na imagem do herói policial ou do profeta televisivo, demonizado na imagem do favelado traficante e do presidiário incorrigível.

Nessa lógica, a busca é por categorias capazes de dar sentido à realidade social cambiante, a partir da identificação e rotulação simples de grupos sociais – pré-requisito para a constituição de uma ordem social hierárquica.

Se por um lado são ideologias contraditórias, isso não implica que sejam inconciliáveis. Young explicita o caráter complementar

das duas concepções, às quais ele se refere como atuarialismo (ou gerencialismo) e essencialismo:

“O atuarialismo e o essencialismo podem ocorrer e de fato ocorrem ao mesmo tempo. Por exemplo, o interesse de administrar o risco e o controle das populações de risco podem ocorrer ao mesmo tempo que uma demanda por sua pesada estigmatização, uma busca ardente de justiça... podemos ter uma graduação atuarial cuidadosa da intervenção e, mais importante, de gasto, necessária para criar um nível de segurança face ao risco para populações selecionadas... isto é, uma busca moralista da penalidade combinada com a administração atuarial dos imensos armazéns de infratores que esta política proporciona.” (Young, 2002, p. 177)

Isso não implica afirmar uma correspondência imediata entre os dois fenômenos que lhes dão base no campo da criminalidade, os quais poderiam ser definidos respectivamente como o aumento da percepção de risco e a crescente sensibilidade ao risco provocada por uma diminuição da sensação de segurança ontológica.

No primeiro caso, ocorre o descolamento entre o que poderíamos conceituar como riscos objetivamente crescentes e a percepção desses riscos pela sociedade⁴. No segundo, alteram-se as próprias representações sobre estratos sociais passíveis de demonização, sejam moradores de favelas, usuários de drogas, ou qualquer outro. Entretanto, em ambos os casos, é visível a necessidade de operar-se uma construção social de conhecimentos sobre os fenômenos – construção realizada pelas esferas sociais difusoras, como a mídia.

A partir dessa análise, não é surpreendente então o avanço do clamor por punição e a expansão do direito penal no Brasil (e no mundo). Esse fenômeno está intimamente relacionado às alterações nas representações sociais da criminalidade e no sentimento subjetivo de insegurança. A passagem do sentimento de medo ao direito penal se dá quando o clamor por segurança migra do *locus* reivindicatório

⁴ Ainda que a própria conceituação do que se constitui um risco seja algo construído socialmente a partir do nível de tolerância em relação a práticas sociais específicas, como observa Young (2002, p. 109). Em nossa concepção, isso não implica uma indiferenciação entre características objetivas (baseadas em construções sociais, por certo) e subjetivas do risco, como será demonstrado adiante.

clássico – o policiamento – para a defesa da penalização das condutas. Embora o direito penal não possua capacidade de responder à demanda por segurança, reivindica-se para esse uma outra função que excede suas atribuições formais: a geração do consenso e reforço dos laços comunitários (cf. Silva-Sánchez, 2002, p. 41 e 61). À crise da coerção moral aplica-se como contrapartida a ampliação penal, como última instância de autoridade remanescente numa sociedade de indivíduos atomizados. À crise da pedagogia político-social da moral aplica-se como contrapartida a ortopedia social das prisões.

3.3 PERCEPÇÃO SUBJETIVA DO RISCO E MÍDIA DE MASSA – A INCERTEZA DA INCERTEZA

Quais são os elementos objetivos e subjetivos de risco crescente na sociedade contemporânea que podem ser conectados aos fenômenos aqui analisados? Partindo da categorização de Young (2002) e Silva-Sánchez (2002), propomos dividi-los em dois eixos: elementos objetivos e elementos subjetivos.

Entre os elementos objetivos, o mais evidente já foi comentado: o aumento da criminalidade nas últimas décadas resulta em maior número de pessoas que já foram vítimas de algum crime. Ainda que óbvio, é importante ressaltar esse fato contra todas as concepções que tendem a minimizar as características do risco como decorrentes apenas de pânico sociais insustentáveis ou esquecer a relação entre os problemas enfrentados pela sociedade e os métodos desenvolvidos para lidar com eles (Young, 2002, p. 103).

Há outros fatores, entretanto. As informações sobre a criminalidade são hoje mais amplamente divulgadas que em outros tempos, seja pelos meios de comunicação de massa, pelos governos, por movimentos sociais de combate à violência ou mesmo por pesquisadores. Há ainda o recuo dos conhecimentos individuais sobre seu entorno social como um todo devido aos fenômenos predominantemente urbanos da mobilidade social e da individuação (Sá, 2001), incluindo aí o conhecimento sobre os vizinhos, sobre a cidade e sobre aparatos técnicos e institucionais – gerando uma menor *previsibilidade* do comportamento do outro (Young, 2002, p. 110) e das falhas técnicas e humanas (Silva-Sánchez, 2002, p. 38), como a queda de um avião ou um acidente de carro. Isso gera uma insegurança difusa, pois além da

existência de um risco maior, esse risco é incerto; há uma “incerteza da incerteza” (Young, 2002, p. 110; Silva-Sánchez, 2002, p. 39).

É importante ressaltar que no caso dos fenômenos ligados à criminalidade violenta, sua própria natureza os torna de difícil mensuração – pressuposto para qualquer forma de previsão de caráter atuarial. Está nessa característica da criminalidade violenta a chave para a conexão entre o que chamo aqui de elementos objetivos e subjetivos de sensibilização ao risco.

Os agentes sociais que praticam uma atividade criminosa possuem, obviamente, especial interesse em tornar difícil o acesso público às suas ações, devido às possíveis decorrências negativas daí advindas. Ainda, caso esse agente tenha uma trajetória social ligada à criminalidade, uma “carreira criminal”, parte das competências específicas de seu ofício é de conhecimentos de como *não* levantar conhecimentos sobre sua identidade e seus atos.

Também, os dados dos órgãos de segurança pública possuem falhas estruturais – como, por exemplo, a impossibilidade de gerar informações sobre o enorme número de crimes que não são relatados à polícia. Em muitos países, tal obstáculo na obtenção de informações sobre a criminalidade é minimizado pelas pesquisas de vitimização, que, entretanto, com exceção da PNAD de 1988, nunca foram realizadas em âmbito nacional no Brasil. Sabe-se assim do risco de vitimização e sabe-se que ele vem aumentando, mas não se sabe o quão grande é esse risco.

Já a experiência subjetiva dos riscos não corresponde automaticamente à existência objetiva dos mesmos – talvez o exemplo mais claro disso seja que o medo de vitimização é maior entre estratos sociais menos atingidos pelo fenômeno: idosos, por exemplo. É nesse sentido que se colocam os questionamentos mais interessantes sobre a mídia de massa, como mediadora entre os elementos objetivos e os subjetivos.

Há que se ter em conta que parte da informação divulgada pelos *mass media* pode ser incompleta ou mesmo enganosa, mas revela-se como real aos sujeitos – especialmente no caso da televisão, em que os mecanismos técnicos e estéticos de construção do realismo televisivo ocultam os arbitrários culturais e institucionais envolvidos nos processos de criação, seleção e edição das notícias. Há certamente uma dissociação entre informação e conhecimento: na chamada “sociedade da informação”, há uma escassez do conhecimento fidedigno,

e há também um campo de disputas ideológicas pela fidedignidade de cada meio de informação, sejam livros, jornais, revistas ou quaisquer outros. O que se apresenta como real não é dado, sendo objeto de contínua interpretação dos sujeitos.

Mas, se por um lado é falso imaginar que a massificação social produziu uma multidão de crédulos das notícias midiáticas, também é enganoso derivar da afirmação da reflexividade dos telespectadores perante os produtos jornalísticos uma independência total entre a notícia em si e a sua recepção. Busca-se com essa proposição afastar a perspectiva teórica aqui apresentada dos dois pólos radicais nas análises de comunicação de massa. Se por um lado a recepção nunca será completamente determinada pela emissão (como pressupunham tacitamente os métodos da análise de conteúdo clássica), por outro lado seria ingênuo imaginar que não há uma relação íntima entre elas, derivada da própria natureza do ato de comunicação.

Certamente, quando um comentarista político fala em um telejornal, os receptores podem refletir sobre as proposições contidas em seus argumentos. Entretanto, é incomum que haja questionamento sobre a veracidade dos dados relatados, o que equivaleria a questionar a própria *credibilidade* do jornalista e do telejornal em seu núcleo. Igualmente, as garantias (pressupostos) do argumento tendem a ser aceitas. Ainda, mesmo que haja uma negação do pressuposto e da proposição, o tema e o questionamento permanecem, o que levou muitos teóricos do jornalismo a afirmar que, se é questionável a capacidade das notícias nos dizer como pensar, é certo que elas nos dizem no que pensar.

Parto da idéia de que em sua maioria os telespectadores não assistem a telejornais com o intuito de pôr em dúvida seu conteúdo: não vivemos em um mundo de analistas de discurso profissionais. O mundo mostrado na televisão, em especial nos telejornais, é encarado como real – ainda que como uma parcela do real.

Essa realidade simbólica veiculada pela mídia é especialmente significativa nos casos em que há uma insegurança sobre risco, uma “incerteza da incerteza”. Por exemplo, em 2005 surgiram no Brasil diversas notícias na grande mídia relatando uma infecção provocada pela ingestão de salmão. Sem demora, os vendedores de salmão e os restaurantes japoneses tiveram suas vendas reduzidas a quase zero; passada a crise, voltou-se a um estado de relativa normalidade. Meses depois se revelou que o número de pessoas contaminadas era muito baixo, e chegou-se a afirmar que mesmo no período em que

o salmão estaria infectado o risco de contaminação era baixíssimo – a promoção da informação seria uma estratégia internacional para conter o avanço nas vendas dos salmões chilenos, chegou a dizer o Ministro da Aquicultura e Pesca, José Fritsch.

Porém, naquele momento não havia esse conhecimento. Além do risco, havia uma insegurança com relação ao risco real, e o medo de que esse risco fosse muito alto gerou ações significativas no sentido de evitar qualquer forma de exposição ao risco. Argumento aqui que essa mesma lógica está por trás de qualquer ação social em que há uma “incerteza da incerteza” – em outras palavras, uma insegurança com relação ao risco – como é, parcialmente, o caso dos fenômenos ligados à criminalidade violenta.

Um exemplo contrário: um apostador de loterias com bom conhecimento de matemática sabe exatamente qual sua chance de acertar todos os números – presumindo que o sorteio não possua fraudes, obviamente. Há nesse caso a incerteza de se ganhar, mas a certeza da probabilidade estatística de isso acontecer. Não se deve derivar daí que o apostador do exemplo age de forma puramente racional quando aposta, e muito menos que os que evitaram comer salmão agiram de forma irracional. Não se trata de discutir a racionalidade das ações humanas, mesmo porque essas são movidas por racionalidades múltiplas – apenas busca-se demonstrar a força dessa “incerteza da incerteza” no agir humano.

Há, assim, um certo grau de segurança presente nas ações humanas envolvendo risco, quando este é domesticado pela lógica contábil ou atuarial – domesticação essa que é característica da modernidade. E há por outro lado uma tendência a se evitar qualquer situação em que o agente se exponha a um risco desconhecido. O caso da criminalidade violenta encontra-se em um meio caminho; existem informações sobre a criminalidade, e elas chegam de diversos meios difusores, mas há ainda assim um elevado grau de incerteza quanto aos riscos relacionados ao fenômeno.

Nesse momento se insere o papel decisivo do jornalismo na mediação entre risco objetivo e sentimento subjetivo de risco. Como afirma Young (2002, p. 112),

“Os meios de comunicação de massa exibem uma plethora de imagens de criminalidade e desvio coletadas em todo o mundo. Essas mercadorias de mídia são caracterizadas, como

toda notícia, por sua natureza atípica – são “notícia” porque surpreendem e chocam. Em sua quantidade esmagadora e característica berrante, elas devem sem dúvida causar um medo da criminalidade desproporcional ao risco real.”

Esse “medo” potencializado pelas lentes televisivas é assim parte da própria realidade da criminalidade enquanto fenômeno simbólico. Como já foi afirmado antes, não se trata aqui de um estado de histeria coletiva causada pelos meios de comunicação de massa, mas de um efeito de sua própria lógica de produção de notícias. Nesse sentido, a grande particularidade da mídia é retirar qualquer evento de seu contexto espaço-temporal e colocá-lo no “aqui agora” – efeito essencial para a espetacularização do evento e conseqüente transformação deste em mercadoria jornalística.

Ao produzir a notícia, a mídia – e o telejornalismo de referência em especial – produz uma certa forma de perceber a criminalidade violenta, criando um mapa de significados próprios. A reconstrução parcial desse mapa de significados a partir da análise de notícias televisivas será o tema dos próximos capítulos. Antes, entretanto, cabe elencar de forma sucinta algumas ideologias criminais com as possibilidades de difusão dessas pela mídia.

3.4 IDEOLOGIAS CRIMINAIS E O JORNALISMO

O argumento até aqui foi desenvolvido no sentido de mostrar as relações sociais que conformam a construção de uma notícia televisiva sobre o tema da criminalidade. Afastar-se da mitologia do realismo televisivo e do jornalismo objetivo exige desconstruir toda uma ordem de pré-noções que permeiam o debate sobre o tema, para fazer emergir aquilo a que Pierre Bourdieu se referia como as “estruturas invisíveis do campo”. Demonstrar as operações de construção do real realizadas pelo telejornalismo permite-nos também buscar as conexões entre a construção da notícia sobre criminalidade e os fenômenos sociais mais amplos da sociedade, em especial as relações que o campo jornalístico estabelece com as esferas do sistema de justiça. Como afirma Batista (2003, p. 257),

“Se, através da investigação direta de delitos, da circulação de pautas de interesse criminal, ou da franca intervenção so-

bre os processos em andamento as agências de comunicação social do sistema penal se aproximam das agências executivas, precisam de um discurso para fundamentar sua própria *performance*. Mais do que isso, precisam que seu discurso se imponha aos concorrentes. Nesse sentido, toda e qualquer reflexão que deslegitime aquele credo criminológico da mídia deve ser ignorada ou escondida: nenhuma teoria e nenhuma pesquisa questionadora do dogma penal, da criminalização provedora ou do próprio sistema penal são veiculadas em igualdade de condições com suas congêneres legitimantes do sistema criminal.”

Isso significa a aproximação do discurso jornalístico com o discurso estatal, mas não de forma direta: antes, busca-se a legitimação da presença da mídia, a defesa dos interesses que são os interesses dos próprios jornalistas e das empresas para as quais esses trabalham. Revela-se assim uma relação indireta entre uma configuração social dada (empresa de comunicação com fins de lucro, mediada pela ação de seus jornalistas) e a veiculação seletiva de discursos (ênfase no dogma penal e na criminalização provedora).

Expandindo a análise, podemos nos referir aqui às relações entre os interesses da mídia e os discursos de legitimação do sistema penal. O dogma penal ou equação penal é a afirmação da necessidade de pena como consequência do delito. A criminalização provedora baseia-se na crença de que a criminalização das condutas irá resultar em mudanças comportamentais, ou como diria Batista (2003, p. 252) “na forma de uma deusa alada onipresente, vemos uma criminalização que resolve problemas, que influencia a alma dos seres humanos para que eles pratiquem certas ações e se abstenham de outras”.

Como é comum às ideologias, tais concepções morais não revelam o objeto da busca por punição – o sujeito que segue as regras e que busca recompensa por suas ações, nem que seja livrar-se de uma pena (cf. Nietzsche, 1997, p. 307). Seja a partir de uma concepção atuarial ou essencialista do criminoso – que em outras situações produzirão discursos diversos – a punição carcerária é sempre advogada como resolução para os problemas de segurança pública.

Não é relevante nesse caso que tal concepção revele-se pouco sustentável de um ponto de vista teórico ou que sua implementação prática tenha se revelado seletivamente perversa para os estratos

sociais mais estigmatizados. Seria insustentável o “papel social” do “repórter cidadão” que revela os casos criminais mais hediondos à população, caso não busque profeticamente agir como voz do povo, como controle público ao pouco caso dos governantes para com a criminalidade – papel esse que a mídia faz sempre questão de louvar como essencial a um regime democrático.

Questionar a legitimidade do sistema de justiça criminal é questionar igualmente a legitimidade das notícias sobre criminalidade tal como elas são produzidas. Qual o sentido de revelar o submundo da criminalidade à população, em seus matizes mais sensacionais, caso não se busque sensibilizar essa mesma população para um problema social cuja gravidade ainda não foi devidamente apreendida?

Responder a essa pergunta a partir da lógica da empresa televisiva – buscar lucros a partir da veiculação de imagens para a população – é certamente parte fundamental do enigma. É consenso entre os pesquisadores do tema que há, desde os tempos de Jack o Estripador, um interesse ávido do público pela criminalidade violenta, assim como por qualquer informação que possa revelar algo de extracotidiano e espetacular ao homem moderno (Barata, 2000; Young, 2002). Não cabe aqui uma discussão sobre as causas desse fenômeno; cabe apenas ressaltar que os meios de comunicação de massa o conhecem e têm utilizado esse interesse como critério de construção de notícias há muito tempo.

Entretanto, se conectar o interesse econômico à veiculação de ideologias já mostrou sua validade heurística desde *A ideologia alemã* de Marx, abortar a análise nesse momento se revelou problemático para muitos autores (e.g. Foucault, 1996; Berger e Luckmann, 1999). No caso, ressaltar a importância da existência de um interesse econômico por trás da veiculação desse tipo de notícia é explicar as bases materiais para que determinada formação discursiva possa se estabelecer como hegemônica; entretanto, o campo jornalístico não é o produtor dos discursos criminológicos; seus agentes os obtêm de outros campos de produção cultural, segundo critérios jornalísticos de seleção e avaliação.

A volúpia punitiva, as ideologias do encarceramento como forma de ortopedia social e outros discursos legitimados pelos programas telejornalísticos não se construíram para fins de veiculação midiática: antes, o que se observa é uma relação de afinidade eletiva entre os interesses econômicos das empresas de telecomunicação, as estruturas

do campo jornalístico, os desejos do público consumidor de notícias massificadas e determinadas formações discursivas presentes no espaço social.

3.5 CRIME, ESFERA PÚBLICA E O JORNALISMO

Retomando a análise de Weber, com o desenvolvimento capitalista no interior da própria imprensa, seus produtos são cada vez mais especializados e eficientes em seu objetivo racional – gerar lucro. Para isso, é necessária uma conformação da mercadoria que enquadre o interesse comercial dos anunciantes, o desejo por notícias dos telespectadores e as regras do jogo do próprio campo jornalístico, incluindo suas interdições de caráter estamentário e/ou político. O movimento histórico que permitiu a conformação desse campo foi amplamente reforçado em seus determinantes econômicos pelo desenvolvimento da televisão, e é nela que o campo jornalístico se revela mais desenvolvido em seu caráter empresarial.

Qual é o significado desse desenvolvimento capitalista no interior do jornalismo para a sociedade como um todo? Primeiramente, foi ressaltado o aspecto funcional da mídia de massa para a manutenção da ordem simbólica. No caso do Brasil, pode-se mesmo afirmar o papel central da televisão para a conformação de uma modernização conservadora da ordem simbólica, por meio da integração de uma sociedade que saía de um contexto rural marcado pela oralidade (visto o alto grau de analfabetismo) para um contexto urbano marcado pela informação televisiva (visto o alto grau de analfabetismo funcional).

Nesse novo contexto, a notícia telejornalística é fonte central de informação sobre os eventos que não respondem diretamente às redes de socialização face a face dos atores sociais (sua família, sua rede de amizades, seu trabalho, possivelmente sua igreja, organização de bairro ou mesmo time de futebol). Em geral, essas redes de socialização respondem à esfera da vida privada.

Concomitantemente, a esfera pública brasileira foi abruptamente expandida pelos processos de modernização que permearam todo o século XX – nos quais se destacam as correntes de êxodo rural que geraram o desenraizamento de modos de vida comunitários e a expansão dos direitos políticos nos anos oitenta. É impossível pensar esse processo sem a televisão, assim como é impossível pensar a esfera pública no Brasil sem pensar na colonização dessa pela lógica

das mercadorias jornalísticas. Mais que a esfera pública, aquilo que se convencionou chamar de opinião pública – isto é, as inferências politicamente orientadas realizadas a partir de pesquisas de opinião amplamente divulgadas pela mídia – é espaço central de influência midiática, assim como base de estratégias político-partidárias.

Dessa forma, não é surpreendente a evolução rápida, porém enviesada das demandas por segurança pública nas pesquisas de opinião, assim como nos discursos políticos em geral. Por um lado, tais demandas são baseadas em um real aumento da criminalidade. Para Sérgio Adorno (1998), esse aumento da criminalidade concentra-se em três eixos: crescimento da criminalidade urbana violenta, como assaltos à mão armada e assassinatos; emergência de novas formas de crime organizado, como os tráficos de drogas e de armas, ligados à corrupção de agentes do sistema de justiça criminal; e exacerbação de crimes contra os direitos humanos, como linchamentos, chacinas de moradores de rua e massacres de presos, além da execução sumária de suspeitos pela polícia.

O contexto em que ocorre esse aumento, que coincide com a redemocratização, é de forte crise econômica, em especial crise de financiamento do Estado. O Estado brasileiro se vê primeiramente sem recursos para combater a violência por meio de estímulos à expansão do mercado de trabalho, e em seguida sem recursos para atender as demandas do sistema de justiça criminal. Passando pelo deterioramento do salário e aumento da corrupção entre policiais, aumento do número de processos por juiz e aumento da superlotação carcerária, o aumento da criminalidade violenta gerou, do lado dos policiais, aumento da arbitrariedade e da violência, na busca de resoluções mais rápidas dos crimes definidos como mais graves. Do lado dos operadores do direito, esse mesmo processo gerou um aumento da impunidade.

A percepção da população de que a criminalidade aumenta junto com a impunidade, faz com que o sistema de justiça criminal seja visto como um funil, cuja base (crimes) aumenta enquanto o gargalo (condenações) se estreita (Adorno, 1998). Tal visão do problema da criminalidade aponta para dois eixos de soluções, identificadas com o gerencialismo e o essencialismo. Enquanto o gerencialismo centra seu discurso no gargalo – combate à impunidade, na melhora da inteligência policial e na racionalização e celerização dos trâmites legais – o essencialismo aponta para a base, defendendo o aumento das penas para aqueles que forem condenados, como forma de coibir

crimes futuros e maior liberdade para a ação policial no combate aos criminosos. Em comum, encontra-se a defesa do dogma penal e da criminalização provedora.

Por outro lado, as representações da criminalidade e as formações discursivas possíveis sobre o tema para qualquer ator social que deseje ter voz na esfera pública são limitadas. Mais, sua pauta é em grande medida definida pelas representações sociais construídas pela mídia e seus critérios de seletividade discursiva. A seleção dos eventos por um lado e os discursos veiculados sobre os mesmos eventos por outro conformam o debate público sobre o tema, modelando o dito e o não-dito.

A CONSTRUÇÃO DA CREDIBILIDADE

Sumário: 4.1 Os telejornais – 4.2 Os jornalistas e a notícia
– 4.3 Discurso e notícias sobre criminalidade violenta.

4.1 OS TELEJORNAIS

Entre os jornais de âmbito nacional, é patente uma multiplicidade de formatos de apresentação das notícias, seja na seleção dos eventos noticiáveis e na importância dada a cada evento, seja na apresentação de agentes sociais e representações sobre a criminalidade e sua repressão. Optou-se por analisar empiricamente notícias do “telejornalismo de referência” ou de “horário nobre”.

Como colocado anteriormente, a opção pelo meio televisivo (e pelos canais abertos) se deve ao alcance desse meio, que se estende aos analfabetos funcionais e tem um idioma público mais preocupado em atingir o todo da população brasileira. Segundo Pereira Jr. (2001), em 1995 uma enquête na Grande São Paulo indicou que 89,4% dos entrevistados assistiam a telejornais. Apenas os dois telejornais de horário nobre analisados alcançavam no momento da pesquisa uma audiência acumulada de 50 milhões de pessoas (IBOPE, 2005).

Já a opção pelos jornais de “horário nobre” é justificada pela aura de credibilidade que circunda esses telejornais, credibilidade que se ancora mais deliberadamente nas ideologias profissionais ligadas à objetividade jornalística. Isso implica uma cobertura diferente da criminalidade violenta dos telejornais especializados nessa temática

(como Cidade Alerta ou Brasil Urgente). Ao contrário desses, o telejornalismo de referência não recebeu ainda a devida atenção dos pesquisadores da área da violência, que assim são obrigados a recorrer a uma bibliografia insuficiente. De fato, não foi encontrada nenhuma pesquisa empírica realizada especificamente sobre a cobertura desses telejornais da criminalidade violenta.

Nesse universo, o telejornal do “horário nobre” da Rede Globo, o Jornal Nacional, apresenta características que o diferenciam de outros formatos. Líder de audiência em seu horário, no ar desde setembro de 1969, é o telejornal mais assistido do país há várias décadas. O apelo ao Padrão de Qualidade Globo (Montaño, 2004) e à objetividade jornalística, e a apresentação de discursos sobre diversos temas da pauta pública, dissolvendo os conflitos por via da pretensão de neutralidade, estão presentes na agenda da emissora. A Rede Globo canaliza seus esforços de maior “seriedade” no trato dos eventos noticiáveis exatamente no horário nobre. Isso implica que enquanto telejornais diurnos tendem a trazer maior número de fatos-ônibus, os jornais noturnos têm maior tendência a tratar de questões ligadas ao campo político e à criminalidade¹. Desde o início, o Jornal Nacional se apresenta também como um discurso da ordem, seja ela a ordem do regime militar ou da Nova República, como nota Pereira Jr. (2001, p. 51).

Já a Rede Record de Televisão buscou se diferenciar do modelo Globo². Seu telejornal noturno, o Jornal da Record, caracterizava-se por um estilo opinativo que acompanhou seu âncora desde quando este atuava no TJ Brasil, do canal SBT. Ao contrário do discurso mais liberal propagado pelo Jornal Nacional, a pesquisa revelou a tendência de a Rede Record apresentar seu estilo opinativo balizado em um discurso mais conservador, com forte ênfase no endurecimento do rigor punitivo e na estigmatização dos criminosos. Tal característica soma-se ao *ethos* religioso neopentecostal da Igreja Universal do

¹ Sobre a maior importância dos jornais noturnos nos temas relacionados à política, talvez caiba recordar o episódio em que a cobertura do debate presidencial em 1989 foi “insatisfatória” no jornal da tarde (Jornal Hoje), e alterada para beneficiar o candidato preferido pela emissora na transmissão do jornal das oito da noite (Jornal Nacional).

² Até que ponto a Rede Record buscou se aproximar da Rede Globo após a saída de Boris Casoy é algo que foge ao objeto da pesquisa; entretanto, parece inegável que a contratação de vários profissionais da emissora rival por parte da Record aponta nesse sentido.

Reino de Deus, que controla a empresa, e cujo discurso no campo religioso igualmente enfatiza a demonização dos comportamentos que configurem desvio social, a partir de critérios rígidos de moralidade e normalidade.

Um estudo que abarca os discursos veiculados no Jornal Nacional e no Jornal da Record abre a possibilidade de escaparmos de dois reducionismos. Por um lado, das análises que reduzem o discurso dos *media* a um produto homogêneo, ao possibilitar captar e comparar a heterogeneidade desse discurso em dois telejornais; por outro, a ênfase excessiva nas peculiaridades de cada programa televisivo, o que é comum em estudos de caso, ao permitir analisar também as possíveis similitudes nas matrizes discursivas e nos formatos de apresentação de notícias nos dois telejornais.

4.2 OS JORNALISTAS E A NOTÍCIA

Para Max Weber (1924), assim como para autores contemporâneos como J.B Thompson (1990, 2002) e Pierre Bourdieu (2000), uma das características mais significativas do jornalismo é o poder que esse tem de moldar as fronteiras do público e do privado. Por meio da construção das notícias e de sua veiculação, conforma-se aquilo que deve ser tratado como uma questão pública – e, talvez mais importante, o que não deve ser publicizado. Como colocado anteriormente, alguns autores têm enfatizado o poder dos *media* de, se não dizer-nos como pensar, ao menos dizer-nos sobre *o que* pensar (ver McCombs e Shaw, 2000; 2000b).

Esse poder, em sua versão “fraca”, inclui a problematização do fato de certas notícias serem consideradas mais importantes e merecerem maior destaque que outras. Ainda dentro dessa lógica, é possível romper com as naturalizações do senso comum e questionar-se sobre como determinados acontecimentos são elevados à categoria de notícia pelos jornalistas – e conseqüentemente tornados públicos – enquanto outros são considerados irrelevantes para o público presumido de determinado jornal.

A isso, fundamentalmente, refiro-me ao falar de uma seletividade temática operando em qualquer jornal. É importante perceber que entre um acontecimento e uma notícia – sendo a notícia sempre uma construção simbólica que visa *reportar* uma determinada realidade ao

público – há toda uma série de dispositivos de seleção e construção narrativa. No caso do jornalismo, e em especial do telejornalismo de referência, essa construção se dá por meio de critérios técnicos, constrangimentos organizacionais e valores profissionais socialmente compartilhados pelos jornalistas dentro de uma redação. Os critérios técnicos (assim como seus pressupostos axiológicos) são aprendidos tanto nos cursos de graduação em jornalismo quanto na prática profissional, geralmente misturados aos valores próprios da profissão, como a ideologia da objetividade e o chamado valor-notícia.

O valor-notícia, que corresponde ao próprio cerne do *habitus* jornalístico, é aquele conjunto de características presentes em maior ou menor grau nos acontecimentos reconhecidos como notícia, como a novidade, a extraordinariedade, a presença de personagens conhecidos, a negatividade, a presença de elementos fortes como vida, morte, desejo sexual, entre outros. A incorporação do valor-notícia como *habitus* é assim fundamental para a prática profissional, ainda que se trate de um conhecimento prático que não necessariamente possa ser explicitado discursivamente; é o aprendizado de certas regras implícitas do campo.

Os constrangimentos organizacionais correspondem aqui a todas as coerções ao trabalho do jornalista decorrentes das necessidades organizacionais de uma empresa capitalista e da forma de encarar a notícia também como mercadoria. Trata-se aqui das formas como a empresa exerce um controle social economicamente eficiente sobre os jornalistas, por meio de padrões e normas de comportamento e sistemas de recompensa profissionais (cf. Soloski, 1993).

É importante notar como a profissionalização do ofício de jornalista garante um recrutamento especializado de conhecedores das regras do jogo, diminuindo o espaço para *outsiders* que perturbem a *doxa* do campo jornalístico. Por outro lado, o sistema de recompensa separa a *escada da profissão* da *escada da direção* (cf. Soloski, 1993), garantindo uma gratificação diferenciada que permite valorizar os jornalistas com maior credibilidade e resguardar as posições de decisão dentro de um determinado veículo para os que melhor se adaptam às regras do jogo.

Essas pressões econômicas se revertem em pressões sobre o tempo de produção e o espaço disponível para a veiculação de determinada matéria nos moldes do telejornal – os *time slots* (cf. Schlesinger, 1993) – além de possíveis pressões advindas da política editorial da empresa ou dos interesses dos anunciantes.

Por meio desses dispositivos se estrutura o campo jornalístico. Entretanto, é importante ressaltar as seleções “pré” e “pós” notícia. Pois mesmo depois da notícia estar formatada para “ir ao ar”, ela pode ainda ser cortada da programação. No Jornal Nacional, por exemplo, apenas um quarto das cerca de cem notícias disponíveis todos os dias é veiculado; as outras, ou são descartadas ou são veiculadas em outros telejornais do canal, ou ainda no canal de TV paga Globo News.

Antes de analisarmos a construção da notícia a partir do acontecimento, cabe também problematizar a própria categoria de acontecimento. Visto ser impossível cogitar, mesmo que por um instante, a potencialidade noticiosa de todo e qualquer contexto em que se desenvolve uma experiência humana, aquilo que chamamos de acontecimento é, conforme colocado anteriormente, em si, uma construção cultural à qual se refere uma determinada narrativa, sendo assim dependente da visão de mundo e da cultura do agente social que interpreta a experiência.

Assim, os temas selecionados por um telejornal configuram uma apropriação da realidade simultaneamente específica do campo jornalístico e dependente da cultura compartilhada por jornalistas e telespectadores. Para Stuart Hall, Chas Critcher *et al.* (1999, p. 225),

“Se o mundo não é para ser apresentado como uma confusão de acontecimentos desordenados e caóticos, então esses acontecimentos devem ser identificados (isto é, designados, definidos, relacionados com outros acontecimentos de conhecimento público) e inseridos num contexto social (isto é, colocados num quadro de significados familiares ao público). Este processo – a identificação e a contextualização – é um dos mais importantes, através do qual os acontecimentos são tornados significativos pelos *media*.”

À medida que se avança em relação à versão fraca da seletividade jornalística, percebe-se como não apenas os temas têm uma complexa lógica de produção. A forma como se narra a notícia também é estruturada por uma seletividade discursiva.

Primeiramente, cabe salientar que as vozes presentes em um telejornal são aquelas que permitem transferir à notícia credibilidade, sejam os jornalistas ou aquelas que Stuart Hall chama de “fontes acreditadas”. A credibilidade é o capital específico do campo jornalístico (cf. Ber-

ger, 1997). Ainda que se trate de um campo com restrita autonomia frente aos campos político e econômico (cf. Bourdieu, 2000) e sofra constante migração de capitais e *doxas* heterônomas, a credibilidade de um jornalista, jornal ou mesmo meio de comunicação é o que define em última instância o seu reconhecimento perante seus pares e também perante os consumidores do produto notícia. A articulação da credibilidade é a condição *sine qua non* para que a veiculação das notícias seja feita com eficácia. Ler, ver ou ouvir notícias de um acontecimento do qual não se foi testemunha ocular é antes de tudo um ato de imersão no universo simbólico da narrativa do outro. Para que a notícia possua eficácia, esse outro deve então ser digno de crença e confiança; ou seja, possuir credibilidade.

4.3 DISCURSO E NOTÍCIAS SOBRE CRIMINALIDADE VIOLENTA

Em geral, todos os grandes telejornais de âmbito nacional operam com as mesmas fontes principais e informações brutas sobre os acontecimentos. Compartilham ainda de valores-notícia muito semelhantes. Entretanto, a construção das notícias difere a partir da utilização de ilustrações (imagens ou testemunhos) ou elaborações (entrevistas, comentários de especialistas ou âncoras), produzindo assim um *mundo significado* distinto em cada telejornal (Pauliokonis, Santos e Gavazzi, 1996, p. 82).

Esse mundo significado construído nas notícias depende tanto de um *mundo a significar* (ou uma realidade objetiva) quanto de um saber comum compartilhado pelos que comunicam e pelos que interpretam o discurso do jornal – aquilo que Hall chamou de mapa de significados (1999), e Geertz de rede de significados ou cultura (1989). A partir desse saber compartilhado, o sujeito comunicante engaja-se em estratégias discursivas que lhe permitem produzir uma mensagem, e o sujeito interpretante, ao engajar-se nessa “quase-interação mediada” (Thompson, 1990, p. 228), pressupõe possuir competência não somente lingüística, mas também semântico-discursiva (ou propriamente cultural) que lhe permita apreender os significados e realizar inferências de forma pragmática não apenas sobre o que o discurso denota, como também sobre suas conotações. Há quatro princípios subjacentes a essa relação:

“Segundo o princípio da interação, deve haver um reconhecimento recíproco dos papéis específicos dos participantes do ato comunicativo, para que se processe a co-construção do sentido. O princípio da influência lembra que, ao querer modificar o comportamento do Outro, o sujeito utiliza-se de recursos argumentativos e persuasivos. Já o da pertinência diz que se deve respeitar o saber comum partilhado, garantindo que o jogo se realize. Por último, o princípio da regulação obriga a aceitação das condições e das leis do contrato comunicativo, sem as quais nenhum ato pode se realizar... Isso permite que se analisem as representações de um imaginário social compartilhado e o papel a ele destinado no processo persuasivo.” (Pauliokonis, Santos e Gavazzi, 1996, p. 84)

Cabe ressaltar que essa concepção do discurso noticioso implica romper com a visão da linguagem capaz de transmitir o mundo sempre com neutralidade, pois ela é vista aqui como polissêmica e dotada de uma certa opacidade. Assim, é também múltipla a forma como os telejornais podem construir um contrato comunicativo com o telespectador; isso depende tanto do público imaginado quanto das características do telejornal e de seus jornalistas.

Percebendo o campo jornalístico como um espaço de posições, as posições dominantes são ocupadas por aqueles com alta credibilidade, que no caso dos telejornais são entre outros William Bonner e Fátima Bernardes (âncoras do Jornal Nacional), Boris Casoy (ex-âncora do Jornal da Record), Ali Kamel (editor-chefe do Jornal Nacional) e Dácio Nitrini (ex-editor-chefe do Jornal da Record)³. No caso do Jornal Nacional, o programa possui maior credibilidade que seus jornalistas; no caso do Jornal da Record, era Boris Casoy quem transferia credibilidade ao programa, assim como já fazia com o antigo TJ Brasil do canal SBT. Esse capital é articulado não somente para fazer notícias, ou, no caso de Boris Casoy, emitir opiniões eficazmente; também se articula na conformação dos valores e critérios de reconhecimento social dentro do campo, sua *doxa*. Por exemplo, o Jornal Nacional tem sido por muito tempo um telejornal que pauta o modo de ser do

³ Casoy e Nitrini saíram da Record em janeiro de 2006. Aqui, entretanto, será analisado um período em que ambos ainda eram os principais responsáveis pelo telejornalismo da Rede Record.

telejornalismo no país (assim como as notícias que “têm que sair” no jornal do dia seguinte).

Para além das vozes dos próprios jornalistas, a ideologia profissional exige imparcialidade na emissão da opinião. Não podendo o próprio jornalista emitir opinião sobre um assunto no corpo da notícia – Boris Casoy o faz após a notícia, com câmera em *close*, como que para demarcar um espaço de discurso diferenciado e assim respeitando a distinção cara ao campo entre “fato” e “opinião” – devem-se buscar estrategicamente fontes acreditadas para emitirem valores de qualquer ordem. Isso implica conceber, com Tuchman (1999), a objetividade jornalística antes de tudo como um “ritualismo estratégico”, que visa entre outras coisas resguardar o jornalista de tomadas de posição que abalem sua posição de neutralidade, jogando assim com as regras de imparcialidade fixadas pelo próprio campo. Essa estratégia tem resultados práticos bastante claros quanto à seleção de vozes: escolhem-se preferencialmente fontes “dignas de confiança” (Hall, Chritcher *et al.* 1999), autorizadas – sejam agentes do Estado, representantes reconhecidos da sociedade civil, ou especialistas renomados.

No caso das notícias de criminalidade violenta, isso significa orientar as definições da realidade social que suas “fontes acreditadas” – os porta-vozes institucionais – oferecem. A polícia e demais aparelhos de controle social formal geram, de fato, o conhecimento legitimado sobre a maior parte dos acontecimentos que serão transformados em notícias sobre a criminalidade violenta, atuando como definidores primários das notícias.

As condições de produção das notícias são assim estruturadas por um duplo constrangimento, o dos aparelhos de repressão ao crime e o do campo jornalístico. Isso influi nos temas a serem abordados, e também nas vozes presentes no discurso – policiais, juízes, advogados, promotores públicos, legistas –, além dos especialistas. Esse último grupo em geral aparece quando à simples notícia no formato padrão (a pirâmide invertida, onde o *lead* traz a informação mais substancial) quer se adicionar uma interpretação acreditada sobre os porquês da “violência” ou da “guerra do tráfico”.

Por último, deve ser destacado que a midiaticização da violência implica também a apresentação de eventos de ruptura dentro de uma narrativa que se balize em consensos. É nesse sentido que, segundo Van Dijk (1998) se estabelecem estratégias discursivas de construção do “nós” e do “eles”, em que o nós representa uma sociedade de

forma idealizada (na qual estão ausentes os elementos de conflito que constituem qualquer grupo social real), e aqueles que simbolicamente são merecedores de serem incluídos nela. O “eles” é uma referência ao “outro”, em último caso aos inimigos públicos dessa sociedade – seja o estrangeiro, o negro, o pobre, o louco, ou o criminoso. Aqui, entra-se numa forma de seleção propriamente ideológica, em que o uso da linguagem se estrutura a partir de uma determinada visão de mundo.

O exemplo mais comum dessa forma de construção do “nós” e do “eles” se encontra na rotulação estigmatizante dos criminosos, a quem não é dada voz, sendo sempre objeto e quase nunca sujeito do discurso. Como objeto do discurso, os criminosos são frequentemente referidos de forma pejorativa, implícita ou explicitamente, mediante, por exemplo, o uso de metáforas e de adjetivações. Se por um lado é visível essa demonização do outro, é também observável a construção de heróis, como no caso das “promotoras de coragem” que abriram o processo contra os “cruéis” assassinos do jornalista Tim Lopes (JN 02.06.2005).

O que é então o discurso do telejornalismo de referência sobre o tema da criminalidade violenta? É, em grande parte, o discurso de uma parcela da elite cultural, localizada em posição dominante dentro do campo jornalístico, sobre um grupo de práticas que rompem com a ordem legal e certa visão consensual de sociedade. Na medida em que essas rupturas instauram operações de reparação por parte dos aparelhos de repressão, os agentes desses aparelhos transformam-se nas principais fontes, nos definidores primários da notícia. Tornam-se assim, também, construtores da realidade simbólica veiculada pela televisão, em especial no que se refere à seletividade temática, abordada no último capítulo.

Visto que esses agentes, em especial os policiais, são também objeto de notícias que os desqualificam como fontes credíveis, como no caso da chacina na Baixada Fluminense promovida por policiais, os jornalistas buscam outras fontes que possam consagrar as notícias com a aura da credibilidade e elevando igualmente sua capacidade de persuasão argumentativa. Além da própria voz dos âncoras e dos repórteres, diversos “peritos” – sejam juristas, especialistas em segurança pública, pesquisadores, legistas, etc. – reforçam a credibilidade das notícias. Para além deles, as vítimas dos crimes, seus familiares e amigos servem também como fonte acreditada, acrescentando um

apelo emocional ao relato noticioso. Assim, a retórica argumentativa nos noticiários pode ser vista como baseada em três pilares: as vozes dos peritos, das vítimas e dos próprios jornalistas, como será debatido no próximo capítulo.

As notícias são também, muitas vezes, discursos sobre as classes populares, e nesse sentido compartilham de certas representações comuns sobre o “povo”, como a “periculosidade” e a “incivilidade”, representações que se estendem a territórios como os subúrbios ou as favelas. Essas rotulações individuais, coletivas e geográficas, em sua função de oposição às rotulações heroificantes, formam uma das bases da estrutura narrativa das notícias policiais, e serão analisadas no capítulo seis.

AS VOZES AUTORIZADAS

Sumário: 5.1 *Performance* e *alter-ethos*: os âncoras e os repórteres: 5.1.1 Boris Casoy e a opinião acreditada; 5.1.2 Um telejornal para Homer Simpson – 5.2 Discurso gerencialista: a voz do perito como *ideologia*: 5.2.1 O legista; 5.2.2 O especialista em drogas; 5.2.3 O estudioso da violência – 5.3 Caminhos do *pathos*: vítima, parentes e amigos na retórica jornalística.

Em qualquer relato, o “quem diz?” aparece sempre como elemento decisivo para o convencimento. Em um relato noticioso, à pergunta “quem diz?” cabem freqüentemente duas respostas: pode reportar-se ao locutor da fala que aparece na notícia ou à fonte que relatou o acontecimento ao locutor da fala.

A edição de falas e imagens em uma notícia televisiva impede que se mantenha durante toda a duração de um telejornal um mesmo personagem, com olhar fixo para a câmera, dando voz a um texto previamente elaborado. Mesmo uma única notícia relatada por apenas uma voz é algo a ser evitado por qualquer editor de telejornal, como ensinam os manuais de telejornalismo. Assim, todo um jogo de vozes e imagens deve ser orquestrado para simultaneamente obter a atenção do telespectador, informá-lo sobre algo e – não menos importante – fazê-lo acreditar na veracidade dessa informação.

Uma observação deve ser feita: os aspectos imagéticos e sonoplásticos das notícias não foram analisados na presente dissertação em maiores detalhes. Não se entende aqui sua exclusão como a defesa intransigente de uma posição teórica que advogue o predomínio das palavras sobre as imagens no telejornalismo; trata-se antes de uma

opção. Opção do pesquisador, delineada já na definição do problema; a seletividade jornalística é aqui reduzida, com todas as suas consequências, a seleções que operam essencialmente no plano discursivo. Isso não implica uma negligência ou desconsideração das imagens; cada uma das 161 notícias aqui analisadas foi *vista* pelo menos duas vezes, e sempre que necessário retornou-se às fitas gravadas para retificar dúvidas.

Explicitada a ênfase no texto, cabe agora uma breve definição do que será apresentado neste capítulo. Tendo já analisado teoricamente a problemática das vozes autorizadas, cabe descrever e analisar como, no *corpus* coletado, esse jogo de vozes é orquestrado dentro dos telejornais. Entende-se aqui que há três tipos de vozes autorizadas principais nos relatos, e que elas correspondem com maior ou menor precisão à clássica distinção aristotélica entre os elementos retóricos do *ethos*, do *logos* e do *pathos*.

Ao *ethos*, cuja base da validade argumentativa está na autoridade ou credibilidade da pessoa do falante e na justeza de seu código moral, associam-se aqueles cujo capital específico confunde-se com a credibilidade: os âncoras e os repórteres. Ao *logos*, cuja validade é dada pela razão, associam-se as vozes dos especialistas em geral. E ao *pathos*, cujo apelo argumentativo advém da capacidade de provocar empatia e afeto, são associadas as vozes das vítimas, de seus parentes e de seus amigos¹.

Há outras duas vozes relevantes para a composição geral das falas nos telejornais. Por um lado, há a voz ausente – a voz dos acusados, representados apenas pela fala dos outros. Por outro, há a voz ambígua dos agentes policiais, ora utilizados como voz acreditada, ora tematizados como suspeitos de corrupção e assassinato. Essas vozes serão analisadas em mais detalhe no sexto capítulo.

¹ Minha interpretação dos elementos da retórica aristotélica está fortemente embasada em Liakopoulos (2003). Uma crítica possível à forma como foram interpretados esses elementos é que aqui eles foram identificados mais diretamente às características socialmente reconhecidas dos falantes do que aos trechos do discurso em si. Certamente, cada falante estabelece equilíbrios diferenciados entre o uso do *logos*, do *ethos* do *pathos* no seu discurso; logo, cada fala poderia ser relacionada a pesos diferenciados de cada elemento. Entretanto, além das dificuldades metodológicas envolvidas nessa abordagem, o uso estratégico das vozes nas notícias por meio do trabalho de edição, devido à escassez de tempo na televisão, é feito de forma a garantir tipos específicos de apoio retórico rapidamente, numa sobreposição de discursos e retóricas que formam o argumento da notícia.

5.1 PERFORMANCE E ALTER-ETHOS: OS ÂNCORAS E OS REPÓRTERES

O âncora de um telejornal é simultaneamente apresentador televisivo e jornalista. Em programas televisivos de caráter híbrido (programas de auditório como o de Sílvio Santos e programas de variedades como o Fantástico), notícias podem ser apresentadas por não-jornalistas; em um telejornal de referência, isso hoje é evitado. A troca no Jornal Nacional dos apresentadores Cid Moreira e Sérgio Chapelin pelos jornalistas William Bonner e Lilian Witte Fibe em 1995 marcou na televisão brasileira uma transição para o modelo do âncora.

O âncora é, a princípio, um jornalista cujo reconhecimento entre seus pares o elevou a um posto máximo na carreira. É também, entretanto, alguém cuja imagem deve ser impecável, transmitindo confiança no tom de voz e no vestuário. É ele que inicia a transmissão do telejornal, saudando os que lhe assistem, de forma respeitosa; é também ele que se despede do telespectador. E, principalmente, é ele quem introduz todas as notícias do telejornal, sendo a sua fala uma presença constante e inescapável em cada relato.

Há vários modelos de âncora, variando desde a sisudez monótona e calculada à fala calculadamente alegre, desde a imobilidade da posição sentada à movimentação dos âncoras que se utilizam do estúdio como palco. E, principal diferença, há as várias formas de emissão de opinião, desde a opinião constante, improvisada, entrelaçada com a notícia, até a não-opinião. Cada modelo representa uma visão sobre o papel do telejornalismo e sobre os interesses do público, ou como se referia o ex-chefe da Central Globo de Jornalismo (Jornal Nacional, 2004), sobre o interesse público e o interesse *do* público.

A própria noção de público é assim alterada pelo advento e desenvolvimento da mídia, a partir de dois efeitos principais que se potencializam no telejornalismo. Por um lado, há uma saturação do presente e uma perda de consciência histórica (cf. Schlessinger, 1993; Eco, 2004) pela exigência de que as notícias sejam “novas”. Isso gera implicações bastante profundas sobre o que é o público. A medida em que esse público passa de uma arena de diálogo, na qual interesses são contrapostos a partir de um estoque de conhecimentos comuns sobre eventos relevantes, para um torpedeamento de informações desconexas sobre eventos distantes geograficamente, é condicionada em grande parte pela expansão dos meios de comunicação de massa.

Por outro, há uma tendência de tratar questões gerais a partir de casos particulares, e isso se verifica claramente nos casos de criminalidade violenta, nos quais eventos singulares buscam representar todos os dias “o que acontece no país” nessa área de cobertura noticiosa. O que se observa com grande frequência nos telejornais é uma universalização do particular, ou seja, o movimento retórico de transformar casos particulares e suas idiossincrasias em notícias representativas de fenômenos cuja complexidade não é devidamente abarcada pelo modelo de narrativa utilizado.

Dessa forma, o processo de publicização levado a cabo pelos telejornais pressupõe uma *tele-história*, um *tele-imaginário*, uma *telerrealidade*. Sendo a assistência de um telejornal uma imersão num mundo vivido de interação *quasi*-mediada, não-dialógica (Thompson, 2002), as formas de convencimento se alteram. A atuação dos âncoras e jornalistas configura uma verdadeira *performance* que tem por objetivo produzir o efeito do real em um espaço onde vários elementos da comunicação dialógica (deixas, sinais não-verbais de concordância e entendimento) são impossíveis, e a possibilidade de ruídos de comunicação é sempre presente.

Nesse contexto de imersão do espectador numa telerrealidade, a produção da credibilidade é também alterada, tornando-se mais performática. Como num filme, a fala do âncora deve idealmente parecer natural e espontânea ao telespectador, constituindo um *ethos* de convencimento retórico também alterado. Não se trata do *ethos* do interlocutor que busca o convencimento baseado nas premissas morais consensualmente acordadas dentro da comunidade, e sim do *alter-ethos* do jornalista que, baseado em uma ação performática que poderíamos chamar de realista, ou naturalista, busca o convencimento do espectador por meio das ideologias e técnicas da prática jornalística.

5.1.1 Boris Casoy e a opinião acreditada

Uma das grandes dificuldades dos telejornais é precisar quanto do (escasso) tempo de transmissão deve ser destinado a comentários ou opiniões editoriais. Em telejornais como o Cidade Alerta e o Brasil Urgente, o modelo improvisado aliado à grande margem de liberdade do apresentador garante a possibilidade de utilizar comentários tão curtos quanto uma palavra e tão longos quanto um bloco inteiro.

No caso do Jornal da Record, a definição mais rígida do tempo da matéria associada à proposta de concorrência ao Jornal Nacional, que é transmitido nos mesmos dias e no mesmo horário, implica uma redução do tempo de comentários. Ainda assim, é nesse ponto que os dois telejornais mais se diferenciam.

O âncora do Jornal da Record, Boris Casoy, de origem judaica, possuía larga experiência em jornalismo impresso, tendo sido editor da *Folha de São Paulo* por vários anos quando assumiu o TJ Brasil, no canal SBT. Nesse telejornal, utilizou seus comentários em *close* para pedir o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, quando popularizou bordões como “passar o Brasil a limpo” e “isso é uma vergonha”. Em 1997, trocou o SBT pela Rede Record, mantendo o formato do telejornal.

Seu estilo opinativo contrasta com a não-opinião do Jornal Nacional. Por diversas vezes, Casoy termina uma notícia com um curto comentário em tom irônico ou de indignação, buscando uma aproximação com o telespectador ausente no noticiário concorrente. Em média três vezes por programa, o jornalista também profere uma opinião mais formalizada, em geral sobre assuntos como política, segurança pública ou saúde. Via de regra, os comentários possuem uma estrutura muito similar: crítica à corrupção, à ineficiência estatal e às gafes cometidas por políticos. Quase sempre, a retórica utilizada implica a delimitação do “nós” numa sociedade civil não-organizada, incluso o jornalista e o telespectador, contra um “eles” representado alternadamente por bandidos, políticos, funcionários públicos e grevistas.

A credibilidade do jornalista é também articulada nas propagandas do jornal. Em propaganda publicada pela revista *Época* (de posse da Rede Globo) em 27.04.2005, Boris Casoy aparece à frente do ambiente onde é apresentado o Jornal da Record, vestido da mesma forma que apresenta o telejornal, com um meio-sorriso nos lábios. Abaixo da imagem, os dizeres “Jornal da Record, com Boris Casoy. Jornalismo com Credibilidade”. À direita da imagem, de cima para baixo, observam-se o logo do telejornal e o horário em que era apresentado; os dizeres “Se o Boris disser que amanhã vai chover, você arrisca sair sem guarda-chuva?”; e o logo da Rede Record, seguido do dizer “A caminho da liderança”.

Há dois elementos notáveis nessa peça publicitária. Primeiro, a ênfase no “jornalismo com credibilidade”, uma quase-obsessão nos discursos de jornalistas sobre seu trabalho, principalmente em jornais

de referência. É importante notar como a ênfase na credibilidade vem diretamente associada ao nome de Boris Casoy.

Segundo, e mais importante, nota-se a forma que os publicitários encontraram para exaltar a qualidade do âncora, de emitir opiniões cuja credibilidade é de interesse do espectador não duvidar. Em vez de ressaltar os comentários políticos, escolheu-se a meteorologia, campo de conhecimento no qual se sabe que não há precisão total – ou seja, em último caso alude-se à opinião – mas ao mesmo tempo é de grande relevo ter o relato de alguém com credibilidade². O texto “Se o Boris disser que amanhã vai chover, você arrisca sair sem guarda-chuva?” revela assim a busca da construção pública de uma imagem calcada na opinião acreditada, de alguém em quem se pode confiar mesmo quando o assunto tratado é por natureza impreciso e passível de erros.

5.1.2 Um telejornal para Homer Simpson

Para Arlindo Machado (2001, p. 107-110), há dois modelos básicos de telejornal: um que ele chama de *ortodoxo* ou *polifônico*, e outro que ele chama de *centralizador* ou *opinativo*. Adaptando sua distinção, chegamos a um quadro que serve como parâmetro para uma comparação entre o JR e o JN:

Quadro 3
Tipologia do telejornalismo de referência

TELEJORNAL POLIFÔNICO	TELEJORNAL OPINATIVO
Âncora como simples leitor de notícias	Âncora como “chefe”, editor e diretor
Autonomia dos repórteres, enunciação diversificada e heterogênea	Âncora onisciente e organizador dos enunciados
Sem recurso a elementos dramaturgicos ou sonoplásticos	Recurso a diversos elementos ficcionais
Sem recurso a técnicas de aproximação com o público via empatia.	Recurso a simulações de emoções como indignação ou comicidade.
Sem recurso a interpretações induzidas pelos jornalistas – uso de comentaristas	Âncora editorialesco, fecha a reportagem com interpretação de consenso

² Cabe notar que Boris Casoy não apresentava a previsão do tempo no Jornal da Record.

Apesar da adequação do Jornal Nacional, grosso modo, ao modelo polifônico e do Jornal da Record ao modelo opinativo, algumas ressalvas devem ser feitas. Quanto ao Jornal da Record, todos os elementos do modelo opinativo aparecem; apesar de Boris Casoy não acumular todos os cargos de comando do telejornal, a equipe do programa era a equipe “dele”, tendo Dácio Nitri e Salete Lemos (comentarista econômica e apresentadora da edição de sábado) sido demitidos da Rede Record junto com Casoy. O recurso a Salete Lemos como comentarista poderia indicar aproximação do modelo polifônico; entretanto, o fato de essa também ser apresentadora (aos sábados) enfraquece esse argumento.

Quanto ao Jornal Nacional, mais ressalvas devem ser feitas. Primeiramente, há que se notar o quanto o modelo ortodoxo se adequava melhor ao Jornal Nacional dos tempos de Cid Moreira e Sérgio Chapelin, quando os apresentadores não possuíam formação em jornalismo e, conseqüentemente, não eram os autores de nenhuma das matérias. Desde 1996, o telejornal é apresentado por jornalistas, e desde 1999 o âncora William Bonner acumula o cargo de editor-chefe. A âncora Fátima Bernardes, esposa de Bonner, também é editora, cuidando principalmente das chamadas do telejornal. Isso acaba interferindo no poder dado aos repórteres, muito menor que no exemplo de jornalismo polifônico dado por Machado, a rede de notícias CNN.

Segundo, o fato de os dois âncoras principais serem casados e o nascimento de seus filhos trigêmeos ter sido um acontecimento midiático de certo relevo implica que alguma forma de empatia com o público é construída, ainda que de forma indireta (ver Hagen, 2004).

Terceiro, o Jornal Nacional utiliza-se com certa frequência de simulações gráficas quando não possui imagens das notícias, como foi no caso do assalto à Flora Gil, mulher do cantor, compositor e ministro da cultura Gilberto Gil (JN e JR, 14.05.2005). Esse é, inclusive, um dos momentos em que o “Padrão de Qualidade Globo” se revela com maior nitidez, por meio do maior orçamento da emissora para a produção de efeitos visuais. Enquanto no Jornal da Record as simulações são feitas a partir de imagens paradas apresentadas em sequência, como em uma história em quadrinhos, no Jornal Nacional são apresentadas imagens em movimento, como em um desenho animado.

Quarto, e mais importante, o Jornal Nacional induz interpretações não só na fala de seus comentaristas. Nesse ponto deve-se divergir de Machado, para quem o telejornal (principalmente o polifônico) é

antes de tudo um “lugar onde se dão atos de enunciação a respeito dos eventos” (2001, p. 104), sem estrutura narrativa capaz de induzir uma interpretação a partir da montagem de vozes que realiza. Há uma falácia comum entre comentaristas da imprensa em entender que, visto que vozes contraditórias são postas nos telejornais, esses não podem ser “acusados” de estarem “manipulando” os telespectadores. Trata-se de uma resposta enganosa, suscitada por uma afirmação mal formulada. O poder dos produtores de um telejornal em editar as vozes e escolher os lados do conflito é sempre determinante. Ainda que se exponha o contraditório na notícia, os lados escolhidos do conflito podem sempre ser utilizados para, ou delimitar o conflito dentro do campo do aceitável, dentro das normas do senso comum ou da institucionalidade, ou representar estrategicamente um dos lados como despreparado, risível, ou mesmo repugnante, por meio de uma seleção cuidadosa de falas e imagens.

É importante então evitar a questão da “manipulação” da mídia, visto a carga ideológica que se coloca por trás desse conceito. De certo modo, qualquer notícia é sempre manipulação (no sentido em que qualquer narrativa também o é), manipulação de depoimentos e imagens para a produção de um noticiário – logo, não faz sentido perguntar se tal ou qual notícia foi manipulada. Por outro lado, há uma inesgotável bibliografia recheada de relatos sobre como, em momentos específicos, essa manipulação se fez com objetivos políticos em mente – como no caso da cobertura da Rede Globo na campanha das Diretas Já ou da eleição de Collor, e da Rede Record no caso dos bispos da Igreja Universal acusados de corrupção – e não a partir dos pilares da ideologia jornalística, como a objetividade e a imparcialidade. Pilares esses que não garantem uma cobertura de eventos “sem manipulação”, e sim uma cobertura cuja forma de “manipulação” de eventos obedece a todo um conjunto de regras reconhecidas como profissionais.

Aqui, o objetivo é perceber como, observada no conjunto, a produção dos telejornais sobre um assunto específico possui regularidades quanto ao aparecimento de vozes e quanto ao conteúdo das falas, marcando assim não uma manipulação episódica, mas sim uma construção da realidade de consideráveis implicações sociológicas. No caso do Jornal Nacional, visto que seus jornalistas defendem que o âncora não deve se pronunciar de forma opinativa, a construção é claramente mais aberta quanto às possibilidades de interpretação pelos telespectadores do que no Jornal da Record. Entretanto, a seleção do noticiável e das vozes autorizadas a falar sobre cada evento implica

sempre o fechamento de possibilidades de compreensão do fenômeno e a sugestão de certas chaves interpretativas. No caso de fenômenos como a violência urbana difusa (Tavares dos Santos, 2002) ou o tráfico de drogas, a escolha dos episódios dentre os muitos disponíveis todos os dias é tão problemática quanto a raridade com que são reportados dados mais gerais sobre esses temas – ao contrário do que acontece em áreas como economia, ou mesmo nos esportes).

O que se sobressai no caso do Jornal Nacional é a explicação dos próprios jornalistas William Bonner e Ali Kamel sobre o porquê de não emitir opiniões ou complexificar as notícias quando o assunto o exige: para eles, o telespectador do Jornal Nacional é como o personagem de desenho animado Homer Simpson, um pai de família conhecido por seu baixo intelecto e seu impulso de comprar produtos anunciados na televisão e depois nunca os usar. No final de 2005, tal caracterização causou alguma polêmica, quando estudantes de jornalismo transformaram o caso em notícia, apesar de Bonner e Kamel já terem se referido anteriormente à analogia de Homer por diversas vezes e qualquer pesquisador ter acesso a entrevistas e reportagens divulgadas na internet em que se explicava o porquê dessa caracterização. Bonner, segundo suas palavras “constrangido”, foi obrigado a publicar nota de esclarecimento à imprensa na qual divulgou que não possuía conhecimento de que o personagem gozava de tanto desprezo por parte dos espectadores, ressaltando que Homer seria um “pai de família carinhoso” e se comparando ele mesmo a Homer.

Entretanto, Bonner não é Homer, e não é ele mesmo que vem à sua mente quando retira reportagens com certa complexidade do Jornal Nacional com a frase “essa o Homer não vai entender”³. Certamente, a referência a Homer Simpson possui eficácia exatamente naquilo em que ele se presta como exemplificativo de um imaginário “espectador médio”, pouco escolarizado, de baixa renda, que assiste ao telejornal noturno junto com a família à espera da novela das oito. Sendo o Jornal Nacional e a novela das oito (além do dominical Fantástico) os principais programas televisivos do país há mais de vinte anos, é de se prever também que a heterogeneidade de seu público force seus produtores a realizar um “nivelamento por baixo” do seu conteúdo, buscando com isso também atingir pessoas sem qualquer escolaridade e cujo conhecimento do português formal é limitado, pessoas que têm

³ Conforme matéria “de Homer para Bonner”, de Laurindo Leal Filho, publicada na revista *Carta Capital* em 05.12.2005.

no telejornalismo sua fonte principal de informações sobre eventos que ocorrem fora da sua rede de relações.

Esclarecedor também é o fato de Homer ser, na palavra dos jornalistas do Jornal Nacional, exemplo do “perfil conservador” dos que assistem ao programa. Trata-se de uma determinação recíproca à pauta do programa: sendo os espectadores conservadores, não é do “interesse do público” ver notícias com outro viés; simultaneamente, o público do jornal se formou a partir do viés das matérias veiculadas, ou seja, de sua história de transmissão e da visão de parte do público de que o Jornal Nacional é um telejornal de perfil conservador. Assim, objetiva-se atingir o maior público possível, afastando causas para desconforto do telespectador, seja por expressões idiomáticas, pelo uso de gráficos ou tabelas complicadas, pela escolha de notícias que exigem conhecimentos prévios de geografia, economia ou qualquer outro assunto, seja pela emissão de uma opinião que confronte valores culturais, familiares e políticos de larga popularidade entre a população.

É possível que esse modelo seja o que permite a aparição de um concorrente que, se não possui um discurso inequivocamente progressista, trabalha abertamente e de forma opinativa com temas recorrentes no imaginário político da população, em especial a denúncia da corrupção. Visto que a corrupção (ao menos a dos outros) é universalmente rechaçada como meio para o enriquecimento, e que a “fiscalização do poder” é considerada por boa parte dos jornalistas como a função principal de sua profissão, um discurso opinativo sobre a corrupção não possui o risco de discursos opinativos em outras áreas, como a política, que é o risco de defender a opinião contrária à do público. Os outros assuntos preferidos de Casoy, saúde e criminalidade, também são motivo de pouca divergência no formato “chapa branca” em que são apresentados, como a defesa da coibição da prática criminosa e do direito do enfermo ao atendimento médico-hospitalar.

Recusando-se a emitir opiniões explícitas mesmo sobre a corrupção, o Jornal Nacional adquire por outro lado maior agilidade e consegue passar um maior número de notícias no mesmo espaço de tempo. Transferindo as opiniões sempre para vozes autorizadas (policiais, políticos, juízes, especialistas em violência) devidamente selecionadas, pode reivindicar uma neutralidade que não possui e assim negar qualquer favorecimento a um ou outro lado de um conflito.

O não-aparecimento de vozes é igualmente relevante. Num caso relatado pela mesma matéria da revista *Carta Capital*, Bonner deci-

de colocar como primeira matéria do telejornal uma notícia sobre a liberação de presos por um juiz por falta de condições carcerárias. Argumentando sobre o perigo dos criminosos voltarem às ruas, Bonner chega a afirmar que “esse juiz é um louco”. Na reportagem do Jornal Nacional que foi ao ar em 11.11.2005, a temática do medo dos criminosos é o mote principal, evitando qualquer voz (inclusive a do próprio juiz) que possa fazer uma argumentação em torno das causas da liberação a partir de temas como as condições carcerárias no país e/ou a inadequação destas às leis brasileiras.

Assim, mesmo adotando a política editorial da não-opinião e evitando um conteúdo mais analítico nas notícias, há inescapavelmente por parte do JN e de qualquer outro telejornal a necessidade de se conformar à dupla determinação do “interesse do público” e da sua própria história pregressa de notícias e de construção de um público. Isso impele a ancoragem das notícias no mapa de significados culturalmente partilhado pela população que assiste ao programa, e quando essa população é tão heterogênea quanto no caso de um jornal que alcança (e busca manter) mais de 40 pontos de audiência em um país crivado por diferenças socioeconômicas, regionais e de educação, há pouca margem para modificações dentro do modelo de telejornalismo existente.

5.2 DISCURSO GERENCIALISTA: A VOZ DO PERITO COMO *IDEOLOGIA*

Para Weber, uma das características mais singulares da modernidade era a expansão de objetos, técnicas e procedimentos em geral que o homem comum não compreende por completo. Nas sociedades complexas, a especialização de funções implicou uma perda de entendimento pelo homem do mundo que o cerca, fenômeno que a Escola de Frankfurt identificou mais tarde como a gênese de uma ideologia da técnica.

Para Habermas (1997), a modernidade tardia traz em seu bojo uma hipertrofia da racionalidade instrumental fundada no cálculo, na lógica formal e na ciência aplicada, em detrimento da racionalidade comunicativa e da estética. Essa hipertrofia é observada em especial na submissão do campo da política a um fazer técnico, que reduz o espaço de diálogo a grupos de especialistas. Isso resulta na retirada de grande parte das decisões de poder das temáticas abertas à esfera

pública. A técnica é assim utilizada como uma ideologia, capaz de subtrair dos espaços democráticos a deliberação sobre elementos centrais à vida em sociedade.

Se desde a Grécia antiga se identifica a função do *logos* na capacidade de convencimento de um argumento, ou seja, o poder retórico da lógica formal, a modernidade deslocou sua forma de atuação. O fenômeno observado por Weber e Habermas levanta a possibilidade de percebermos a passagem do *logos* do discurso em si para a auto-riedade técnica reconhecida falante – um deslocamento em direção a algo mais próximo do *ethos*, por assim dizer⁴.

De forma análoga, nos telejornais a esfera do *logos* se ancora muito mais na técnica e no *status* de especialista do falante que na correção formal de sua argumentação. A escassez de tempo, dificuldade crônica de todo telejornal, impede o desenvolvimento de análises aprofundadas de temas complexos como economia, política ou segurança pública. No primeiro caso, a solução passa por noticiar variações quantificáveis na economia nacional e internacional (taxa de juros, de câmbio e de crescimento, variações da bolsa, etc.), em geral sem grandes considerações sobre seu significado. Na esfera da política, o cotidiano do poder é noticiado em um espaço relativamente grande, sendo inclusive alvo de comentários por “especialistas” no Jornal Nacional.

No caso da segurança pública, a opção mais comum é simplesmente não analisar. Em parte pelo modelo da notícia policial, centrada em “estórias” singulares, em parte pela falta de dados confiáveis, em parte pela falta de conhecimento dos jornalistas sobre o tema – o jornalismo policial ocupa posição subordinada dentro do campo jornalístico como um todo, e os jornalistas buscam se especializar em áreas mais “nobres” como política e economia – as telenotícias tendem a assumir acriticamente a posição dos agentes policiais, que são suas fontes principais e com os quais é importante manter boas relações, tendo em vista a produção de novas notícias. Nesse sentido, o *logos* é o ponto falho do tripé argumentativo das notícias policiais. Ainda assim, vozes de peritos aparecem estrategicamente como forma de garantir a credibilidade em muitos casos, dos quais três são descritos a seguir.

⁴ Esse fenômeno não é exclusivo ao jornalismo; o campo científico, por exemplo, tido como reino do *logos*, é permeado por argumentos de autoridade que se baseiam no prestígio do cientista, ou de quem ele cita, perante seus pares.

5.2.1 O legista

A perícia do corpo em assassinatos é a mais freqüente chamada ao saber técnico nas notícias policiais. Alcançou grande espaço na mídia com o caso da morte de PC Farias e em seguida teve uma crise de credibilidade com as acusações contra o legista Badan Palhares, até então o legista mais citado pelos telejornais. Embora a voz do legista esteja presente apenas em três falas nas 161 notícias analisadas, o número de citações ao seu trabalho é alto (18). O caso mais emblemático foi a investigação em torno da morte de um civil em um quartel do Exército no Rio de Janeiro (JN 13 e 14.05.2005), na qual o primeiro laudo cadavérico oficial do Exército foi contestado, resultando na produção de um novo laudo.

Notícia 1

Notícia veiculada no Jornal Nacional em 13.05.2005

FB: O Ministério Público Militar investiga a morte de um homem dentro de uma unidade do Exército no Rio de Janeiro. E o Jornal Nacional teve acesso a um laudo que afirma: o cidadão Evandro Alves, um civil que estava preso no quartel, teria sido assassinado. A reportagem é de Eduardo Tchao.

RE: O quartel do Exército fica em Triagem, no subúrbio do Rio. Evandro Alves, de 32 anos, foi preso por um soldado na madrugada do dia 11 de fevereiro. Segundo o militar, Evandro, que estava desarmado, tentava pular o muro. Vinte e oito horas depois, ele foi encontrado morto, enforcado na grade da cela. No laudo feito por peritos do Exército que estiveram no local, a conclusão: Evandro se matou. Mas o Jornal Nacional teve acesso com exclusividade a outro documento oficial do Exército: o laudo cadavérico, assinado pelo médico legista Levi Miranda. O relatório aponta vários indícios de que Evandro foi assassinado dentro do quartel. O perito Nelson Marcini, professor da Universidade Federal do Rio, analisou o documento. Segundo o laudo, os exames não encontraram lesões internas no pescoço, o que é considerado um fato inesperado e surpreendente.

LEGISTA UFRJ: O enforcamento não foi suficiente, não foi a causa determinante da morte.

RE: O legista da UFRJ analisou fotografias das grades da cela.

LEGISTA UFRJ: Havia a opção, caso fosse preciso, ele estaria, ele optaria certamente de uma posição mais alta. E ele dispunha aqui de uma grade mais alta.

RE: O laudo do perito do Exército afirma ainda que é estranha a posição da perna esquerda de Evandro, em extensão – ou seja, estava esticada. Segundo o documento, em caso de suicídio, a vítima estaria ajoelhada. A posição de um dos chinelos também chamou atenção.

LEGISTA UFRJ: Exatamente do lado contrário, e próximo do pé, mostrando que ele foi empurrado de costas para aquela posição.

RE: O perito do Exército reforça no laudo que Evandro foi sustentado e arrastado já sem vida até a grade. De acordo com exames do Exército, Evandro não estava sob o efeito de drogas, e se encontrava lúcido, sem perturbações mentais. O perito chama atenção para outro detalhe: como Evandro, que media 1,67m, e estava de sandália de dedo, conseguiu escalar o muro do quartel, que tem quase 3 metros de altura? O laudo do Exército já foi encaminhado ao Ministério Público Militar, que vai ouvir os soldados e oficiais que estavam de plantão no quartel, e os envolvidos na prisão de Evandro. Esse amigo da família afirma que o maranhense Evandro estava no Rio há cinco anos. Ele não tinha antecedentes criminais, e trabalhava há mais de 2 anos como vigilante em uma empresa ferroviária.

AMIGO: Isso pra família é absurdo. Porque ele não tinha motivo nenhum para causar a morte dele próprio. Esse caso não pode ficar impune, tem que aparecer a verdade, o que realmente aconteceu.

FB: O comando militar do leste no Rio declarou que não se pronuncia sobre os processos já enviados à Justiça Militar.

Ao contrário de todas as outras aparições, nesse caso o saber técnico se viu contestado, ainda que não em seu conteúdo. Sob a acusação de que o suicídio do preso havia sido forjado, um novo laudo foi demandado, revelando sinais claros de que seria impossível o preso ter se suicidado nas condições descritas no primeiro laudo. Dessa forma, o que se observou foi um recurso ao saber e idoneidade de um novo legista como contraprova a um laudo forjado, servindo a técnica do laudo cadavérico como próprio motor de criação narrativa da notícia, com recurso à exibição de simulações gráficas e fotos explicadas por um legista contatado pela Rede Globo.

Cabe notar, na fala do legista contatado, o uso predominante de afirmações peremptórias, como a não deixar dúvidas sobre a inadequação do laudo anterior: “O enforcamento não foi suficiente, não foi a causa determinante da morte... ele optaria certamente de uma posição mais alta. E ele dispunha aqui de uma grade mais alta”.

Na construção do argumento, a notícia joga exemplarmente com um discurso acusatório, uma reivindicação do papel de *watchdog* e uma estratégia de objetividade. A acusação de assassinato é realizada pela reportagem, ancorando-se na legitimidade de especialistas em laudos cadavéricos para dar credibilidade à afirmação. O caráter investigativo do furo de reportagem se faz presente, e o discurso mantém-se estrategicamente no “o laudo afirma”, apoiando-se no *logos* personificado nos legistas para se contrapor a um “eles” poderoso, o Exército.

Há um claro viés crítico à corporação militar na desacreditação do resultado de seu laudo inicial (que afirmava ter havido um suicídio) pelos outros peritos. A reportagem segue com exemplos e imagens que desautorizam a versão do suicídio, para seguir em uma breve “santificação” do morto, apoiando o argumento na voz de familiares e amigos. Fechando a notícia, a fala de Fátima Bernardes afirma que o Exército não se pronunciará, o que ao mesmo tempo se adapta à posição jornalística de buscar ouvir o contraditório e mantém o argumento em favor do assassinato.

Na notícia do dia seguinte (JN 14.05.2005), a repercussão do furo de reportagem do dia anterior é mostrada. É dada voz ao Secretário Nacional de Direitos Humanos e ao grupo Tortura Nunca Mais. Primeiro, o ministro Nilmário Miranda pede que o crime seja investigado fora da esfera militar. Em seguida, a estória é narrada, trazendo a questão da exclusividade das informações. Novos fatos que atestam a versão de assassinato são levantados, recorrendo novamente ao *logos* personificado no legista.

O grupo Tortura Nunca Mais que, na voz do repórter, afirmou ser a versão do suicídio comum no regime militar, coloca o fato como único no período pós-85 e faz discurso legalista, pela investigação idônea. É interessante notar como há na reportagem uma busca de que as vozes de direitos humanos sejam brandas, não se sabe se a partir de uma posição dos próprios atores ou da seleção de falas; o fato é que a colocação desses atores no “nós” exige uma certa domesticação do seu discurso, despido de elementos excessivamente críticos, para que ocupe o *locus* discursivo adequado para a narrativa – um *ethos*

em favor da investigação, contra a impunidade e contrário ao Exército, discurso que os âncoras do Jornal Nacional se furtam de assumir diretamente. Complementando a reportagem, novamente uma voz do *pathos* reforça o argumento a partir da santificação do morto, pessoa “alegre” e “em constante contato com a família”.

5.2.2 O especialista em drogas

As drogas são em geral apresentadas pelo lado do tráfico, para o qual a fala legitimada tende a ser buscada nos departamentos de narcóticos das polícias civis e da Polícia Federal. Entretanto, quando usuários entram em cena, explicações de cunho mais psicológico tendem a aparecer, como na reportagem “Divulgado levantamento sobre consumo de drogas em escolas públicas” (JN 31.05.2005).

Seguindo o padrão verificado em reportagens sobre consumo de drogas, de sempre indicar seus malefícios, o especialista afirma sobre o caso do uso de anfetaminas que “... são drogas extremamente perigosas, que dão arritmia cardíaca, por exemplo, que levam à morte”. Faltando uma explicação para o seu consumo elevado entre mulheres jovens, um dos temas da reportagem, novamente a voz do especialista é estrategicamente utilizada para dar credibilidade à notícia no tratamento do tema⁵.

5.2.3 O estudioso da violência

O estudioso da violência se tornou uma figura presente nos noticiários no momento em que a criminalidade violenta começou a ser tematizada com maior frequência. Em geral, esse personagem é chamado a falar quando do acontecimento de algo que causa grande comoção pública, como rebeliões prisionais ou chacinas. Em anos mais recentes, entretanto, a mídia começa a dar algum destaque a pesquisas que buscam abarcar a violência com dados e estatísticas. Tendo sido o período da pesquisa influenciado pela aprovação do referendo do desarmamento, o tema da segurança pública foi trazido à tona, ainda que em número incomparavelmente menor aos eventos

⁵ Para o especialista, “isso tem a ver com a pressão social de que a mulher pra ser atraente precisa ser magrinha”.

de criminalidade violenta. O caso da notícia “Mapa da Violência da Unesco revela queda nos homicídios em São Paulo” (JR 24.05.2005) é emblemático.

A notícia em princípio teve por tema a segurança pública em São Paulo e as causas da violência e de sua diminuição (tema debatido pelo diretor da Unesco, que lançava a publicação do mapa), mas outros elementos foram necessários para elevar o “valor-notícia” dessa. Primeiramente, o caso da violência é trazido do universal para o particular e do *logos* para o *pathos*, por meio da narração de Dona Vilma, que teve a filha, “que sonhava ser atriz” e tinha os horários controlados, morta por uma bala perdida. Por meio da santificação da filha de Vilma, a carga afetiva da violência surge como forma de complementar uma notícia fria, recheada com números e descrição de causalidades.

Entretanto, o movimento do *logos* ao *pathos* serviu também para o reforço argumentativo do tema final da notícia, que era a campanha do desarmamento. Nesse momento, as vozes do especialista e da irmã da vítima são colocadas uma após a outra, e fazem um pedido igual para “conter a violência”, embora com linguagens distintas: a aprovação do desarmamento no referendo.

5.3 CAMINHOS DO *PATHOS*: VÍTIMA, PARENTES E AMIGOS NA RETÓRICA JORNALÍSTICA

As vozes das vítimas, familiares e amigos configuram o centro da estratégia jornalística de gerar uma ligação das notícias com o público por meio do apelo emocional, criando uma empatia do telespectador para com a vítima (ou, no caso de assassinato, para com aqueles que sofrem por sua morte). Trata-se do terceiro grupo mais presente nas notícias policiais, com 30 falas (10 de vítimas, 17 de parentes e 3 de amigos) em 161 notícias, atrás apenas dos jornalistas, obviamente (432 falas) e dos policiais (57). Sua importância pode também ser verificada pelas vezes em que são objetos, e não emissores do discurso: 194 vezes em 161 notícias, contra 240 menções ao acusado e 234 aos policiais⁶.

⁶ O grupo “policiais” agrega todas as polícias: militar, civil e federal. Como objeto do discurso, as vítimas formam a maior parte do seu grupo: 149 menções, contra 40 de familiares e 5 de amigos.

Aprofundando no discurso desse grupo, a pesquisa revelou uma correlação entre a fala do grupo "vítima" (formado por vítimas, parentes e amigos) e um discurso marcado pela temática da violência, com forte apelo contra a impunidade e a favor da justiça, no qual a sociedade civil e os policiais aparecem como interlocutores principais, seguidos pelos políticos⁷.

O teste qui-quadrado indicou uma correlação fraca ($p = 0,222$) entre a voz da vítima e o espaço social do evento: não surpreendentemente, as vítimas são mais acionadas quando de um evento ocorrido no espaço privado, identificado por Da Matta (1997) com o espaço da "casa". Esse, entretanto, não é o caso da notícia analisada a seguir (notícia 2), que aponta um raro momento de mobilização coletiva dos familiares e amigos de vítimas de uma chacina na Baixada Fluminense.

O teste indicou igualmente fraca correlação entre o grupo "vítima" e os grupos "políticos" ($p = 0,220$), e "policiais" ($p = 0,132$). No que se refere aos discursos contra a impunidade e os que tematizam a violência, entretanto, a relação é estatisticamente significativa, como mostram as tabelas 1 e 2:

Tabela 1
Correlação entre voz da vítima e discurso sobre impunidade e celeridade da justiça

			Tema: impunidade e celeridade da justiça		Total
			não	sim	
Voz da vítima	não	Count	122	18	140
		% of Total	75,8%	11,2%	87,0%
	sim	Count	14	7	21
		% of Total	8,7%	4,3%	13,0%
Total		Count	136	25	161
		% of Total	84,5%	15,5%	100,0%

Qui-quadrado: $p = 0,016$

⁷ O grupo "sociedade civil" é heterogêneo, e abarca principalmente personalidades, grupos de estudantes, grupos religiosos e grupos de direitos humanos. No caso, a análise estatística seria prejudicada ao desagregarmos os dados, porém é forte o indício de que a correlação corresponda aos grupos de direitos humanos, com os grupos religiosos também ocupando um espaço.

Tabela 2
Correlação entre voz da vítima e discurso
de tematização da violência

			Tema: a violência		Total
			não	sim	
Voz da vítima	não	Count	120	20	140
		% of Total	74,5%	12,4%	87,0%
	sim	Count	14	7	21
		% of Total	8,7%	4,3%	13,0%
Total		Count	134	27	161
		% of Total	83,2%	16,8%	100,0%

Qui-quadrado: $p = 0,029$

Essa correlação é importante no sentido que aponta, primeiramente, o quanto o discurso do grupo “vítima” é marcado pelo *pathos*, e segundo, qual o conteúdo desse apelo à emotividade. Trata-se, via de regra, de um discurso marcado pela revolta contra uma justiça criminal vista como lenta, ineficaz e branda para com os criminosos. Esse é o teor da mensagem presente na notícia “Chacina na Baixada Fluminense” (JN 03.06.2005), assim como na notícia correlata do Jornal da Record do mesmo dia.

Notícia 2
Notícia veiculada no Jornal Nacional em 03.06.2005

FB: Os 11 policiais militares acusados de participar na chacina da Baixada Fluminense há 2 meses começaram a ser ouvidos hoje pela polícia. Os interrogatórios só devem terminar de madrugada.

RE: Do lado de fora, uma manifestação de rostos escondidos [imagem mostra faixa onde se lê: SEM JUSTIÇA NÃO HÁ PAZ. PUNIÇÃO PARA OS ASSASSINOS, VIOLÊNCIA NUNCA MAIS! Punição para os assassinos está escrito em vermelho, o resto em preto. 8 pessoas encapuzadas seguravam a faixa]. Parentes e amigos das vítimas da chacina da Baixada Fluminense vieram acompanhar o

primeiro interrogatório dos acusados na justiça. Os 11 policiais militares chegaram cedo ao fórum. Eles foram indiciados pelo assassinato de 29 pessoas no dia 31 de março. As vítimas eram moradores que foram escolhidos ao acaso. A perícia conseguiu provas técnicas que comprovariam a participação dos policiais nos crimes. Até agora alguns PMs admitiram que estiveram nos locais da chacina, mas afirmam que só chegaram depois dos crimes. Todos se dizem inocentes.

PROMOTOR DE JUSTIÇA: *Eu já aguardava isso. Mas de certa forma, mesmo negando, isso acaba servindo de prova para os demais acusados.*

RE: *Este é o início do processo contra os 11 policiais militares acusados da chacina. A próxima etapa é ouvir as testemunhas de acusação. Há 20 testemunhas já convocadas. O Ministério Público acredita que o julgamento pode acontecer ainda esse ano.*

Nessa notícia, percebe-se a colocação do “nós” nos amigos e familiares das vítimas, do lado de uma sociedade civil que pede, inclusive por meio de uma faixa na frente do fórum, justiça (punição) como pressuposto da paz e fim da violência. O dogma penal e a criminalização provedora revelam-se aqui de forma clara, inquestionável, no protesto daqueles que temem mostrar seu rosto. Esse temor gera um forte apelo visual, auxiliando a força da mensagem e trazendo à tona a questão do medo frente à autoridade policial e sua impunidade, em especial nas periferias. A demonização dos policiais, ainda que sutil, é feita por meio da expressão “ao acaso” para designar como foram escolhidas as vítimas da chacina, colocando a polícia do lado do “eles”.

Outro elemento forte é a legitimação da acusação via “provas técnicas” da perícia, que afastariam a dúvida. Ainda assim, o repórter se distancia estrategicamente, dizendo que as provas “comprovariam”, “segundo a perícia”. Em seguida, a notícia segue para a voz do promotor, os passos da investigação e da crença na celeridade da justiça pelo Ministério Público, colocando-o do lado de um “nós” que busca a punição rápida. No comentário de Boris Casoy sobre a notícia homóloga, a questão da impunidade ligada à corporação policial (“a maneira como eles agiram mostra a certeza da impunidade”) se soma à demanda de uma investigação que busque “quem está por trás desse horror”:

BC: Fica difícil imaginar que policiais decidiram fazer uma chacina à toa. Algo os uniu nessa brutalidade. Pode ter sido uma ordem, medo de alguma coisa que fosse descoberta, ou mesmo tentativa de desestabilizar o comando. E mais. É preciso, além da punição, saber o que e quem está atrás desse horror.

Essa fala de Casoy nos serve para finalizar o capítulo com um ponto que relativiza o que poderia ser entendido como uma divisão estanque em que as dimensões do *logos*, *ethos*, e *pathos* são perfeitamente identificadas com as figuras do perito, do jornalista e da vítima. O uso da expressão “horror” expressa bem uma das possibilidades abertas a Casoy por meio dos comentários em *close*: a identificação do âncora com o sofrimento e/ou a indignação popular por meio de um discurso que joga tanto com o *ethos* do jornalista quanto com o *pathos*, forma de aproximação com o público tipicamente utilizada por âncoras de programas de jornalismo policial como o Cidade Alerta ou o Brasil Urgente e que é marcante também nas opiniões de Casoy.

No próximo capítulo, a análise passa do uso das vozes como estratégia retórica de construção do argumento para o uso da rotulação dos atores sociais como modo de construção da narrativa.

ROTULAÇÃO E NARRATIVA POLICIAL

Sumário: 6.1 Heróis e bandidos: a ambigüidade do personagem policial – 6.2 A voz ausente: os criminosos no horário nobre – 6.3 Uma rotulação de classe: a distinção traficante/usuário – 6.4 Uma rotulação geográfica: a guerra do tráfico.

6.1 HERÓIS E BANDIDOS: A AMBIGÜIDADE DO PERSONAGEM POLICIAL

Além do seu papel narrativo destacado, o policial é, via de regra, o definidor primário da notícia. Seguindo a análise de Stuart Hall dos noticiários sobre o *mugging* no Reino Unido, isso garantiria a ele uma situação vantajosa na relação com a mídia, que tenderia a defender a atuação do aparelho policial e assim contribuir ideologicamente para a reprodução do aparelho de Estado (Hall, Chritcher *et al.*, 1998).

Do ponto de vista simbólico, nas notícias de criminalidade violenta, o policial é, em conjunto com a vítima e o criminoso, o motor da estrutura narrativa. Como num romance policial, o “eles” é personificado pelo criminoso que, ao cometer o ato que rompe a ordem social, gera uma vítima. Essa vítima é identificada na narrativa com a virtude privada – a família, a cordialidade, etc., e é como o mártir anônimo de uma sociedade desafiada pelo mal personificado. O crime aciona assim a volúpia punitiva da sociedade, que deseja a retribuição ao perpetrante do mal causado. Santificada a vítima e demonizado o criminoso, o terceiro personagem assumiria o papel do “herói” – papel esse, em princípio, assumido pelos mantenedores da lei.

Entretanto, toda uma série de notícias veiculadas desde a redemocratização, como o massacre do Carandiru, a chacina da Candelária, o caso Diadema – e, mais recentemente, a chacina na Baixada Fluminense – coloca os policiais em papel diferente, o papel do criminoso. Por outro lado, os policiais continuam sendo os definidores primários da notícia, e quando assumem o papel dos criminosos não abandonam o papel de heróis (são, em última instância, policiais-heróis investigando policiais-criminosos).

Essa ambigüidade latente do personagem policial é igualmente perceptível pelas pesquisas de opinião – 53% dos brasileiros dizem “confiar pouco” na Polícia Militar. Esse valor permanece praticamente o mesmo no que se refere aos policiais civis e à justiça, sendo um pouco menor para os policiais federais (44%) (cf. Almeida, Schoeeder e Cheibub, 2002)¹. De fato, a percepção da população sobre o sistema de justiça criminal é mais crítica que o discurso veiculado pelos telejornais de referência.

Sem essa comparação, poderia se tirar do grande número de notícias que retratam negativamente o aparelho de coerção, apressadamente, a conclusão de que a mídia no Brasil simplesmente contradiz a teoria de Hall. O que a pesquisa indica, entretanto, é algo um pouco mais sutil: a forma como as notícias retratam os policiais depende não só do papel reservado a eles por sua posição no aparato estatal, como também da forma como a polícia atua, da visão do público sobre a corporação e da sua capacidade de impedir a veiculação de propaganda negativa. Em um país como a Inglaterra, com baixos índices de criminalidade e um nível alto de confiança da população na polícia, a teoria de Hall se mostra mais explicativa. Em um país como o Brasil, onde o Estado impõe de maneira mais frágil sua dominação legítima, o poder simbólico de seu aparelho de coerção se vê diminuído.

Partindo do pressuposto banal de que a polícia brasileira não recrudesceu na sua forma de atuar após a redemocratização, é provável que sua menor capacidade de censura tenha sido o motor para o aumento de notícias retratando a violência e a corrupção policial. Nada menos que 8% das notícias analisadas trazem esses elementos. O caso mais emblemático dentro do *corpus* é a reportagem (notícia 3) sobre o espancamento de um jovem até a morte por policiais em Londrina:

¹ Cabe notar que em todos os casos a resposta “não confia” é mais freqüente que as respostas “confia” e “confia muito” somadas.

Notícia 3**Notícia veiculada no Jornal Nacional em 16.05.2005**

FB: Um inquérito policial militar vai investigar a ação de PMs acusados de espancar até a morte um jovem em Londrina, no Paraná, no fim de semana.

RE: Parentes e amigos ainda tentam entender como o som alto pode ter provocado tanta violência. Na madrugada de domingo, James Smith da Silva, de 20 anos, fazia uma festa em casa para os amigos. Por causa do barulho, a PM foi chamada. Houve uma discussão e mais PMs chegaram. Foi aí que começou a pancadaria.

SOMBRA DE AMIGO: Os 'home' já chegou entrando, quebrou o som dele, bateu a cabeça dele na parede, jogou ele no chão, e começou a chutar ele, chutar, chutar, chutar.

RE: A mãe mostra o cassete que teria sido quebrado nas costas do filho. James teria sido levado para o hospital, mas morreu dentro do carro da polícia. O laudo do Instituto Médico Legal aponta como causa da morte o rompimento do fígado.

MÃE: Mandou a gente sair de perto do carro. Aí, demorou uns dois minutos, chegou o rabecão encostando para pegar ele.

RE: Estava morto.

MÃE: Tá morto, não tinha (...) coitado. [choro]

RE: James trabalhava como carregador, e tinha um filho de 6 meses. O comandante da PM tentou justificar a atitude dos policiais.

COMANDANTE: É um fato que eu classifico como acidente de trabalho e do qual o comando vai tomar todas as providências, não deixando passar impune, porque já hoje mesmo vou anunciar ao Ministério Público para que acompanhe todas as ações ou as investigações do inquérito e do flagrante.

RE: Depois dessa declaração, o comandante foi afastado do cargo. Os dois policiais que entraram na casa de James e espancaram o rapaz estão presos aqui no batalhão. Os outros 22 PMs envolvidos na ação também foram afastados.

Nessa notícia, a dificuldade em retratar a ambigüidade da ação policial se revela também numa ambigüidade da voz jornalística. Essa dificuldade advém da contradição entre duas dinâmicas de construção

noticiosa, uma levando a um retrato crítico dos agentes policiais, outra condicionando a notícia à boa relação com as fontes.

De um lado, há a valoração negativa dos policiais pelo público dos telejornais, a abundância de casos envolvendo policiais, o elevado valor-notícia desse tipo de matéria e a tendência do jornalismo pós-democratização de denúncia. Todos esses elementos, que por vezes se sobrepõem, levam a notícia que tematiza a violência policial, vista isoladamente, a gerar para o jornalista reconhecimento tanto pelo público como por seus pares. De outro, há a necessidade estrutural de apoio dos policiais para a fabricação continuada de notícias sobre a criminalidade violenta, assim como uma certa perda de força narrativa ao gerar ambigüidade excessiva sobre um dos personagens principais das estórias.

Retomando a análise da notícia em si, é notório que a primeira voz, da âncora Fátima Bernardes, estabelece um distanciamento estratégico frente os lados da versão; afirma apenas que há um inquérito em andamento, e policiais militares são “acusados” de assassinato. Logo após, a voz da repórter inicia a construção narrativa de deslegitimação da versão policial por meio do recurso ao *pathos* – “familiares e amigos tentam entender como o som alto pode ter provocado tanta violência” e “pancadaria”.

Em seguida, é dada voz a um amigo da vítima que tem seu rosto escondido por sombras – o que, se por um lado, é uma preocupação adequada de preservação da integridade da fonte, por outro sugere que do outro lado encontram-se pessoas violentas e vingativas com liberdade para atuar à revelia da lei.

O argumento segue com um apoio visual ao argumento do assassinato (o cassete utilizado pelos policiais), um apoio retórico – “perito” do laudo cadavérico –, e, por último, mais um apoio retórico de apelo emocional – o choro da mãe da vítima ao recordar do acontecimento. É importante notar que nesse caso o *pathos* dá força a uma afirmação tipicamente ligada ao *ethos*: o relato de uma testemunha ocular do acontecimento. Fechando a construção típica dos personagens, a vítima é identificada com a virtude privada – jovem trabalhador e pai de família.

Logo após o choro da mãe e a santificação da vítima, a repórter anuncia a fala do comandante de forma a desautorizá-la: ele “tenta” justificar a atitude dos policiais. Ao tentar justificar o injustificável, após o choro da mãe, o apoio visual do cassete, a santificação da

vítima e o resultado do laudo pericial, o comandante acabou afastado. Numa nomeação de proteção corporativa, o comandante preferiu o termo “acidente de trabalho” aos utilizados pela reportagem, embora seu discurso defensivo seja consciente da necessidade de defender alguma forma de punição. Assim, afirma que a investigação será acompanhada pelo Ministério Público, buscando uma forma de legitimação pelo procedimento – sem eficácia, no caso.

Pode-se dizer que o comandante mostrou inaptidão para aquilo que é próprio do *habitus* do político, o discurso ao mesmo tempo visando o público interno e o externo; em vez de conjugar os discursos, o comandante os proferiu separadamente, um após o outro – primeiro para o público interno (“é um fato que eu classifico como acidente de trabalho”), depois para o público externo (“o comando vai tomar todas as providências, não deixando passar impune”). Assim, desautorizada a voz capaz de contrapor a narrativa até então apresentada, é possível à repórter abandonar o distanciamento estratégico adotado pela âncora no início da reportagem e afirmar o assassinato como caso resolvido (“Os dois policiais que entraram na casa de James e espancaram o rapaz estão presos”). Note-se, entretanto, que a âncora não realiza o mesmo movimento, tendo apenas apresentado a notícia. Essa tendência de maior observância à objetividade jornalística pelos âncoras do que pelos repórteres foi observada tanto no Jornal Nacional quanto no Jornal da Record, mesmo quando considerados os comentários de Casoy.

6.2 A VOZ AUSENTE: OS CRIMINOSOS NO HORÁRIO NOBRE

Como afirmado acima, o tripé retórico das notícias de criminalidade violenta é formado por vozes de especialistas, das vítimas e dos jornalistas, enquanto o tripé narrativo – ou metassintático, nas palavras de Van Dijk – é formado por policiais, vítimas e acusados. De todos esses personagens, o mais citado é também o que menos fala nos telejornais: objeto da fala em 240 ocasiões, o acusado é emissor do discurso em 22 parágrafos.

Esse número, entretanto, deve ser contextualizado: das 22 falas, 19 se referem às vozes de acusados em conversas telefônicas grameadas pela polícia e transmitidas nos telejornais. Dessas 19, 18 são

falas de policiais envolvidos em grupos de extermínio no Ceará e em Pernambuco. A vigésima fala é a voz de um menor que participava de uma rebelião na Febem de Tatuapé/SP e é agarrado por um agente (JN 10.05.2005). A voz do adolescente infrator não é dada em entrevista ao noticiário, e se reporta diretamente ao agente:

ADOLESCENTE: Ai senhor, ai meu braço, senhor!

O modelo de falas dirigidas a outros que não os jornalistas que realizam a reportagem é também presente nas outras duas vezes em que um acusado tem voz nos telejornais; as duas falas pertencem ao traficante Elias Maluco, condenado pelo assassinato do jornalista da Rede Globo Tim Lopes, durante o seu julgamento (JN 24, 25 e 26.05.2005; JR 25.05.2005). Em uma das vezes, ironicamente, sua voz se faz presente para reivindicar seu direito constitucional de permanecer calado. Na outra, o acusado afirma rapidamente ser pintor de carros – afirmação que é utilizada durante a reportagem como elemento retórico de desqualificação de Elias, conforme se observa na notícia 4 a seguir e na voz de uma das promotoras na reportagem veiculada em outra reportagem da mesma série (JN 26.05.2005).

É patente a diferença no modo de utilização dos criminosos na construção das notícias entre o telejornalismo de referência e os telejornais especializados em notícias policiais. Enquanto nos primeiros estrategicamente se censura a voz dos criminosos em prol das vozes autorizadas, os telejornais de cunho mais sensacionalista utilizam-se sempre que possível de seu discurso. As observações e transcrições realizadas do programa Cidade Alerta, da Rede Record, evidenciaram um interesse freqüente em dar voz aos criminosos como forma de elevar a audiência e de auxiliar na construção da retórica estigmatizadora sobre aqueles, como nessa reportagem, parcialmente transcrita:

Notícia 4

Notícia veiculada no cidade Alerta em 13.09.2004

MR: São imagens de Anestor Bezerra de Lima, acusado de matar taxistas. A chegada dele em Ijuína, Mato Grosso – e ele chega nervoso hein, agressivo. Olha aí, ó! Agrediu o repórter cinematográfico.

ACUSADO: Não quebrou a câmera ainda, hein? Vou ter que ir lá fora quebrar ela.

...

MR: O senhor, que é um delegado experiente, como o senhor me traçaria o perfil do Anestor? Que tipo de criminoso ele é? Ele é frio, é metuculoso? Porque a reação que eu vi, ele batendo ali na câmara, eu disse 'uai, ele é explosivo'. Que tipo de homem ele é?

DELEGADO: Olha, ele é uma pessoa fria. Podemos dizer que tem um certo grau de cultura, ele tem um certo grau de conhecimento, ele é uma pessoa metuculosa em alguns detalhes. Ele é... uma pessoa que requer um certo cuidado.

MR: Requer, não é doutor? Agora como, como a polícia prendeu Anestor Bezerra de Lima? Como o policial percebeu que este homem – abre na tela pra mim, por favor [imagem de Anestor aparece na tela] – como ele percebeu que este homem, com esta carinha, poderia ser o Anestor? [segue reportagem]

Impossibilitados pelo seu formato de utilizarem com a mesma liberdade do Cidade Alerta juízos de valor explícitos e descrições estigmatizadoras dos criminosos², os telejornais de referência se vêem em maiores dificuldades para a realização de uma notícia policial que desperte interesse do público por meio da rotulação do acusado. Diante dessa dificuldade, são duas as principais estratégias utilizadas pelos telejornais de referência para a construção de sua narrativa: por um lado, o criminoso é construído como personagem sem voz, uma voz ausente; por outro, utilizam-se de outras vozes que não a dos jornalistas para emitir juízos de valor sobre esses personagens.

Essa voz ausente tem como efeito imediato a construção de um personagem misterioso, sobre o qual o público não recebe muitas informações, e cujas ações são interpretadas apenas pelo viés de suas conseqüências legais. É possível colocarmos como hipótese inclusive que esse viés, esse “pé manco” do tripé narrativo nos telejornais de referência, seja uma das causas principais do sucesso dos telejornais de cunho mais sensacionalista, especializados em notícias policiais.

Como efeito mais geral, a voz ausente dos criminosos e a restrição das vozes autorizadas a falar sobre eles geram um desconhecimento público sobre o modo de vida e o universo simbólico dos infrato-

² Cabe ressaltar que a série de reportagens incluiu uma entrevista exclusiva com o acusado, o “matador de taxistas” em 30.09.2004.

res. A informação passada, escassa relativamente à quantidade de notícias policiais veiculadas, e enviesada ideologicamente pela ótica do sistema de justiça criminal, tende a imprimir na cultura nacional representações sobre os criminosos que são por demais similares às daqueles que possuem voz para falar sobre a violência em horário nobre, centradas na resolução de casos e longe de discussões mais amplas sobre segurança pública³.

A outra estratégia, já observada por Tuchman (1999), de utilizar-se da voz de outros para emitir juízos de valor sem comprometer a objetividade jornalística, pode ser observada logo no início da primeira das reportagens sobre o julgamento de Elias Maluco (notícia 5):

Notícia 5

Notícia veiculada no Jornal Nacional em 24.05.2005

FB: Boa noite. Três anos depois do assassinato do jornalista Tim Lopes, o bandido acusado de comandar o crime deixou o presídio para se sentar no banco dos réus. No julgamento, o traficante Elias Maluco se recusou a falar.

RE: Elias Maluco deixou o presídio de segurança máxima de Bangu I de manhã cedo. O comboio seguiu sob forte esquema de segurança até o centro da cidade. Elias Maluco foi xingado ao entrar no primeiro tribunal do júri.

ANÔNIMO: Covarde!

RE: Outro traficante da quadrilha, que confessou ter dirigido o carro que levou Tim Lopes para o alto da favela, também foi levado para o Fórum. Ângelo da Silva e Elias Maluco ficaram em frente ao juiz. O julgamento seria de dois dos acusados, mas houve divergências entre os advogados de defesa na hora da escolha do júri. Por isso, o juiz decidiu que o julgamento seria desmembrado, e Elias

³ É interessante notar como nos jornais centrados em notícias policiais o tema da segurança pública é debatido diariamente mediante uma retórica explícita de universalização do particular em que os casos mais chocantes à população são apresentados como exemplo típico da criminalidade violenta. Esse movimento retórico é então utilizado como apoio para argumentos em favor de punições mais rigorosas aos criminosos e menos restrições legais ao trabalho policial, posições que, possivelmente, são defendidas por boa parte de seus telespectadores.

Maluco o primeiro a se sentar no banco dos réus. Elias Maluco vai ser julgado sozinho. Nos próximos dias, será a vez dos outros seis acusados. O policial teve cuidado e passou a arma para o colega na hora de trocar a posição das algemas do traficante. O juiz Fábio Uchoa fez um relato das acusações:

JUIZ: O crime foi cometido com emprego de meio cruel, fogo e tortura.

RE: Elias Maluco foi chamado para se defender, mas se negou a falar.

ELIAS MALUCO: ... Sessenta e quatro. O direito constitucional de ficar em silêncio. Os advogados vão falar por mim.

RE: Mas ao ser perguntado se trabalhava, o traficante tinha uma resposta:

ELIAS MALUCO: Pintor de autos.

[imagem corta para entrevista após a afirmação de Elias Maluco]

RE: Pintor de carros?

ADVOGADO DO TRAFICANTE: É, pintor de carros, ele até disse isso pra mim.

RE: Você acreditou?

ADVOGADO: Bom, vê bem o negócio: se ele for absolvido e um dia ele for solto, o meu carro ele vai pintar.

RE: Durante o julgamento, foram apresentadas reportagens e depoimentos da época da morte de Tim Lopes e da caçada a Elias Maluco. O bandido permaneceu de cabeça baixa. As promotoras dizem que estão confiantes com as provas que conseguiram.

PROMOTORA: As provas estão fortes, por isso ele está sendo julgado. Senão, não teria nem chegado aqui no plenário do júri.

RE: A viúva e a irmã de Tim Lopes estão acompanhando o julgamento.

IRMÃ: Acho que esse momento é um novo momento, em que novamente temos que dar as mãos para clamar a justiça pela morte do jornalista Tim Lopes.

WB: O julgamento do traficante Elias Maluco foi interrompido para o jantar. O repórter Ari Peixoto está no Fórum do Rio. Boa noite, Ari.

RE: Boa noite, Bonner. O recesso decretado pelo juiz deve acabar em no máximo 15, 20 minutos. Depois, vai ser a hora do debate entre acusação e defesa. Duas horas para cada lado, e depois, se for o caso, meia hora de tréplica para um, meia hora de tréplica para outro. Aí, os jurados se retiram para deliberar na sala secreta. O julgamento está correndo mais rapidamente do que era esperado, porque os advogados do traficante Elias Maluco decidiram dispensar as testemunhas de defesa. Assim, a decisão sobre se Elias Maluco é culpado ou inocente só deve sair mesmo na madrugada dessa quarta-feira. Fátima.

Como se observa logo no início da reportagem, há o uso estratégico de uma voz anônima, sem rosto, na entrada do fórum, como forma de emitir um juízo de valor que permite pautar o tom da reportagem e ao mesmo tempo resguardar a posição dos jornalistas. Como demonstra Tuchman (1999), a seleção de quais eventos são relevantes, ou o *news judgement* em geral, é defendida como compatível com a objetividade pelos jornalistas. Visto que “Elias Maluco foi xingado ao entrar no primeiro tribunal do júri” é considerado um fato objetivo, não haveria nada de parcial nessa informação. A relevância do xingamento na entrada do fórum é coerente com a série de reportagens sobre o julgamento, que constrói seu argumento na idéia de que o caso representa uma união da sociedade contra o crime e a impunidade.

Na reportagem do dia seguinte, essa idéia é reforçada por meio do uso das vozes de vários representantes da sociedade civil organizada (Associação Brasileira de Imprensa, Igreja Católica, OAB, sindicato de jornalistas) e também de anônimos, estes últimos sendo utilizados estrategicamente como discursos capazes de afirmar posições mais firmes – como a mulher que afirma sem rodeios que “ele tem que pagar pelo que ele fez” – a série de reportagens constrói a idéia da vitória de um “nós” bastante ampliado, que inclui o Estado (representado por juízes e promotores), contra um “eles” “maluco”, “covarde”, “cruel”, “brutal”. A esses adjetivos, soma-se no quarto parágrafo a imagem de um homem potencialmente perigoso e traiçoeiro, quase sobre-humano, que exige cuidados dos agentes policiais mesmo quando algemado dentro de um tribunal.

Antes, já no primeiro parágrafo, a reportagem revela possível contrariedade com a recusa em Elias Maluco falar; entretanto, é pouco provável que a notícia abrisse espaço para uma fala que não pudesse ser utilizada contra o acusado, como a sua afirmação de ser pintor

de carros. No caso, seu próprio advogado serve para desautorizar sua fala, iniciando a construção do argumento acusatório que segue com o *ethos* e o *logos* da promotora que reuniu “provas fortes⁴” e o *pathos* da família da vítima que clama por justiça.

O caso de Tim Lopes rende continuação ainda por meio da notícia sobre a cerimônia para lembrar o jornalista (JN 02.06.2005). Abundam durante todo o texto construções santificadoras de Tim Lopes, que “transformava pedidos de ajuda da comunidade em notícias”, bem articuladas com uma defesa da “missão jornalística” de “informar a sociedade”, segundo o presidente da ABI. Sua santificação inclui a emoção da família na cerimônia religiosa e a recordação de que ele cobria um caso de exploração sexual de crianças e adolescentes em bailes *funk* promovidos por traficantes, o que se articula à demonização já previamente construída em outras reportagens dos acusados – lembrando-se aqui que eles “capturaram, torturaram e executaram” o jornalista.

Por último, visto que nessa última reportagem Elias Maluco já havia sido condenado e esperava-se o julgamento dos outros seis acusados, a reportagem volta-se para o tema do tribunal, enfatizando-se o dogma penal e construindo-se um julgamento prévio via o acionamento da voz das promotoras – “todos têm que ser punidos”.

6.3 UMA ROTULAÇÃO DE CLASSE: A DISTINÇÃO TRAFICANTE/USUÁRIO

Uma das características narrativas mais marcantes nas notícias de horário nobre é a forma diferenciada como se abordam os traficantes e os usuários de drogas. Primeiramente, cabe ressaltar uma previsível disparidade de espaço dado aos dois grupos, que pode ser explicada em parte pela relação do tráfico de drogas com outros eventos, como a confrontação com a polícia e o crime organizado. Outra parte da explicação, correlacionada à primeira, está na discrepância da atuação policial frente aos dois grupos; segundo dados divulgados pela ONU (2005), quatro mil e sete é o número de prisões por tráfico de drogas no Brasil em 2004, contra 66 prisões por uso ou porte.

⁴ É possível ter uma idéia da importância desse papel duplo da promotoria quando se observa que ambas tornaram-se, em conjunto com o juiz, heroínas e personagens principais da última reportagem da série no Jornal Nacional (JN 26.05.2005), cuja tônica é a importância do trabalho de investigação e inteligência e da “determinação” e “firmeza” na luta contra a impunidade.

Visto que obviamente existem mais usuários que traficantes no país, há que se questionar o porquê dessa inversão no que se refere ao número de prisões. Uma explicação já foi sinalizada; a correlação do tráfico de drogas com outras práticas criminais faz dele um tema central nas políticas de segurança pública das grandes metrópoles. Coerentemente, há uma correlação entre os temas “drogas” e “crime organizado” no *corpus* analisado ($p = 0,065$), que não chega a ser estatisticamente significativa, muito provavelmente, devido às notícias que tratam apenas de usuários.

Outra explicação é o aumento na tolerância social para com o uso de drogas, fenômeno mundial que pode ser observado no Brasil tanto em manifestações culturais como músicas e filmes quanto na evolução das legislações e propostas de lei sobre o tema. Por meio de novas legislações, os usuários ganham a possibilidade de prestar penas alternativas à prisão. Enquanto o paradigma proibicionista americano detinha a hegemonia no que se refere ao tema das drogas no cenário mundial, pautando por meio de convenções das Nações Unidas as legislações nacionais, traficantes e usuários eram demonizados com poucas distinções⁵. Com o aumento do volume do tráfico (em especial de cocaína) a partir de meados dos anos oitenta e a conseqüente inversão na divisão internacional de consumo e tráfico de drogas (cf. Escohotado, 1995), uma separação mais forte tanto nas legislações penais quanto no que se refere às representações dos dois grupos pela sociedade em geral se observa.

A essa distinção entre países pobres e ricos corresponde também uma divisão entre classes sociais e etnias dentro de um mesmo país, contribuindo para uma visão menos estigmatizadora e excludente dos usuários – em especial por parte da elite cultural – enquanto os traficantes são percebidos, cada vez mais, como causa principal do aumento da violência urbana⁶. Esse elemento nos traz uma terceira explicação, não divulgada pelos veículos de informação: os números

⁵ Sobre a rotulação de usuários de drogas durante os anos cinqüenta nos Estados Unidos, ver o clássico de Howard Becker, *Outsiders (Los Extraños*, na tradução argentina de 1971).

⁶ Cabe ressaltar que ambos os movimentos ideológicos não parecem ter sido simultâneos, e sim consecutivos. Primeiramente, o movimento da contracultura contestou a visão hegemônica sobre o usuário de drogas, para só em seguida (com a explosão da cocaína no mercado americano e da heroína no mercado europeu) os traficantes serem excluídos de um movimento até então relativamente homogêneo no sentido de uma maior tolerância social para com as drogas.

discrepantes de prisões de traficantes e usuários escondem também uma seletividade de classe e raça no trabalho policial e nas condenações. Não se trata aqui do fato de que os traficantes vão presos enquanto os usuários não; trata-se da própria definição de traficante e usuário, que no Brasil não cabe ao agente policial. Sendo difícil uma separação clara na legislação entre porte e tráfico, a discricionariedade do juiz acaba por prevalecer, enquadrando como traficantes negros e pobres, e como usuários brancos e ricos.

Coerente com essa configuração social mais abrangente, as notícias dos telejornais analisados relacionam o tráfico a temas como assassinato (caso Tim Lopes), crime organizado e presídio (JN e JR 02.06.2005), corrupção policial (JN 09.05.2005), armamento pesado (JN 09.05.2005), Exército e fronteira (JN 24.05.2005), e formação de forças policiais especiais (JN 12.05.2005).

Por outro lado, as poucas notícias sobre usuários de drogas exigem conexões diferenciadas, com as vozes de altos funcionários do governo federal, educadores, pesquisadores, e especialistas em geral. Para Dennis Chapman, os chamados “crimes sem motivo” requerem explicações especiais, designadas para provocar compreensão para com o acusado, identificado como uma vítima de saúde frágil ou dotada de distúrbio emocional. Também, segundo o autor, é “interessante observar em relatórios como a explicação psicológica é avançada na defesa do criminoso rico” (Chapman, 1968, p. 30-31)⁷. Sendo assim, um caso ambíguo é quando membros da elite atuam como traficantes de drogas, como na notícia 6, abaixo transcrita:

Notícia 6

Notícia veiculada no Jornal Nacional em 13.05.2005

WB: Um número espantoso: em apenas três meses, quase 150 estudantes foram presos nas universidades paulistas. Eles vendiam drogas sintéticas.

⁷ Um exemplo interessante do uso da psicologia para a explicação de crimes “sem motivo” é dado pela reportagem “Psicopata: você conhece um”, da revista *Época* (Editora Globo) de 24 de maio de 2004. Na matéria, o diagnóstico de psicopatia é utilizado para explicar, entre outros, personagens como *skinheads*, *pitboys*, Calígula e o anão Zangado (do conto *Branca de Neve*), o comportamento de uma garota “criada nos melhores colégios do Rio de Janeiro, com amparo religioso”, que começou a usar drogas e trouxe “dois pivetes de rua para casa”.

RE: Ela é transparente e parece vazia: daí o apelido de cápsula do vento. Mas dentro estão cristais de metaanfetamina e de Bromo, que potencializam os efeitos. O aumento da temperatura do corpo, dos batimentos cardíacos, e as alucinações podem durar até 30 horas. Daí o outro apelido: cápsula do medo.

DIR. LABOR. POLÍCIA: Como o efeito é muito prolongado, dessa droga, também a recuperação de quem usou uma dose é muito lenta, muito demorada. Deixa seqüelas, muitas vezes a destruição do próprio sistema nervoso central.

RE: Foi no centro acadêmico dessa universidade que a polícia paulista encontrou as cápsulas, comercializadas por um estudante de odontologia. Essa foi a primeira apreensão da nova droga no Brasil. As cápsulas do medo, ou do vento, surgiram nas festas do último verão europeu. A chegada agora a São Paulo é uma amostra do avanço das drogas sintéticas no mercado brasileiro. Drogas que só nos últimos seis meses levaram 146 universitários para a cadeia.

DIR. DEL. ENTORPECENTES SP: O traficante tem entre 18 e 25 anos, sempre da classe média, média alta, e da classe alta. Pessoas que aparentemente têm uma estrutura econômica por trás, através da sua família, e se envolve no tráfico de drogas.

RE: Policiais estão infiltrados em danceterias, raves e universidades. As investigações indicam que vêm da Europa, principalmente da Holanda, as drogas produzidas em laboratório e que são hoje um grande desafio para os educadores.

PSIQUIATRA USP: A única forma que nós temos para combater esse problema é a prevenção. É a educação. Nós estamos formando líderes no nosso país que nesse momento são grandes consumidores de drogas.

O adjetivo “espantoso” revela bem a dificuldade de noticiar o evento, que já havia sido abordado rapidamente no dia anterior pelo Jornal Nacional e, mais detidamente, pelo Jornal da Record (inclusive com o recurso à voz do mesmo policial civil que aparece na notícia acima). A nomeação da droga, “do medo”, já garante certa noticiabilidade ao despertar a curiosidade do telespectador, que é levado pela narrativa a intrigar-se pela sua cadeia de produção e consumo. Além da descrição farmacológica da nova droga, informa-se sua origem e seu destino: vinda da Europa, ela é apreciada por jovens das classes

média e alta, freqüentadores de *raves*. Igualmente, informam-se seus efeitos (negativos) por meio da voz de um especialista-policial.

O elemento mais significativo dessa notícia é a forma como se constrói o discurso sobre o narcotráfico nesse caso particular, em que jovens de classe média alta estão envolvidos. Como observado em outras notícias, há uma tendência do telejornalismo a um discurso criminal no caso do narcotráfico promovido pelas classes populares, e um discurso medicalizador ou educativo sobre os usuários das classes abastadas. Aqui, os traficantes não são pobres, e o discurso articula tanto o caráter penal quanto o caráter educativo (na voz de um psiquiatra), esse último utilizado como forma de entender o crime “sem motivo”.

A voz do diretor da delegacia de entorpecentes permite fazer essa articulação, ao fazer uma breve análise “classista” dos traficantes, pessoas que têm “estrutura econômica por trás, através de suas famílias”, e que “se envolvem no tráfico”, como por fatalidade e de forma inexplicável. Em seguida, a voz do repórter realiza uma transição sutil entre a questão do tráfico – “policiais estão infiltrados em danceterias, *raves* e universidades” – e usuários – uma droga que “desafia os educadores”.

Para tentar pôr fim ao paradoxo, auxiliado pela transição de traficantes para usuários, um psiquiatra afirma ser importante a “prevenção”, a “educação”, para que os “líderes do nosso país” não se tornem viciados em drogas. Visto a impossibilidade de tratar o uso de drogas como uma atividade que gera algum tipo de satisfação ou benefício ao seu usuário ou produzir qualquer discurso minimamente questionador do dogma “diga não às drogas” nesses telejornais, cria-se o paradoxo inexplicável do porquê de seu uso pelas classes abastadas. A resposta tentada foi a de que não se educa o jovem de elite como se deveria. O “combate” às drogas segue assim nessa notícia, apesar do “espanto” de William Bonner, a matriz discursiva mais geral de distinção entre traficantes e usuários.

6.4 UMA ROTULAÇÃO GEOGRÁFICA: A “GUERRA DO TRÁFICO”

A teoria da rotulação permite uma análise não apenas de grupos sociais identificados a partir de um estilo ou modo de vida comum. Os atores sociais são também identificados e rotulados a partir

de seu local de moradia, que transfere a eles o estigma associado às práticas de alguns. A apresentação seletiva dos eventos com maior valor-notícia pelos noticiários leva à difusão de uma visão parcial do contexto social em que vivem largas parcelas da população, seja por meio do elogio constante aos elementos positivos de certa localidade, seja por meio da veiculação reiterada das mazelas de outra⁸.

No caso dos elementos positivos, um exemplo pitoresco é o caso do município de Feliz, no Rio Grande do Sul, cujo único destaque nos noticiários nacionais é o fato de ter uma expectativa de vida elevada, fazendo dele objeto constante de matérias sobre saúde e envelhecimento. No que se refere às notícias de criminalidade violenta, tal situação é mais evidente no caso da rotulação dos morros cariocas (e por extensão de seus habitantes) como espaço sem lei, onde reina um “estado paralelo” em constante “guerra civil” seja com o Estado brasileiro, seja com facções rivais. Em especial, é frequente a imagem da população dos morros como, se não diretamente criminoso, conivente com a prática de delitos e refratária à atuação policial na sua comunidade.

Para discutir esse tema e exemplificar como se articulam as vozes na narrativa das notícias policiais, será realizada a análise do discurso da matéria “A guerra do tráfico no Rio preocupa a Anistia Internacional”, veiculada no Jornal da Record (notícia 7). É interessante notar como, nesse caso, a forma de construção do “nós – eles” acaba por desautorizar a voz mais abertamente rotuladora dos moradores da favela – sem que, entretanto, seja dada legitimidade aos moradores para falar em seu nome.

Notícia 7

Notícia veiculada no Jornal da Record em 07.10.2004

BC: A guerra do tráfico no Rio preocupa a Anistia Internacional. A entidade teme um banho de sangue na favela de Vigário Geral, onde vários moradores já foram expulsos de suas casas. Mas, para a polícia, o clima agora é de tranquilidade.

⁸ Nunca é demais repetir, tal situação não significa que o jornalismo produza uma “falsificação” da realidade, e sim que na sua forma específica de construção daquela ele inescapavelmente atua autorizando vozes em detrimento de outras, rotulando positiva ou negativamente grupos sociais, e levando temas à esfera pública enquanto outros permanecem sem espaço na agenda.

RE: A Polícia Militar empossou hoje oito novos comandantes de batalhão. É mais uma tentativa de diminuir a violência na cidade. Desde o fim-de-semana, o clima é tenso na favela de Vigário Geral, que foi invadida por traficantes de Parada de Lucas. Moradores e bandidos da facção rival foram expulsos. Na segunda-feira, esse grupo de vândalos protestou atacando um ônibus. Apesar do reforço na segurança, o clima ainda é tenso. Por enquanto, a decisão da polícia é não ocupar a favela de Vigário Geral. Segundo a PM, os moradores que foram expulsos podem voltar para casa.

COMANDANTE de BATALHÃO: As pessoas que não estão querendo voltar, não estão conseguindo voltar, se não voltarem é porque não querem. E as pessoas que estão inseguras devem ter algum motivo. Agora, a presença da polícia tem sido constante.

RE: Os moradores foram abrigados em uma creche da prefeitura na favela do Dique, próximo da Baixada Fluminense. Desde a invasão, quatro pessoas morreram, sete pessoas foram presas, entre elas dois menores. Hoje, a Anistia Internacional divulgou nota manifestando preocupação com a situação em Vigário Geral. A anistia alerta para um possível banho de sangue caso as autoridades brasileiras não tomem providência.

BC: Só uma reforma profunda das polícias, com unificação, leis mais duras e que sejam verdadeiramente cumpridas, justiça mais rápida e presídios mais seguros, aplicação de penas alternativas, etc., etc., etc. São condições mínimas para começarmos a defender as pessoas contra o avanço assustador da criminalidade. A omissão e a incompetência são as grandes molas mestras da falência do combate ao crime neste país. Isto é uma vergonha!

Primeiramente, essa notícia revela como a utilização de rotulações não ocorre apenas na nomeação de indivíduos. As estratégias discursivas também são operadas a partir de nomeações temáticas que buscam manter a coerência global do discurso específico com seu entorno social (cf. Van Dijk, 1998). Por exemplo, a prática constante dos noticiários televisivos de se referirem a conflitos armados entre traficantes de drogas no Rio de Janeiro como “guerra do tráfico”. A utilização da palavra tem suas conseqüências; classificar um conflito urbano como guerra remete à idéia de que vivemos em meio a uma guerra civil na cidade “cartão postal do Brasil”, para usar outra expressão cara ao jornalismo. A guerra é do tráfico, não ao tráfico; imagina-se uma guerra que ocorre à margem do Estado e à margem do “nós”.

É uma guerra entre “eles”, que nos atinge por meio de suas balas perdidas ou do fechamento do trânsito entre os bairros nobres da zona sul carioca e a Barra da Tijuca. Guerra que simboliza falta de ordem e segurança dentro do território nacional, e a incapacidade de o Estado disciplinar as práticas “deles”. Comparativamente, é muito diferente da “guerra às drogas” promovida por sucessivos governos nos Estados Unidos.

Fora a utilização da metáfora da guerra, a guerra americana é às drogas em si e aos envolvidos com elas – traficantes, mas também usuários e apologistas. É uma guerra também à idéia de droga, que eventualmente se materializa em algo contra o qual possa se lutar contra. Uma guerra cujo inimigo não se revela, como a guerra ao terrorismo; sua essência estaria além de suas manifestações epifenomênicas em Pablo Escobar ou qualquer outro. É também, ao contrário da brasileira, uma guerra empreendida como política de Estado, em defesa do “nós” e dos nossos filhos, contra inimigos principalmente externos – o que de fato garante ao uso da referência bélica uma eficácia maior.

Já sobre a estória da matéria como um todo, cabe notar que as vozes que aparecem são as do repórter que noticia o acontecimento, a do âncora, e a de um comandante de batalhão da Polícia Militar do Rio. Embora o *lead* invoque a Anistia Internacional, esta aparece por meio de “nota”.

Seu uso no discurso é importante, pois transfere a credibilidade de “perito” e um elemento novo a uma notícia que de outra forma poderia ser dada todos os dias – ou seja, nunca. A questão da segurança no Brasil freqüentemente se vê envolta por questões compreendendo a “imagem do país lá fora”, e a preocupação de uma agência internacional de luta por direitos humanos certamente dá garantia à argumentação de que vivemos uma “falência do combate ao crime”. Visto que os oficiais do aparelho de repressão são retratados na notícia como omissos e incompetentes, não poderiam ser utilizados como fontes acreditadas para o comentário de Casoy.

Isso nos traz à voz da Polícia Militar, personificada em um comandante de batalhão, que é nessa matéria desautorizado por outras personagens – Anistia Internacional, âncora, e os moradores. Os moradores, que aparecem como objeto do discurso do repórter e do policial, instauram o conflito, fio condutor da notícia, ao se negarem a voltar para suas casas após terem sido expulsos. Do outro lado do

conflito coloca-se o aparelho estatal que, tendo por obrigação garantir a segurança pública, faz um duplo movimento – de reforço de sua posição de guardião da ordem (“a presença da polícia tem sido constante”) e de questionamento da posição de “nós” dos moradores que não querem voltar para casa (“as pessoas que estão inseguras devem ter algum motivo”). Nesse momento, a rotulação se coloca de forma mais clara, no nível do discurso explícito⁹.

A ausência dos moradores como voz acreditada é um dado importante. Frente a uma afirmação de uma fonte oficial, um comandante de batalhão, nenhum morador de favela poderia restituir a paridade dos lados do conflito; em boa parte das notícias (provavelmente na maioria), esse desequilíbrio se mantém com o “nós” colocado ao lado da autoridade policial. Por vezes, o discurso midiático utiliza-se de elementos consagrados da cultura popular para dar voz ao subúrbio, como o samba e, cada vez mais, o *hip hop*, com aparições constantes de artistas como MV Bill e Rappin’ Hood em programas de televisão para falar sobre a “vida na periferia”. Entretanto, essas vozes ainda não possuíam espaço em notícias policiais no momento em que o teletjornal foi veiculado¹⁰.

Sem voz acreditada capaz de falar pela favela, não haveria notícia. No caso específico, a Anistia Internacional faz esse papel, ao afirmar “preocupação” caso “as autoridades brasileiras não tomem providência” – colocando em dúvida o Estado em seu papel de zelar pela segurança pública e desautorizando a afirmação do comandante.

Institui-se nesse momento a possibilidade de um discurso em que o “nós” move-se em direção à sociedade civil, contra um “eles” que corresponde ao Estado omissivo ou corrupto. Essa possibilidade foi concretizada pelo âncora, que sem defender a posição dos moradores desautorizados pelo comandante de batalhão – em último caso, a suspeita (e o rótulo) segue sobre eles – dá um desfecho à história com um discurso contra a falência da segurança pública, em que entram

⁹ Uma rotulação geográfica mais explícita, realizada pelos próprios jornalistas, encontra-se na matéria “Soldados da força nacional sobem o morro” (JN 12.05.2005). Nessa notícia, o espaço das favelas é descrito como um local onde o “perigo pode vir de cima, dos lados, e até de baixo”, pois é “onde os traficantes vivem”.

¹⁰ Poder-se-ia dizer que não possuem voz ainda. Entretanto, o documentário de MV Bill *Falcão: meninos do tráfico*, veiculado no Jornal Nacional com grande destaque em maio de 2006, alterou a situação. Por outro lado, é discutível até que ponto esse documentário poderá alterar a estrutura narrativa das notícias policiais.

elementos recorrentes no discurso midiático como a impunidade e o endurecimento das penas aos criminosos.

Assim, essa única notícia de telejornal apresenta diversos elementos discursivos relevantes. Primeiramente, a seletividade temática não envolve simplesmente categorias como “notícia policial” ou “esportes”; trata-se também de perceber a nomeação do conflito presente na notícia dentro de uma coerência discursiva global. Segundo, a argumentação de um âncora, mesmo que classificada como opinião, sempre obedece a certos critérios que resguardem sua credibilidade – nesse caso, ignorando o primeiro conflito (moradores e polícia) e centrando-se sua argumentação na crise da segurança pública e na omissão do Estado, utilizando como garantia a nota da Anistia Internacional.

Terceiro, a construção do “nós” e do “eles” é também objeto de negociação, especialmente em uma notícia na qual diversas vozes se alternam na defesa de um dos lados do conflito. Por último, não há uma correspondência perfeita entre a construção narrativa do “nós – eles” e as formas de rotulação; como visto acima, é possível um discurso que desautorize uma fala anterior sem que se restitua a credibilidade ao agente social rotulado pelo desautorizado.

SELETIVIDADE TEMÁTICA E O TELEJORNALISMO DE REFERÊNCIA

Sumário: 7.1 Análise comparativa dos telejornais – 7.2 Os eventos: 7.2.1 A aprovação do referendo do desarmamento; 7.2.2 Notícias envolvendo mortes; 7.2.3 Quando assaltos são notícia? Celebidades e teoria do valor-notícia.

O tema deste último capítulo da dissertação é a seletividade temática observada nos telejornais de horário nobre. Ao contrário dos capítulos anteriores, em que se privilegiou a análise do discurso e do argumento, aqui o próprio objeto de investigação favorece uma abordagem mais próxima da análise de conteúdo. A escolha de deixar a análise de dados mais facilmente quantificáveis para o final, ao contrário do que normalmente ocorre, permite que esses dados sejam mais claramente correlacionados com a estrutura narrativa das notícias.

O objetivo aqui é cruzar variáveis como evento noticiado, telejornal (JN ou JR), região do país, região da cidade, espaço social e tamanho da notícia, entre si, e com variáveis como o aparecimento de determinadas vozes na notícia, a citação de determinados grupos e instituições sociais, e a tematização de certas questões relacionadas ao objeto da pesquisa, como a violência, as drogas e a impunidade.

Entretanto, a análise aqui empreendida em alguns pontos distancia-se da análise de conteúdo “clássica”. Primeiramente, cabe ressaltar que as categorias criadas foram codificadas pelo pesquisador sem a realização de testes de validade da codificação com outros pesquisadores. Se por um lado falta à análise o nível de objetividade exigido por analistas de conteúdo mais rigoroso, por outro a utilização conjunta dessa com a análise de discurso permitiu que se interpretassem com maior riqueza e nitidez dados que os testes estatísticos poderiam induzir ao erro. Assim, diversos testes de correlação que se mostraram estatisticamente

significantes puderam ser descartados como de pouca relevância para a pesquisa, pois se sabia por meio da familiaridade com as notícias e a forma de codificação que variáveis intervenientes geravam distorções importantes. Para tentar garantir maior objetividade, todas as categorias e a forma de codificação foram debatidas com outros pesquisadores, que auxiliaram no processo de refinamento daquelas, no sentido de uma maior clareza dos critérios utilizados. Também, muitas categorias mais subjetivas, como o espaço social do evento (casa ou rua) e as características do discurso (gerencialista ou essencialista), entre outras, foram codificadas apenas quando parecia suficientemente claro ao pesquisador que o elemento encontrava-se presente, o que significou para a grande maioria dessas categorias um “n” menor que 161.

Esse capítulo inicia com uma comparação entre os dois telejornais. Em seguida, serão apresentadas as frequências com que cada evento foi observado no *corpus*. Cada um dos tipos de eventos (assassinatos, assaltos, etc.) será então analisado detidamente, observando-se como eles foram tematizados pelos telejornais.

7.1 ANÁLISE COMPARATIVA DOS TELEJORNAIS

Uma primeira observação a ser feita é de que o Jornal Nacional apresentou um número ligeiramente superior de notícias de criminalidade violenta no período analisado ao do Jornal da Record. Por outro lado, as notícias do Jornal da Record tendiam a ser um pouco mais longas do que as do Jornal Nacional, como mostra a tabela 3:

Tabela 3

Cruzamento das variáveis “Telejornal” e “notícia longa ou curta”¹

		Notícia longa ou curta		Total
		Longa	curta	
Telejornal	JN	41	38	79
	JR	40	32	72
Total		81	70	151

A explicação para o maior número de notícias no Jornal Nacional é prosaica; simplesmente, esse telejornal apresentava um estilo mais dinâmico, devido à incorporação no Jornal da Record das opiniões de Casoy. Essas opiniões não são, entretanto, a causa do maior número

¹ O “n” é menor que 161, pois dez notícias não foram codificadas em nenhuma das categorias.

de notícias classificadas como “longas” pelo JR; o critério utilizado era se outras vozes além das dos jornalistas apareciam na notícia. Assim, observa-se uma tendência ao uso de mais vozes pelo JR de Casoy, possivelmente pelo menor capital jornalístico desse telejornal quando comparado ao JN.

Quanto às regiões mais noticiadas, a diferença entre os telejornais se coloca de forma mais explícita. Embora ambos os jornais exibam mais notícias ocorridas em regiões metropolitanas (o que é pouco surpreendente no caso de notícias policiais), a concentração é maior no JR que no JN, como mostra a tabela 4:

Tabela 4
Cruzamento das variáveis “telejornal” e “metrópole ou não”²

		Metrópole ou não			Total
		metrópole	não-metrópole	Nacional	
Telejornal	JN	47	25	13	85
	JR	52	14	10	76
Total		99	39	23	161

Esse modelo de concentração também é perceptível quando se comparam regiões; a região sudeste abriga 44,7% das notícias do JN e 63,2% no JR. Desses 63,2%, mais da metade (32,9%) encontra-se na cidade de São Paulo que, por outro lado, é alvo de apenas 11,8% das notícias do JN. A relação se inverte no caso do Rio de Janeiro: 17,6% no JN e 7,9% no JR³. Essa enorme concentração das notícias criminais nas duas cidades corrobora a representação difundida de que as duas maiores metrópoles do país são também as duas mais violentas e perigosas; visto a audiência do Jornal Nacional ser muito maior que a do Jornal da Record, percebe-se uma concentração relativa da audiência em notícias do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense um pouco maior que na cidade de São Paulo.

Há duas explicações possíveis e complementares para o número enorme de notícias de São Paulo no Jornal da Record. Por um lado, a emissora paulista possui menor penetração em outros espaços do território nacional que a carioca Rede Globo, faltando-lhe recursos humanos e

² Há notícias que não se enquadram em metrópoles ou não-metrópoles, como as de legislação ou as ocorridas em vários locais ao mesmo tempo; essas notícias foram classificadas como “nacionais”.

³ A esses números pode-se somar 7,1% das notícias do JN e 5,3% do JR localizadas em municípios da Baixada Fluminense.

financeiros para uma cobertura jornalística menos concentrada. Por outro, seus índices de audiência são maiores em São Paulo, o que lhe impele a fazer um noticiário mais provinciano⁴. Como um todo, o telejornalismo de referência mostra-se no *corpus* analisado menos “nacional” do que se propõe a ser, privilegiando as notícias das suas cidades de origem, de regiões mais ricas e localidades mais acessíveis. Essa seletividade geográfica implica uma representação urbana do Brasil, focada no centro-sul; no caso, pode-se afirmar que essa seletividade acaba por gerar uma consequência perversa para as regiões noticiadas, vistas pelos moradores de outras regiões (e delas mesmas) como violentas⁵.

No que se refere às regiões dentro de uma mesma cidade, as notícias de criminalidade violenta apresentam pouca disparidade entre os dois telejornais, que retratam mais notícias nas periferias (42,5%) do que nas regiões nobres da cidade (26,5%); entretanto, como veremos adiante, esse número é variável conforme o evento noticiado. No que se refere ao espaço social, o Jornal da Record tende a apresentar mais notícias ocorridas no espaço da “casa” do que o Jornal Nacional (tabela 5); a diferença não chega, entretanto, a ser estatisticamente significativa ($p = 0,067$). Nesse sentido, o JR se aproxima ligeiramente do formato de jornais populares como o Cidade Alerta, que centram suas narrativas diversas vezes em dramas familiares. Coerentemente, o discurso essencialista é mais forte no Jornal da Record (48%), ocupando quase o mesmo espaço que o gerencialista (52%) nas notícias codificadas. No JN, a distância é grande, com o gerencialismo ocupando 70,4% das notícias codificadas.

Tabela 5

Proporção de notícias sobre a casa e a rua por telejornal

		Espaço social: casa ou rua		Total
		casa	rua	
Telejornal	JN	29,3%	70,7%	100,0%
	JR	50,0%	50,0%	100,0%
Total		35,7%	64,3%	100,0%

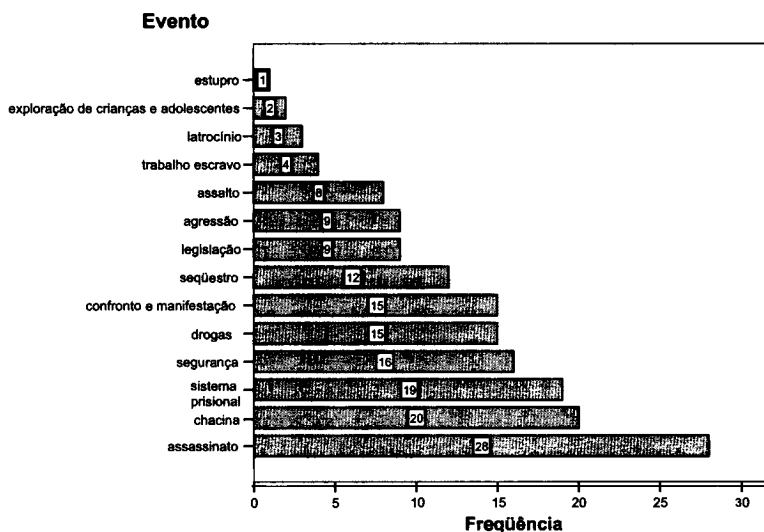
⁴ Um bom exemplo do “provincianismo” do Jornal da Record eram as reportagens diárias sobre eventos, feiras e exposições ocorridas sempre na cidade de São Paulo, que funcionavam quase como um “segundo caderno” do telejornal.

⁵ Quando se afirma que a seletividade geográfica acaba tendo efeitos perversos sobre as representações da população sobre essas regiões, não é objetivo ignorar que elas de fato comportam elevados índices de criminalidade – apenas que os índices de São Paulo, por exemplo, não são tão elevados quanto o Jornal da Record pode fazer.

Em parte, o resultado reflete o que parece ser a linha editorial dos programas. Enquanto o Jornal Nacional busca tematizar suas notícias em questões macro a partir de um viés centrado no cumprimento das leis, noticiando o que lhe parece serem falhas administrativas do Estado e dando espaço maior a questões como a campanha do desarmamento e a impunidade, o Jornal da Record articula um discurso por vezes similar ao JN com uma postura mais agressiva perante os criminosos e crítica frente à “leveza” do código penal. A ênfase do JN na questão da impunidade implicou que 24,7% das suas notícias tematizassem ou essa questão ou o tema correlato da celeridade da justiça; no caso do JR, esse número é de apenas 5,3% – diferença estatisticamente significativa ($p = 0,001$).

7.2 OS EVENTOS

Os eventos noticiados representam os temas em sentido mais estrito. Construção teórica do pesquisador a partir da codificação das notícias em categorias, a lista de eventos pode ser tão extensa quanto o número de notícias e tão sintética como a dividir as notícias em dois grupos, a partir da presença ou ausência de determinado elemento (por exemplo, morte). As categorias criadas aqui buscaram aproximar-se das nomeações legais, utilizadas pelos próprios telejornais. A figura 3 mostra as categorias, bem como o número de notícias codificadas em cada uma delas:



A primeira observação a ser realizada é quanto à categoria segurança, que abrigou notícias algo diversas entre si, mas que tinham em comum tematizar a segurança pública ou privada. Nesse grupo, incluíram-se notícias que discutiam serviços e tecnologias de segurança para casas e condomínios, segurança de chefes de Estado e terrorismo (na reunião de cúpula América do Sul – países árabes, em Brasília), a divulgação de um mapa da violência de São Paulo pela ONU, o cuidado com as fronteiras do país e o programa de Disque-Denúncia da polícia de São Paulo.

Ainda olhando para as categorias, observa-se que a agressão é noticiada com certa frequência pelos telejornais. Trata-se em geral de notícias curtas, muitas vezes ocorridas em áreas rurais. Em todos os casos, são matérias cuja noticiabilidade não se restringe ao crime, como a agressão a jovens judeus por *skinheads* em Porto Alegre (JN e JR 27.05.2005). Esse caso, que mereceu inclusive maior destaque midiático, com a inclusão de vozes das vítimas e da Federação Israelita do Rio Grande do Sul, exemplifica como as notícias de criminalidade abrigam, além de casos e estórias, uma certa visão sobre quais são as questões públicas relevantes. Os *skinheads*, proporcionalmente insignificantes dentro do quadro da criminalidade violenta no país, ganham relevância e interesse no sentido de que representam não só um grupo agressor, mas um grupo organizado e ideológico – nas palavras de William Bonner, um grupo “nacionalista”, “extremado” e “autoritário”.

Poder-se-ia afirmar que o interesse está não na agressão, e sim em noticiar os *skinheads*, e noticiá-los obviamente como “eles” – no caso, como agressores.

Uma situação homóloga é observada nas quinze notícias classificadas como “confronto e manifestação”. Nessa categoria encontram-se não todas as notícias sobre manifestações ou passeatas, e sim aquelas nas quais houve uma ênfase no elemento conflitivo entre as forças policiais e os manifestantes, como no protesto de estudantes contra o aumento de passagem em Florianópolis (JN e JR 03.06.2005), a manifestação contra a corrupção em Porto Velho (JN 16.05.2005) e a manifestação dos sem-terra em Brasília (JN e JR 16.05.2005).

Em geral, observou-se nas notícias uma tendência a construir a narrativa a partir de um discurso de ordem, que localiza na ruptura desta por aqueles grupos a causa de uma ação policial que provoca

uma reação violenta por parte dos manifestantes. Coerentemente, as versões dos manifestantes sobre o confronto estão ausentes. Também estão silenciadas as vozes que poderiam deslocar a notícia da esfera das notícias policiais para a esfera das notícias políticas: se o número de vozes da sociedade civil é relativamente pequeno em todo o *corpus*, esse número é, ao contrário do que poderia se imaginar, significativamente ($p = 0,044$) menor nas notícias de confronto e manifestação que nas outras.

No que se refere às notícias sobre o sistema prisional, essas agregaram tanto notícias sobre presídios quanto sobre as Febems. Os temas trabalhados nessas notícias eram, quase que invariavelmente, rebeliões de apenados. Em todos os 19 casos, a notícia se localizou na região sudeste, sendo significativamente ($p = 0,049$) mais presente no Jornal da Record que no Jornal Nacional. Essa ênfase do Jornal da Record no sistema prisional envolveu basicamente notícias sobre o estado de São Paulo, em especial sobre a Febem de Tatuapé (JR 9, 10, 11, 12 e 13.05.2005) e o uso de aves na segurança de presídios (JR 01 e 02.06.2005).

O episódio da Febem em Tatuapé trata-se de uma rebelião iniciada após uma revista policial, que teria então desencadeado o afastamento de 10 diretores no dia seguinte. No dia 11, a manutenção da rebelião e a fuga de adolescentes levaram à punição desses pela nova administração, menos comprometida com mudanças pedagógicas baseadas no Estatuto da Criança e do Adolescente e mais próxima aos funcionários da Febem. Argumenta-se que a culpa da rebelião (assim como das várias outras que aconteciam no estado) seria a falta de comando dos diretores, que eram desobedecidos pelos funcionários e geravam uma situação propícia às rebeliões. A série acaba com o protesto dos funcionários contra o afastamento de colegas acusados de agressão.

Em todas as notícias, há uma crítica implícita ao modo como o governo paulista vinha lidando com o sistema prisional, em especial no que se referia às mudanças de cunho modernizador. Esse mesmo discurso se observa nas notícias sobre o uso de gansos e galinhas d'angola como sistema de aviso contra fugas em prisões do estado, que geraram comentários de Casoy (JR 01.06.2005):

BC: Se os presos não comerem esses bichinhos, os gansos, as galinhas, os carneirinhos, pode-se melhorar muito esse sistema que

a secretaria de administração penitenciária tão modernamente está instalando com esses bichinhos, transferindo os presos para o zoológico e deixando os bichinhos na prisão. Também podem dispensar o médico e contratar um veterinário para a segurança em Suzano e demais presídios paulistas. Pelo amor de Deus, minha gente! Tá louco!

O sistema prisional pode ser visto assim como um espaço privilegiado para os telejornais tratarem de questões envolvendo a segurança pública, seja por meio de vozes sobre as práticas de punição ao criminoso (como a colocação de todos os jovens de Tatuapé na solitária após a rebelião) e discursos essencialistas (como a animalização dos presos na fala de Casoy), seja por meio de vozes sobre o gerenciamento dos apenados (como o projeto do Governador de São Paulo de demolir grandes presídios e Febems e transferir presos para o interior) e discursos sobre os “reais” problemas das prisões⁶.

7.2.1 A aprovação do referendo do desarmamento

Outro espaço privilegiado para a tematização da segurança pública pelos telejornais é o das notícias sobre legislação, nas quais o modelo de reportagem aproxima-se mais do noticiário político do que do policial. No período coberto, essas notícias foram dominadas pela aprovação do referendo do desarmamento pelo Congresso (5 notícias) e sua repercussão. Ambos os telejornais colocaram-se em posição favorável à aprovação do estatuto, mas não da mesma forma.

A Rede Record não realizou campanha pelo desarmamento, mas, por outro lado, o âncora de seu principal telejornal expressou de forma clara sua opinião sobre o assunto (JR 11.05.2005):

BC: Aliás, não precisava de referendo nenhum. O Congresso tem delegação popular pelo voto para tomar esse tipo de decisão e não precisar armar esse referendo que vai custar um monte de dinheiro. Com respeito... com todo o respeito às opiniões contrá-

⁶ Ainda sobre o uso de aves em presídios, Boris Casoy estabelece o que para ele seriam as questões a serem resolvidas: “Acontece de tudo nas prisões paulistas. Tem celular a rodo, droga, presos fogem pelo ladrão, e São Paulo usa bichinhos para a segurança” (JR 02.06.2005).

rias, inclusive desse promotor, proibir a venda de armas é uma decisão cujo único defeito é ter demorado tanto.

A opinião de Casoy é exposta ao final de uma reportagem sobre um promotor goiano que lançou uma campanha contra o desarmamento. Trata-se de um momento em que as percepções sobre o assunto eram algo diferente daquelas observadas no dia da votação. O discurso do promotor, centrado na distinção bandido – “cidadão de bem”⁷ que pautou a retórica dos favoráveis ao voto “não”, era então visto como uma posição isolada, sem representatividade social e política – ainda que economicamente forte, visto o financiamento de empresários à campanha do jurista.

Essa aparente falta de apoio ao “não” justifica a opinião acreditada de Casoy, dita quando cerca de 80% da população era favorável ao desarmamento. O nível de aprovação era tão alto que permitia inclusive um discurso contrário à manifestação popular via referendo, baseado tanto na defesa da legitimidade dos congressistas quanto no custo ao país de uma votação.

Posição diferente teve o Jornal Nacional. Como principal telejornal de uma empresa de telecomunicações que se colocou abertamente favorável à proibição do comércio de armas de fogo no país por meio de vinhetas televisivas e editoriais no jornal *O Globo* e na revista *Época*, não era necessário ao programa reafirmar sua posição; em vez disso, a estratégia era ressaltar a representatividade social dos que apoiavam a medida, assim como, de forma bastante indireta, a importância da Rede Globo como motor de consolidação democrática. Esse último discurso se vê na conjugação do final de uma notícia em que a Rede Globo era homenageada no Congresso Nacional com o início de outra, sobre o desarmamento (JN 11.05.2005):

MARCELO ORTIZ (PV-SP): A TV Globo, sem dúvida, sem dúvida nenhuma, por meio do jornalismo, exerce um papel fundamental para que exista uma democracia aberta neste país, e para que a política brasileira, de alguma maneira, venha a se modernizar.

FB: A comissão de constituição e justiça da câmara aprovou hoje o projeto que prevê um referendo popular sobre a venda de arma.

⁷ Nas palavras do promotor, “o criminoso terá certeza que o cidadão de bem está desarmado. O bandido vai invadir a sua fazenda, o seu sítio, a sua chácara, o seu comércio. E você não poderá fazer nada”.

O projeto faz parte do Estatuto do Desarmamento.

[segue a notícia]

Sobre os setores que apoiavam a medida, além da própria Rede Globo, foi dado espaço privilegiado à ONG Viva Rio, formada por intelectuais da zona sul carioca preocupados com a questão da violência urbana e que já haviam promovido manifestações midiáticas pela Rede Globo, e à igreja católica – que disponibilizou suas igrejas como ponto de recebimento de armas. Assim, a Rede Globo e a Viva Rio operavam uma retórica do *ethos*; e a igreja católica, com as imagens de fiéis rezando o pai nosso, a voz do padre que pede à população ser “um instrumento da paz” e a da dona de casa que revela confiança no padre que conhece há muito tempo, ocupa o espaço retórico do *pathos*.

O *logos* é apresentado por meio de uma pesquisa do Governo Federal. Nas palavras de William Bonner, “Uma pesquisa feita pelos Ministérios da Justiça e da Saúde, revelou *mais um* efeito positivo da campanha pelo desarmamento. Em pelo menos dois estados, diminuiu o número de internações de feridos por armas de fogo”. Além da idéia de que haveria outros efeitos positivos relacionados ao desarmamento, a reportagem aponta para a inquestionabilidade da afirmação e das estatísticas apresentadas. Para um representante do Ministério da Justiça, “a relação é direta, [e] não há nenhum outro motivo para essa diminuição”.

Como se observou mais tarde, o fato de o principal estudo de impacto do desarmamento ter sido realizado pelo governo federal, que logo em seguida se veria envolvido em escândalos de corrupção, prejudicou a autoridade técnica das suas afirmações. Esse fato, explorado pela campanha do “não”, serviu de base para a apresentação de estudos alternativos de ambos os lados, confundindo o público com um número enorme de dados pouco confiáveis ou equivocadamente interpretados (por ignorância ou má-fé) que afetaram decisivamente o deslocamento da campanha do terreno das discussões racionais para o terreno das paixões. Bombardeado por números conflitantes e desprovido das competências (ou interesse) necessárias ao exame criterioso das alternativas, o público agiu de forma conservadora em um cenário em que ele percebia uma incerteza muito grande com relação aos riscos e benefícios possíveis.

7.2.2 Notícias envolvendo mortes

Quase um terço das notícias tem por tema o assassinato, seja isoladamente, seja acompanhado de assalto, seja a morte de várias pessoas por um grupo (a chacina). O elevado número de notícias sobre chacinas parece ser uma constante no jornalismo brasileiro ao menos desde os anos noventa, quando a chacina da Candelária ocupou a capa dos principais jornais e revistas, tendo recebido também extensa cobertura televisiva.

Observado como um grupo, esses três temas (assassinato, chacina e latrocínio) são significativamente mais noticiados pelo Jornal Nacional do que pelo Jornal da Record ($p = 0,039$), como observado na tabela 6. A cobertura do assassinato de Tim Lopes não interferiu nessa diferença, pois o número de notícias sobre esse caso é igual nos dois telejornais. A diferença parece representar uma tendência do Jornal Nacional, de sempre apresentar no seu primeiro bloco alguma notícia envolvendo morte. Cabe ressaltar que o número de casos (33) é superior ao de telejornais (24). O Jornal da Record, por outro lado, é mais diversificado na sua cobertura da criminalidade violenta, com uma ênfase grande nas revoltas prisionais e em unidades da Febem do estado de São Paulo.

Tabela 6
Correlação entre o telejornal e o tipo de crime

		Telejornal		Total
		JN	JR	
Evento	Assassinato	33	18	51
	Outros	52	58	110
Total		85	76	161

Outras características significativas desse tipo de notícia devem ser ressaltadas. Elas se concentram nas metrópoles (80,4%) significativamente mais que as outras notícias (52,7%), como se observa na tabela 7. Além disso, elas tenderam a concentrar-se no estágio processual da investigação e apresentaram maior número de recursos à voz dos agentes policiais. Também, tematizaram principalmente a impunidade e a celeridade da Justiça e localizaram-se com mais frequência nas periferias do que as outras notícias.

Tabela 7**Cruzamento das variáveis “metrópole ou não” e tipo de crime**

		Metrópole ou não			Total
		metrópole	não-metrópole	Nacional	
Evento	Assassinato	41	8	2	51
	Outros	58	31	21	110
Total		99	39	23	161

Esses dados ajudam a dar contorno ao modelo típico de notícia sobre mortes nos telejornais. Sendo as notícias aquelas nas quais a dependência do trabalho policial é mais evidente (57% são notícias feitas durante o processo de investigação, contra 24% das demais), elas conseqüentemente apresentam maior número de vozes policiais. Baseadas geralmente em eventos ocorridos nas periferias – ainda mais desproporcionalmente atingidas por esses tipos de crime que a seletividade jornalística faz crer – elas são momentos propícios para os discursos contra a impunidade e a morosidade da justiça brasileira.

7.2.3 Quando assaltos são notícia? Celebidades e teoria do valor-notícia

O assalto é, sem dúvida, dos crimes abarcados pela pesquisa, um dos mais freqüentes nas ocorrências policiais. Entretanto, apenas oito notícias têm por tema um assalto. Sendo esse um dos crimes mais corriqueiros e menos danosos às vítimas, é pouco surpreendente que os jornalistas, em busca de narrativas que fujam do cotidiano e despertem interesse e emoção nos seus leitores/espectadores, dêem a ele menor importância que aos assassinatos, por exemplo. De fato, os assaltos são mais comuns nas páginas policiais de jornais locais, nos quais a proximidade com o acontecimento aumenta o interesse do público. Em programas televisivos com abrangência nacional como o Jornal Nacional e o Jornal da Record, cabe na verdade questionar por que seus produtores acreditariam que o público tem algum interesse em notícias sobre assaltos, a ponto de, no *corpus* analisado, noticiá-los em média uma vez por semana.

A resposta para esse questionamento não se encontra no interesse intrínseco provocado pelos assaltos, e sim nas pessoas e situações envolvidas. Das oito notícias de assalto presentes no *corpus*, seis envolvem “celebidades” como o cantor Lulu Santos e Flora Gil (mulher

do cantor e Ministro da Cultura Gilberto Gil). Das outras duas, uma comenta o assalto a um hotel de luxo em São Paulo (JR 26.05.2005), e a outra relata a prisão de um grupo que assaltava mansões no bairro do Morumbi, em São Paulo. Nessa notícia (JR 11.05.2005), a ênfase é colocada nos artigos de luxo roubados (jóias, relógios Rolex, televisores de plasma, etc.) e no fato de que as vítimas não foram buscar os objetos recuperados – deixando transparecer indignação na fala do diretor da polícia civil entrevistado.

A notícia 8, abaixo transcrita, exemplifica o modelo das notícias sobre assalto:

Notícia 8

Notícia veiculada no Jornal Nacional em 04.06.2005

CN: E a polícia do Rio encontrou na favela da Rocinha, na zona sul da cidade, o carro do cantor Lulu Santos, roubado por bandidos. Lulu Santos foi atacado por dois homens armados num sinal de trânsito ontem à noite. O cantor aproveitou o descuido dos assaltantes e conseguiu fugir a pé. Horas depois, o carro dele foi encontrado por policiais na frente da favela. Para o cantor, a população do Rio precisa de mais segurança.

LULU SANTOS: Por favor, mais policiamento ostensivo na rua. Eu passei dez minutos na rua sem ter com quem falar. Sem ter a quem levar o meu... queixume, o meu mal-estar por causa da ação de que fui vítima.

CN: Segundo a secretaria de segurança do Rio, o bairro do Jardim Botânico, onde Lulu Santos foi assaltado, é bem policiado.

Assim como na notícia homóloga veiculada pelo Jornal da Record no mesmo dia, a estrutura é simples: o âncora relata o acontecimento brevemente, dando voz ao músico e à sua indignação com o acontecido. Um espaço maior é dado ao músico no Jornal da Record, que finaliza a notícia com sua fala. Já no Jornal Nacional, a fala de Lulu Santos, potencializada pela exposição midiática do evento, desencadeia uma situação tal que a secretaria de segurança do estado do Rio de Janeiro se vê obrigada a comentar o protesto do cantor.

Em todas as notícias, por catorze vezes é citada uma secretaria de segurança; em três delas (no caso Lulu Santos e nos casos dos seqüestros das mães dos jogadores de futebol Marinho e Luís Fabiano) o envolvimento de uma pessoa famosa implicou o comentário dessas secretarias. As outras notícias envolviam um grupo de extermínio

com participação de policiais no Ceará (sete citações), a campanha do desarmamento (duas), uma chacina com suspeita de envolvimento policial no Recife e uma notícia sobre o sucesso do Disque-Denúncia em São Paulo.

No caso do assalto, a afirmação da secretaria levanta mais uma questão: por que, de toda a enorme quantidade de assaltos praticados no país e mais especificamente na cidade do Rio de Janeiro, escolhe-se um bairro nobre, com baixos índices de criminalidade, para amplificar via meios de comunicação a indignação daquele que sofreu com o crime?

Assim como no caso envolvendo o cantor, o assalto à Flora Gil (JN e JR 14.05.2005) também implicou um espaço à fala da vítima, que afirmou não desejar deixar a cidade do Rio de Janeiro por causa da violência; além disso, a notícia contou com auxílio de reconstruções gráficas nos dois telejornais, recurso em geral guardado para notícias especiais que não possuem imagens interessantes para complementar o texto.

Observa-se dessa forma uma exclusividade das notícias sobre assalto em casos envolvendo celebridades no Jornal Nacional, enquanto no Jornal da Record esse grupo divide o espaço com os assaltos à classe alta paulistana. Não surpreendentemente, o teste qui-quadrado revela correlação significativa ($p = 0,008$) entre os assaltos e os bairros nobres.

Por último, cabe ressaltar que a mesma tendência se verifica em um outro tipo de crime, correlato ao assalto. Jogadores de futebol, como Robinho, Marinho e Luís Fabiano formam outro grupo de celebridades bastante presente nas notícias de criminalidade violenta, nesse caso, por meio do seqüestro de seus familiares. Metade das notícias de seqüestro envolveu jogadores de futebol, produzindo matérias mistas nas quais, por exemplo, os gols do jogador recebiam tanta atenção quanto a voz dos policiais que libertaram a sua mãe do cativeiro. Como nos assaltos, no caso dos seqüestros o discurso tematizando a violência é recorrente ($p = 0,001$), assim como a presença da elite no papel de vítima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve por objetivo descrever e analisar como o telejornalismo de referência ou de “horário nobre”, representado pelos jornais Nacional e da Record, aborda a criminalidade violenta em suas notícias. A problematização do objeto de pesquisa se deu a partir do conceito de seletividade discursiva, buscando avaliar como a publicização de eventos no formato de notícias implicou para os programas pesquisados determinados formatos de retórica argumentativa, construção narrativa e nomeação temática.

Partindo de Weber, buscou-se demonstrar como a imprensa molda as fronteiras entre o público e o privado, e o quanto a transformação histórica dos veículos noticiosos em empresas modernamente administradas influenciou na configuração do campo jornalístico tal qual ele se apresenta hoje. Identificando a formação de um *habitus* jornalístico com os processos de estruturação subjetiva dos agentes sociais por meio da profissionalização do ofício de jornalista, foi possível apontar também para a existência de critérios e valores compartilhados pelos jornalistas sobre o que é digno de ser noticiado, como noticiar um evento e como resguardar estrategicamente a credibilidade e a objetividade. A credibilidade, identificada como o capital específico do campo, foi por sua vez interpretada como elemento central para que o poder simbólico do jornalismo pudesse atuar com eficácia.

Esse poder simbólico do (tele)jornalismo, de fazer ver, crer e reconhecer imagens e sons a partir de uma determinada perspectiva, simultaneamente condicionada pelos marcos culturais compartilhados por produtores e telespectadores de notícias e pelos critérios técnicos, ideologias profissionais e constrangimentos organizacionais específicos do campo de produção cultural é, antes de tudo, um poder de construção da realidade. Como tal, ele implica inescapavelmente seleções,

escolhas conscientes e inconscientes, de forma e de conteúdo, sobre o que será publicizado, daquilo que irá deixar de ser apenas um acontecimento isolado e de restritas conseqüências para se transformar em um olhar amplamente difundido sobre a violência. Um olhar que, devido exatamente ao seu poder de difusão, tem impacto profundo sobre as representações sociais de um país inteiro.

A constatação desse duplo condicionamento, promovido pelos marcos culturais mais gerais e pelo *modus operandi* específico do campo, implica uma análise que se detenha sobre cada um desses elementos antes de observar como eles se viam presentes conjuntamente nos dados coletados. Assim, é preciso, por um lado, ressaltar a relativa autonomia do campo jornalístico e a impossibilidade de compreender os seus produtos (as notícias) sem uma análise de como ele se estrutura em um contexto social específico. Aqui, a ênfase foi dada para a especificidade do modelo brasileiro de televisão e como a noção de jornalismo "sério" pauta o trabalho daqueles envolvidos no fazer de um telejornal de horário nobre.

Essa busca pela seriedade, pela objetividade, pelo profissionalismo, entendidos como noções êmicas que se revestem de significado na cosmologia dos jornalistas, garante aos telejornais de referência sua reivindicação de credibilidade. Por outro lado, essas mesmas noções impõem a eles tensões de difícil resolução quando do noticiamento de casos policiais, tradicionalmente identificados com o sensacionalismo. Ameaçados por um lado com a perda de audiência para os programas especializados em notícias policiais e, por outro, com a perda de credibilidade, a margem de liberdade para a produção de notícias se reduz.

É importante perceber que essas ameaças ao telejornalismo de referência se colocam dentro de um contexto sociohistórico mais amplo, de aumento tanto da criminalidade violenta quanto da sensibilidade social para com a violência e os riscos que essa acarreta. Esse contexto implicou não só a possibilidade estrutural do aumento de importância dos telejornais de cunho policialesco, mas também um aumento das discussões sobre segurança pública, que se transformou em um dos temas centrais do debate político em todo o país. Policiais, grupos criminosos, associações de vítimas e parentes de vítimas, psicólogos, sociólogos, educadores, juristas, ativistas políticos, políticos profissionais, militares, religiosos, todos debatem cotidianamente a violência e tentam influenciar a opinião pública, inserindo suas ideologias

dentro do mapa de significados que forma as representações sociais sobre o crime, a violência e o controle social, alterando a quantidade e a qualidade da oferta de idéias disponíveis sobre o tema na esfera pública.

Todas essas vozes articulam discursos diferenciados em diversos espaços públicos de discussão, e buscam também penetrar no discurso televisivo. O discurso televisivo é, nesse sentido, também o resultado de uma correlação de forças entre atores sociais que buscam difundir suas idéias. As forças que os atores dispõem – como a informação privilegiada que permite o fazer da notícia, a autoridade reconhecida do especialista ou o apelo emocional da vítima – não são, entretanto, da mesma natureza do poder que esses atores têm no espaço social como um todo. São forças que apenas fazem sentido quando encaixadas dentro da perspectiva dos jornalistas e das necessidades de seu ofício. O uso seletivo dessas vozes é que permite ao telejornalismo de referência reivindicar para suas notícias representatividade ao retratar a violência, assim como reivindicar para si legitimidade para falar sobre a violência.

O poder da seletividade jornalística para moldar as condições de acesso à esfera pública implica, assim, um poder simbólico considerável. Tendo analisado as tensões que impõem restrições ao discurso do telejornalismo de referência e o repertório discursivo socialmente disponível sobre a criminalidade violenta e o controle punitivo, foi possível compreender algumas das lógicas que regem a produção de notícias policiais pelos telejornais analisados.

Cabe notar como essa seletividade opera também na escolha das notícias. A pesquisa demonstrou uma tendência forte de os telejornais apresentarem eventos ocorridos em metrópoles da região sudeste, em especial naquelas onde se localizam as redações dos noticiários (Rio de Janeiro no caso do Jornal Nacional e São Paulo no caso do Jornal da Record). Dentre os eventos relatados, as notícias envolvendo morte (assassinato, chacina e latrocínio) destacam-se como as mais presentes. Já as notícias de assalto foram exclusivamente relatadas em casos envolvendo a elite paulistana ou celebridades.

No que se refere à retórica argumentativa, a pesquisa demonstrou a tendência de utilizar-se das vozes de outros atores sociais para a emissão de opiniões ou valores. Quando o próprio jornalista emite a opinião (caso de Boris Casoy), esta se encontra firmemente ancorada numa construção narrativa que permite a emissão da opinião como uma

conclusão natural, consensual, sobre o evento noticiado. Assim, seja a partir da referência a outros atores sociais ou a partir da colocação de suas vozes no corpo da notícia, os telejornais jogam com as vozes de outros atores de forma a simultaneamente resguardar sua objetividade e transmitir opiniões sobre eventos que, ao relatarem rupturas em valores profundamente arraigados, produzem nos espectadores sentimentos de indignação e desejo de vingança.

Sendo as notícias policiais relatos sobre eventos em que o conflito se desenvolve entre atores sem a mesma legitimidade social, há uma distinção entre os personagens dotados de legitimidade para falar, as “vozes autorizadas”, e aqueles deslegitimados, rotulados, reduzidos a objeto do discurso. Esse falar autorizado sobre a criminalidade violenta é privilégio dos jornalistas, identificados com o *ethos*; dos especialistas, identificados com o *logos*; e das vítimas e familiares, as vozes do *pathos*. A partir da superposição dos discursos desses três atores em especial, a retórica jornalística opera a construção de um discurso baseado na defesa da lei, da ordem, da punição aos criminosos, contra a impunidade e a corrupção dos agentes de repressão ao crime.

Esses agentes de repressão são, entretanto, dotados de certa ambigüidade no discurso jornalístico. Se por um lado eles são os definidores primários da notícia e ocupam um espaço privilegiado na construção narrativa baseada no modelo “vilão-vítima-herói”, por outro eles são amiúde identificados com o papel do vilão. Dessa forma, os telejornais buscam se afastar de uma posição acrítica perante agentes estatais amplamente vistos com desconfiança pelos espectadores, sem, entretanto, questionar o modelo de controle social punitivo adotado como um todo. Trata-se antes de apontar falhas pontuais e reivindicar uma maior eficácia do sistema de justiça criminal, em especial no que se refere à necessidade de punição e à celeridade da justiça em julgar os crimes.

A adoção do modelo narrativo “vilão-vítima-herói”, em oposição a modelos noticiosos mais analíticos, utilizados em temas mais “nobres” como a política e a economia, não é assim sem contradições. Se por um lado o papel da vítima é nitidamente construído a partir de discursos santificadores que enaltecem virtudes privadas, como amor familiar, amizade ou religiosidade, o mesmo não se pode dizer dos outros dois papéis.

A especificidade do caso brasileiro, marcado pela desconfiança da população frente aos agentes da lei e ao sistema de justiça criminal

como um todo, implica uma difícil construção do papel de herói. Nesse ponto, o telejornalismo de referência vê-se obrigado a equilibrar-se numa linha fina entre a manutenção das relações privilegiadas com suas fontes primárias por meio de um discurso enaltecedor do trabalho dos agentes do controle punitivo e o noticiamento dos casos de corrupção e violência praticadas pelos agentes estatais de repressão ao crime. Como solução, observou-se novamente a lógica da crítica pontual, de falhas individuais ou de grupos isolados que abusam do poder de que dispõem, comprometendo o sistema de controle punitivo e favorecendo a expansão da criminalidade violenta. Contra esse perigo, colocam-se os discursos do jornalismo como *watchdog*, legitimadores da ação do jornalismo como forma de fiscalização do poder e de pressão social contra a impunidade.

Por último, a construção do personagem vilão é complexa. Visto tratar-se de uma voz não-autorizada, ele é construído na fala dos outros, tornando-se uma voz ausente. Esse outro, esse “eles” que se opõe ao “nós” simbolicamente construído no pacto comunicativo construído entre o telejornal e o espectador, é estrategicamente isolado. Nenhum discurso capaz de provocar compreensão para além da divisão maniqueísta implícita no modelo narrativo, nenhuma fala explicativa do seu ato para além da tipificação penal, nenhuma análise das suas condições de existência ou sua visão de mundo para além das rotulações dos personagens e dos espaços. Dessa forma, comprometido com uma visão do interesse público oficial e pautada pelos agentes estatais produtores das notícias, e uma visão do interesse *do* público pautada por determinado modelo narrativo de estórias policiais, o telejornalismo esquia-se de seu papel auto-atribuído de “ouvir os dois lados”, atuando como verdadeiro filtro seletivo dos discursos difundidos, censura reconhecida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ■

- ADORNO, Sérgio. O gerenciamento público da violência urbana: a justiça em ação. *São Paulo contra o medo*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.
- ADORNO, Theodor Wiesengrund e HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1986.
- ALLAN, Stuart. News from NowHere: Televisual News Discourse and the Construction of Hegemony. In: BELL, Allan e GARRET, Peter. *Approaches to Media Discourse*. Oxford: Blackwell, 1998.
- ALMEIDA, Alberto Carlos; SCHROEDER, Andréia; CHEIBUB, Zairo (Org.). PESB: Pesquisa Social Brasileira, 2002 (Banco de dados). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense (UFF). *Consórcio de Informações Sociais*, 2004. Disponível em: <<http://www.nadd.prp.usp.br/cis/index.aspx>>.
- BARATA, Francesc. *Las nuevas fábricas del miedo: los mass media ante la inseguridad ciudadana*. Oñati Proceedings n. 18, IIJS, 1995, p. 83-94.
- BARATA, Francesc. La violencia y los mass media: entre lo saber criminológico y las teorías de la comunicación. *Revista Brasileira de Ciências Criminais* n. 29, jan.-mar. 2000.
- BARDIN, Laurence. *El analisis de contenido*. 2. ed. Madrid: Akal, 1996.
- BATISTA, Nilo. Mídia e Sistema Penal no Capitalismo Tardio. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 42, jan.-mar. 2003, p. 242-263.

- BAUER, Martin. Análise retórica e análise de argumento. Anotações de palestra concedida no curso de Metodologia Qualitativa do PPG Sociologia. UFRGS, 2004.
- BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin e GASKELL, George (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- BECKER, Howard. *Los Extraños: sociología de la desviación*. Buenos Aires: Editorial Tiempo Contemporáneo, 1971.
- BENTHAM, Jeremy. *An introduction to the principles of morals and legislation*. Oxford: Clarendon Press, 2005. Disponível em: <<http://books.google.com/books>>. Acesso em 14 de outubro de 2005.
- BERGER, Christa. A Reestruturação da Política em Tempos Midiáticos. *Revista Porto e Vírgula*, ano V, número 31. Porto Alegre, maio de 1997.
- BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de *habitus* e campo. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BOURDIEU, Pierre (Org.). *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço social e gênese das "classes". *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 4. ed. Campinas: Papius, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. Sobre o Poder Simbólico. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRESSER PEREIRA, Luís Carlos. *Reforma do estado e administração pública gerencial*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- CHAMPAGNE, Patrick. A visão midiática. In: BOURDIEU, Pierre (Coord.) *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CHAPMAN, Dennis. *Sociology and the Stereotype of the Criminal*. Edimburgo: T&A Constable, 1968.

- CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: Antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.
- COHN, Gabriel. A análise estrutural da mensagem. In: COHN, Gabriel (Org.). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.
- COLLIOT-THELENE, Chaterine. *Max Weber e a História*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- CRESPI, Francisco. *Introdução à Sociologia do Conhecimento*. São Paulo: Edusc, 2000.
- DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DOWLER, Ken. *Breaking News: The portrayal of crime in news broadcasts*. Detroit: Detroit University Press, 2003.
- DUMONT, Louis. *Homo hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1997.
- ECO, Umberto. *Apocalípticos e Integrados*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- ESCOHOTADO, Antonio. *Historia general de la drogas*. 3. ed. rev. y ampl. Madrid: Alianza, 1995. 3 volumes.
- FAIRCLOUGH, Norman. Political Discourse in the Media: An analytical Framework. In: BELL, Allan e GARRET, Peter. *Approaches to Media Discourse*. Oxford: Blackwell, 1998.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1995.
- FEYERABEND, Paul K. *Contra o método*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- GALTUNG, Johan e RUGE, Mari. A estrutura do noticiário estrangeiro: A apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e histórias*. Lisboa, Vega, 1993.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

- HABERMAS, J. (1961). *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HABERMAS, Jürgen. *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa: Edições 70, 1997.
- HABERMAS, Jürgen. Further reflections on the public sphere. In: CALHOUN, Craig (Ed.): *Habermas and the Public Sphere*. MIT Press, 1997.
- HAGEN, Sean Aquere. *O casal 20 do telejornalismo e o mito da perfeição: como a mídia constrói a imagem dos apresentadores Fátima Bernardes e William Bonner*. Dissertação de mestrado. PPGCOM, UFRGS, 2004.
- HALL, Stuart, CHRITCHER, Chas *et al.* A produção social das notícias: o *mugging* nos media. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Veja, 1999.
- HAMBURGER, Esther. Indústria Cultural Brasileira (Vista Daqui e de Fora). In: MICELI, Sergio (Org.): *O que ler na ciência social brasileira: 1970-2002*. São Paulo: Sumaré, 2002.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- IBOPE. *Dados Sobre audiência dos programas televisivos Jornal Nacional e Jornal da Record*. Disponível em: <<http://site.wwww.ibopecom.br>>. Acesso em: 29.07.2005.
- IPM. *Indicador de analfabetismo funcional*. Disponível em: <<http://www.ipm.org.br>>.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- LAKATOS, Imre. *La metodologia de los programas de investigación científica*. Madrid: Alianza Editorial, 1982.
- LIMA, Roberto Kant de. A administração dos conflitos no Brasil: a lógica da punição. In: *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

- LIAKOPOULOS, Miltos. Análise argumentativa. In: BAUER, Martin e GASKELL, George (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- LUHMANN, Niklas. *The reality of the mass media*. London: Polity Press, 2000.
- JORNAL NACIONAL. *Jornal Nacional: A notícia faz história*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004.
- MACHADO, Arlindo. *A televisão levada a sério*. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2001.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MARX, Karl. *A ideologia alemã*. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 1987.
- McCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald L. A evolução da pesquisa sobre agendamento: vinte e cinco anos no mercado das idéias. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Minerva, 2000.
- McCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald L. A função do agendamento dos *media*. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Minerva, 2000.
- MONTAÑO, Sônia. A construção da telerrealidade: o caso Linha Direta. *Cadernos Instituto Humanitas Unisinos*, ano 2, n. 4 São Leopoldo: Unisinos, 2004.
- NAÇÕES UNIDAS, UNODC. *Perfil do País 2005*. Disponível em: <<http://www.onu-brasil.org.br>>.
- PEIXOTO, Betânia Totino. Medo e espaço urbano: uma análise da percepção do risco de vitimização local e não local. Apresentação no XI Congresso Brasileiro de Sociologia. Campinas, 2003.
- PEREIRA JR., Alfredo Vizeu. *Decidindo o que é notícia: Os bastidores do telejornalismo*. Porto Alegre: EdiPucRS, 2001.
- REINER, Robert. Crime in the Media: subversion, social control or mental chewing gum? In: *Oxford Handbook of Criminology*. Oxford: Oxford Press, 2004.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades. *Sociologias*, n. 8, p. 16-32, jul.-dez. 2002.

- SÁ, Teresa Vasconcelos. Segurança e seu sentimento na cidade. Artigo eletrônico resultante de comunicação em palestra no *IV Congresso Português de Sociologia*, 2001.
- SCHLESINGER, Philip. Os jornalistas e sua máquina do tempo. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa, Vega, 1993.
- SERRA, Antonio A. *O desvio nosso de cada dia: a representação do cotidiano num jornal popular*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.
- SILVA-SÁNCHEZ, Jesús-María. *A expansão do direito penal: aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais*. São Paulo: RT, 2002.
- SODRÉ, Muniz. *O monopólio da fala*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- SOLOSKI, John. O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega, 1993.
- SOUZA, Celina. Participatory budgeting in Brazil: limits and possibilities in building democratic institutions. *Environment and Urbanization*, Grã-Bretanha, v. 13, n. 13, p. 159-184, 2001.
- TEIXEIRA, Alex Niche. *A espetacularização do crime violento pela televisão: O caso do programa Linha Direta*. Dissertação de Mestrado, UFRGS, 2002.
- THOMPSON, John B. *Ideology and the modern culture*. Stanford: Stanford University Press, 1990.
- THOMPSON, John B. *A Midia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- TOULMIN, Stephen. *Os usos do argumento*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1999.
- TUCHMAN, Gaye. A Objectividade como Ritual Estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1999.
- VAN DIJK, Teun A. *La noticia como discurso: comprensión, estructura y producción de la información*. Barcelona: Paidós, 1990.

VAN DIJK, Teun. Opinions and Ideologies in the Press. In: BELL, Allan e GARRET, Peter. *Approaches to Media Discourse*. Oxford: Blackwell, 1998.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. 4. ed. Brasília: Ed. UnB, 1998.

YOUNG, Jock. *A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

ANEXOS

ANEXO 1 TABELAS E TESTES ESTATÍSTICOS CITADOS NA DISSERTAÇÃO

VOZ DA VÍTIMA * ESPAÇO SOCIAL: CASA OU RUA

Crosstab

% within Voz da vítima

		Espaço social: casa ou rua		Total
		casa	rua	
Voz da vítima	não	32,9%	67,1%	100,0%
	sim	50,0%	50,0%	100,0%
Total		35,7%	64,3%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	1,493(b)	1	,222		
Continuity Correction(a)	,840	1	,359		
Likelihood Ratio	1,444	1	,229		
Fisher's Exact Test				,237	,179
N of Valid Cases	64				

a. Computed only for a 2x2 table

b. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 5,00.

VOZ DA VÍTIMA * FALA SOBRE O CAMPO POLÍTICO

Crosstab

% within Voz da vítima

		Fala sobre o campo político		Total
		não	sim	
Voz da vítima	não	70,0%	30,0%	100,0%
	sim	85,7%	14,3%	100,0%
Total		72,0%	28,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	2,239 ^a	1	,135		
Continuity Correction ^a	1,527	1	,217		
Likelihood Ratio	2,513	1	,113		
Fisher's Exact Test				,193	,105
N of Valid Cases	161				

a. Computed only for a 2x2 table

b. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 5,87.

VOZ DA VÍTIMA * FALA SOBRE O CAMPO JURÍDICO

Crosstab

% within Voz da vítima

		Fala sobre o campo político		Total
		não	sim	
Voz da vítima	não	73,6%	26,4%	100,0%
	sim	66,7%	33,3%	100,0%
Total		72,7%	27,3%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	,438 ^a	1	,508		
Continuity Correction^a	,160	1	,689		
Likelihood Ratio	,423	1	,515		
Fisher's Exact Test				,600	,336
N of Valid Cases	161				

a. Computed only for a 2x2 table

b. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 5,74.

VOZ DA VÍTIMA * VOZ DE AGENTES POLICIAIS E PENITENCIÁRIOS

Crosstab

% within Voz da vítima

		Voz de agentes policiais e penitenciários		Total
		não	sim	
Voz da vítima	não	77,1	22,9%	100,0%
	sim	61,9%	38,1%	100,0%
Total		75,2%	24,8%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	2,271 ^a	1	,132		
Continuity Correction^a	1,528	1	,216		
Likelihood Ratio	2,098	1	,148		
Fisher's Exact Test				,174	,111
N of Valid Cases	161				

a. Computed only for a 2x2 table

b. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 5,22.

TELEJORNAL * EVENTO

Crosstab

% within Telejornal

		Evento		Total
		outros	sistema prisional	
Telejornal	JN	92,9%	7,1%	100,0%
	JR	82,9%	17,1%	100,0%
Total		88,2%	11,8%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	3,891 ^a	1	,049		
Continuity Correction ^a	2,985	1	,084		
Likelihood Ratio	3,944	1	,047		
Fisher's Exact Test				,054	,042
N of Valid Cases	161				

a. Computed only for a 2x2 table

b. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 8,97.

TELEJORNAL * EVENTO

Crosstab

% within Telejornal

		Evento		Total
		assassinato	outros	
Telejornal	JN	38,8%	61,2%	100,0%
	JR	23,7%	76,3%	100,0%
Total		31,7%	68,3%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	4,249 ^a	1	,039		
Continuity Correction^a	3,578	1	,059		
Likelihood Ratio	4,302	1	,038		
Fisher's Exact Test				,043	,029
N of Valid Cases	161				

a. Computed only for a 2x2 table

b. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 24,07.

**TELEJORNAL * TEMA:
IMPUNIDADE E CELERIDADE DA JUSTIÇA CROSSTABULATION**

Crosstabulation

% within Telejornal

		Tema: Impunidade e celeridade da justiça		Total
		não	sim	
Telejornal	JN	75,3%	24,7%	100,0%
	JR	94,7%	5,3%	100,0%
Total		84,5%	15,5%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	11,564 ^a	1	,001		
Continuity Correction^a	10,129	1	,001		
Likelihood Ratio	12,641	1	,000		
Fisher's Exact Test				,001	,000
N of Valid Cases	161				

a. Computed only for a 2x2 table

b. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 11,80.

TEMA: DROGAS * TEMA: O CRIME ORGANIZADO**Crosstabulation***% within Tema: drogas*

		Tema: o crime organizado		Total
		não	sim	
Tema: drogas	Não	86,4%	13,6%	100,0%
	sim	72,4%	27,6%	100,0%
Total		83,9%	16,1%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	3,417 ^b	1	,065		
Continuity Correction ^a	2,464	1	,116		
Likelihood Ratio	3,052	1	,081		
Fisher's Exact Test				,091	,063
N of Valid Cases	161				

- a. Computed only for a 2x2 table
- b. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,68.

EVENTO * FALA SOBRE A SOCIEDADE CIVIL**Crosstabulation***% within Evento*

		Fala sobre a sociedade civil		Total
		não	sim	
Evento	outros	68,5%	31,5%	100,0%
	Confronto e manifestação	93,3%	6,7%	100,0%
Total		70,8%	29,2%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	4,060 ^a	1	,044		
Continuity Correction^a	2,948	1	,086		
Likelihood Ratio	5,153	1	,023		
Fisher's Exact Test				,069	,034
N of Valid Cases	161				

a. Computed only for a 2x2 table

b. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,38.

Crosstabs**Case Processing Summary**

Cases						
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Evento * Tema: a violência	161	100%	0	0%	161	100,0%
Evento * Região da cidade	60	37,3%	101	62,7%	161	100,0%
Evento * Tema: a violência	161	100%	0	0%	161	100,0%
Evento * Região da cidade	60	37,3%	101	62,7%	161	100,0%

EVENTO * TEMA: A VIOLÊNCIA**Crosstabs**

% within Evento

		Tema: a violência		Total
		não	sim	
Evento	outros	83,0%	17,0%	100,0%
	assalto	87,5%	12,5%	100,0%
Total		83,2%	16,8%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	,110 ^a	1	,740		
Continuity Correction^a	,000	1	1,000		
Likelihood Ratio	,118	1	,731		
Fisher's Exact Test				1,000	,600
N of Valid Cases	161				

- a. Computed only for a 2x2 table
 b. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,34.

EVENTO * REGIÃO DA CIDADE

Crosstabs

% within Evento

		Região da cidade		Total
		Bairro nobre	periferia	
Evento	outros	32,1%	67,9%	100,0%
	assalto	85,7%	14,3%	100,0%
Total		38,3%	61,7%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	7,526 ^a	1	,006		
Continuity Correction^a	5,428	1	,020		
Likelihood Ratio	7,631	1	,006		
Fisher's Exact Test				,010	,010
N of Valid Cases	60				

- a. Computed only for a 2x2 table
 b. 1 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,68.

EVENTO * TEMA: A VIOLÊNCIA**Crosstabs***% within Evento*

		Tema: a violência		Total
		não	sim	
Evento	outros	85,9%	14,1%	100,0%
	sequestro	50,0%	50,0%	100,0%
Total		83,2%	16,8%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	10,258 ^a	1	,001		
Continuity Correction^a	7,847	1	,005		
Likelihood Ratio	7,794	1	,005		
Fisher's Exact Test				,006	,006
N of Valid Cases	161				

a. Computed only for a 2x2 table

b. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,01.

EVENTO * REGIÃO DA CIDADE**Crosstabs***% within Evento*

		Região da cidade		Total
		bairro nobre	periferia	
Evento	outros	36,4%	63,6%	100,0%
	sequestro	60,0%	40,0%	100,0%
Total		38,3%	61,7%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	1,083 ^b	1	,298		
Continuity Correction^a	,314	1	,575		
Likelihood Ratio	1,048	1	,306		
Fisher's Exact Test				,362	,282
N of Valid Cases	60				

a. Computed only for a 2x2 table

b. 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,92.

ANEXO 2

TRANSCRIÇÃO DAS NOTÍCIAS

Document 'JN 01.06.2005', 2 passages, 5136 characters.

Section 0, Paragraphs 2-12, 2822 characters.

“FB: Boa noite. O Jornal Nacional já mostrou o contrabando livre na fronteira Brasil-Paraguai. Já mostrou muitas vezes a ineficiência do policiamento na Ponte da Amizade. Mas hoje os nossos repórteres registraram mais do que os flagrantes desse crime. Eles ouviram um delegado federal brasileiro acusar autoridades paraguaias de corrupção.

RE: A Ponte da Amizade é dominada pelos contrabandistas de cigarros. Do lado paraguaio, jovens empilham caixas nas garupas das motos. Em alta velocidade, eles cruzam a ponte. Já na parte brasileira, eles entregam rapidamente a mercadoria, que, depois, é jogada pelos buracos abertos na tela de proteção. A ousadia é tanta que o contrabando chega a interromper o trânsito. Até mulheres participam da operação. As caixas também são transportadas nas costas dos carregadores. A mercadoria contrabandeada chega ao ponto combinado e é arremessada. Lá embaixo, outros carregadores esperam para levar os cigarros para depósitos clandestinos em Foz do Iguaçu. Em poucos minutos, desaparecem na escuridão. Policiais Federais vigiam a área, mas basta que os agentes se afastem para os chamados cigarreiros voltarem a agir.

DELEGADO: Briga de gato e rato, né?

RE: Em Cidade do Leste, os contrabandistas nem se intimidam com os soldados. Os soldados deveriam cuidar da segurança, mas se escondem quando nossa câmera se aproxima. Esse policial paraguaio diz que a passagem de cigarros para o Brasil não é ilegal.

POLICIAL PARAGUAIO: [com legenda] Para nosotros no es contrabando.

RE: O funcionário da Aduana paraguaia, departamento equivalente à Receita Federal brasileira, vira as costas para não falar sobre o assunto. Durante o dia, flagramos os contrabandistas embalando caixas de cigarros em frente à sede do Ministério da Fazenda do Paraguai. Fiscalizar o que passa pela ponte é responsabilidade dos dois países. Nesse acordo assinado no início de abril, autoridades brasileiras e paraguaias assumiram vários compromissos. Entre eles, exigir nota fiscal dos produtos que saem daqui do Paraguai, e impedir que as mercadorias sejam jogadas de cima da ponte, principalmente cigarros.

DELEGADO DA RECEITA FEDERAL: O governo brasileiro cumpriu a sua parte. Em nenhum dos pontos que o governo paraguaio se comprometeu foi cumprido até agora.

DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL: Um envolvimento claro da autoridade paraguaia com a criminalidade.

RE: De que forma?

DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL: Eles são pagos mensalmente, diariamente, para deixar que a situação se perpetue na ponte internacional da amizade.

RE: O governo paraguaio colocou uma placa de advertência, que parece não amedrontar os contrabandistas [está proibido arrojear todo tipo de mercaderias com destino al Brasil desde el Puente de la Amistad]. Eles reagem à nossa presença com pedras nas mãos [imagem do carro da reportagem sendo apedrejado]”.

Section 0, Paragraphs 13-30, 2314 characters.

“WB: No Ceará, novas gravações revelam como um major da PM negociava com criminosos a devolução de carros roubados. Uma comissão da secretaria nacional dos direitos humanos chegou hoje a Fortaleza.

RE: A comissão teve encontros no Ministério Público Estadual, no Tribunal de Justiça e com o governador Lúcio Alcântara. Os representantes do governo federal devem ouvir ainda as pessoas que seriam vítimas do grupo. Os conselheiros afirmam que a secretaria estadual da segurança tomou conhecimento das denúncias há mais de dois anos.

DEPUTADO PT - PB: O secretário teve conhecimento sim, não apenas quando foi superintendente da Polícia Federal, mas também como secretário de segurança pública. Então, dizer que o estado não sabe o que está acontecendo, isso não é verdade.

GOVERNADOR CE: O governo do estado do Ceará nunca foi comunicado, instado, pra que tomassem essas providências.

RE: E a secretaria de segurança?

GOVERNADOR CE: [as investigações] tava caminhando em segredo de justiça.

RE: Desde que as denúncias começaram a ser divulgadas pelo Jornal Nacional, seis policiais foram afastados. A maioria deles faria parte de um grupo de extermínio, chefiado pelo Major Hernani Castro. A escuta telefônica revela que em setembro de 2003 o Major Castro teria sido alertado por um policial sobre as investigações dentro da PM.

OFICIAL: Sabe que eles te acusam de ser comandante de um grupo de extermínio?

MAJOR CASTRO: Tem que abrir sindicância. Aí a gente pega como o coronel e escala um que seja do nosso lado pra fazer.

OFICIAL: A gente bota quem? Um bom aí pra fazer que eu já digo a ele, indicar logo.

MAJOR CASTRO: Coronel Carvalho desenrola isso aí.

RE: Em um trecho das gravações, o major estaria negociando com o advogado de um assaltante a liberação de um carro roubado.

MAJOR CASTRO: Rapaz, ele roubou o carro de um amigo meu, agora. Você não tem o telefone desse bicho não? Macho, pra ele devolver esse carro, sei lá.

ADVOGADO: Deixe comigo.

RE: Em outra conversa, o major falaria com a vítima sobre a recuperação do carro.

VÍTIMA: Major, ele deixou meu carro aqui no Tabapuá.

MAJOR CASTRO: Rapaz, só tá faltando o som, mas ele disse que vai entregar o som.

WB: O tenente-coronel Paulo Carvalho, citado na gravação, disse que nunca presidiu inquérito militar para apurar denúncias contra o Major Castro”.

Document 'JN 02.06.2005', 7 passages, 6900 characters.

Section 0, Paragraphs 5-7, 1325 characters.

“FB: Também em São Paulo, a polícia impediu o seqüestro de um bebê. Um crime hediondo e covarde, abortado depois da escuta de telefonemas de um traficante preso no interior do estado.

RE: [imagens cedidas pela polícia civil] A ação é nervosa. A vida de um bebê de nove meses está em risco. Os homens deitados no chão pretendiam render o pai da criança quando ele estivesse saindo para o trabalho, e seqüestrar o bebê. Há dez dias a polícia começou a rastrear telefonemas de um traficante preso no interior de São Paulo. Descobriu que ele planejava o seqüestro. Recebia informações de uma ex-babá da família, que cuidaria da criança no cativado. A polícia avisou a família, e avisou para que ninguém saísse de casa. Com os detalhes de como seria o seqüestro, às 4 e meia da manhã os policiais cercaram o quarteirão com três carros. Às sete e vinte, os criminosos chegaram. Passaram pela frente da casa, foram até o fim da rua, e voltaram. Foi quando houve a abordagem. Todos os presos têm antecedentes criminais por tráfico de drogas e seqüestros. A polícia quer agora prender a babá.

DELEGADO: É mais uma prova de que o crime organizado, ele requer que se pense uma nova estratégia prisional, porque infelizmente nós ainda temos hoje as lideranças de dentro dos presídios organizando o crime através dos seus comparsas fora da cadeia”.

Section 0, Paragraphs 7-10, 536 characters.

“WB: Mais um policial foi afastado hoje por suspeita de envolvimento com o grupo de extermínio que agia na PM do Ceará. Uma comissão do governo federal vai ouvir as famílias das vítimas da quadrilha.

RE: A mulher que tem medo de mostrar o rosto é mãe de uma vítima do grupo de extermínio. O menino, na época com treze anos, levou um tiro de um policial e ficou paraplégico.

MÃE DE VÍTIMA: O Major Hernani de Castro saiu em perseguição a ele, chegou e atirou. Ele não deu nenhuma defesa a ele. Ele atirou e ele caiu e pronto. E ali ficou”.

Section 0, Paragraphs 11-16, 603 characters.

“RE: Hoje, o comando da Polícia Militar afastou mais um policial. O sargento Jean Charles foi acusado pela PM de matar há um ano e meio um mecânico na oficina onde trabalhava. Novos trechos das gravações mostram que o Major Castro, que seria o chefe do grupo, teria forjado provas para incriminar pessoas. Em uma conversa, ele estaria orientando um outro policial a adulterar uma arma.

MAJOR CASTRO: Um revólver dentro da casa, é?

POLICIAL: Sim.

MAJOR CASTRO: Tá adulterado ao menos?

POLICIAL: Municiado não está, não. É bem velho.

MAJOR CASTRO: Então raspa o número que aí é flagrante, é crime continuado”.

Section 0, Paragraphs 22-24, 1055 characters.

“RE: Os jornais do Paraguai deram destaque à matéria mostrada ontem pelo Jornal Nacional. Contrabandistas de cigarros agem livremente durante a noite na ponte da amizade. Eles arremessam as caixas por buracos abertos na grade de proteção. Lá embaixo, carregadores esperam a mercadoria. Ao descobrir que estavam sendo filmados, reagiram com pedras [imagem de pedradas].

DELEGADO POL. FEDERAL: Há um envolvimento claro da autoridade paraguaia com a criminalidade.

RE: Apesar da acusação do delegado da Polícia Federal, hoje a fiscalização em Cidade do Leste não foi reforçada. A Aduana, órgão equivalente à Receita Federal brasileira, está sob intervenção desde segunda feira, mas para investigar irregularidades na entrada de produtos brasileiros no Paraguai. O representante da Aduana paraguaia admitiu que há falhas na fiscalização, e não descartou o envolvimento de algum funcionário com

os contrabandistas. Adolfo Amiron disse que uma auditoria está apurando denúncias de corrupção, e afirmou que as quadrilhas têm criminosos dos dois lados da fronteira”.

Section 0, Paragraphs 25-28, 1177 characters.

“FB: Uma testemunha apresentou uma nova pista sobre a morte do estilista Amauri Veras. A revelação reforça a hipótese de homicídio, como mostra a reportagem de Eduardo Tchao.

RE: A testemunha, que pediu para não ser identificada, foi uma das primeiras a entrar no apartamento de Amauri Veras em setembro do ano passado. O sócio dele, Frankie Mackey, encontrou o estilista enforcado. Há nove dias ele participou sozinho de uma reconstituição do caso. Na terça-feira passada, outras quatro pessoas foram ouvidas durante uma nova simulação. Hoje, a testemunha disse que viu um objeto que pode ter sido usado para agredir o estilista na cabeça.

TESTEMUNHA [escondida]: Eu vi um objeto de metal, pesado, comprido. Ele parecia um negócio de colocar vela, meio torneado, e ele tava com manchas de sangue nele.

RE: Segundo a perícia, as lesões teriam acontecido antes do enforcamento. O laudo cadavérico diz que Amauri tinha dois tipos de lesões: uma sobre o supercílio esquerdo, produzida por ação contundente, quer dizer, pancada forte. O documento também revela uma fratura nos ossos da base do crânio, e edema cerebral. O laudo levou a polícia a investigar a possibilidade de assassinato”.

Section 0, Paragraphs 29-34, 1743 characters.

“WB: O trabalho do jornalista Tim Lopes foi lembrado hoje numa cerimônia no Rio. Tim foi assassinado covardemente por traficantes, há exatamente três anos, durante uma reportagem.

RE: O minuto de silêncio marcou o início das homenagens a Tim Lopes na Associação Brasileira de Imprensa. Amigos e representantes de várias entidades da categoria lembraram o jornalista, que transformava em reportagens pedidos de ajuda de diversas comunidades. A família de Tim se emocionou com as lembranças. O jornalista foi executado quando denunciava a exploração sexual de menores em bailes promovidos por traficantes numa favela no subúrbio do Rio.

PRESIDENTE ABI: Nós queremos lembrá-lo como uma pessoa que foi sacrificada no exercício de sua missão de informar a população, mas queremos exaltá-lo principalmente como um profissional que mereceu a nossa admiração pela sua competência e pelo seu engajamento da missão do jornalista, que é bem informar a sociedade.

RE: Na semana passada, o chefe da quadrilha, Elias Maluco, foi condenado a 28 anos e meio de prisão pelo crime. Daqui a duas semanas os outros seis acusados de capturar, torturar, matar e desaparecer com o corpo do jornalista Tim Lopes vão estar aqui no banco dos réus do Tribunal do Júri. Será a mesma equipe de promotoras do Ministério Público que comprovou que Elias Maluco comandou toda a violência que vai estar novamente em ação. Dessa vez, contra o restante da quadrilha. As promotoras estão confiantes. Para elas, a justiça será feita de novo.

PROMOTORA PÚBLICA: É isso que o Ministério Público aguarda. Conseguir convencer os jurados da participação de cada um dos acusados.

PROMOTORA 2: Se todas as pessoas colaboraram para o crime, todas têm que ser punidas por essa colaboração”.

Section 0, Paragraph 40, 461 characters.

“WB: Estudantes enfrentaram policiais agora há pouco em Florianópolis. Em protesto contra o aumento das passagens de ônibus, os manifestantes tentavam fechar a ponte que liga o centro da capital ao continente. A polícia usou cães, balas de borracha e bombas de efeito moral. Alguns estudantes se ajoelharam para barrar os policiais, mas a tropa de choque avançou. Foi o quarto dia de protestos em Florianópolis. O aumento das passagens entrou em vigor no domingo”.

Document 'JN 03.06.2005', 4 passages, 4234 characters.

Section 0, Paragraphs 9-13, 1956 characters.

“FB: Estudantes de Florianópolis voltaram a protestar hoje contra o aumento nas passagens de ônibus. Ontem à noite houve confronto com a polícia e quebra-quebra. Dezesseis jovens foram presos.

RE: Assim ficou o escritório do maior terminal de ônibus de Florianópolis depois da batalha de ontem à noite. Em assembléia, os estudantes decidiram fechar a ponte de saída da cidade. Foi uma vitória da ala radical do movimento, que é contra o aumento das tarifas de ônibus. A Polícia Militar tinha ordens de manter o trânsito livre, e quando os estudantes avançaram, os dois lados entraram em confronto. Cavalaria, balas de borracha, bombas de efeito moral. Os manifestantes invadiram e depredaram o principal terminal de ônibus da cidade. Também atacaram o prédio da Câmara de Vereadores, agências bancárias e carros. Foram cinco horas de quebra-quebra nas ruas do centro, até os estudantes serem encurralados pela polícia. Dezesseis manifestantes continuam presos. A seção catarinense da OAB protestou contra as prisões.

OAB SC: Me parece que as 16 prisões não teve (sic) nenhuma justificativa. Foram ouvidos os policiais militares, e os policiais militares não disseram por que aquelas pessoas foram presas, que aquelas pessoas teriam praticado

qualquer ato de vandalismo, que aquelas pessoas praticaram qualquer delito. Hoje os estudantes mantiveram os protestos. Pela manhã, ocuparam um terminal de ônibus de um bairro. Não houve conflito. Mas não há acordo à vista entre os estudantes e a prefeitura sobre as tarifas de ônibus. A Polícia Militar convocou 300 homens do interior do estado para reforçar o efetivo, e montou um acampamento num ponto estratégico: perto do terminal de ônibus do centro e das pontes da cidade.

COMANDANTE PM SC: As pontes e o terminal central de ônibus eles não poderão ser interditados.

FB: Hoje à noite, a justiça acolheu o pedido de relaxamento de prisão dos 16 estudantes presos, mas determinou que cada um pague fiança de mil e quinhentos reais”.

Section 0, Paragraph 16, 370 characters.

“WB: O Ministério Público do Ceará pediu hoje a prisão preventiva dos sete acusados de envolvimento com um grupo de extermínio. Entre eles o Major Hernani de Castro, apontado pela Polícia Federal como o chefe da quadrilha. Segundo o inquérito, o grupo contratava criminosos para fazer assaltos, cobrava para dar segurança a empresas, e foi responsável por 30 assassinatos”.

Section 0, Paragraphs 17-20, 1401 characters.

“FB: Os 11 policiais militares acusados de participar na chacina da Baixada Fluminense há dois meses começaram a ser ouvidos hoje pela polícia. Os interrogatórios só devem terminar de madrugada.

RE: Do lado de fora, uma manifestação de rostos escondidos [imagem mostra faixa onde se lê: ‘Sem justiça não há paz. Punição para os assassinos. Violência nunca mais!’ Onde punição para os assassinos está escrito em vermelho, o resto em preto. Oito pessoas encapuzadas seguravam a faixa]. Parentes e amigos das vítimas da chacina da Baixada Fluminense vieram acompanhar o primeiro interrogatório dos acusados na justiça. Os 11 policiais militares chegaram cedo ao fórum. Eles foram indiciados pelo assassinato de 29 pessoas no dia 31 de março. As vítimas eram moradores que foram escolhidos ao acaso. A perícia conseguiu provas técnicas que comprovariam a participação dos policiais nos crimes. Até agora alguns PMs admitiram que estiveram nos locais da chacina, mas afirmam que só chegaram depois dos crimes. Todos se dizem inocentes.

PROMOTOR DE JUSTIÇA: Eu já aguardava isso. Mas de certa forma, mesmo negando, isso acaba servindo de prova para os demais acusados.

RE: Este é o início do processo contra os 11 policiais militares acusados da chacina. A próxima etapa é ouvir as testemunhas de acusação. Há 20 testemunhas já convocadas. O Ministério Público acredita que o julgamento pode acontecer ainda esse ano”.

Section 0, Paragraph 22, 507 characters.

“WB: Um relatório do departamento de estado americano citou o Brasil como origem e destino de homens, mulheres e crianças vítimas de exploração sexual e trabalho forçado. Segundo o documento, cerca de 70 mil brasileiros, a maioria mulheres, se prostituem no exterior. O governo americano ressalva o empenho das autoridades brasileiras no combate ao tráfico de seres humanos, mas afirma que não há resultados concretos. Em Brasília, o Itamaraty e o Ministério da Justiça não se manifestaram sobre o relatório”.

Document 'JN 04.06.2005', 4 passages, 2116 characters.

Section 0, Paragraph 4, 118 characters.

“CN: Boa noite. O livre comércio de mercadoria ilegais em Cidade do Leste dificulta o combate à pirataria na fronteira”.

Section 0, Paragraph 7, 716 characters.

“CP: No Ceará, acabou nessa madrugada o julgamento do ex-vice-prefeito de Acaraú. Amadeu Ferreira Gomes foi condenado a 14 anos de prisão pela morte do primo dele, João Jaime Ferreira Gomes na época, prefeito da cidade. A vítima deixou uma gravação, denunciando um plano para matá-lo, e apontou como mandantes Amadeu e seus irmãos, Manuel Duca da Silveira, o Duquinha, e o deputado federal Aníbal Ferreira Gomes. O assassinato estaria ligado a um investimento milionário na obra de dragagem do rio Acaraú. O advogado de Amadeu Ferreira Gomes recorreu da sentença, e o Manuel Duca Ferreira, o Duquinha, que é o atual prefeito, ainda está sendo julgado. O processo contra o deputado Aníbal Ferreira Gomes foi arquivado”.

Section 0, Paragraphs 8-10, 755 characters.

“CN: E a polícia do Rio encontrou na favela da Rocinha, na zona sul da cidade, o carro do cantor Lulu Santos, roubado por bandidos. Lulu Santos foi atacado por dois homens armados num sinal de trânsito ontem à noite. O cantor aproveitou o descuido dos assaltantes e conseguiu fugir a pé. Horas depois, o carro dele foi encontrado por policiais na frente da favela. Para o cantor, a população do Rio precisa de mais segurança.

LULU SANTOS: Por favor, mais policiamento ostensivo na rua. Eu passei dez minutos na rua sem ter com quem falar. Sem ter a quem levar o meu... queixume, o meu mal-estar por causa da ação de que fui vítima.

CN: Segundo a secretaria de segurança do Rio, o bairro do Jardim Botânico, onde Lulu Santos foi assaltado, é bem policiado”.

Section 0, Paragraphs 21-22, 527 characters.

“CN: Os repórteres do Fantástico vão à Argentina mostrar como é a vida do homem que planejou vários seqüestros no Brasil.

GLÓRIA MARIA: A polícia de São Paulo diz que Alberto Galvarizi, preso na Argentina, está envolvido em pelo menos 15 seqüestros no Brasil, inclusive da mãe de Robinho, e vivia tranquilamente no balneário de Mar Del Plata. E o Fantástico tem mais... O seu condomínio está seguro contra assaltantes? Especialistas simulam a invasão de um prédio e apontam os pontos fracos por onde os ladrões conseguem entrar”.

Document 'JN 05.10.2004', 3 passages, 2580 characters.

Section 0, Paragraph 7, 470 characters.

“WB: A polícia de Alagoas está investigando um incêndio na Secretaria de Finanças de Rio Largo. Todo o arquivo foi destruído. Entre os documentos estavam notas fiscais que passavam por auditoria do Tribunal de Contas. Suspeita-se que eram falsas. A ex-prefeita, Maria Elise tinha sido afastada por irregularidades em obras e compras. A vice-prefeita, que assumiu o cargo, e que agora elegeu-se prefeita, diz que o incêndio é criminoso. No local foi encontrado óleo diesel”.

Section 0, Paragraphs 8-16, 1636 characters.

“FB: A Polícia Federal prendeu seis envolvidos na baderna em Boca do Acre, no Amazonas. Quatro prédios, inclusive a sede da prefeitura, foram destruídos depois da eleição.

RE: Boca do Acre fica no sul do Amazonas, na divisa com o Acre. Segundo a Justiça Eleitoral, o município tem 13 mil eleitores. Na noite da eleição, no domingo, a cidade viveu momentos de violência. O Fórum, a sede da prefeitura e uma emissora de rádio foram incendiadas. A casa do prefeito ficou destruída. A violência foi provocada por uma briga entre políticos.

RE: Três candidatos concorriam à prefeitura de Boca do Acre. A disputa ficou polarizada entre Iran Lima, do PPS, candidato à reeleição, e Rodrigo Munhoz, do PL, que teve o registro de candidatura indeferido cinco dias antes da eleição pelo Tribunal Superior Eleitoral. Durante a apuração, militantes contrários a Iran Lima se revoltaram.

RE: Só 24 horas do fim da votação, o resultado das urnas foi divulgado pela justiça eleitoral: o candidato à reeleição, Iran Lima, com 5.924 votos.

PREFEITO: Nunca houve na história do município situação igual a essa. Foi todo esse pessoal de fora, que o nosso adversário trouxe para ajudar na campanha...

RE: Rodrigo Munhoz, que recebeu 5.344 votos, negou qualquer incentivo aos atos de violência.

R. MUNHOZ: Jamais eu daria incentivo para as pessoas quebrar os órgãos públicos. Jamais fiz isso.

RE: A situação está controlada em Boca do Acre, mas a população permanece com medo.

JUÍZA ELEITORAL: Estou com reforço aqui da polícia civil, da Polícia Federal, polícia de choque. E aí, aguardando providências da Polícia Federal para decretarmos o que for possível”.

Section 0, Paragraph 17, 474 characters.

“WB: O Tribunal Regional Federal em Brasília concedeu *habeas corpus* ao fazendeiro Antônio Manica, acusado de envolvimento no assassinato de três fiscais do trabalho e um motorista no começo do ano em Unai, em Minas Gerais. Para o tribunal, a prisão preventiva é desnecessária porque o fazendeiro tem residência fixa e não está obstruindo a justiça. Mesmo preso, Antônio Manica concorreu e venceu as eleições para a prefeitura de Unai. Ele deve ser libertado nas próximas horas”.

Document 'JN 07.10.2004', 1 passage, 1538 characters.

Section 0, Paragraphs 9-14, 1538 characters.

“WB: A Câmara Municipal de Porto Ferreira, no interior paulista, vai decidir se um dos vereadores eleitos esta semana poderá assumir o cargo. Ele está preso, condenado por envolvimento em prostituição de menores.

RE: A propaganda ainda está nas ruas de Porto Ferreira. Mas o terceiro candidato a vereador mais votado na cidade não participou da campanha. Luís César Manzoni está preso desde agosto do ano passado. Cumpre pena de 45 anos na penitenciária de Sorocaba, por corrupção de menores, favorecimento à prostituição, e formação de quadrilha. O candidato entrou com um pedido de *habeas corpus* para assumir a vaga na Câmara Municipal. Além dele, foram presos empresários, vereadores e funcionários públicos da cidade. Todos acusados de participação no esquema de aliciamento de menores. Segundo o Ministério Público Estadual, eles mantinham relações sexuais com 12 adolescentes em festas em chácaras. As investigações foram conduzidas pelo delegado Maurício Spontonzazi, que também disputou as eleições, e acabou eleito prefeito de Porto Ferreira.

RE: Mesmo preso, Luís Manzoni, segundo a Justiça Eleitoral, tem o direito de ser diplomado vereador. Mas para assumir o cargo de fato, ele precisa participar da cerimônia de posse na Câmara Municipal em primeiro de janeiro. Se não vier, vai ter 25 dias para apresentar uma justificativa para os outros vereadores.

PRESIDENTE DA CÂMARA: Se aceita a justificativa, será concedido a ele um novo prazo.

RE: Se não for?

PRESIDENTE DA CÂMARA: Se não for, ele automaticamente perderá o mandato”.

Document 'JN 09.05.2005', 6 passages, 3384 characters.

Section 0, Paragraphs 17-20, 716 characters.

“FB: No campeonato brasileiro, três times continuam invictos depois de três rodadas. E o Corinthians, de astros caríssimos, busca soluções para a crise.

RE: Apreensão, tensão, desespero. Para o torcedor corintiano, não há sequer um minuto de alegria. O clássico contra o São Paulo é decidido muito cedo. Com 17 minutos de partida, o Corinthians já perde por 3 a 0. A insatisfação aumenta no segundo tempo. Alguns torcedores invadem o gramado, pedem a saída do técnico Daniel Passarella. A Polícia Militar age com rigor para evitar novas invasões.

MULTIDÃO: A-E-I-O-U, agora eu quero ver pra sair do Pacaembu. E vai morrer!

RE: A revolta não impede a maior goleada do campeonato: 5 a 1. E segue a notícia sobre futebol”.

Section 0, Paragraph 30, 103 characters.

“WB: O exame da pizza que intoxicou nove pessoas numa escola de Pernambuco revelou presença de organoclorado”.

Section 0, Paragraph 31, 308 characters.

“FB: O advogado de um traficante no Rio foi preso quando tentava subornar o delegado para libertar o bandido. Márcio da Silva, acusado de chefiar o tráfico de drogas no Morro do Alemão, foi preso em Fortaleza. O advogado dele ofereceu 50 mil reais em troca da liberdade do criminoso, e também acabou na cadeia”.

Section 0, Paragraph 32, 335 characters.

“WB: Oito funcionários da Febem do Tatuapé em São Paulo foram demitidos, acusados de esconder celulares que pertenciam a internos. Vinte e um aparelhos foram encontrados durante uma revista. Houve tumulto, e três pessoas ficaram feridas: dois funcionários e um menor. Os menores tinham também carregadores, mais de 60 estiletes e 20 barras de ferro”.

Section 0, Paragraph 33, 264 characters.

“FB: A polícia do Rio apreendeu hoje uma arma de guerra que era usada por traficantes de drogas. Uma bazuca, abandonada pelos bandidos depois de um tiroteio com os policiais. A bazuca pode atingir um alvo a 800 metros de distância, e destruir até veículos blindados”.

Section 0, Paragraphs 34-40, 1658 characters.

“WB: Uma pesquisa feita pelos Ministérios da Justiça e da Saúde, revelou mais um efeito positivo da campanha pelo desarmamento. Em pelo menos dois estados, diminuiu o número de internações de feridos por armas de fogo.

RE: Em sete meses de campanha foram recolhidas e destruídas 300 mil armas de fogo em todo o país. Até a semana passada, a população de São Paulo entregou 86.780 armas. O Rio de Janeiro vem em segundo lugar na campanha: recolheu 32.000 armas de fogo até a semana passada. Desde o começo da campanha pelo desarmamento, o Ministério da Saúde registrou uma diminuição no número de internações por causa de ferimentos com armas de fogo, nos hospitais do Rio e de São Paulo. No estado de São Paulo, a queda foi de 7%; no estado do Rio, de 10,5%.

MIN. JUSTIÇA: A relação é direta, não há nenhum outro motivo para essa diminuição. Havia uma previsão disso, e isso está se comprovando agora nessa primeira estatística.

SEC. VIGIL. SAÚDE: Uma estimativa conservadora estima que a gente pode ter economizado até 1,6 milhão de reais só nesses dois estados nesse período de seis meses.

RE: O diretor do Hospital Souza Aguiar, no Rio, confirma a queda das internações. Mas alerta: as vítimas chegam em estado muito mais grave, porque as armas são cada vez mais poderosas.

DIR. HOSPITAL: Muito mais letal, as lesões muito mais complexas, envolvendo às vezes mais de um especialista para cuidar daquela lesão, porque é um dano muito grande que essas armas causam.

WB: A votação do projeto que autoriza o referendo estava marcada para amanhã na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, mas foi adiada de novo, por causa do ponto facultativo em Brasília”.

Document 'JN 10.05.2005', 5 passages, 3939 characters.

Section 0, Paragraph 22, 530 characters.

“WB: O Ministério Público do Pará denunciou hoje seis aliados da missionária Dorothy Stang pela morte de um agricultor, 11 horas após o assassinato da freira. Segundo a polícia civil, após a morte da missionária, se travou uma disputa no projeto de assentamento, e os aliados de Dorothy queriam vingar a morte dela. A pastoral da terra nega envolvimento dos agricul-

tores com o crime. A missionária foi morta em fevereiro, no projeto de assentamento que defendia. Três fazendeiros e dois pistoleiros estão presos, acusados deste crime”.

Section 0, Paragraph 23, 569 characters.

“FB: O juiz que matou um vigia de supermercado no interior do Ceará em fevereiro foi interrogado hoje pela justiça. O relator do processo e o representante do Ministério Público foram ao quartel do corpo dos bombeiros onde Pedro Cleci Barbosa está preso. O depoimento durou oito horas. No dia 27 de fevereiro, o juiz discutiu com um funcionário de um supermercado de Sobral, e atirou no vigia. O crime foi gravado pelas câmeras de segurança. No depoimento, o juiz Pedro Cleci Barbosa disse não se lembrar de detalhes da noite do crime. E reafirmou que o tiro foi acidental”.

Section 0, Paragraph 24, 518 characters.

“WB: A estudante Elisângela Maria de Araújo de 22 anos confessou ter envenenado as pizzas que intoxicaram nove pessoas numa escola em Petrolândia, Pernambuco. Ela está presa desde ontem. Primeiro, Elisângela disse que não se conformava com o fim do namoro com um dos estudantes, e achava que eles teriam no máximo uma diarreia. Depois ela mudou o depoimento, e disse que pretendia apenas fazer uma brincadeira. O veneno usado foi um pesticida para lavouras. Duas pessoas continuam internadas, mas não correm risco de morte”.

Section 0, Paragraphs 25-36, 1932 characters.

“FB: Onze diretores da maior unidade da Febem de São Paulo foram demitidos hoje depois de mais uma rebelião, a vigésima sexta desde o começo do ano.

RE: Pouco antes das nove da noite, os internos estavam agitados no pátio. Alguns tinham armas improvisadas, um grupo havia acabado de escapar pelo bueiro.

REPÓRTER: Aqui não é a polícia não, amigo.

RE: O complexo estava cercado, ao longe ouviu-se um tiro. E o confronto começou. As imagens registram a ação violenta dos seguranças da Febem.

Pára o que está sendo filmado aí, hein?

RE: E mostra um dos reféns sob a mira de uma espada artesanal. Quando a rebelião foi finalmente controlada, apareceram os feridos: três funcionários e onze menores.

MENOR: Ai senhor, ai meu braço, senhor!

RE: Das 26 rebeliões com reféns desde janeiro na Febem de São Paulo, mais da metade foi no Complexo do Tatuapé. E nunca na história da Febem, a

polícia foi chamada tantas vezes quanto este ano. Essas imagens feitas por um funcionário no domingo à noite mostram um menor usando celular, e registra uma reunião dos internos, uma demonstração de que a unidade do Tatuapé estaria fora de controle. Hoje o governo demitiu os diretores do Complexo do Tatuapé. Eles haviam sido nomeados no início do ano, numa tentativa de remodelar a linha pedagógica da Febem. São pessoas que defendem os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente, mas segundo o comando da instituição, não conseguiram fazer as mudanças necessárias.

PRESID. FEBEM: Vários diretores quiseram, cada um deles, implantar uma forma dentro da Febem. Isso acabou gerando muito tumulto.

RE: Os demitidos dizem que faltou apoio.

EX-DIRETOR: Retiraram a saúde, retiraram a segurança, retiraram o apoio administrativo; nós ficamos sozinhos com os meninos.

RE: Segundo o governador Geraldo Alckmin, o grande problema do Tatuapé é o tamanho: mais de mil menores. Ele anunciou a construção de unidades de pequeno porte para acabar com o complexo”.

Section 0, Paragraph 37, 390 characters.

“FB: E presos de uma penitenciária de Presidente Prudente, no interior de São Paulo, estão rebelados desde as três horas da tarde. Eles queimaram colchões e destruíram parte do presídio. Armados com barras de ferro e estiletes, os presos subiram para o telhado da penitenciária. Ainda não se sabe o motivo da rebelião. Segundo os funcionários, 22 agentes penitenciários são mantidos reféns”.

Document 'JN 11.05.2005', 5 passages, 4610 characters.

Section 0, Paragraphs 17-22, 1738 characters.

“FB: Doze milhões e 300 mil pessoas são vítimas de trabalhos forçados no mundo inteiro. O número é da Organização Internacional do Trabalho. O Brasil é citado no relatório como exemplo a ser seguido, mesmo tendo ainda milhares de trabalhadores em regime de escravidão, como os flagrados ontem, no Pará.

RE: Nas cinco carvoarias fechadas pelos fiscais em Goianésia do Pará, sudeste do Estado, 214 pessoas eram obrigadas a enfrentar uma jornada de mais de dez horas de trabalho a uma temperatura de mais de 60 graus. A maioria não tinha carteira assinada, alojamento adequado, e sequer água potável. O pagamento era por produção.

Trabalhador escravo: Ele disse que é trabalho de produção, e aí não tem direito de carteira, ele diz.

Trabalhador escravo 2: Eles alegaram que eu tava devendo na firma. Ai eles (engrossaram) que eu tava devendo na firma e o saldo que eu tinha era só sete reais.

RE: Hoje, enquanto esperavam o pagamento dos direitos garantidos por lei, como férias e décimo terceiro, eles chegaram a ser ameaçados por um dos patrões. O relatório da Organização Internacional do Trabalho, a OIT, divulgado hoje, apontou a existência de 25 mil pessoas escravizadas no Brasil – Pará e Mato Grosso concentram o maior número de casos. As vítimas são homens, jovens e analfabetos, que na maioria das vezes saem do Piauí e do Maranhão. Mas o relatório da OIT reconhece os avanços do Brasil em combater o problema e aponta a fiscalização do Ministério do Trabalho como um exemplo a ser seguido. O lançamento do plano nacional de erradicação do trabalho escravo também foi elogiado.

COORD. OIT BRASIL: O Brasil é considerado hoje uma referência internacional no combate ao trabalho escravo exatamente por todas essas medidas tomadas, principalmente a partir de 2003”.

Section 0, Paragraphs 22-23, 251 characters.

“CP: Mais uma madrugada tumultuada na Febem do Tatuapé em São Paulo. Quinze menores fugiram pela rede de esgoto. Alguns atravessaram o Rio Tietê a nado. Seis foram recapturados. A tropa de choque passou o dia na unidade, que ontem teve 11 diretores demitidos”.

Section 0, Paragraphs 23-24, 241 characters.

“FB: E terminou depois de 22 horas a rebelião na penitenciária de Presidente Prudente, no interior de São Paulo. Segundo os agentes, o presídio ficou destruído, mas a direção decidiu não transferir os 708 presos. Os 22 reféns foram liberados”.

Section 0, Paragraphs 25-28, 1163 characters.

“CP: Na região conhecida como polígono da maconha, em Pernambuco, agricultores e traficantes retomaram o plantio em grandes áreas. A falta de estrutura prejudica as ações da polícia.

RE: Os policiais se concentram de madrugada. Partem quando ainda está escuro para tentar surpreender os plantadores de maconha. Os policiais se separam para vasculhar melhor a área. De repente, tiros [bang! pára! pára!]. O café estava no fogo quando os dois plantadores foram encontrados. Apenas um, que tentou escapar pelo açude, foi preso. Os policiais encontraram três roças, com 13.200 pés de maconha de todos os tamanhos.

POLICIAL: Realmente tá assustador.

RE: Tempo de chuva, muita água e pouca fiscalização. Era o que os plantadores queriam. As roças, que antes eram escondidas em clareiras na caatinga,

agora são encontradas a céu aberto. Boa parte dos plantadores de maconha chegou a abandonar o sertão de Pernambuco quando as ações para combater o plantio foram intensificadas. Mas há um ano, sem o combate efetivo, e sem contar com o reforço de helicópteros, as roças voltaram a se multiplicar, e ameaçam devolver à região o título de maior produtora de maconha do país”.

Section 0, Paragraphs 40-43, 1217 characters.

“FB: A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou hoje o projeto que prevê um referendo popular sobre a venda de arma. O projeto faz parte do Estatuto do Desarmamento.

RE: Todo o esforço para evitar novos adiamentos. A Comissão de Constituição e Justiça manteve o texto aprovado no Senado. Os eleitores terão que responder sim ou não para a pergunta: ‘O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?’ O relator, deputado João Paulo Cunha, chegou a tentar ainda alterar a data do referendo, para a Justiça Eleitoral ganhar mais tempo. Desistiu da idéia, porque a proposta teria que ser votada novamente no Senado. A consulta popular foi mantida para o primeiro domingo de outubro. Mas segundo o deputado João Paulo, o Tribunal Superior Eleitoral poderá escolher.

JOÃO CUNHA: O Tribunal, por força administrativa, poderá alterar a data dentro do mês de outubro. Mas isso é um outro debate, será feito em outra hora.

RE: O Tribunal Superior Eleitoral ainda não sabe se é possível alterar o dia do referendo. E o prazo está se esgotando. Para organizar tudo a tempo, o projeto tem que ser aprovado no plenário da Câmara em, no máximo, duas semanas. E há uma fila de medidas provisórias na frente”.

Document ‘JN 11.10.2004’, 1 passage, 1730 characters.

Section 0, Paragraphs 5-12, 1730 characters.

“CN: O corpo do sertanista Apoena Meirelles vai ser enterrado hoje no Rio de Janeiro. Assassinado aos 55 anos, Apoena recebeu hoje várias homenagens.

RE: (vozes em xavante) Na língua Xavante, o cacique pede justiça pela morte de Apoena Meirelles. O grupo saiu da aldeia onde o sertanista nasceu em Mato Grosso para acompanhar o enterro em Brasília. Sobre o caixão, vários símbolos da luta de Apoena em defesa dos índios. Ele dedicou toda a vida ao estudo das tribos brasileiras. Junto com o pai, também sertanista Francisco Meirelles, fez contato com vários índios que viviam isolados.

PRESIDENTE FUNAI: Desde a década de 60 ele se consagrou como um dos grandes indigenistas.

RE: Apoena foi assassinado na noite de sábado, dentro dessa agência bancária em Porto Velho, depois de fazer um saque. Segundo vigilantes, um homem anunciou o assalto. Ele reagiu e levou dois tiros. A polícia chegou a suspeitar de crime encomendado, por causa de conflitos entre índios e garimpeiros na reserva Roosevelt, onde o indigenista trabalhava para impedir a exploração ilegal de diamantes. Mas hoje o delegado descartou essa hipótese.

DELEGADO: O Apoena entregou o dinheiro, o que deixa caracterizado principalmente, que a gente tem trabalhado muito, né, que trata-se mesmo de um crime de latrocínio.

RE: No fim da manhã os dois filhos mais velhos de Apoena chegaram à Brasília para acompanhar as homenagens ao sertanista. Muito emocionados, disseram que Apoena morreu perto dos índios, fazendo o que mais amava.

FILHA: O que ele mais desejava do fundo do coração dele é que quando ele morresse ele estivesse perto dos índios.

RE: No fim da tarde, o corpo do sertanista chegou ao cemitério do Caju, no Rio de Janeiro, onde será enterrado amanhã”.

Document 'JN 12.05.2005', 5 passages, 4139 characters.

Section 0, Paragraphs 9-11, 1154 characters.

“WB: A polícia liberou na tarde de hoje a mãe do jogador Luís Fabiano, do Porto de Portugal. Sandra Clemente do Nascimento foi mantida em cativeiro por 63 dias.

RE: Foi uma denúncia anônima que levou a polícia a essa chácara na região rural de Mairink, a 50 km de São Paulo. A mãe de Luís Fabiano estava em estado de choque. Durante os dois meses de cativeiro, ela dormiu nesse colchão. Sandra Helena Clemente, de 45 anos, foi seqüestrada na porta de sua casa em Campinas. A mãe do atacante, que chegou à seleção quando era jogador do São Paulo, foi levada por dois homens. Um deles, armado. Nos cinco casos de seqüestro envolvendo mães de jogadores, dona Sandra foi a que ficou mais tempo nas mãos dos bandidos. Logo que deixou o cativeiro, ela foi trazida para um hospital de Sorocaba. Depois de ser medicada, ela deixou o hospital em cadeira de rodas, e saiu para a delegacia, para prestar depoimento.

WB: Nenhum seqüestrador foi preso. Segundo um parente, a mãe de Luís Fabiano contou que alguém chamou a polícia depois de ouvir os gritos dela de socorro. Cinco pessoas ainda são mantidas reféns em São Paulo. Entre elas, a mãe do zagueiro Marinho, do Corinthians”.

Section 0, Paragraphs 12-27, 1942 characters.

“FB: Os soldados da Força Nacional de Segurança subiram hoje pela primeira vez uma favela no Rio de Janeiro. A tropa, criada há nove meses para

combater a violência em todo o país, está sendo treinada pelo batalhão de operações especiais do Rio.

RE: Rosto tenso, movimentação rápida. Eles vieram de longe:

AGENTES (EM ORDEM): Tocantins. Rio Grande do Sul. Amazonas. Espírito Santo. Alagoas.

RE: Estão entrando em terreno desconhecido.

SOLDADO: Vamo! Vamo! Vamo!

RE: Um lugar onde a cada passo pode surgir uma surpresa. Nas favelas do Rio de Janeiro, o perigo pode vir de cima, dos lados, e até de baixo. Os 200 policiais da Força Nacional que estão no Rio de Janeiro foram recrutados entre os melhores do país, e começaram hoje a aprender como combater os traficantes no lugar onde eles vivem. É tudo novidade para esse major do Ceará.

MAJOR: As nossas favelas lá são todas planas. A gente tem lá em torno de 300 favelas, também. É muita favela.

RE: É diferente aqui?

MAJOR: Muito diferente.

RE: Dedo fora do gatilho. É a primeira lição dos policiais de elite do Rio. Entre a arma e o alvo podem estar pessoas inocentes. Segunda lição é achar proteção.

COMANDANTE: Você tem que estar abrigado, você nunca pode estar exposto. Se for o caso, você abre um portão, mas você nunca pode estar exposto. Tem que estar protegido dos tiros que vêm de trás. Que possam vir de trás, do criminoso, do traficante, etc.

RE: Entre os soldados, 14 mulheres. Sandra Mara veio do Acre. O olhar dela diz: é a primeira vez que entra em uma favela.

COM.: Você vai.

SANDRA: Quando ele agachar?

COM.: É, quando ele agachar vai. Espera, espera.

RE: Até julho, 600 policiais vão receber o mesmo treinamento. A Força Nacional já agiu em novembro do ano passado, para conter bandidos que incendiaram dez ônibus em Vitória, Espírito Santo. E com essa especialização no Rio, estarão prontos para entrar em ação em situações de emergência, nos morros do Rio, e em todo o país”.

Section 0, Paragraph 28, 290 characters.

“WB: A polícia apreendeu uma droga sintética rara em São Paulo. As cápsulas da droga do medo que podem provocar alucinações por mais de 30 horas, foram encontradas num centro acadêmico de uma faculdade particular.

Também havia comprimidos de *ecstasy*, lsd e anfetamina. Três pessoas foram presas”.

Section 0, Paragraph 30, 426 characters.

“WB: A viúva do promotor assassinado anteontem, terça-feira, no interior de Pernambuco, sofreu um atentado hoje. Segundo a polícia, Sara Silva, que também é promotora, teve o carro atingido por um objeto quando viajava de Caruaru para Cupira. Ela foi levada para um hospital e passa bem. Hoje, dois delegados foram designados para investigar o assassinato do Promotor Rossini Alves Couto, atingido por três tiros à queima roupa”.

Section 0, Paragraph 31, 327 characters.

“FB: Uma bomba caseira explodiu hoje à tarde no Tribunal de Justiça Militar de Belo Horizonte. A explosão foi na entrada lateral, acesso privativo de promotores e juizes. As audiências foram suspensas. O prédio foi cercado por policiais do esquadrão antibomba que tentavam encontrar estilhaços do explosivo. Ninguém ficou ferido”.

Document ‘JN 13.05.2005’, 4 passages, 6003 characters.

Section 0, Paragraphs 15-24, 2909 characters.

“FB: O Ministério Público Militar investiga a morte de um homem dentro de uma unidade do Exército no Rio de Janeiro. E o Jornal Nacional teve acesso a um laudo que afirma: o cidadão Evandro Alves, um civil que estava preso no quartel, teria sido assassinado. A reportagem é de Eduardo Tchao.

RE: O quartel do Exército fica em Triagem, no subúrbio do Rio. Evandro Alves, de 32 anos, foi preso por um soldado na madrugada do dia 11 de fevereiro. Segundo o militar, Evandro, que estava desarmado, tentava pular o muro. Vinte e oito horas depois, ele foi encontrado morto, enforcado na grade da cela. No laudo feito por peritos do Exército que estiveram no local, a conclusão: Evandro se matou. Mas o Jornal Nacional teve acesso com exclusividade a outro documento oficial do Exército: o laudo cadavérico, assinado pelo médico legista Levi Miranda. O relatório aponta vários indícios de que Evandro foi assassinado dentro do quartel. O perito Nelson Marcini, professor da Universidade Federal do Rio, analisou o documento. Segundo o laudo, os exames não encontraram lesões internas no pescoço, o que é considerado um fato inesperado e surpreendente.

LEGISTA UFRJ: O enforcamento não foi suficiente, não foi a causa determinante da morte.

RE: O legista da UFRJ analisou fotografias das grades da cela.

LEGISTA UFRJ: Havia a opção, caso fosse preciso, ele estaria, ele optaria certamente de uma posição mais alta. E ele dispunha aqui de uma grade mais alta.

RE: O laudo do perito do Exército afirma ainda que é estranha a posição da perna esquerda de Evandro, em extensão – ou seja, estava esticada. Segundo o documento, em caso de suicídio, a vítima estaria ajoelhada. A posição de um dos chinelos também chamou atenção.

LEGISTA UFRJ: Exatamente do lado contrário, e próximo do pé, mostrando que ele foi empurrado de costas para aquela posição.

RE: O perito do Exército reforça no laudo que Evandro foi sustentado e arrastado já sem vida até a grade. De acordo com exames do Exército, Evandro não estava sob o efeito de drogas, e se encontrava lúcido, sem perturbações mentais. O perito chama atenção para outro detalhe: como Evandro, que media 1,67m, e estava de sandália de dedo, conseguiu escalar o muro do quartel, que tem quase três metros de altura? O laudo do Exército já foi encaminhado ao Ministério Público Militar, que vai ouvir os soldados e oficiais que estavam de plantão no quartel, e os envolvidos na prisão de Evandro. Esse amigo da família afirma que o maranhense Evandro estava no Rio há cinco anos. Ele não tinha antecedentes criminais, e trabalhava há mais de dois anos como vigilante em uma empresa ferroviária.

Isso pra família é absurdo. Porque ele não tinha motivo nenhum para causar a morte dele próprio. Esse caso não pode ficar impune, tem que aparecer a verdade, o que realmente aconteceu.

FB: O comando militar do leste no Rio declarou que não se pronuncia sobre os processos já enviados à Justiça Militar”.

Section 0, Paragraph 25, 399 characters.

“WB: Autoridades colombianas anunciaram hoje a maior apreensão de cocaína da história. Quase 14 toneladas escondidas perto de um rio, na cidade portuária de Tumaco, no sul do país. A droga pertencia ao grupo paramilitar de direita ‘Autodefesas Unidas da Colômbia’. A polícia suspeita que seria vendida nos Estados Unidos. O comércio de cocaína alimenta a guerra civil colombiana, que já dura quatro décadas”.

Section 0, Paragraphs 26-32, 1779 characters.

“WB: Um número espantoso: em apenas três meses, quase 150 estudantes foram presos nas universidades paulistas. Eles vendiam drogas sintéticas.

RE: Ela é transparente e parece vazia: daí o apelido de cápsula do vento. Mas dentro estão cristais de metaanfetamina e de Bromo, que potencializam os efeitos. O aumento da temperatura do corpo, dos batimentos cardíacos, e as alucinações podem durar até 30 horas. Daí o outro apelido: cápsula do medo.

DIR. LABOR. POLÍCIA: Como o efeito é muito prolongado, dessa droga, também a recuperação de quem usou uma dose é muito lenta, muito

demorada. Deixa seqüelas, muitas vezes a destruição do próprio sistema nervoso central.

RE: Foi no centro acadêmico dessa universidade que a polícia paulista encontrou as cápsulas, comercializadas por um estudante de odontologia. Essa foi a primeira apreensão da nova droga no Brasil. As cápsulas do medo ou do vento surgiram nas festas do último verão europeu. A chegada agora a São Paulo é uma amostra do avanço das drogas sintéticas no mercado brasileiro. Drogas que só nos últimos seis meses levaram 146 universitários para a cadeia.

DIR. DEL. ENTORPECENTES SP: O traficante tem entre 18 e 25 anos, sempre da classe média, média alta, e da classe alta. Pessoas que aparentemente têm uma estrutura econômica por trás, através da sua família, e se envolvem no tráfico de drogas.

RE: Policiais estão infiltrados em danceterias, *raves* e universidades. As investigações indicam que vêm da Europa, principalmente da Holanda, as drogas produzidas em laboratório e que são hoje um grande desafio para os educadores.

PSIQUIATRA USP: A única forma que nós temos para combater esse problema é a prevenção. É a educação. Nós estamos formando líderes no nosso país que nesse momento são grandes consumidores de drogas”.

Section 0, Paragraph 39, 916 characters.

“WB: Uma carga de dinamite foi detonada hoje em frente à sede da Petrobrás na Bolívia. Ninguém ficou ferido. Um grupo desconhecido, chamado Frente Nacional Anticorrupção, assumiu o ataque e afirmou que o objetivo da ação é recuperar a exploração econômica das reservas de hidrocarbonetos, uma das principais fontes de riqueza do país, hoje controlada por empresas estrangeiras. Com sede em Santa Cruz de la Sierra, a Petrobrás é hoje a maior empresa que atua na Bolívia. Ela está no país desde 1996 e é responsável pela geração de 11 mil empregos diretos e indiretos em território boliviano. A produção de gás natural, iniciada há três anos em campos descobertos e operados pela Petrobrás no sul da Bolívia é escoada para o Brasil pelo gasoduto Brasil-Bolívia. Em nota, a Petrobrás declarou que o ataque foi um caso isolado, mas que está reforçando a segurança de suas instalações e de seus funcionários no país”.

Document 'JN 13.09.2004', 3 passages, 988 characters.

Section 0, Paragraphs 3-7, 412 characters.

(começo cortado)

“OFF: Cães farejadores e as batidas policiais acabam com a relação de confiança do aluno com a escola.

EDUCADOR UFRGS: A função da escola não é exercer controle de comportamento, é trabalhar o conhecimento.

OFF: O juiz que autorizou a *blitz* na sala de aula disse que é uma forma de combater a violência.

JUIZ VARA DE INFÂNCIA: Deixá-los à mercê desses que vão armados, isso é muito mais violento”.

Section 0, Paragraph 9, 330 characters.

“FB: A vice-diretora e um aluno de uma escola estadual da grande São Paulo foram presos hoje, acusados de assassinar um professor. Segundo a polícia, os dois contrataram um homem para matar o namorado dela, um policial militar, mas o pistoleiro teria atingido o professor por engano. O matador já foi identificado, mas está foragido”.

Section 0, Paragraph 37, 246 characters.

“WB: Está morto o sétimo morador de rua agredido no dia 19 do mês passado em São Paulo. Dois homens, reconhecidos por testemunhas, foram identificados como agressores. Os ataques a outras duas pessoas nesse fim de semana estão sendo investigados”.

Document 'JN 14.05.2005', 5 passages, 7093 characters.

Section 0, Paragraphs 12-19, 2292 characters.

“AG: Boa noite. A morte de um homem dentro de um quartel do Exército do Rio provocou reações do governo e de grupos de defesa dos direitos humanos. Ontem, o Jornal Nacional mostrou um laudo que afirma que a vítima foi assassinada.

RE: Depois de assistir à reportagem, o Secretário de Direitos Humanos Nilmário Miranda disse em Belo Horizonte que a morte do segurança Evandro Alves não deveria ser investigada apenas pela Justiça Militar.

SEC. DH: Nós vamos ter que considerar a hipótese do julgamento ser feito pela justiça comum, porque se for um crime doloso contra a vida, acho que ele tem que sair dessa esfera.

RE: Evandro foi preso em fevereiro, porque teria tentado pular o muro do quartel no subúrbio. No dia seguinte, foi encontrado morto na grade da cela. Um laudo feito pela polícia do Exército afirma que o vigilante se matou. Mas o Jornal Nacional teve acesso com exclusividade ao laudo cadavérico feito pelo legista do próprio Exército, Levi Miranda. Ele diz que Evandro foi arrastado já sem vida para a grade. Novos trechos do documento reforçam essa versão. O laudo destaca uma ferida na mão do vigilante, provocada por unha, que foi apontada como uma lesão de autodefesa. O perito achou inusitado que Evandro tenha supostamente rasgado um pedaço do tecido do colchão, ao invés de escolher o lençol para se enforcar. O grupo Tortura

Nunca Mais afirma que na época do regime militar a versão do suicídio era usada com frequência para justificar a morte de presos.

TORTURA NUNCA MAIS: É a primeira vez que a gente está ouvindo falar de um caso de um civil pós-85, pós-período de ditadura militar, morto em um quartel das Forças Armadas. É importante que haja pressão para que efetivamente haja uma investigação idônea, isenta, e que os responsáveis possam ser responsabilizados.

RE: A família de Evandro vai entrar na justiça contra o Exército.

SOMBRA DE PESSOA ENTREVISTADA: Evandro era uma pessoa alegre, uma pessoa que estava em constante contato com a família. Ele não tinha indícios para fazer uma coisa dessas. É uma vítima que não teve como se defender.

AG: O Secretário Nacional de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, disse que a família tem direito a uma indenização porque Evandro Alves estava sob a custódia do Estado. O Ministério da Defesa não quis comentar o caso”.

Section 0, Paragraphs 20-26, 2459 characters.

“**AS:** A polícia investiga a tentativa de assalto a Flora Gil, mulher do Ministro da Cultura Gilberto Gil, na zona sul do Rio de Janeiro. Ontem à noite, dois bandidos dispararam mais de dez tiros contra o carro em que estavam Flora e a irmã.

RE: A blindagem do carro salvou a vida de Flora Gil e da irmã, Fátima. Nos vidros reforçados, que resistem até a tiros de fuzil, os sinais da violência e de um detalhe que fez toda a diferença: o bandido ficou com a mão presa na porta do carro. As marcas no carro revelam qual foi a reação do assaltante: com os dedos das mãos presos na porta nessa posição, ele bateu com a arma várias vezes no trinco e tentou abrir a porta de trás. Como as duas estavam trancadas, ele decidiu então quebrar o vidro a tiros, e descarregou a arma na direção de Fátima.

RE [simulação]: A mão do bandido ficou presa porque ele tentou segurar a porta no momento em que as duas tentavam entrar no carro. Fátima foi mais ágil e fechou a porta com força. Desesperado com a dor, o homem fez os disparos, mas os tiros não perfuraram a blindagem. Quando a munição acabou, Flora saiu para pedir ajuda. Um rapaz que passava pelo local imobilizou o bandido e pediu para Fátima abrir a porta e soltar o assaltante. Flora então voltou, e as duas foram embora.

RE: Elas ligaram para essa inspetora da polícia, que ouviu pelo telefone quando o tiroteio recomeçou.

INSPETORA: Ela se apavorou e gritava ‘tem um homem atrás de mim, tem um homem atrás da gente de moto, tá dando muito tiro na gente’. Eu lembrei que o carro era blindado e falei ‘fica calma, usa o alto-falante do

carro e vai gritando pela rua 'polícia, polícia', vai pra rua da delegacia, e não pára de jeito nenhum'.

RE: Os bandidos conseguiram fugir. Na hora do ataque Flora estava falando pelo celular com o marido dela, o Ministro da Cultura Gilberto Gil. Em uma nota divulgada hoje, Flora Gil afirmou que foram momentos de extrema tensão, pânico e, sobretudo, muita fé. Ela disse também que não vê possibilidade de deixar o Rio por causa do assalto (...). Esse problema é do mundo, da raça humana, e não exclusividade do Rio de Janeiro.

FLORA (escrito na tela com foto ao lado): 'Foram momentos de extrema tensão, pânico e, sobretudo, muita fé' (...). 'Não vejo a possibilidade de deixar a cidade do Rio por causa do assalto (...). Esse problema é do mundo, da raça humana, e não exclusividade do Rio de Janeiro'".

Section 0, Paragraphs 27-30, 1727 characters.

"AG: Dois jovens foram presos em Guarapari, Espírito Santo, pelo assassinato de uma família no começo do mês. Segundo a polícia, o crime teria sido motivado por um jogo de imaginação.

RE: A polícia encontrou as revistas com dois jogos de RPG, abreviação para Role Playing Game, que em português significa jogo de interpretação de papéis. (Mardison) de Vargas, de 21 anos, e Ronald Ribeiro, de 22, confessaram o crime. A arma usada por eles foi encontrada na casa de um amigo menor de idade. No início do mês, o aposentado Douglas Guedes, a mulher dele e o filho Tiago, de 22 anos, foram encontrados mortos, com marcas de tiros dentro de casa, em Guarapari, a 50 km de Vitória. Segundo a polícia, os jovens teriam combinado o assassinato durante o jogo, como uma punição ao perdedor. A família foi rendida, e obrigada a tomar soníferos antes de ser executada.

DELEGADO: Durante todo o ato de execução, de subtração da vida dos pais, Tiago esteve presente. Ele aceitou, ele sabia que os pais seriam executados, e participou de certa forma desse evento criminoso.

RE: O RPG surgiu nos Estados Unidos na década de 70, inspirado em jogos de estratégia e literatura fantástica. Os jogadores controlam personagens, que têm que superar os obstáculos criados pelo mestre responsável pelo roteiro da partida. Esta não é a primeira tragédia envolvendo participantes do jogo no Brasil. Segundo a polícia, a estudante Aline Soares, morta num cemitério de Ouro Preto, em Minas Gerais, em 2001, estava participando de uma partida de RPG. A prima dela está presa. Em Guarapari, a polícia encontrou o celular de uma das vítimas com os assassinos, que também roubaram o cartão de banco do colega morto e retiraram mais de 4.000 reais da conta".

Section 0, Paragraphs 30-31, 321 characters.

“SA: A Polícia Rodoviária Federal prendeu na Bahia cinco pessoas acusadas de envolvimento com prostituição de menores. Os policiais fiscalizaram mais de 70 pontos entre bares, postos de gasolina, motéis e pousadas. As mulheres que estavam sem documentos foram detidas para averiguação. Três adolescentes foram recolhidas”.

Section 0, Paragraph 32, 294 characters.

“AG: Em Campos Novos, Santa Catarina, um homem invadiu uma casa de prostituição e matou seis mulheres a tiros, entre elas a própria namorada. Quando a munição acabou, ele foi agredido pelos frequentadores. Fugiu, e acabou preso. Eliseu Nascimento, de 29 anos, diz que cometeu o crime por ciúmes”.

Document 'JN 15.09.2004', 2 passages, 1137 characters.

Section 0, Paragraph 13, 419 characters.

“WB: Um estudante de quinze anos foi morto na sala de aula por outro aluno numa escola pública de Volta Redonda, no estado do Rio. Leidner da Silva Costa foi atingido na boca; o autor do disparo, de 14 anos, diz que foi um acidente, e está sob custódia. Nesse ano o Jornal Nacional tem mostrado iniciativas de medidas extremas de escolas no Rio Grande do Sul e em São Paulo contra as armas e as drogas nas salas de aula”.

Section 0, Paragraph 23, 718 characters.

“WB: O Conselho Superior do Ministério Público criou normas mínimas para a atuação do Procurador da República na condução de investigação criminal. A regulação se antecipa à decisão do Supremo Tribunal Federal que há quinze dias interrompeu um julgamento sobre esse assunto. Os procuradores irão poder iniciar a investigação. Se não houver indícios suficientes para fazer a denúncia à justiça, terão de pedir à polícia que investigue. O procurador poderá iniciar as investigações com base em denúncia de jornal ou carta anônima, desde que ela esteja fundamentada. Apenas as investigações sigilosas não poderão ser divulgadas. O processo deverá ser concluído em 30 dias, e será fiscalizado pelo próprio Ministério Público”.

Document 'JN 16.05.2005', 4 passages, 4468 characters.

Section 0, Paragraph 8, 475 characters.

“WB: Um protesto pelo assassinato do Procurador Rossini Alves Couto reuniu hoje no centro do Recife 300 promotores e procuradores de Justiça de Pernambuco e de outros estados. O crime foi há sete dias, na cidade de Cupira. A mulher de Rossini também foi vítima de atentado. Integrantes do Ministério Público foram ao Palácio do Governo e cobraram segurança

no exercício da profissão. O procurador assassinado investigava casos de corrupção que envolvem políticos e policiais”.

Section 0, Paragraphs 16-25, 1701 characters.

“FB: Um inquérito policial militar vai investigar a ação de PMs acusados de espancar até a morte um jovem em Londrina, no Paraná, no fim de semana.

RE: Parentes e amigos ainda tentam entender como o som alto pode ter provocado tanta violência. Na madrugada de domingo, James Smith da Silva, de 20 anos, fazia uma festa em casa para os amigos. Por causa do barulho, a PM foi chamada. Houve uma discussão e mais PMs chegaram. Foi aí que começou a pancadaria.

SOMBRA DE AMIGO: Os ‘home’ já chegou entrando, quebrou o som dele, bateu a cabeça dele na parede, jogou ele no chão, e começou a chutar ele, chutar, chutar, chutar.

RE: A mãe mostra o cassete que teria sido quebrado nas costas do filho. James teria sido levado para o hospital, mas morreu dentro do carro da polícia. O laudo do Instituto Médico Legal aponta como causa da morte o rompimento do fígado.

MÃE: Mandou a gente sair de perto do carro. Aí demorou uns dois minutos, chegou o rabecão encostando para pegar ele.

RE: Estava morto.

MÃE: Tá morto, não tinha (...) coitado. (choro)

RE: James trabalhava como carregador, e tinha um filho de seis meses. O comandante da PM tentou justificar a atitude dos policiais.

COMANDANTE: É um fato que eu classifico como acidente de trabalho e do qual o comando vai tomar todas as providências, não deixando passar impune, porque já hoje mesmo vou anunciar ao Ministério Público para que acompanhe todas as ações ou as investigações do inquérito e do flagrante.

RE: Depois dessa declaração, o comandante foi afastado do cargo. Os dois policiais que entraram na casa de James e espancaram o rapaz estão presos aqui no batalhão. Os outros 22 PMs envolvidos na ação também foram afastados”.

Section 0, Paragraphs 26-31, 2168 characters.

“WB: O juiz que analisa o inquérito policial militar da morte de um civil dentro de um quartel do Exército no Rio de Janeiro disse hoje que pode pedir um novo laudo, e até uma reconstituição para esclarecer as circunstâncias da morte. A reportagem é de Eduardo Tchao.

RE: O juiz Edmundo Franca de Oliveira começou a analisar hoje os laudos sobre a morte do civil Evandro Alves. Ele foi preso em fevereiro por um soldado num quartel do Exército no subúrbio do Rio. Segundo o militar, ele tentou pular o muro do quartel. Vinte e oito horas depois, Evandro foi encontrado enforcado dentro da cela. O laudo da polícia do Exército concluiu que Evandro se matou. Mas o laudo cadavérico feito pelo legista do Exército Levi Miranda aponta vários indícios de que Evandro teria sido assassinado. O juiz disse que se for preciso vai encomendar um terceiro laudo, e até uma reconstituição.

JUIZ AUDITOR MILITAR: Não é comum um fato como esse. Acho que a cautela tem que ser redobrada cada vez mais para se evitar fatos como esse porque ele deixa (telefone toca) numa situação desconfortável.

RE: O Jornal Nacional teve acesso ao inquérito policial militar aberto para investigar as circunstâncias da morte de Evandro Alves. A conclusão é que Evandro praticava comportamento depressivo, com desejo de praticar suicídio, e ainda aparentava desorganização mental, e tinha crises de alucinações. Mas o exame do próprio Exército, feito logo após a prisão, indicou que Evandro não estava sob efeito de drogas, e se encontrava lúcido, e sem perturbações mentais. Hoje, o juiz Edmundo Franca também criticou a declaração do Secretário Nacional de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, de que o caso não deveria ser investigado apenas pela Justiça Militar.

JUIZ AUDITOR MILITAR: Se por acaso o Secretário Nilmário Miranda quis com essa sua avaliação sugerir que a Justiça Militar Federal não tem isenção e credibilidade para apreciar e julgar o caso, ele foi muito infeliz.

WB: O Secretário de Direitos Humanos Nilmário Miranda disse que não fez nenhum juízo de valor. Segundo ele, a legislação brasileira permite que o caso seja julgado pela justiça comum quando há crime doloso contra a vida de civil”.

Section 0, Paragraph 32, 124 characters.

“FB: Em São Paulo, um adolescente de 15 anos provocou um grave acidente de trânsito e uma tragédia em família – matou o irmão”.

Document 'JN 17.05.2005', 2 passages, 2020 characters.

Section 0, Paragraphs 7-11, 1483 characters.

“MG: Em Porto Velho, manifestantes foram à Assembléia Legislativa para acompanhar a sessão que instalaria uma comissão de investigação das denúncias. A multidão acabou enfrentando a polícia, que tentava controlar a entrada do prédio. Houve quebra-quebra e violência.

MG: Com o fim da censura, a Rede Globo está liberada [para mostrar o vídeo].

MG: Em Porto Velho, em frente à Assembléia Legislativa, houve confusão e violência. Manifestantes se revoltaram contra policiais que tentavam controlar a entrada do prédio onde seria instaurada a comissão de investigação das denúncias.

RE: Essa praça no centro da capital foi tomada pelos manifestantes. No carro de som, eles divulgavam o áudio da reportagem. Depois, os estudantes seguiram para a Assembléia, onde seria instalada a comissão nomeada para investigar a denúncia de cobrança de propina. Só um grupo de manifestantes conseguiu entrar; os que ficaram de fora protestaram. A pedradas estouraram o vidro da porta do prédio. Lançaram bombas caseiras, houve início de incêndio. A Polícia Militar recebeu o apoio do comando de operações especiais, e revidou com bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral. Houve pancadaria. Várias pessoas foram presas, e outras ficaram feridas. A sessão que havia iniciado 30 minutos antes foi suspensa. Os deputados e o público que lotava as galerias foram retirados do prédio pelos fundos.”

[segue reportagem com exibição do vídeo em universidades e ações do governador e do Ministério Público].

Section 0, Paragraphs 22-24, 537 characters.

“WB: Doze mil integrantes do Movimento dos Sem-Terra participaram de uma manifestação hoje em Brasília, ao fim de uma marcha que durou mais de duas semanas; terminou em pancadaria, 20 policiais e 14 sem-terra feridos.

(...)

RE: Na marcha de Brasília, outro tumulto: o protesto já estava no fim quando começou a pancadaria em frente ao Congresso. Os manifestantes usaram paus, e até cones de sinalização foram lançados contra os policiais. Um policial foi ferido. E os manifestantes continuaram até que os PMs conseguiram controlar os sem-terra”.

Document 'JN 18.05.2005', 4 passages, 2853 characters.

Section 0, Paragraphs 11-14, 1323 characters.

“FB: A polícia do Rio vai investigar a hipótese de homicídio no caso da morte do estilista Amauri Veras, encontrado enforcado há oito meses. A reportagem é de Eduardo Tchao.

RE: O laudo cadavérico que o Jornal Nacional teve acesso diz que Amauri Veras tinha dois tipos de lesões: uma sobre o supercílio esquerdo, produzida por ação contundente, ou seja, uma pancada forte. A outra foi provocada por enforcamento. Em setembro do ano passado, o estilista foi encontrado pelo sócio Frank (Marvin) em uma porta do apartamento onde morava.

Frank contou na época que colocou Amauri na cama e tentou reanimá-lo, mas não conseguiu. O caso foi registrado como suicídio, mas a polícia resolveu aguardar o laudo cadavérico para avançar nas investigações. Agora o documento também revela que foram encontradas fraturas na base do crânio e edema cerebral. Os peritos dizem que é difícil admitir a possibilidade de que a ferida no rosto e a fratura tenham sido causadas pela queda do corpo no chão. Os legistas concluem que as lesões foram produzidas antes do enforcamento.

DELEGADO: Os exames periciais ainda não acabaram. O nosso próximo passo é realizar uma reconstituição simulada dos fatos.

RE: O ex-sócio Frankie Mackey vai ser intimado a participar da reconstituição da morte de Amauri Veras, que deve acontecer nos próximos 20 dias”.

Section 0, Paragraph 15, 699 characters.

“WB: Famílias vítimas de violência e organizações civis fizeram hoje manifestação em Brasília para pedir pressa no referendo sobre a proibição da venda de armas. Simbolicamente, eles acenderam velas na rampa do congresso, em referência às 38 mil pessoas que morreram por armas de fogo a cada ano no Brasil. Alguns parlamentares participaram da manifestação. Para que a consulta popular seja feita em outubro, a Câmara precisa aprová-la em plenário. O presidente do Senado Renan Calheiros anunciou que amanhã vai ser criada uma frente de deputados e senadores por um Brasil sem armas. Segundo o senador, esse grupo vai tentar fazer com que o projeto do referendo seja aprovado o mais rapidamente possível”.

Section 0, Paragraph 16, 470 characters.

“FB: A Febem de Raposo Tavares em São Paulo teve hoje a vigésima oitava rebelião do ano. Ela começou às cinco da manhã e durou quatro horas. Os internos usaram cinco funcionários como escudos humanos. Queimaram móveis e colchões. No fim da rebelião, os reféns foram liberados e a polícia entrou na unidade. Foram apreendidos celulares, armas e drogas. Quarenta e oito internos maiores de 18 anos, acusados de planejar a rebelião, foram transferidos para centros de detenção provisória”.

Section 0, Paragraph 17, 361 characters.

“WB: Crianças e adolescentes fizeram manifestação hoje, dia da luta contra a violência sexual, em frente ao Congresso Nacional, em Brasília. O Nordeste é a região com o maior número de abusos. Os manifestantes pediram ao presidente da Câmara Severino Cavalcanti urgência na aprovação de projetos que aumentem as punições de crimes sexuais contra menores de idade”.

Document 'JN 19.05.2005', 2 passages, 2287 characters.

Section 0, Paragraphs 20-24, 1238 characters.

“FB: A polícia do Rio tem novas pistas sobre a morte do estilista Amauri Veras. Segundo as investigações, ele pode ter sido morto por duas pessoas. A reportagem é de Eduardo Tchao.

RE: O ex-sócio de Amauri Veras, Frankie Mackey vai participar da reconstituição com outras três pessoas. Além de sócio, Frankie e Amauri moravam juntos. Segundo o diretor do Instituto de Criminalística, Frankie estará presente na reconstituição, porque foi ele que encontrou o corpo do ex-sócio.

DIR. INST. CRIMINALÍSTICA: Tendo em vista que não houve do local a preservação, a reprodução simulada dos fatos procurará esclarecer dúvidas quanto às evidências encontradas no próprio local.

RE: Fontes da polícia dizem que uma das linhas de investigação aponta para o assassinato do estilista, que teria sido cometido por duas pessoas. Por isso, os policiais tentam achar um homem citado em depoimento por uma das testemunhas. Ele seria branco, alto, de cabelo comprido e forte, e teria ido ao apartamento poucos dias antes da morte de Amauri. Para esta amiga da família, os policiais estão agora mais perto de solucionar o caso.

AMIGA: Os amigos mais chegados nunca acreditaram na hipótese do suicídio. Cabe agora à polícia provar, com a reconstituição da cena, a verdade”.

Section 0, Paragraphs 25-26, 1049 characters.

“WB: Está pronto o inquérito sobre a chacina de 29 pessoas na Baixada Fluminense, há quase dois meses. Onze policiais foram indiciados.

RE: O documento é resultado de 49 dias de investigações. Os 11 policiais militares que estão presos foram indiciados pelos crimes de homicídio duplamente qualificado, quando cometido por motivo banal, e sem dar chance às vítimas; e ainda formação de quadrilha e tentativa de assassinato. O inquérito concluiu que os indiciados fazem parte de um grupo de extermínio, mas não revelou o motivo da chacina nem apontou quem foram os mandantes. O crime foi na noite de 31 de março. Policiais militares percorreram dois municípios da Baixada Fluminense e atiraram em inocentes. Nas investigações, cápsulas de bala e marcas de sangue de duas vítimas foram encontradas num dos carros usados no massacre. O inquérito foi entregue ao Ministério Público. Os promotores pediram a prisão preventiva dos policiais, que foi aceita pela Justiça. O julgamento ainda não foi marcado. A pena máxima para cada um pode chegar a quase 900 anos”.

Document 'JN 20.05.2005', 1 passage, 458 characters.

Section 0, Paragraphs 16-17, 458 characters.

“WB: Estudantes fizeram manifestações contra a corrupção em cidades do interior de Rondônia.

WB: A Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça, vai enviar munição não-letal e material químico para Rondônia amanhã. O material foi pedido pelo (sic) comandante da Polícia Militar do estado, Angelina Ramirez, para conter as manifestações que têm ocorrido no estado desde a denúncia de cobrança de propina por parte dos deputados estaduais”.

Document 'JN 21.05.2005', 3 passages, 3309 characters.

Section 0, Paragraphs 5-11, 1847 characters.

“CP: A campanha do desarmamento ganhou hoje um aliado de peso; centenas de igrejas viraram postos de recolhimento de armas.

GRUPO ORANDO: Pai nosso que estais no céu...

RE: Além de rezar, os fiéis também foram hoje à igreja para entregar armas. Duzentas e quinze igrejas em todo o país se transformaram em postos da campanha de desarmamento. No Recife, sete ficaram de plantão. Em Belo Horizonte, só um colecionador entregou 12 armas. Em Brasília, o presidente do Senado, Renan Calheiros, foi até um dos postos apoiar a destruição de armas. Em São Bernardo do Campo, em São Paulo, uma passeata chamou a atenção para uma nova fase da campanha. O Rio foi a primeira cidade onde as igrejas aderiram à campanha de desarmamento. E o sucesso levou ao planejamento do mutirão de hoje, que vai se repetir nos próximos quatro sábados em igrejas de todo o país. Essa viúva levou o revólver que era do marido.

DONA DE CASA: Eu achei aqui a igreja mais seguro. Ainda mais que é a minha igreja também, aí eu conheço aqui o padre há muito tempo.

PADRE: Se a população, ela tem essa consciência de que ela pode ser um instrumento de paz, por que não tomar uma atitude como essa?

RE: A campanha nacional de desarmamento já destruiu 345 mil armas. Os organizadores dizem que a adesão ao mutirão de hoje é uma prova da necessidade de uma consulta popular sobre a proibição ou não da venda de armas de fogo. A realização do referendo em outubro depende ainda da aprovação do Congresso.

VIVA RIO: A gente sabe que no Brasil todos os dias morrem 104 pessoas vítimas de armas de fogo. É importante dizer que 30% desses casos são crimes passionais, são cidadãos de bem, que por acaso têm uma arma, e

numa situação de tensão acabam se utilizando. E nas igrejas as armas são marretadas, ou seja, é a garantia da inutilização dessa arma.

CP: O prazo para a entrega de armas termina no dia 23 de junho”.

Section 0, Paragraphs 12-15, 1318 characters.

“CN: Mais dois brasileiros acusados de tráfico internacional de droga. Eles foram presos no litoral de São Paulo com uma grande quantidade de pílulas de *ecstasy*. Foi a maior apreensão feita pela polícia paulista este ano.

RE: A droga estava num apartamento deste prédio em São Vicente, litoral paulista. Vicente Rizzo Spreeradi, de 23 anos, e Valdemar de Oliveira, de 58, apontado como um dos principais fornecedores de *ecstasy* do estado de São Paulo, foram presos em flagrante, com 18 mil e 800 comprimidos, além de 5 quilos de cocaína escondidas em pranchas de *surf*.

DELEGADO: Essa quadrilha, ela levava cocaína vinda do Peru para a Europa, e trazia da Holanda o *ecstasy*. Além do *ecstasy*, *skank* e haxixe.

RE: Mais dez pessoas fazem parte da quadrilha. Elas vêm sendo investigadas pela polícia de São José do Rio Preto, interior de São Paulo, há sete meses. Na última quinta-feira, um casal acusado de envolvimento no esquema foi preso. Eles desembarcaram no aeroporto internacional de Guarulhos, em São Paulo, com 4 mil e 300 comprimidos de *ecstasy* escondidos nas roupas. Hoje, 1.100 brasileiros estão presos no exterior acusados de tráfico de drogas. Marco Moreira e Rodrigo Goulart foram condenados à morte na Indonésia. Um levava mais de 13 quilos de cocaína na Asa Delta, e outro 6 quilos da droga em pranchas de *surf*”.

Section 0, Paragraph 16, 144 characters.

“CP: A Polícia Federal apreendeu uma tonelada e 600 quilos de maconha na cidade de Lajedo em Pernambuco. A droga estava enterrada em uma fazenda”.

Document 'JN 21.09.2004', 3 passages, 2193 characters.

Section 0, Paragraphs 12-19, 1430 characters.

“FB: Milhares de portes de arma emitidos no Brasil perdem a validade hoje.

OFF: João é instrutor de tiro e vai pedir a renovação do porte de sua arma particular.

INSTRUTOR DE TIRO: Tenho uma autorização para carregá-las descarregadas e embaladas. Mas eu acho preciso carregar ao menos uma carregada, para mim até mesmo fazer a segurança dessas armas. Para que ela não venha a cair em mãos erradas, né?

OFF: De acordo com o novo Estatuto do Desarmamento, todos os portes perdem a validade a partir da meia-noite de hoje.

DELEGADO PF: Quem for pego com uma arma, estando com o porte de arma vencido, poderá ser indiciado pelo crime de porte ilegal de arma. A pena varia pela nova lei até oito anos de reclusão.

RE: Os candidatos ao porte de arma terão que apresentar certidões negativas de certidões criminais e inquéritos policiais. Também serão exigidos um teste psicológico e outro, de aptidão, que só poderá ser aplicado pela Polícia Federal. Em Belo Horizonte, quinze pedidos já foram negados. O porte só será concedido a quem tiver mais que 25 anos e tiver registro no registro nacional de armas.

CHEFE SERVIÇO NACIONAL DE ARMAS: O objetivo é o Governo Federal ter um controle maior acerca de quem são as pessoas que possuem armas no país e controlar quem pode ou não andar armado.

FB: Pessoas que ocupam funções que dão direito ao porte de armas não precisam renová-los. É o caso de policiais, militares e magistrados, por exemplo”.

Section 0, Paragraph 21, 403 characters.

“FB: A polícia do Paraná prendeu hoje uma quadrilha acusada de ser responsável por 80% das clonagens de celulares no Brasil. Cinco pessoas foram presas, entre elas um libanês e um vietnamita. As informações dos aparelhos eram captadas por antenas instaladas perto dos aeroportos de São Paulo e transferidas para uma central clandestina em Campinas. Foram apreendidos computadores, *scanners* e 130 celulares”.

Section 0, Paragraph 22, 360 characters.

“WB: Vinte e três trabalhadores rurais de um acampamento de Campina Verde, Minas Gerais, foram agredidos e mantidos presos por mais de cinco horas por um grupo de homens armados. Dez pessoas foram levadas para o hospital. Três continuam internadas. A polícia acredita que os agressores sejam seguranças contratados por fazendeiros da região. A polícia está à procura do grupo”.

Document 'JN 23.05.2005', 1 passage, 5329 characters.

Section 0, Paragraphs 28-47, 5329 characters.

“WB: Vai começar amanhã o julgamento dos traficantes acusados de assassinar o repórter da Rede Globo Tim Lopes. O jornalista foi torturado e morto no alto de uma favela no subúrbio do Rio, há três anos.

RE: Uma comunidade sufocada pelo crime. Bandidos vendendo drogas, desfilando com armas, prostituindo meninas. Sem conseguir ajuda da polícia, moradores da favela da Vila Cruzeiro no Rio passaram a procurar os jornalistas. Tim Lopes recebeu por telefone a informação, e foi fazer

a reportagem: comprovar denúncias de que havia sexo explícito com menores em bailes promovidos por traficantes. Descoberto pelos bandidos, o jornalista foi entregue ao chefe da quadrilha, e em uma espécie de julgamento feito pelos criminosos, foi condenado a ser assassinado, no alto desse morro. A tentativa de ocultar o corpo foi descoberta pela polícia, e o exame de DNA confirmou. Os bandidos enterraram o repórter ali. Os amigos sempre souberam: Tim era especialista em mostrar a sociedade que poucos vêem.

FREI DAVID: Ele reunia o profissionalismo jornalístico dele com compromisso social com os pobres.

ASSOC. BRAS. IMPRENSA: Ele imaginava que o seu jornalismo devia servir para as pessoas viverem melhor.

RE: Nas ruas, pressão da sociedade: passeatas, pedido de justiça. O sindicato dos jornalistas do Rio criou uma comissão para acompanhar as investigações.

COMISSÃO TIM LOPES: Eu acho que houve uma tentativa de atingir o exercício da nossa profissão, sob uma nova forma de ditadura.

RE: A polícia iniciou uma grande operação de busca aos bandidos. Dois morreram, sete foram presos. O chefe do bando, Elias Maluco, foi encontrado escondido numa favela, no quarto de uma casa que invadiu. A promessa de transformar o local das execuções numa praça ainda não saiu do papel, mas a polícia aumentou sua presença na comunidade. Instalou um batalhão na favela. Projetos como o Criança Esperança da TV Globo levaram cidadania aos moradores, que até então dependiam da determinação de jornalistas como Tim Lopes.

ASSOC. VIVA RIO: A procura por qualquer ação que se faça, pela comunidade, a coragem de ir lá, de participar, de investir na coisa é impressionante, é emocionante. Basta abrir uma porta que enche.

CP: Dos sete traficantes acusados pelo assassinato, dois vão estar amanhã no banco dos réus.

RE: Elias Maluco, chefe da quadrilha, é um bandido violento. Segundo a polícia, ele assassinou outras 60 pessoas em um ano. Tem processo por tráfico, homicídios e seqüestros. O inquérito concluiu que foi ele quem deu a ordem para matar o jornalista. Ângelo da Silva confessou ter dirigido o carro que levou Tim para o alto da favela, onde foi morto. O bandido declarou em juízo que assistiu à execução. Outros bandidos da quadrilha vão ser julgados nos próximos dias: Cláudio do Nascimento, o Ratinho, acusado de torturar Tim e participar do crime. E mais: Eliseu de Souza, Fernando da Silva, Reinaldo de Jesus e Claudino Coelho. A investigação comprovou a violência da quadrilha.

INSPETORA P. CIVIL RJ: Por causa da morte do Tim, todo mundo tomou conhecimento do que acontecia ali. Tanto que na época, além do Tim, tinha cerca de 200 ossadas nas mesmas condições lá em cima. O julgamento

começa a uma hora da tarde desta terça-feira, no primeiro Tribunal do Júri. Será um júri popular que vai decidir se Elias Maluco e sua quadrilha são inocentes ou culpados de capturar, torturar, matar e desaparecer com o corpo do jornalista Tim Lopes. Os traficantes são acusados de homicídio triplamente qualificado: com motivo torpe, com emprego de meios cruéis, e impedindo a vítima de se defender. Também respondem por formação de quadrilha e ocultação do cadáver. Cada um pode pegar até 39 anos de cadeia.

PROMOTORA DE JUSTIÇA: Foi um crime que chocou a sociedade, e agora a sociedade está esperando a resposta. E dessa resposta o Ministério Público está esperando a condenação de todos os acusados. Os sete jurados serão escolhidos por sorteio. Segundo o juiz, o julgamento será longo.

JUIZ: É um processo muito volumoso, com muitas pessoas para serem ouvidas. Com isso, nos dá uma previsão do julgamento acontecer em torno de três dias.

RE: Um dos advogados de Elias Maluco foi substituído porque está na cadeia. Paulo Dusuol foi preso quando levava para o Paraguai dólares do traficante Fernandinho Beira-Mar, para quem também trabalhava. O novo advogado, Célio Maciel só conversa por telefone. Ele diz que foi contratado há um mês e que ainda não conhece bem o processo. Mas vai defender a tese de que Elias Maluco é inocente.

ADVOGADO: Ele disse que não cometeu esse crime.

RE: E o senhor acredita nele?

ADVOGADO: Bem... eu sempre peço para o meu cliente, eu peço para o meu cliente confessar para o advogado. Pra 'mim' poder fazer uma defesa mais tranquila, mais técnica. E às vezes... eu acredito no que ele me disse porque o que ele me disse... eu li o processo e está batendo com o que ele disse.

RE: Representantes de diversas entidades vão acompanhar o julgamento.

PRES. OAB RJ: Quanto maior o clamor público, isso é muito importante, a indignação da população, maior o peso da responsabilidade da Justiça.

SEC. NAC. DH: São criminosos que se organizam e acham que podem ter suas leis próprias e ficar acima das leis do país e do estado de direito. A expectativa de todos é que não haja impunidade, porque é a impunidade que encoraja outros crimes, não é?"

Document 'JN 24.05.2005', 3 passages, 4888 characters.

Section 0, Paragraphs 3-21, 3029 characters.

"FB: Boa noite. Três anos depois do assassinato do jornalista Tim Lopes, o bandido acusado de comandar o crime deixou o presídio para se sentar no banco dos réus. No julgamento, o traficante Elias Maluco se recusou a falar.

RE: Elias Maluco deixou o presídio de segurança máxima de Bangu I, de manhã cedo. O comboio seguiu sob forte esquema de segurança até o centro da cidade. Elias Maluco foi xingado ao entrar no primeiro Tribunal do Júri.

ANÔNIMO: Covarde!

RE: Outro traficante da quadrilha, que confessou ter dirigido o carro que levou Tim Lopes para o alto da favela, também foi levado para o Fórum. Ângelo da Silva e Elias Maluco ficaram em frente ao juiz. O julgamento seria de dois dos acusados, mas houve divergências entre os advogados de defesa na hora da escolha do júri. Por isso, o juiz decidiu que o julgamento seria desmembrado, e Elias Maluco o primeiro a se sentar no banco dos réus. Elias Maluco vai ser julgado sozinho. Nos próximos dias, será a vez dos outros seis acusados. O policial teve cuidado e passou a arma para o colega na hora de trocar a posição das algemas do traficante. O juiz, Fabio Uchoa fez um relato das acusações:

JUIZ: O crime foi cometido com emprego de meio cruel fogo e tortura.

RE: Elias Maluco foi chamado para se defender, mas se negou a falar.

ELIAS MALUCO: 64... o direito constitucional de ficar em silêncio. Os advogados vão falar por mim.

RE: Mas ao ser perguntado se trabalhava, o traficante tinha uma resposta:

ELIAS MALUCO: Pintor de autos.

RE: Pintor de carros?

ADVOGADO DO TRAFICANTE: É, pintor de carros, ele até disse isso pra mim.

RE: Você acreditou?

ADVOGADO: Bom, vê bem o negócio: se ele for absolvido e um dia ele for solto, o meu carro ele vai pintar.

RE: Durante o julgamento, foram apresentadas reportagens e depoimentos da época da morte de Tim Lopes e da caçada a Elias Maluco. O bandido permaneceu de cabeça baixa. As promotoras dizem que estão confiantes com as provas que conseguiram.

PROMOTORA: As provas estão fortes, por isso ele está sendo julgado. Senão, não teria nem chegado aqui no plenário do júri.

RE: A viúva e a irmã de Tim Lopes estão acompanhando o julgamento.

IRMÃ: Acho que esse momento é um novo momento em que novamente temos que dar as mãos para clamar a justiça pela morte do jornalista Tim Lopes.

WB: O julgamento do traficante Elias Maluco foi interrompido para o jantar. O repórter Ari Peixoto está no Fórum do Rio. Boa noite, Ari.

RE: Boa noite, Bonner. O recesso decretado pelo juiz deve acabar em no máximo 15, 20 minutos. Depois, vai ser a hora do debate entre acusação e defesa. Duas horas para cada lado, e depois, se for o caso, meia hora de tréplica para um, meia hora de tréplica para outro. Aí, os jurados se retiram para deliberar na sala secreta. O julgamento está correndo mais rapidamente do que era esperado, porque os advogados do traficante Elias Maluco decidiram dispensar as testemunhas de defesa. Assim, a decisão sobre se Elias Maluco é culpado ou inocente só deve sair mesmo na madrugada dessa quarta-feira. Fátima”.

Section 0, Paragraphs 22-25, 1493 characters.

“FB: Obrigado, Ari. A polícia do Rio fez hoje a reconstituição da morte do estilista Amauri Veras, que foi encontrado enforcado há oito meses. Como o repórter Eduardo Tchao revelou na semana passada, a reconstituição tornou-se fundamental, desde que a polícia começou a considerar a possibilidade de ter havido um homicídio, e não um suicídio.

RE: Frankie Mackey, que morava com Amauri, foi o único a participar da reconstituição. Ele não quis dar entrevistas, mas da janela do apartamento na zona sul do Rio, o estilista disse que não teria problemas em explicar como encontrou o corpo do ex-sócio em setembro do ano passado. Essas fotografias foram feitas pela polícia no dia da morte de Amauri. Frank afirmou que encontrou o ex-sócio pendurado por essa *echarpe*, numa das portas do apartamento. Ele disse que teria retirado sozinho o corpo de Amauri, usando uma escada. Mas o depoimento não convenceu os peritos. Na reconstituição, eles levaram um boneco e um saco com o mesmo peso do estilista morto. Os investigadores dizem que ao reproduzir os movimentos que foram feitos no dia, Frank não conseguiu carregar os sessenta quilos do saco.

DIR. INSTITUTO CRIMINALÍSTICA: Uma pessoa, digamos assim, um homem médio, sozinho, não conseguiria fazer isso.

RE: Os peritos afirmam que é difícil admitir a possibilidade de que os ferimentos graves encontrados em Amauri tenham sido causados pela queda do corpo no chão. A polícia ainda quer ouvir a empregada da casa, antes de concluir o laudo da reconstituição”.

Section 0, Paragraph 29, 366 characters.

“WB: A polícia prendeu de madrugada dois jovens que faziam pichações na avenida Brasil, uma das principais vias de acesso ao Rio de Janeiro. Davi Albuquerque e Josias de Melo pichavam frases contra a TV Globo [*faziam parte de um projeto de ação social 'jovens pela paz' do estado do Rio,*

tinham fichas do PMDB e a reportagem faz ligação deles com Anthony Garotinho”.

Document 'JN 24.09.2004', 2 passages, 702 characters.

Section 0, Paragraph 6, 366 characters.

“WB: Uma rebelião de menores infratores deixou sete mortos e seis feridos na região metropolitana de Curitiba. Ontem à noite, depois de uma briga entre gangues, os menores puseram fogo em colchões e depredaram a instituição, que estava superlotada. A polícia cercou o local, mas não chegou a invadir o prédio. Os próprios adolescentes decidiram acabar com a rebelião”.

Section 0, Paragraph 19, 336 characters.

“FB: A polícia do Rio procura um grupo de rapazes que agrediu um morador de rua hoje de madrugada. Nas imagens gravadas por um cinegrafista amador, o mendigo aparece no chão. Os agressores riem da cena. Depois de ser carregado pelo grupo, o homem não foi mais visto. A polícia abriu inquérito para investigar o caso como crime de tortura”.

Document 'JN 25.05.2005', 2 passages, 5625 characters.

Section 0, Paragraphs 9-33, 4752 characters.

“FB: Vinte e oito anos e seis meses. Essa foi a pena dada pelo juiz Fábio Uchoa ao traficante Elias Maluco pelo assassinato do jornalista da Rede Globo, Tim Lopes. A sentença foi anunciada às cinco e vinte da manhã, depois de 16 horas de julgamento.

RE: No banco dos réus, durante todo o julgamento, Elias Maluco não mudou de expressão. Cabeça baixa, olhar fixo no chão. Amigos e colegas e parentes de Tim Lopes lotaram o Tribunal do Júri. Durante duas horas a acusação mostrou as provas que tinha contra Elias Maluco: depoimentos dados pelos próprios bandidos, contando com detalhes como foi o crime e onde o corpo foi enterrado.

PROMOTORA: Condenem com a consciência mais tranqüila do mundo, porque é isso que nós temos aqui nos autos, e que prova suficiente que ele, esse pintor de carros praticou esse crime. Hoje, ele tá aqui de cabeça baixa o tempo inteiro. É porque não está lá no reduto dele, com a arma na mão, o fuzil. É por isso.

RE: A defesa insistiu na inocência de Elias Maluco, e tentou fazer os jurados acreditarem que o traficante estaria sofrendo por causa do julgamento.

ADVOGADO: Ele também está emocionalmente atingido com isso. Tudo o que o rapaz faz na vida é notícia.

RE: Quase no fim, o juiz ameaçou suspender o julgamento, por causa de uma discussão iniciada pela acusação. Os promotores ficaram indignados com

a tentativa da defesa de convencer os jurados de que não havia provas contra Elias Maluco.

ADVOGADO: Não houve facada nenhuma, não matou ninguém, não mandou matar ninguém, não mandou matar ninguém.

PROMOTORA: Não, doutor, ele é um pintor de automóveis, doutor.

ADVOGADO: Que seja traficante, excelência.

RE: Logo em seguida, os jurados se reuniram na sala secreta. O júri levou 50 minutos para chegar ao veredicto. E três anos depois do crime, Elias Maluco ouviu a sentença. Dessa vez, o traficante teve que encarar o tribunal e ficar de pé. Elias Maluco foi considerado pelos jurados culpado pela morte de Tim Lopes. Um homicídio considerado triplamente qualificado, por ter sido por motivo torpe, pelo uso de crueldade, e por não ter havido possibilidade de defesa da vítima. Elias Maluco também foi condenado por formação de quadrilha e ocultação de cadáver. Mil e oitenta e oito dias de espera entre o crime e a condenação. Especialmente para Alessandra Wagner, viúva do jornalista; e para Tânia Lopes, irmã de Tim.

JUIZ: Condenar o réu Elias Pereira da Silva, vulgo Elias Maluco, à pena privativa de liberdade total que deverá ser cumprida integralmente em regime fechado.

RE: Elias Maluco recebeu como pena 28 anos e meio de prisão. A defesa disse que vai apelar. A irmã de Tim saiu aliviada.

IRMÃ: Eu estou satisfeita. Foi feita a justiça. Eu acredito nisso.

RE: Já condenado pelo crime covarde e brutal, e ainda dentro do tribunal, ao lado da mesa do juiz, o traficante e assassino Elias Pereira da Silva ainda tinha um gesto obsceno para dirigir a quem esperou até o fim a sua condenação. [mostra o dedo]

WB: A decisão da justiça foi considerada um marco na luta contra a impunidade.

JUIZ: Saímos daqui nesse horário com a certeza da missão cumprida.

RE: O mesmo sentimento do juiz Fábio Uchoa era também o das Promotoras Viviane Tavares e Fabricia (Biochi). Elas comprovaram que o trabalho bem feito de investigação e de preparação de provas pode acabar com a impunidade dos criminosos.

SIND. JORNALISTAS RJ: A justiça marcou um ponto. Marcou um ponto de credibilidade. A sociedade também marcou um ponto de mobilização, de pressão. E a gente espera que a justiça continue marcando esses pontos e construindo essas barreiras para o crime organizado.

RE: O resultado deu alívio para todos que há três anos, desde a morte de Tim Lopes, pediram justiça.

PRES. ABI: Uma satisfação que se oferece contra a brutalidade de que o Tim Lopes foi vítima e também construiu uma demonstração de desestímulo a

procedimentos como esses, violentíssimos, que marcaram o fim do nosso companheiro Tim Lopes.

FREI DAVID: Temos como esperança que essa condenação dê uma luz para a elucidação de outros crimes não solucionáveis na realidade brasileira.

RE: Uma decisão também comemorada nas ruas.

MULHER BEM VESTIDA NEGRA: Ele tem que pagar pelo que ele fez. Pra não incentivar outras pessoas a fazer a mesma coisa. Matar impunemente uma pessoa que está fazendo o bem à população e ficar por isso mesmo.

RE: O julgamento dos outros seis acusados já está marcado pela Justiça: será no mês que vem, no dia 14 de junho. Serão todos eles denunciados pelos mesmos crimes, que já deram ao chefe da quadrilha, Elias Maluco, 28 anos e meio de cadeia.

PRES. OAB RJ: A sociedade espera que todos eles sejam responsabilizados. Punidos com o rigor da lei. Que essa condenação sirva de lição, exemplo, para aqueles que insistem em viver da marginalidade”.

Section 0, Paragraphs 37-39, 873 characters.

“WB: A Anistia Internacional divulgou hoje na Grã-Bretanha um relatório sobre a situação dos direitos humanos no mundo.

RE: O Brasil tem se esforçado, mas as violações aos direitos humanos no Brasil continuam extremamente altas. Participação de policiais em esquadrões da morte e tortura de presos são exemplos disso, diz o relatório. O desrespeito aos direitos humanos aumentou em todo o mundo, diz a Anistia Internacional, que aponta um culpado – os Estados Unidos. Segundo o relatório, os outros países seguem o exemplo do mais poderoso. [segue reportagem sobre casos de violação dos direitos humanos nos EUA]

WB: No Brasil, o Ministro Nilmário Miranda, da Secretaria Especial de Direitos Humanos disse que o combate ao trabalho escravo e as iniciativas para a abertura dos arquivos do governo militar comprovam os esforços do governo brasileiro para enfrentar o problema”.

Document 'JN 26.05.2005', 3 passages, 7153 characters.

Section 0, Paragraphs 16-34, 3024 characters.

“FB: Uma investigação da Polícia Federal revelou o envolvimento de comandantes da Polícia Militar do Ceará com um grupo de extermínio. Gravações autorizadas pela Justiça mostraram como a quadrilha chegou a contratar criminosos para fazer assaltos.

RE: As investigações começaram há três anos, depois que sete pessoas foram assassinadas em farmácias desta rede em Fortaleza. A polícia afirmava que eram assaltantes, mas a família de um dos mortos, o garçom Antônio de Araújo, conta que ele foi morto por engano durante um assalto. A OAB

e entidades de direitos humanos denunciaram o caso à Polícia Federal, porque os assassinos nunca foram identificados.

OAB CE: Nós começamos a suspeitar da existência de um grupo clandestino de segurança armada, que tinha ordens expressas de ferir ou matar.

RE: Um dos telefones grampeados com autorização da Justiça foi o do Major José Hernani de Castro Moura, um dos comandantes de policiamento de Fortaleza. No relatório, a Polícia Federal afirma que as conversas gravadas revelam o envolvimento do Major Castro num esquema para contratar o criminoso, fornecendo a arma para executar o assaltante no interior das farmácias. Num dos trechos, o major conversa com um informante da polícia.

INFORMANTE: Rapaz, é o seguinte, vamos derrubar o homem lá, não?

MAJOR CASTRO: Vamos, tu desapareceu, pô? Vamos pegar ele, deixar em algum canto e a gente "pá", pega ele.

INFORMANTE: Eu achava bom pegando ele agindo. Aí o senhor escolhia a farmácia, que ele... o senhor dizia: rapaz, a farmácia é tal. Aí quando eu tivesse indo pegar ele, entendeu, na casa dele, onde ele estivesse, eu ligava pro senhor dizendo: Major tô indo pegar ele agora, aí o senhor já montava a campana.

RE: A escuta telefônica revela outro crime: o major teria montado dentro da polícia um esquema para oferecer segurança a empresas particulares.

CLIENTE: Alô, é o Major Castro?

MAJOR CASTRO: É.

CLIENTE: É o seguinte, eu tô ligando a respeito de um evento que vai ter amanhã. Eu queria confirmar com o senhor. Eu vou precisar de quatro seguranças, certo? Então eu queria fechar contigo já os valores.

MAJOR CASTRO: Certo. Então é R\$ 30 por homem, viu?

RE: Em outra conversa, o Major Castro orientou um subordinado a cobrar de uma imobiliária pela retirada de invasores de um terreno:

MAJOR CASTRO: Daí quando tu estiveres lá, chama ele lá, manda ele ligar pra mim, que tem que acertar o preço.

SOLDADO ANÔNIMO: Positivo, chefe.

MAJOR CASTRO: Ou ele tá pensando, que vai ser de graça essa operação?

RE: O Ministério Público pediu a prisão temporária do Major e de outros quatro policiais militares e de dois funcionários da rede de farmácias. Segundo a Promotoria, eles estariam envolvidos na morte de 30 pessoas.

PROCURADOR DA REPÚBLICA: É apenas a ponta do *iceberg*. Porque o que está nos documentos, também através de uma prova robusta, é que a Polícia Militar hoje, a segurança pública está privatizada.

FB: Apesar do pedido de prisão pelo Ministério Público Federal, os acusados estão soltos, à espera de uma decisão da justiça estadual”.

Section 0, Paragraphs 35-46, 2148 characters.

“WB: O julgamento e a condenação do traficante Elias Pereira da Silva revelaram a firmeza de um juiz e a determinação de duas promotoras. No dia seguinte à vitória no tribunal, elas falaram ao Jornal Nacional sobre as dificuldades que enfrentaram para que fosse punido exemplarmente o assassino do jornalista Tim Lopes.

RE: Foram 109 dias rastreando um celular que poderia estar com o bandido Elias Maluco.

INSPETORA P. Civil: A gente ficava naquela coisa de ‘ele tem que falar, ele tem que falar, ele tem que falar... até que um dia ele falou’. [risos]

RE: A inspetora gravou conversas que viraram provas contra o criminoso.

INSPETORA PCIVIL: Deu ordens de levar armas para outros lugares, a contabilidade das bocas de fumo. Enfim, o trabalho de supervisão que ele fazia.

RE: Inocente ou culpado? O trabalho de investigação, as provas, e a atuação dos promotores no tribunal vão levar os jurados a decidir se absolvem ou condenam o réu. Ainda mais quando o crime envolve o tráfico de drogas, em comunidades onde a lei do silêncio impera.

PROMOTORA: Diante de um fato desse, mesmo que existam pessoas que tenham visto, elas não vêm à juízo por medo. Esse medo da sociedade é a maior dificuldade no trabalho do Ministério Público.

RE: As Promotoras Viviane e Patrícia estão juntas há nove anos no Tribunal do Júri.

PROMOTORA 2: Eu sempre disse que seria Promotora de Justiça.

PROMOTORA 2: Condenem com a consciência mais tranqüila do mundo. Este pintor de carros praticou esse crime.

RE: Ficar diante de criminosos perigosos é a rotina dessas profissionais. Elias Pereira da Silva foi condenado. Pegou 28 anos e meio de prisão por ter comandado a tortura e a execução do jornalista Tim Lopes. O juiz, Fábio Uchoa, dez anos de profissão, anunciou a sentença. Esse homem, conhecido por ser rigoroso nas penas, tem um novo desafio no mês que vem. Conduzir o julgamento dos outros seis traficantes acusados do crime. Segundo as promotoras, há provas consistentes para convencer os jurados de novo.

PROMOTORA 2: A sensação é que foi feita a justiça. O nosso trabalho foi desenvolvido para os jurados. Compreenderam daí o fato, culminando com a condenação do Elias”.

Section 0, Paragraphs 47-52, 1981 characters.

“FB: As Forças Aéreas do Brasil e da Colômbia estão realizando nessa semana um exercício militar inédito contra o narcotráfico e o contrabando de armas.

RE: A operação é sobre uma área de 240 mil km² em plena floresta amazônica, nas cidades de São Gabriel da Cachoeira, no noroeste do Amazonas, e Letícia, no sudeste da Colômbia. Os pilotos vão simular missões de interceptação de aviões clandestinos. No território colombiano, parte a mensagem sobre um avião ilegal que vai entrar no Brasil. O comando aéreo brasileiro recebe a informação, e aciona os pilotos em alerta. Aviões Super Tucano interceptam a aeronave em questão de minutos.

LOCUTOR NO AR: Atenção, a sua aeronave está sendo interceptada pela Força Aérea Brasileira.

RE: Na rota Brasil-Colômbia, são os R-99 brasileiros que rastreiam e informam aos colombianos sobre a entrada irregular de aviões. O piloto da Força Aérea colombiana chega a uma distância de dez metros do alvo. Nos últimos três anos 81 aviões que tentaram fugir foram abatidos na Colômbia. Esse piloto diz que é necessário abater, pois estão financiando terroristas que ameaçam a população. Mas o abate depende de autorização superior. Operações desse tipo já foram realizadas com as Forças Aéreas da Argentina, do Peru e da Venezuela. Mas de acordo com o comando da aeronáutica, essa cooperação militar com a Colômbia tem mais peso, já que a fronteira entre os dois países ainda é considerada um dos principais corredores de passagem para o narcotráfico e o contrabando de armas.

COM. OPERAÇÕES FAB: A nossa fronteira com a Colômbia é uma fronteira problemática. A questão do narco... nós brasileiros estamos sendo vítimas do narco, como aliás todo mundo.

RE: A Colômbia é um país em guerra, sobre ameaça das forças revolucionárias da Colômbia, as FARC, responsáveis por seqüestros, atentados e ligações com narcotraficantes. A maior vigilância do espaço aéreo já está obrigando traficantes a trocar rotas terrestres por caminhos na terra e pelos rios.

Document 'JN 27.05.2005', 3 passages, 6051 characters.

Section 0, Paragraphs 5-11, 1763 characters.

“WB: Boa noite. A polícia pernambucana está investigando a participação de um policial militar na morte de sete pessoas de uma mesma rua na região metropolitana de Recife. O motivo teria sido uma discussão.

RE: Seis corpos foram velados no cemitério de Santo Amaro, no Recife. De duas adolescentes, uma mulher e três homens. Os parentes estavam comovidos.

PAI: Perder uma filha assim como eu perdi, fica até difícil.

RE: As sete pessoas foram tiradas de dentro de casa no meio da madrugada. Elas eram vizinhas nesta rua, na cidade de Paulista, região metropolitana do Recife. Homens encapuzados teriam descido de dois carros, arrombado portas e executado todos, disparando mais de 20 tiros. Os corpos, seis deles com as mãos amarradas, foram deixados em quatro municípios da região metropolitana. Durante o dia, parentes prestaram depoimento na delegacia especializada na investigação de chacinas. A polícia já sabe que duas das vítimas tinham antecedentes criminais: brigas entre gangues, tráfico de drogas. A investigação segue por diversos caminhos. Mas a polícia trabalha também com a possibilidade de a execução ter sido comandada por um policial do serviço de inteligência da Polícia Militar, que teria discutido com três das vítimas no último domingo.

ANÔNIMO: quando foi na segunda-feira, esse mesmo policial que passou no domingo lá armado passou de novo aqui ele e outro, olhando a casa da turma. Quando foi na quarta-feira, já vieram certo pra arrastar todo mundo mesmo e matar.

RE: Os policiais têm certeza de que pelo menos três pessoas participaram da chacina.

DELEGADO: Por causa do arrasto das pessoas, que utilizaram mais de um carro, por conta dos locais que foram diferentes, que foram jogadas... foram deixadas as vítimas. No mínimo três pessoas...

Section 0, Paragraphs 12-30, 2343 characters.

FB: Foi afastado hoje o major da PM do Ceará acusado de chefiar um grupo de extermínio e vender segurança para empresas. A decisão foi tomada depois da denúncia no Jornal Nacional, que mostrou como a quadrilha acertava o assassinato de criminosos contratados para fazer assaltos.

RE: As denúncias provocaram reações no comando da polícia do Ceará. O Secretário de Segurança anunciou o afastamento do Major José Hernani de Castro Moura e abriu sindicância para apurar o caso.

SEC. SEGURANÇA CE: As gravações serão periciadas, serão investigadas. Consideramos aquelas gravações seríssimas.

RE: Segundo a Polícia Federal, outros quatro policiais da PM estariam envolvidos no grupo de extermínio, mas por enquanto eles continuam nos cargos, porque o comando diz que ainda não foi informado oficialmente do resultado do inquérito. Hoje o Jornal Nacional teve acesso a novas gravações de conversas telefônicas do Major Castro, autorizadas pela Justiça. Em um trecho, o oficial estaria planejando com o Capitão Henrique Bezerra a morte de um possível assaltante.

CAP. HENRIQUE: É pra matar ele?

MAJOR CASTRO: É pra matar, arrancar a cabeça.

CAP. HENRIQUE: Matar mesmo, né? Então 'bora'. Eu tenho um vinte e dois aqui, agora não sei se...

MAJOR CASTRO: É pequeno ou grande?

CAP. HENRIQUE: Grande.

MAJOR CASTRO: Tem munição?

CAP. HENRIQUE: Tem

MAJOR CASTRO: Então pronto. Vê aí.

RE: O Major Castro, oficial há 19 anos, comandava 600 policiais e também teria montado, segundo a investigação, um esquema dentro da Polícia Militar, um programa para oferecer segurança a empresas particulares. Nessa outra conversa, o major convida o dono de uma empresa de segurança para acertar um contrato.

AUGUSTO: Calma aí, cara, a gente precisa conversar, cara.

MAJOR CASTRO: Passa aí, cara.

AUGUSTO: Aí eu não quero conversa. Nesse teu emaranhado de ladrão eu não quero conversa. Essa companhia tua aí só tem ladrão. Eu não quero nem que me vejam, vamos marcar outro canto.

MAJOR CASTRO: [risos].

RE: O relatório da Polícia Federal foi entregue à Procuradoria da Polícia Militar. A mãe de uma das vítimas do suposto grupo de extermínio está agora mais confiante na punição dos responsáveis pela morte do filho, executado enquanto trabalhava.

MÃE: Tirou a vida de uma criança, que tinha um futuro pela frente, que foi meu filho, 21 anos de idade, rapaz, isso é triste".

Section 0, Paragraphs 31-39, 1945 characters.

"WB: A polícia gaúcha indiciou hoje quatro jovens por tentativa de homicídio. Eles fazem parte de um grupo de *skinheads* jovens que têm a cabeça raspada e perseguem negros, judeus e homossexuais.

RE: Quase 20 dias depois, as marcas da agressão ainda estão visíveis no corpo do jovem de 19 anos. Ele conta que foi atacado de repente, quando estava com dois amigos que usavam quipá.

JOVEM: Daí quando eu empurrei o cara, que eu vi a faca na mão dele. Nisso já vinha outro pra cima de mim pra dar outra facada. Só que eu consegui desviar, pegou no braço.

RE: O ataque aconteceu nesse bairro de classe média de Porto Alegre, que tem uma intensa vida noturna. Foi onde os jovens vieram se encontrar. Os agressores escolheram o dia oito de maio, data em que o mundo comemorou a vitória dos aliados sobre os nazistas, na Segunda Guerra Mundial. Um

dos rapazes permanece até hoje internado no hospital. Ele teve três órgãos perfurados pelas facadas.

DELEGADO: Dizem as testemunhas que eram em torno de mais ou menos dez pessoas que atacavam de forma ordenada. Enquanto alguns faziam a proteção do ataque, outros ameaçavam as testemunhas, e outros componentes do grupo faziam a agressão propriamente dita.

RE: Na casa dos agressores, foi encontrado material de propaganda nazista. O grupo tem um código de conduta que orienta os integrantes a não confessar nada para a polícia, e a treinar artes marciais para os combates de rua. O ato de violência deixou a comunidade judaica em alerta.

FED. ISRAELITAS RS: Nós conhecemos coisas como pichações, combatemos isso, mas nunca tivemos esse nível de agressividade.

JOVEM: Nossos pais não têm nada, nada desse tipo. Nunca imaginei que ia acontecer uma coisa dessas.

WB: Os *skinheads* surgiram na Europa na década de 70 e se vestem de forma semelhante aos *punks*, de quem são rivais. Eles defendem um nacionalismo autoritário e extremado e nas principais cidades européias atacam também imigrantes de diversas nacionalidades”.

Document 'JN 28.05.2005', 7 passages, 5255 characters.

Section 0, Paragraphs 5-6, 829 characters.

“FB: Boa noite. Foi libertada na madrugada de hoje a mãe do jogador Marinho, do Corinthians. Alice Nazaré passou 25 dias como refém de seqüestradores. A repórter Fabiana Faria está em frente à casa da família em Santos e tem outras informações. Boa noite, Fabiana.

RE: Boa noite Fátima, a mãe do zagueiro do Corinthians foi libertada na periferia de São Vicente, litoral de São Paulo, após pagamento de resgate. Depois de caminhar bastante, Alice Nazaré chegou a uma casa e pediu ajuda. Ela foi trazida para o conjunto habitacional onde mora, e desde cedo está ao lado da família. Ainda bastante abalada emocionalmente, ela não quis gravar entrevista, mas contou como foi o período no cativeiro. Disse que ficou presa num quarto escuro e quase não dormiu. O jogador Marinho está viajando, e deve chegar a Santos ainda hoje. Bonner”.

Section 0, Paragraphs 7-13, 1421 characters.

“WB: No estado do Rio, a polícia libertou um estudante seqüestrado há seis dias na Baixada Fluminense. E entre os seis bandidos presos, um deixou a família da vítima em choque.

RE: O abraço forte dos pais no filho marcou o fim de um pesadelo que durou seis dias.

PAI: É um sentimento de impotência muito grande. Não desejo isso pra ninguém, pra ninguém, pra ninguém mesmo.

RE: Júlio César Valentim, de 22 anos, foi rendido por seis homens armados quando saía de casa no último domingo, em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. O cativo que ficava a 30 km da casa do estudante, foi descoberto hoje de manhã. Os policiais encontraram correntes e sedativos. Júlio César teve ferimentos no rosto, por ter ficado o tempo todo com os olhos vendados.

SEQÜESTRADO: Eu fiquei acorrentado o tempo todo, tomando remédio. Eu tô muito sedado. Fui maltratado, mas tô aqui com a minha família, era tudo o que eu queria.

RE: Seis pessoas foram presas. O sofrimento da família foi proporcional à decepção. Segundo a polícia, o homem que arquitetou o crime e passou todas as informações sobre o estudante aos bandidos é vizinho e amigo de Júlio César há 18 anos. Marcelo Vinícius negou participação, mas foi denunciado pela própria quadrilha.

DELEGADO: Ele chegou a ir três vezes junto com os bandidos na residência do Júlio César, para mostrar quem era o Júlio César, como ele procedia, qual era o carro dele, e os horários do deslocamento dele”.

Section 0, Paragraphs 14-21, 1750 characters.

“FB: Foi afastado hoje o segundo oficial da PM do Ceará, acusado de envolvimento com grupos de extermínio. A investigação se concluiu há dez meses, mas até hoje a Justiça não se decidiu sobre o pedido de prisão dos suspeitos.

RE: O Capitão Henrique Bezerra era subcomandante do GATE, o grupo de ações táticas especiais da polícia do Ceará. Ele recebeu treinamento nos Estados Unidos. Dois anos atrás, era subordinado ao Major José Hernani de Castro, também afastado da PM por denúncias de envolvimento com grupos de extermínio. Numa das gravações telefônicas autorizadas pela Justiça, o capitão conversa com o major sobre o assassinato de um menino.

GRAVAÇÃO CAPITÃO: Senão, ali vai ser bumerangue, vai cair em cima da gente.

GRAVAÇÃO MAJOR: Eu lá tenho medo de bicho, isso aí não dá nada, não.

GRAVAÇÃO CAPITÃO: Eu matei foi um menino e não deu nada, chefe, quanto mais...

RE: Os dois são acusados de contratar criminosos para fazer assaltos e vender segurança para empresários. Três outros oficiais da Polícia Militar também aparecem em conversas com o Major Castro, e são citados no relatório da Polícia Federal. Mas eles continuam trabalhando. A Secretaria da Segurança diz que ainda não foi informada sobre as denúncias contra eles.

SEC. SEGURANÇA: A Secretaria não foi notificada até agora para apresentar policial.

RE: O relatório da Polícia Federal aponta ainda como envolvidos os oficiais Manuel Francisco da Silva, Manuel Ronaldo Sales e Francisco das Chagas Silva. Os três, o Capitão Henrique e o Major Castro tiveram a prisão pedida pelo Ministério Público Federal. Mas a decisão ainda depende da Justiça Estadual. Só agora, depois da divulgação das denúncias, o governo do Ceará pediu uma cópia do relatório, que foi concluído há dez meses”.

Section 0, Paragraph 22, 310 characters.

“WB: Trinta testemunhas prestaram depoimento hoje à polícia de Pernambuco na investigação sobre a chacina de sete pessoas na madrugada de sexta-feira. Todas as vítimas moravam na mesma rua de Paulista, na região metropolitana de Recife. A polícia investiga a suposta participação de policiais militares no crime”.

Section 0, Paragraph 23, 274 characters.

“FB: A polícia do Espírito Santo prendeu hoje em Vitória cinco assaltantes de carros-fortes. Com eles havia documentos falsos, celulares e mais de três milhões de reais em cheques e dinheiro. A quadrilha é acusada de matar também três policiais militares no início do ano, na Bahia.

Section 0, Paragraph 26, 300 characters.

“FB: Índios da tribo Guajajara interditaram nessa madrugada a BR-226, na região central do Maranhão. Eles exigem a libertação de dois índios, presos ontem acusados de assaltar um ônibus na rodovia que passa por dentro da reserva. Segundo a polícia, em um semana seis ônibus foram assaltados na região”.

Section 0, Paragraphs 39-40, 371 characters.

“FB: Amanhã no Fantástico você vai ver o resultado alarmante de uma pesquisa sobre violência feita nas escolas brasileiras.

PEDRO BIAL: O estudo, realizado pela UNESCO em cinco capitais revela que um em cada três alunos brasileiros já viu algum tipo de arma na escola. Você vai conhecer o drama de estudantes, pais e professores que vivem na mira da violência. E mais [segue]”.

Document 'JN 29.09.2004', 4 passages, 5678 characters.

Section 0, Paragraphs 6-7, 1122 characters.

“WB: A polícia do Rio abriu investigação sobre o assassinato do bicheiro Valdemir Paz Garcia, o ‘Maninho’.

RE: O corpo de Maninho foi velado na quadra da escola de samba do Salgueiro, que comandava. Ontem à noite Valdemir Paz Garcia foi atingido com três tiros quando deixava de moto uma academia de ginástica. Em 93, ele e outros 12 bicheiros foram condenados por formação de quadrilha. Maninho ficou dois anos preso. Ele também respondeu por tentativa de assassinato de Carlos Pinto Moreira, o 'Grelha'. Em 86, um segurança do bicheiro atirou contra o analista de sistemas, que ficou paraplégico. A polícia trabalha com duas linhas de investigação. Numa delas, os policiais querem saber se Maninho contrariou interesses de adversários ao tentar levar máquinas caça-níqueis para a zona oeste da cidade. Na segunda, o crime estaria relacionado à morte de um ex-PM, assassinado também ontem, dentro de um presídio. O ex-PM Tadeu Fraga cumpria pena pelo assassinato do filho do ex-prefeito de Teresópolis, Mário Tricano. O rapaz também estaria envolvido com o jogo do bicho. Segundo a polícia, Maninho seria o mandante do crime".

Section 0, Paragraphs 8-16, 2596 characters.

"FB: O Ministério Público Federal instaurou inquérito para investigar a suposta omissão de autoridades municipais e estaduais do Rio de Janeiro na proteção da imagem da cidade. A ação foi motivada pelos ataques de ontem a frequentadores da praia do Leblon.

RE: Mãe e filha, cariocas, vítimas do ataque na praia. O bando levou dinheiro, documentos e a chave do carro. Alguns menores disseram que poderiam recuperar a chave. Enquanto isso, as vítimas procuraram um policial.

MÃE: Os meninos vieram nos entregar a chave do carro de volta, na frente do policial. O policial não fez absolutamente nada.

RE: O registro na delegacia foi feito, apesar dos conselhos dos PMs de que nada adiantaria. A zona sul do Rio é considerada pelo comando da PM como a região de maior policiamento da cidade. Porém, as imagens feitas ontem por um cinegrafista amador mostram que a presença dos policiais não foi suficiente para evitar os ataques dos assaltantes. O cerco e o ataque a esta mulher de boné duraram sete minutos. Depois, dois PMs chegam, olham, conversam durante um minuto com o bando. E vão embora sem prender ninguém. Agora, um dos bandidos escolhe as próximas vítimas. Uma família de uruguaios. Um PM passa no local bem devagar. Minutos depois o bando avança. Os turistas deixam a praia e registram queixa. Essas duas argentinas também deram queixa na polícia. Elas são jogadas na areia e espancadas porque resistiram. Hoje, o policiamento foi reforçado no Leblon, bairro com o metro quadrado mais caro do Rio. O comandante geral da PM fez críticas à divulgação das imagens.

COMANDANTE: O que me causa estranheza, é que nas proximidades das eleições, volta e meia venha com matéria nesse sentido. Não quero dizer que o fato não aconteceu, só acho estranho que isso seja algo comum, e sabemos que isso não é.

RE: Para esse sociólogo, especialista em segurança pública, minimizar o fato gera mais insegurança.

SOCIÓLOGO GLÁUCIO SOARES: Atribuir a responsabilidade a uma armação exime a corporação da responsabilidade. Quem ganha com isso? Ninguém ganha com isso.

SEC. INTERINO SEGURANÇA-RJ: Nós temos que chamar a responsabilidade aos outros organismos, temos que chamar o município para que atue também no recolhimento dos menores, que é atribuição dele, município do estado do Rio de Janeiro, e temos que chamar também todos os demais órgãos que tenham co-responsabilidade na segurança do estado.

FB: A guarda municipal do Rio afirmou que dá apoio às equipes da área social. A prefeitura do Rio afirmou que tem programas para atender menores que vivem nas ruas, mas que os infratores são caso de polícia”.

Section 0, Paragraphs 17-19, 933 characters.

“WB: Um carro-bomba, capaz de destruir um quarteirão inteiro, foi encontrado hoje em Taboão da Serra, na grande São Paulo. A área foi isolada no início da tarde, e o esquadrão antibombas chamado para desarmar os explosivos. O dono do carro, que tinha sido roubado um mês atrás, contou que trouxe o carro guinchado na madrugada de hoje da delegacia de Taboão da Serra, região metropolitana de São Paulo; desconfiou dos fios pendurados dentro do veículo, e chamou a polícia.

DONO DO CARRO: A gente foi seguindo, seguindo os fios pra ver onde ia dar, desmontei a porta onde ‘estava’ os fios... e encontrei aquele aparato que tá lá.

RE: A mãe dele levou um susto quando voltava pra casa. Ao todo o carro tinha 96 bananas de dinamite, que vão ser examinadas por peritos antes de ser detonadas. A polícia investiga se o alvo do veículo seria a Delegacia Seccional de Taboão da Serra, já que o veículo roubado foi deixado em frente ao prédio”.

Section 0, Paragraphs 20-22, 1027 characters.

“FB: A polícia divulgou hoje a imagem de um dos suspeitos de agredir aposentados em Diadema, na região do ABC paulista. Desde fevereiro oito pessoas foram atacadas; quatro morreram. [imagens cedidas pela polícia de Diadema]

RE: A câmera de um banco comprovou que este homem, de camisa escura, que está de costas, sacou 100 reais na conta de um aposentado, no dia 4 de agosto. Ele havia sido assassinado no dia anterior em Diadema, na região do ABC. Nos últimos sete meses, oito aposentados foram agredidos a pauladas, e quatro morreram. As vítimas foram abordadas quando saíam dos bancos. Elas eram convencidas a caminhar cerca de 3 km até

esse matagal, à beira da Avenida dos Imigrantes, um dos poucos trechos da estrada que não é vigiado por câmeras. Nos últimos dez dias quatro sobreviventes foram ouvidos. Um deles ajudou a fazer o retrato falado. A polícia identificou cinco suspeitos. Um foi preso, o segundo já estava na cadeia por causa de outro crime. E agora o homem que aparece no caixa eletrônico também é procurado”.

Document 'JN 30.05.2005', 2 passages, 4579 characters.

Section 0, Paragraphs 3-24, 2570 characters.

“WB: Boa noite. O Jornal Nacional começa hoje com a apreensão de centenas de animais silvestres que tinham sido capturados ilegalmente. Era mais do que um crime ambiental. Os bichos serviam de moeda de troca por armas.

RE: Ainda era madrugada quando os policiais foram para as ruas. Na Baixada Fluminense, esta casa foi cercada.

POLICIAL: Polícia. Abre a porta, por favor.

INTERFONE: Eu não vou abrir não. Pode arrombar! [cenas dos policiais arrombando]

RE: Encontraram outra porta fechada.

POLICIAL: Vai abrir essa ou vou ter que arrombar também?

RE: Lá dentro, prenderam Ana Rita, de 64 anos, apontada como uma das maiores vendedoras de animais silvestres do país. Em outros locais, mais seis presos: entre eles, duas filhas de Ana Rita. A quadrilha estava sendo investigada há seis meses. Telefonemas gravados com a autorização da justiça mostraram as negociações com os fornecedores. Aqui, eles oferecem papagaios raros.

FORNECEDOR: Eu tenho um cabeça-vermelha falando pra caramba, entendeu? E tenho dois filhotões já falando também.

COMPRADOR: Como é que a gente faz no cabeça-vermelha?

FORNECEDOR: O cabeça-vermelha é caro. Mas é falador. Esse papagaio apareceu um na vida outro na morte.

RE: Eles trocam também pássaros por carros, como nessa conversa com Márcia, filha da chefe da quadrilha.

FORNECEDOR: Eu já vou levando a mercadoria semana que vem.

MÁRCIA: Ahã.

FORNECEDOR: Você segura o carro pra mim?

MÁRCIA: Seguro.

RE: Os bandidos negociam armas em troca de animais. Nessa conversa, sapato quer dizer revólver.

FORNECEDOR: É sapato 38 ou qual que é?

COMPRADOR: 38, 38.

FORNECEDOR: Bota no rolo aí também, pô.

COMPRADOR: Tu bota até no cós da calça, até no bolso do paletó.

RE: A quadrilha falsificava anéis do IBAMA, que servem como licença para a criação de animais silvestres em cativeiro. Segundo a polícia, os pássaros vinham escondidos em caminhões e ônibus, principalmente do Paraná, do Mato Grosso do Sul, da Bahia, e do Maranhão. Na Baixada Fluminense, ficavam em depósitos clandestinos. Um quartinho com no máximo cinco metros quadrados era o principal depósito da quadrilha. Pequeno, apertado, com muita umidade, sujo, escuro, aqui os policiais encontraram amontoados mais de 500 pássaros. Nas gaiolas superlotadas, os pássaros já estavam prontos para serem levados para feiras ilegais, como esta filmada pela própria polícia.

DELEGACIA MEIO AMBIENTE RJ: 90% deles morrem por causa dessas condições. Porque eles vêm pra cá e não conseguem sobreviver. Os presos podem pegar até nove anos de prisão. Os passarinhos que sobreviverem vão ser devolvidos à natureza”.

Section 0, Paragraphs 25-34, 2009 characters.

“FB: Foram afastados hoje mais três policiais acusados de fazer parte de um grupo de extermínio no Ceará. A Justiça espera agora um parecer do Ministério Público para decidir sobre a prisão dos acusados.

RE: Os três policiais agora só fazem serviços internos da polícia. Foram afastados o subtenente Manoel Ferreira da Silva e os Soldados Francisco Ronaldo Sales e Francisco das Chagas Silva.

COMANDANTE DA PM CE: Nós vamos tirá-los do serviço de rua e iremos colocá-los temporariamente numa unidade administrativa da nossa corporação.

RE: Segundo o inquérito da Polícia Federal, os três estariam ligados ao esquema do Major Hernani de Castro e do Capitão Henrique Bezerra, todos afastados das funções. Todos são acusados de integrar grupos de extermínio. O governo do estado afirma que só agora está tomando providências porque não tinha conhecimento da investigação que corria em segredo de justiça. O Jornal Nacional teve acesso a novas gravações telefônicas feitas pela Polícia Federal com autorização da Justiça. Em um trecho, o Major Castro conversa com a delegada da Polícia Civil Cândida Brum sobre um possível informante da polícia e cita a rede de farmácias Pague Menos, que seria uma das empresas que contratavam os serviços de segurança ilegais da PM.

DELEGADA: O cara não tem medo não, hein?

MAJOR CASTRO: Não, é porque a 'pisa' que eu dei nele antigamente foi boa... Ele me deve não sei quantas vidas. É que ele fazia muito 'pague menos' [risos da delegada]. Ele escapou de morrer não sei quantas vezes. Aí, pronto.

DELEGADA: Ah, então tá explicado qual é a fidelidade dele.

MAJOR CASTRO: Vai ter que pagar até o final da vida dele [risos da delegada].

RE: Há um mês o relatório do caso está no Ministério Público Estadual, que afirma que até hoje não recebeu as gravações feitas pela Polícia Federal. Agora, os promotores dizem que vão analisar as três mil páginas de denúncias contra os PMs do Ceará em 15 dias.

FB: O grupo de farmácias Pague Menos negou que tenha contratado o segurança clandestino”.

Document 'JN 31.05.2005', 2 passages, 3713 characters.

Section 0, Paragraphs 11-25, 1898 characters.

“WB: A quadrilha que agia dentro da polícia do Ceará tinha acesso a dados sigilosos de clientes de bancos e de companhias telefônicas. A divulgação das investigações da Polícia Federal levou hoje ao afastamento de uma delegada.

RE: A delegada Cândida Brum é citada no inquérito da Polícia Federal, por causa de uma gravação telefônica em que falaria sobre o suposto informante da polícia. Na conversa com o Major Castro, acusado de chefiar um grupo de extermínio, a delegada teria omitido do Poder Público crimes cometidos pelos PMs. A polícia disse que vai abrir sindicância para apurar o caso. O Major Hernani de Castro e outros quatro policiais já foram afastados das funções. As medidas foram tomadas depois da divulgação do inquérito da Polícia Federal que começou a investigar as denúncias há três anos. As gravações feitas com autorização da Justiça revelam que o Major Castro teria conseguido informações sigilosas em empresas públicas e privadas. Numa gravação, a funcionária da Caixa Econômica informaria a movimentação financeira de um cliente, sem autorização da Justiça.

FUNCIONÁRIA: Não tem valor alto não. Tem depósito de 10, de 30. O maior depósito que tem aqui desde julho pra cá é de 70 e poucos reais.

MAJOR CASTRO: Está bem.

FUNCIONÁRIA: Não tem valor expressivo não.

RE: Em outra conversa, um funcionário da Telemar forneceria dados confidenciais de um cliente.

MAJOR CASTRO: E aí?

FUNCIONÁRIO: Maranhão, viu?

MAJOR CASTRO: Qual é o endereço?

FUNCIONÁRIO: B... CPF?

MAJOR CASTRO: Dá o CPF.

FUNCIONÁRIO: 025..

MAJOR CASTRO: RG?

RE: A Polícia Militar está investigando o grupo que também é acusado de vender segurança a empresários”.

“WB: A assessoria da Caixa no Ceará informou que a mulher ouvida na gravação é uma prestadora de serviços que deixou o banco há um ano. A Caixa vai fazer uma investigação interna. A Telemar vai aguardar o fim das investigações para só então se manifestar”.

Section 0, Paragraphs 26-32, 1815 characters.

“FB: Foi divulgado hoje o quinto levantamento nacional sobre o consumo de drogas em escolas públicas. Em comparação com outros 25 países, o estudante brasileiro é o que mais consome solventes.

RE: Esse estudante começou a beber com os colegas de escola. Depois partiu para outras drogas. Virou dependente, se envolveu com traficantes, e em pouco tempo já não conseguia mais acompanhar as aulas. Desempenho abaixo da turma é o drama de quase a metade dos alunos que usam drogas. A defasagem escolar em relação aos colegas chega a três anos. O levantamento mostra que mais de 22% dos pesquisados provaram algum tipo de droga. E o consumo começa cedo. Em média, a partir dos 12 anos os estudantes estão bebendo. A pesquisa revela também o uso de tabaco, *crack*, maconha e cocaína. Com as meninas, um problema a mais: o alto uso de remédios contra depressão e para emagrecer.

ESPECIALISTA EM DROGAS: Isso tem a ver com a pressão social de que a mulher pra ser atraente precisa ser magrinha.

RE: Um dado que chamou a atenção dos pesquisadores foi sobre o consumo de solventes pelos jovens. De um grupo de 25 países pesquisados, o Brasil ficou em primeiro lugar; 18% dos jovens entre 15 e 16 anos disseram que consumiram produtos como acetona, éter, *thinner*, e cola de sapateiro. Combater o consumo de solventes, segundo os especialistas, é uma tarefa difícil para a campanha antidrogas. A venda é livre no país, o que facilita o consumo pelos jovens.

ESPECIALISTA EM DROGAS: São drogas extremamente perigosas, que dão arritmia cardíaca, por exemplo, que levam à morte.

RE: O estudo vai ser usado na elaboração de políticas para combater as drogas nas escolas.

SECRETÁRIO NACIONAL ANTIDROGAS: Agora nós temos um farto material para ser trabalhado por aqueles responsáveis pelas políticas públicas relacionadas ao assunto”.

Document 'JR 01.06.2005', 3 passages, 3966 characters.

Section 0, Paragraphs 2-8, 2065 characters.

“BC: Prêmio para policiais civis e militares em São Paulo. O Disque-Denúncia homenageia quem mais soluciona casos usando informações que chegam por telefone. O serviço, criado há cinco anos, agora é oficialmente considerado de utilidade pública.

RE: O Disque-Denúncia e o sigilo que protege as 111 pessoas que trabalham aqui é válido também para o denunciante.

ATENDENTE: Qual o tipo de droga vendida? Sim, maconha e cocaína.

RE: São mais de 3.000 telefonemas todos os dias. O serviço custa 4 milhões de reais por ano e é mantido com doações de entidades empresariais. O estado não coloca dinheiro. Quarenta policiais civis e militares trabalham na análise das informações. O Disque-Denúncia de São Paulo foi reconhecido como serviço de utilidade pública e ganhou um novo número telefônico: 181. Depois de analisada, a informação é encaminhada diretamente à delegacia ou ao batalhão da região onde o caso deve ser investigado. O policial que receber a denúncia tem até 14 dias para mandar um relatório sobre as providências adotadas. Em quase cinco anos de funcionamento, essa parceria entre o governo e a sociedade civil foi responsável pela solução de mais de 14 mil crimes no estado de São Paulo. O assassinato do prefeito de Santo André, Celso Daniel, rendeu o maior número de telefonemas, mais de 1.000. Em 52 casos de seqüestro, informações anônimas levaram ao estouro do cativo e evitaram o pagamento do resgate. O tenente-coronel Segala comanda o batalhão que no ano passado resolveu o maior número de casos a partir do Disque-Denúncia. Ele e mais nove policiais foram indicados para receber um prêmio do Instituto São Paulo contra a violência.

TEN. CEL. SEGALA: O policial do novo milênio ele precisa da informação. O policial sem informação é um serviço de difícil execução.

SEC. SEG. PÚBLICA SP: Motiva o bom policial, aquele que fez um bom trabalho. Segundo o movimento de integração, porque é a sociedade, sociedade civil organizada que reconhece o bom trabalho.

BC: Com tudo isso a gente não pode nem sair na rua à noite. Imagine se não funcionasse um serviço como esse”.

Section 0, Paragraph 9, 800 characters.

“BC: Chegam ao fim dois seqüestros ocorridos em São Paulo. Uma mulher era mantida refém dentro de uma caverna, e uma estudante conseguiu pedir socorro com um bilhete. Quando saía de carro nesse condomínio onde mora em Barueri, região metropolitana de São Paulo, a estudante Cíntia Ferreira foi abordada por um homem. Ele a obrigou a pegar uma estrada em direção a Minas. Em um posto de gasolina, a jovem conseguiu deixar um bilhete avisando que era seqüestro. Pouco depois, a polícia localizou o carro no sul de Minas, e encontrou a estudante no porta-malas. O seqüestrador tinha fugido. Em Biritiba Mirim, no interior paulista, essa caverna foi usada como cativeiro em um outro seqüestro. A polícia resgatou uma mulher de 28 anos, filha de um comerciante da capital. Quatro seqüestradores foram presos”.

Section 0, Paragraphs 10-11, 1101 characters.

“BC: O esquema de segurança anunciado pela Secretaria Estadual de Administração Penitenciária de São Paulo para o Centro de Detenção Provisória de Suzano, na Grande São Paulo, é formado por gansos e galinhas da Angola. A idéia é que, por terem audição aguçada e grasnarem quando há movimento estranho, os animais ajudem na vigilância. Gansos e galinhas perambulam junto à muralha da unidade! [riso irônico] O esquema já existe na Penitenciária Dois de Tremembé, no interior paulista. Em Suzano, com 26 cães; ali, três carneiros alimentam-se do gramado e evitam gastos com mão-de-obra para carpir.

BC: Se os presos não comerem esses bichinhos – os gansos, as galinhas, os carneirinhos – pode-se melhorar muito esse sistema que a Secretaria de Administração Penitenciária tão modernamente está instalando com esses bichinhos, transferindo os presos para o zoológico e deixando os bichinhos na prisão. Também podem dispensar o médico e contratar um veterinário para a segurança em Suzano e demais presídios paulistas. Pelo amor de Deus, minha gente! Tá louco! [respiração prendendo gargalhada, algo forçada]”.

Document 'JR 02.06.2005', 4 passages, 5011 characters.

Section 0, Paragraphs 2-8, 2111 characters.

“BC: O governo paulista, veja só, põe gansos e galinhas d'angola para reforçar a segurança do Centro de Detenção Provisória de Suzano, na Grande São Paulo. A União Internacional de Proteção dos Animais diz que isso é crime ambiental. A reportagem é de Bianca Vasconcelos.

RE: Para os carneiros, a grama do presídio é comida. Para os administradores, é economia de mão-de-obra. Enquanto eles capinam aqui, lá dentro os funcionários flagravam a construção de um túnel para a fuga, revelado

em um dos 58 monitores do Centro de Detenção de Suzano. Medidas de segurança onde vivem 1.200 presos nunca são consideradas demais. Tem bloqueador de celular, raio-x que detecta, por exemplo, um parafuso no sabonete, e 26 cães ferozes que se revezam na área que os agentes chamam de linha de tiro. E agora, entre a muralha e a cerca de alambrado, cabe a 32 gansos e 22 galinhas d'angola evitar tentativas de resgate e eventuais desatenções dos vigilantes. Ao contrário do ganso africano usado em chácaras e fazendas para atacar o estranho, esses gansos, os chineses, fogem dos estranhos. Mas em compensação, olha o barulho que eles fazem [barulho de ganso].

AGENTE DE SEGURANÇA: Funciona. O barulho que eles fazem é alto. Os guardas das muralhas escutam.

RE: Se no presídio gansos e galinhas abrem o bico para afastar intrusos, não muito longe daqui os ambientalistas soltam o verbo para acusar a iniciativa de crime ambiental, com detenção de três meses a um ano.

UNIÃO INT. PROTETORA ANIMAIS: Crime ambiental. Quer dizer é um abuso, o mau uso do animal, é a má utilização. É um abuso mesmo, é querer se servir do animal.

DIRETOR GERAL CDP SUZANO: Ninguém está maltratando. Os animais estão soltos, estão sendo bem alimentados. Ninguém está forçando os gansos a estar fazendo barulho [barulho de ganso].

BC: Seria cômico se não fosse trágico. Acontece de tudo nas prisões paulistas. Tem celular a rodo, droga, presos fogem pelo ladrão, e São Paulo usa bichinhos para a segurança. Mas tem uma vantagem. Embora os bichinhos possam ser devorados, pelo menos até hoje ninguém ouviu falar de suborno de uma galinha ou de um ganso".

Section 0, Paragraphs 9-14, 1777 characters.

"BC: O Ministério Público paulista investiga mais um caso de racismo no *Orkut*, o site de relacionamentos na internet. A página é freqüentada por jovens que pregam violência contra negros, homossexuais e evangélicos.

RE: O promotor admite que não foi difícil. Uma busca na internet e ele localizou 20 comunidades com conteúdo racista no *Orkut*, o site criado exatamente para aproximar as pessoas. O desafio agora é saber quem são os autores dos textos escritos em português. O primeiro deles já foi identificado. É um estudante de engenharia que completou 18 anos há um mês. Ele era menor de idade quando escreveu as mensagens, a última em fevereiro. Por isso, não terá o nome divulgado. O rapaz é membro de mais de 120 comunidades no *Orkut*. A maioria prega o assassinato em série e o ódio a negros, homossexuais, e evangélicos. Ouvido hoje de manhã, ele admitiu ser autor dos textos, que classificou como fortes [imagens da transcrição do depoimento] e atribuiu a um surto. Disse que a intenção era chocar e causar polêmica. Praticar, incitar ou induzir à discriminação é crime ina-

fiançável punível com até três anos de prisão. Mas se o acusado usou um meio de comunicação como a internet para divulgar suas idéias, a pena pode chegar a cinco anos.

PROMOTOR GAECO: Não é necessário criar uma página. Uma mera manifestação racista é uma prática de racismo.

RE: A investigação começou com o caso de um estudante de 13 anos que recebeu mensagens racistas em sua página pessoal. O caso ainda não está esclarecido, mas as entidades de combate à discriminação estão satisfeitas com as apurações.

ONG ABC SEM RACISMO: Eles equivocadamente acreditam que esse anonimato que a internet possibilita ampare e os proteja, o que é um equívoco.

BC: Se é menor, tinha que estar na Febem”.

Section 0, Paragraph 15, 419 characters.

“BC: A polícia de São Paulo diz que uma quadrilha que tentou seqüestrar um bebê de nove meses em São Paulo é ligada ao PCC. A quadrilha é investigada por outros seqüestros e assaltos a bancos e carros fortes. Os crimes foram planejados dentro do presídio de Araraquara, no interior paulista. Hoje a polícia prendeu quatro integrantes do bando no momento em que eles iam seqüestrar uma garotinha de nove meses, filha de um dentista”.

Section 0, Paragraphs 43-44, 704 characters.

“BC: Mais uma noite de confronto entre a polícia e estudantes em Florianópolis, Santa Catarina. Há quatro dias os estudantes protestam contra o aumento da tarifa dos ônibus urbanos. Aproximadamente 2.000 manifestantes estão no terminal central de Florianópolis. O número de policiais é quase o dobro. Hoje, o protesto dos estudantes recebeu reforço dos grevistas do INSS e dos servidores da universidade federal. Eles querem que a prefeitura volte atrás no aumento de 8,8% das passagens. O confronto com a tropa de choque acontece pela terceira noite seguida. Os manifestantes atiram pedras, e os policiais balas de borracha e bombas de efeito moral [imagens do confronto].

BC: Não é Bagdá, é Florianópolis”.

Document 'JR 03.06.2005', 4 passages, 4560 characters.

Section 0, Paragraphs 5-6, 1540 characters.

“BC: Um dia de tensão em Florianópolis, Santa Catarina. Dezoito estudantes estão presos depois que a Câmara Municipal foi depredada. Dois são menores. E a polícia tenta impedir que manifestantes bloqueiem a ponte que liga a ilha ao continente. Mesmo sem confrontos nas ruas, a situação em Florianópolis é tensa. Tropas da Polícia Militar estão em prontidão

na ponte Colombo Salles, que faz a ligação da ilha para o continente e é o principal alvo dos manifestantes, que há quatro dias tentam bloquear o trânsito no local e são impedidos. O protesto é contra o reajuste de 8,8% no valor da tarifa do transporte coletivo da capital catarinense. Hoje, o movimento ganhou o apoio de mães, parentes e amigos de 16 estudantes que estão presos no prédio da Central de Polícia desde ontem à noite, quando manifestantes depredaram o terminal central, agências bancárias e até o prédio histórico da Câmara de Vereadores, e se confrontaram com a polícia. As autoridades presentes na reunião dessa sexta-feira não tomaram decisões em relação à liberação ou não dos estudantes detidos. Por outro lado, formaram uma comissão que vai se reunir na próxima segunda-feira, no início da tarde na Câmara de Vereadores, para buscar uma alternativa definitiva em relação ao problema do transporte coletivo na cidade. Por enquanto, o poder público da capital catarinense não tem a menor idéia do que vai ser feito.

PROCURADOR DO MUNICÍPIO: Nós não temos as soluções ainda, como eu falei. Essa comissão vai se inteirar, se é possível a prefeitura ceder alguma coisa ou não”.

Section 0, Paragraph 7, 422 characters.

“BC: Estudantes fazem mais um protesto contra o aumento das passagens de ônibus em Uberlândia, Minas Gerais [imagem de policiais]. Foi o terceiro dia de manifestações dos estudantes, que protestam contra o aumento no preço das passagens de ônibus, que passou de R\$ 1,50 para R\$ 1,90. Ontem seis estudantes foram presos. Cinegrafistas e fotógrafos que cobriam a manifestação tiveram seus equipamentos destruídos pela polícia”.

Section 0, Paragraphs 8-11, 1042 characters.

“BC: O Ministério Público do Ceará denunciou 12 pessoas à Justiça. Elas são acusadas de envolvimento na morte de 30 pessoas nos últimos três anos. Uma cópia da denúncia foi entregue à Comissão de Direitos Humanos.

RE: Entre os indiciados estão empresários do ramo de segurança, policiais militares e ex-funcionários da farmácia. Os sete pedidos de prisão preventiva foram feitos pelo Ministério Público Estadual ainda na noite de quinta-feira, e estão sendo analisados pelo juiz Henrique Holanda, do segundo Tribunal do Júri. Os que tiveram solicitadas a prisão preventiva são o Major Hernani Castro, Capitão Cícero Henrique, Soldados Francisco Ronaldo Sales e Francisco das Chagas Silva, o ex-PM José Alves Filho, o empresário Augusto Matias e o vigilante José Valcacio Moura.

PROMOTOR: O Ministério Público fez a sua parte, agora é a vez do Judiciário.

PROCURADOR DE JUSTIÇA: A investigação também continua com relação ao desdobramento dessa quadrilha e mais homicídios. Isso tudo vai ser revisto para levantar a quantidade exata de vítimas”.

Section 0, Paragraphs 12-15, 1556 characters.

“BC: A chacina na Baixada Fluminense. Os onze PMs acusados de matar 29 pessoas em abril prestaram depoimento à Justiça.

RE: Os acusados chegaram ao fórum de Nova Iguaçu num ônibus da PM. Os interrogatórios duraram o dia todo. Cada policial foi ouvido separadamente. Parentes das vítimas da chacina fizeram um protesto cobrindo o rosto com máscaras [imagem das pessoas segurando faixas], em uma alusão aos grupos de extermínio. As investigações preliminares indicam que o motivo do massacre foi uma tentativa de desestabilizar os comandantes dos batalhões de Nova Iguaçu e Queimados, que vinham adotando medidas moralizadoras. Ontem, em depoimento à Comissão de Direitos Humanos da Assembléia do Rio, o comandante do batalhão de Caxias, Paulo César Lopes, disse acreditar que há um peixe graúdo por trás da chacina, mas não citou nomes. Hoje, o promotor do caso disse desconhecer a acusação.

PROMOTOR: Essa história de peixe graúdo sempre surge, né? Sempre se menciona, ‘ah, um peixe graúdo’, porque acho que é até uma sensação de que se vai chegar a algo mais. Eu gostaria muito, se isso existe, que chegue ao conhecimento da gente. Porque ninguém chegou até o momento e disse ‘olha, vou falar’.

BC: Fica difícil imaginar que policiais decidiram fazer uma chacina à toa. Algo os uniu nessa brutalidade. Pode ter sido uma ordem, medo de alguma coisa que fosse descoberta, ou mesmo tentativa de desestabilizar o comando. E mais, a maneira como eles agiram mostra a certeza da impunidade. É preciso, além da punição, saber o que e quem está atrás desse horror”.

Document ‘JR 04.06.2005’, 3 passages, 3162 characters.

Section 0, Paragraph 2, 796 characters.

“SL: Os protestos em Florianópolis. Depois de cinco dias de manifestações contra os aumentos nas tarifas dos ônibus, hoje foi um sábado calmo na capital catarinense. Na noite de ontem, o confronto entre estudantes e PMs espalhou-se de novo pelo centro da cidade. A ponte que liga a ilha ao continente era o objetivo dos manifestantes, que saíram em passeata e mais uma vez bloquearam a avenida Beira Mar – uma das principais de Florianópolis. Como nas quatro noites anteriores, a polícia impediu a passagem. Um pequeno grupo tentou invadir o terminal de integração do centro e houve confronto. A tropa de choque jogou bombas de efeito moral e balas de borracha para dispersar os estudantes. Carros e motos estacionados perto foram depredados. [imagens da manifestação, gritos de ‘violência não’]”.

Section 0, Paragraphs 10-11, 938 characters.

“SL: O cantor e compositor Lulu Santos escapa de um seqüestro relâmpago ontem à noite no Rio. O músico teve o carro roubado por dois homens armados quando saía de um estúdio no bairro do Jardim Botânico. O carro foi recuperado de madrugada na favela da Rocinha. Na delegacia, Lulu Santos fez um desabafo contra a violência, e contou que reagiu de forma instintiva mas inadequada.

LULU SANTOS: Eu abri a porta para tentar entregar o carro, aquela atitude... mas a pessoa queria que eu entrasse no carro no carona. Aí o pânico ali de ser levado me fez ficar completamente irracional. Ele me falou que ia me queimar e eu fiz a estupidez de dar as costas pra uma pessoa armada, mas naquele momento eu estava me evadindo. Antes você se perguntava se ia acontecer com você. Hoje em dia é uma questão de quando vai acontecer. Eu sou mais um carioca, mais um brasileiro urbano, porque em São Paulo isso também ocorre, vítima do... dessa violência”.

Section 0, Paragraphs 12-17, 1428 characters.

“SL: O governo paulista anunciou hoje os novos nomes de quem vai ocupar a presidência da Febem e a Ouvidoria da Polícia do estado. A reportagem é de Bianca Vasconcelos.

RE: O novo Ouvidor da Polícia de São Paulo é velho conhecido da polícia e não porque foi preso quatro vezes quando era líder estudantil. Antônio Funari foi advogado de presos políticos e delegado da Delegacia Regional do Trabalho. Foi presidente na Comissão de Justiça e Paz de São Paulo e conselheiro do CONDEP – Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Currículo extenso, o trabalho que o espera está acumulado há oitenta dias, o tempo que São Paulo ficou sem Ouvidor, desde que o último foi demitido depois de matar um homem em um acidente de carro.

RE: O que particularmente o atrai nessa função?

OUVIDOR: O desafio. O desafio, porque é uma tarefa espinhosa, sem dúvida nenhuma.

RE: Trabalho duro espera também a nova presidente da Febem, a Procuradora do Estado Berenice Gianela. Nos bastidores do Palácio dos Bandeirantes, o comentário é que ela entenderia bem de sistema carcerário. Ela já foi Corregedora-Geral do sistema penitenciário do estado e Secretária-Adjunta de Administração Penitenciária. Mas essa não seria a principal qualidade da nova presidente da Febem para o governador do estado de São Paulo, que a escolheu depois de 21 dias de indecisão.

ALCKMIN: Ela é uma mulher suave, pessoa afável, de bom trato, muito experiente”.

Document 'JR 05.10.2004', 1 passage, 64 characters.

Section 0, Paragraph 1, 64 characters.

"Traficantes aterrorizam degolando ou esquarterando suas vítimas".

Document 'JR 07.10.2004', 2 passages, 2634 characters.

Section 0, Paragraph 10, 723 characters.

"BC: A polícia encontra na região de Ribeirão Pires, na Grande São Paulo, o corpo da garota Emile de Souza, de dez anos, que estava desaparecida desde domingo. Emile é filha do candidato derrotado a vice-prefeito de Rio Grande da Serra, Nilson Gonçalves, do PL. Ela foi vista pela última vez no domingo, quando tomava água numa escola na cidade. Hoje a polícia encontrou o corpo da garota despido dentro de um buraco, numa região de mata atlântica. O homem que encontrou o corpo em Ribeirão Pires é amigo da família. O delegado responsável pelo caso acredita que pessoas conhecidas da família podem estar envolvidas com o crime, mas não descarta a hipótese de seqüestro, motivado por vingança, ou mesmo um caso de pedofilia".

Section 0, Paragraphs 11-15, 1911 characters.

"BC: A guerra do tráfico no Rio preocupa a Anistia Internacional. A entidade teme um banho de sangue na favela de Vigário Geral, onde vários moradores já foram expulsos de suas casas. Mas, para a polícia, o clima agora é de tranquilidade.

RE: A Polícia Militar empossou hoje oito novos comandantes de batalhão. É mais uma tentativa de diminuir a violência na cidade. Desde o fim de semana, o clima é tenso na favela de Vigário Geral, que foi invadida por traficantes de Parada de Lucas. Moradores e bandidos da facção rival foram expulsos. Na segunda-feira, esse grupo de vândalos protestou atacando um ônibus. Apesar do reforço na segurança, o clima ainda é tenso. Por enquanto, a decisão da polícia é não ocupar a favela de Vigário Geral. Segundo a PM, os moradores que foram expulsos, podem voltar para casa.

COMANDANTE BATALHÃO: As pessoas que não estão querendo voltar, não estão conseguindo voltar, se não voltarem é porque não querem. E as pessoas que estão inseguras devem ter algum motivo. Agora, a presença da polícia tem sido constante.

RE: Os moradores foram abrigados em uma creche da prefeitura na favela do 'Dique', próximo da Baixada Fluminense. Desde a invasão, quatro pessoas morreram, sete pessoas foram presas, entre elas dois menores. Hoje, a Anistia Internacional divulgou nota manifestando preocupação com a situação em Vigário Geral. A Anistia alerta para um possível banho de sangue caso as autoridades brasileiras não tomem providência.

BC: Só uma reforma profunda das polícias, com unificação, leis mais duras e que sejam verdadeiramente cumpridas, justiça mais rápida e presídios mais seguros, aplicação de penas alternativas, *et cetera, et cetera et cetera...* são condições mínimas para começarmos a defender as pessoas contra o avanço assustador da criminalidade. A omissão e a incompetência são as grandes molas mestras da falência do combate ao crime neste país. Isto é uma vergonha!"

Document 'JR 09.05.2005', 5 passages, 6881 characters.

Section 0, Paragraphs 2-7, 2222 characters.

"BC: Oito funcionários da Febem do Tatuapé em São Paulo foram presos. Eles estavam escondendo celulares para devolver aos internos depois da revista policial. A Febem determinou a imediata demissão dos oito. A polícia encontrou com os internos 20 celulares e 177 barras de ferro, além de espetos, facas e tesouras. A revista provocou mais uma vez um início de rebelião.

RE: Os adolescentes fizeram um princípio de rebelião logo depois da revista feita pela Polícia Militar e pela tropa de choque em todas as unidades do Complexo do Tatuapé, considerado o mais problemático de todos. Durante a movimentação da polícia, menores apareciam no telhado. Só na semana passada acontecerem duas rebeliões em São Paulo, e um terceiro motim, considerado oficialmente apenas um tumulto. Numa dessas rebeliões, três funcionários foram feitos reféns, e mais de 40 ficaram feridos. Desde o início do ano já ocorreram 24 rebeliões nas unidades da Febem. Até o dia 2 de junho, a instituição vai trocar de presidente. O atual, Alexandre de Moraes, vai assumir o Conselho Nacional de Justiça. Segundo o governo de São Paulo, muda o nome, mas não a filosofia.

ALCKMIN: O trabalho que está sendo feito não depende da pessoa. É uma filosofia que está sendo implantada: regionalização. A última grande unidade é Tatuapé.

RE: A destruição das grandes unidades começou em 1999, quando a Febem Imigrantes foi derrubada pelo governador Mário Covas. De lá para cá, a Febem esteve vinculada à Secretaria da Juventude, foi transferida para a Educação, e atualmente está na pasta da Justiça. Somente no governo Alckmin, o nome escolhido agora será o sexto da Febem.

VICE SEC. SIND. FUNCIONÁRIOS: Não temos mais essa esperança que vá mudar alguma coisa no gerenciamento, porque já passaram tantos presidentes e não se resolveu até hoje efetivamente o problema da fundação.

BC: E já se mudou tantas vezes a filosofia. São fatos graves, esses que nós assistimos, que não podem permanecer impunes. Esses funcionários, se confirmados os fatos, precisam ser punidos. Aliás, é urgente reformular os nossos códigos. Pelo menos, a Lei de Execuções Penais, cuja bondade

com o crime chega às raias do absurdo. A impunidade no Brasil tem sido a grande mola propulsora do crime”.

Section 0, Paragraphs 8-16, 2165 characters.

“BC: O torcedor do Corinthians espancado em São Bernardo em uma briga com são-paulinos perdeu o baço. Ele permanece em coma, e a polícia está identificando os torcedores que se envolveram no tumulto ontem no Pacaembu, quando o Corinthians perdeu de 5 a 1 para o São Paulo. A direção da torcida organizada disse que vai colaborar.

RE: O presidente da Gaviões da Fiel concorda que a imagem do torcedor agredindo um policial é comprometedora. O tumulto começou quando os torcedores começaram a invadir o campo. A maioria foi contida pela tropa de choque. O repórter Livio Lamarca estava no Pacaembu na hora da briga:

RE 2: É uma batalha campal, se transforma numa batalha campal!

RE: Alguns torcedores tentavam negociar: a PM não queria conversa e impedia que mais torcedores descessem. Para conter a multidão, o Choque contou com a ajuda da liderança da torcida organizada. A polícia já identificou alguns torcedores envolvidos. O Ministério Público vai receber a relação dos torcedores identificados pela Polícia Militar, e vai exigir que a Gaviões da Fiel cumpra um acordo firmado com os promotores: expulsar todos os que se envolverem em briga. Além disso, esses torcedores vão ser processados judicialmente. O presidente da Gaviões disse que já avisou à torcida que vai colaborar com a polícia na identificação.

PRES. GAVIÕES: Já falei pra eles, porque eu não faço testemunho falso não, porque eu não vou pra cadeia por causa de ninguém.

RE: O Promotor disse que a segurança aumentou nos estádios e no entorno, mas é difícil evitar os confrontos de torcidas.

PROMOTOR DA CIDADANIA: Nós não sabemos em que momento isso pode ocorrer, porque as torcidas são escoltadas até determinado ponto e depois são liberadas. E normalmente se encontram a 70, 80 km de distância do estádio.

RE: Em São Bernardo, antes do jogo, brigaram as torcidas Independente, do São Paulo, e Coringão Choque. Espancado com uma barra de ferro, o corintiano Aníbal Alves Junior, de 27 anos, sofreu traumatismo craniano. Foi levado ao hospital Heliópolis em estado de coma profundo.

BC: A única maneira é manter essas torcidas em jaulas nos estádios, e se possível fora delas. Que me perdoem os animais”.

Section 0, Paragraphs 21-27, 1032 characters.

“BC: Identificada agora à noite uma mulher suspeita de ter colocado veneno em pizzas em Petrolândia, Pernambuco. Segundo a polícia, ela tem 20 anos,

mora na zona rural, e foi namorada de uma das vítimas. Um pesticida foi a substância que envenenou as nove pessoas.

RE: Nove pessoas continuam internadas no Hospital Público de Pernambuco, vítimas do envenenamento de pizzas, ocorrido semana passada em Petrolândia, sertão do estado. O rapaz de 16 anos, para quem as pizzas foram mandadas junto com uma carta de amor, é o caso mais grave. Um instituto de criminalística analisou um pedaço de 40 gramas de uma pizza de calabresa, e concluiu que havia grande quantidade de pesticida.

DIR. POLÍCIA CIENTÍFICA: É um agrotóxico, é um pesticida, que é utilizado na zona rural.

RE: No início da tarde, três pessoas tiveram alta. Esta estudante disse que nem se lembra quando sentiu os primeiros sintomas.

ESTUDANTE: Quando eu fui acordar, eu já estava aqui no Recife.

RE: Quantos pedaços de pizza você comeu?

ESTUDANTE: Só o primeiro pedaço”.

Section 0, Paragraph 32, 118 characters.

“BC: Nove mil homens fazem a segurança da cúpula América do Sul – Países Árabes em Brasília. Preocupação com terrorismo”.

Section 0, Paragraphs 41-44, 1344 characters.

“BC: O síndico de um prédio de alto padrão em São Paulo é assassinado dentro da garagem do edifício. Amanhã haveria uma reunião do condomínio.

RE: Eram quase oito horas da manhã quando um casal viu o consultor de empresas Valter Miligo, de 66 anos, caído ao lado de seu Monza e avisou a portaria. Ele levou dois tiros, um na nuca e outro no tórax, quando se preparava para sair e correr no Ibirapuera como fazia diariamente. Nada foi roubado da vítima. Valter era síndico do prédio havia menos de dois meses, e desde então vinha recebendo bilhetes com ameaças. Na cena do crime, as pegadas do assassino, marcadas com sangue, desaparecem de repente a cerca de 20 metros do corpo da vítima. Para os investigadores, ou ele subiu num carro que já o aguardava, ou ele tirou os sapatos e escapou com os calçados nas mãos.

DELEGADO: Não houve roubo, aparentemente não saiu ninguém a pé, correndo, ou qualquer coisa que indicasse fuga. Então há possibilidade que seja alguém de dentro, ou morador ou funcionário, que tenha feito isso.

RE: O prédio tem cerca elétrica, portaria, guarita e portão eletrônico só acionado por controle remoto. Os funcionários dizem que além dos carros dos moradores ninguém entrou ou saiu da garagem hoje de manhã. As imagens desses carros, que foram registradas pelo circuito interno de segurança, já estão nas mãos da polícia”.

Document 'JR 10.05.2005', 3 passages, 3020 characters.

Section 0, Paragraphs 3-7, 1970 characters.

"BC: A Febem paulista demitiu esta tarde quase toda a direção do Complexo do Tatuapé. Apenas quatro diretores foram mantidos. Saem dez diretores de área e o diretor geral José Resende Filho. O motivo, segundo a Febem, é a falta de empenho da equipe na implementação de medidas pedagógicas e de disciplina, o que resultou numa série de rebeliões na unidade nos últimos dias. Os diretores demitidos disseram que não receberam verbas nem apoio político para atuar, e que a demissão é política. Segundo eles, a truculência está vencendo o pedagógico. A última rebelião no Tatuapé foi nessa madrugada, e deixou 14 feridos.

RE: A rebelião começou depois de uma fuga frustrada. Os adolescentes que escaparam por uma rede de esgoto foram recapturados. Houve quebra-quebra e alguns funcionários foram feitos reféns. A Polícia Militar usou bombas de gás. O confronto durou uma hora e terminou com 14 feridos – 11 menores e três agentes de segurança interna. Nessa manhã, funcionários da limpeza tentaram entrar na unidade 19, onde ficam os internos jurados de morte, mas não tiveram a permissão dos líderes. Apesar da aparência de tranquilidade, lá dentro tudo continua como antes. Segundo eles, as rebeliões sucessivas são reflexo de um quadro que se tornou permanente. Na prática, quem comanda a unidade da Febem em Tatuapé são os próprios internos. Esse funcionário, que faz parte da Comissão de Prevenção de Acidentes, preparou um relatório que será encaminhado à direção da Febem e ao Ministério Público. Ele diz que apesar das revistas os internos continuam armados.

FUNC. FEBEM: Eles estão armados com, além de estiletes, ferramentas. Tem muitos funcionários que estão com medo mesmo, pois não há condições de segurança, por isso eles não adentram.

RE: O governador Geraldo Alckmin anunciou que começa amanhã o processo de construção de 40 unidades pequenas.

ALCKMIN: Amanhã sai o edital, em 40 dias se não tiver nenhum problema jurídico, tudo contratado, obra, em 100 dias concluído".

Section 0, Paragraphs 8-11, 962 characters.

"BC: Uma jovem confessa à polícia de Petrolândia, em Pernambuco, que enviou pizzas envenenadas ao ex-namorado. Elisângela Marina de Araújo, de 21 anos, queria reatar o relacionamento, mas o jovem não concordou. As pizzas entregues numa escola envenenaram nove pessoas, entre alunos e funcionários.

RE: Ainda estão internados no Hospital da Restauração dois jovens vítimas das pizzas envenenadas com pesticida: Bruno Rudnick, de 19 anos, está

no Centro de Observação; Paulo Henrique Alves, de 16 anos, ainda está na UTI.

MÉDICO: Provavelmente, amanhã pela manhã ele deve estar tendo alta da UTI e passando para a enfermaria. Não é mais paciente grave, nem paciente de risco de óbito.

RE: Já está presa a mulher que envenenou as pizzas, é Elisângela de Araújo, de 21 anos, que confessou ter preparado tudo na própria casa, na zona rural de Petrolândia. Ela é ex-namorada de Cosme Alecsandro, e não de Paulo Henrique, como foi cogitado pela polícia no início do caso”.

Section 0, Paragraph 21, 88 characters.

“BC: Não houve incidentes na cúpula América do Sul – Países Árabes: questões de segurança”.

Document 'JR 11.05.2005', 5 passages, 7821 characters.

Section 0, Paragraphs 2-6, 2043 characters.

“BC: Fuga na Febem do Tatuapé em São Paulo depois de dois dias seguidos de rebelião. Quinze adolescentes saíram pelo esgoto, e escaparam nadando pelo Rio Tietê.

RE: Da rede de esgoto para o Rio Tietê, foi nadando que mais 15 adolescentes fugiram da Febem do Tatuapé na madrugada de hoje. Hoje à tarde cinco foram recapturados. A fuga aconteceu depois da demissão de 19 funcionários do complexo, 11 deles diretores. Oito agentes educacionais foram afastados por esconderem celulares e outros pertences dos internos durante a revista da tropa de choque. Uma ex-funcionária conta que foram obrigados a ajudar os adolescentes.

EX-FUNC.: Os meninos de repente me apareceram com um monte de armas, facas, pedaços de pau com prego na ponta. Nós fomos coagidas a pegar os objetos. No Palácio dos Bandeirantes, o governador e o Secretário de Justiça Alexandre de Moraes, que vai deixar a presidência da Febem para assumir uma vaga do Conselho Nacional de Justiça, mostraram as maquetes das unidades que serão construídas para substituir as unidades do Complexo do Tatuapé. Os prédios serão no interior, próximos das famílias dos internos. A capacidade é de 40 adolescentes. O governador Geraldo Alckmin disse que serão feitas outras mudanças. O governador afirmou que a sigla Febem será substituída por outra, ainda não decidida. Mas a filosofia pedagógica permanece, apesar de já terem ocorrido este ano 26 rebeliões, e até o estupro de uma funcionária, na Febem de Franco da Rocha.

ALCKMIN: Ninguém vai poder dizer ‘olha, nunca mais vai ter problema’. Mas eles serão muito menores. E terão uma repercussão ou um risco muito menor que nas grandes unidades.

BC: Do jeito que vai, a nova sigla é FEMAL. O novo presidente da Febem ainda não foi escolhido. O advogado Edio Silva Junior foi anunciado hoje como novo Secretário de Justiça de São Paulo. Mas ele não vai acumular o cargo de presidente da Febem, como seu antecessor. Edio Silva Junior é coordenador da Comissão de Direitos Humanos da Seccional Paulista da OAB, e um dos principais ativistas do movimento negro”.

Section 0, Paragraphs 7-8, 1000 characters.

“BC: Depois de 22 horas, terminou no início da tarde a rebelião na penitenciária de segurança máxima de Presidente Prudente, no interior de São Paulo. Os presos fizeram 22 reféns ontem no meio da tarde. Eles queriam transferência, e denunciavam maus-tratos. Os reféns foram libertados por volta da uma da tarde de hoje. Ninguém sofreu ferimentos graves. O fim da rebelião foi negociado com os presos pela pastoral carcerária, a coordenação regional dos presídios, o diretor da penitenciária, o juiz corregedor, e os promotores da Vara de Execuções Penais. A penitenciária tem capacidade para 540 pessoas, e abrigava 708 antes de ser destruída pela rebelião. Pelo menos oito presos foram transferidos para Presidente Bernardes, no regime diferenciado.

BC: As rebeliões nas penitenciárias e as revoltas na Febem, que dizem agora estar infiltrada pelo PCC, fazem parte do preocupante quadro da segurança pública em todo o país. Um quadro que exige competência e decisão, mas só tromba com uma enorme omissão”.

Section 0, Paragraphs 9-11, 1580 characters.

“BC: A polícia de São Paulo apresentou hoje uma quadrilha que roubava mansões nos bairros do Morumbi e Jardins. São seis maiores e quatro menores que usavam informações dos vigias de rua. Os policiais dizem que já identificaram três receptadores, mas nenhum deles foi preso até agora.

RE: A quadrilha que foi presa, segundo a polícia, assaltou pelo menos 30 mansões no Bairro do Morumbi, um dos mais ricos de São Paulo. Muros e grades altas, vigias, câmeras, cercas elétricas, cães ferozes, nada era empecilho para os ladrões que levavam relógios Rolex, celulares, *palm tops*, *notebooks* e tênis caros. Um menor, que também foi preso, jogava esfihas com chumbinho para matar os cães. A quadrilha estudava os horários das famílias, e atacava sempre bem cedo, pela manhã, quando saía a primeira pessoa. Depois, para encontrar dólares e jóias, engatilhava armas contra cabeças de crianças. Essa quadrilha foi descoberta quase por acaso por policiais do núcleo de proteção às escolas. Numa ronda, os policiais prenderam um dos ladrões com uma metralhadora. Os outros bandidos também tinham armas, drogas, e outros objetos roubados. Três deles tinham antecedentes criminais por homicídio e roubo. Chamou a atenção da polícia uma nota fiscal de compra de esfihas, usadas para matar os cães. Apesar de já terem

sido avisadas da prisão da quadrilha, a maioria das famílias não foi à polícia reconhecer os objetos roubados e recebê-los de volta.

DIR. DENARC: Nós temos aqui televisores na caixa, televisor de plasma na caixa. Nós temos jóias, nós temos 'objetos de valores', que as vítimas sequer vêm aqui".

Section 0, Paragraphs 12-17, 1748 characters.

"BC: A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprova o referendo sobre o comércio de armas de fogo. O projeto vai agora para votação em plenário. Em Goiás, entretanto, um Promotor de Justiça criou uma campanha contra o desarmamento.

RE: 'Entregue sua arma, o bandido agradece!' Essa frase está em vários painéis, espalhados por vários bairros de Goiânia. Além dos painéis, estão sendo distribuídos mais de 50.000 panfletos. O material faz parte de uma campanha, criada por este Promotor de Justiça, que é contra o desarmamento da população.

PROMOTOR: O criminoso terá certeza que o cidadão de bem está desarmado. O bandido vai invadir a sua fazenda, o seu sítio, a sua chácara, o seu comércio. E você não poderá fazer nada.

RE: A campanha, idealizada pelo Promotor de Justiça, está sendo financiada por comerciantes, empresários e produtores rurais. Mas apesar do movimento criado pelo promotor, os goianos mantêm a adesão à campanha do desarmamento. De julho do ano passado, quando a campanha foi lançada pelo governo, até agora, mais de 5.000 armas foram entregues aqui na sede da Polícia Federal em Goiás. O Secretário de Segurança Pública de Goiás é favorável à campanha do Governo Federal, mas pede maior fiscalização nas fronteiras.

SEC. SEG. GO: As armas para os bandidos passam por essas fronteiras, e cabe à União o dever de fechar essas fronteiras.

BC: Aliás, não precisava de referendo nenhum. O Congresso tem delegação popular pelo voto para tomar esse tipo de decisão e não precisar armar esse referendo, que vai custar um monte de dinheiro. Com respeito... com todo o respeito às opiniões contrárias, inclusive desse promotor, proibir a venda de armas é uma decisão cujo único defeito é ter demorado tanto".

Section 0, Paragraphs 18-20, 1450 characters.

"BC: Um americano acusado de tráfico internacional de crianças presta seu primeiro depoimento à Polícia Federal brasileira. Todd Burt foi preso ontem em Curitiba com um bebê de três meses. Também está presa a mãe do bebê, que teria vendido o filho para o americano. Segundo a polícia, Burt afirma que já tirou do Brasil pelo menos outra criança, há dois anos.

RE: É nessa casa que um bebê de três meses era mantido sob os cuidados de uma babá. A rua é tranqüila, num bairro residencial de Colombo, na região metropolitana de Curitiba. A babá, que teria sido contratada com um salário de 1.000 reais para cuidar da criança, teria feito uma denúncia à Vara da Infância, que solicitou a investigação. O americano James Todd Burt, de 33 anos, foi preso em flagrante quando recebia o menino das mãos da babá. Pouco tempo depois, a polícia prendia também a mãe da criança. De acordo com as investigações, o americano já teria recebido mais de 8.000 dólares de uma família americana pelo serviço. Em depoimento à Polícia Federal, o americano confessou que em 2003 já tirou uma criança do país. Assim como fez nesse caso que o levou à prisão, na época ele também registrou o bebê como filho. A mãe da criança continua presa e não teve o nome divulgado pela polícia.

BC: A Embaixada dos Estados Unidos já acionou a polícia americana. Pediu investigações sobre a criança traficada em 2003 e também sobre a família que receberia o bebê resgatado ontem em Curitiba”.

Document 'JR 11.10.2004', 4 passages, 7286 characters.

Section 0, Paragraphs 12-13, 1356 characters.

“BC: A polícia de São Paulo procura uma quadrilha envolvida em assassinatos e tráfico de diamantes, que agiria em São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A reportagem é de Celso Teixeira.

RE: Dois homicídios: um no Guarujá, outro em São Paulo. Quinze dias separaram os dois crimes, que segundo a polícia, foram praticados pelo mesmo grupo de assassinos. O geólogo húngaro Nicolau Ladislaw Arare foi morto do dia 28 de julho na casa em que morava em São Paulo, no Morumbi. O empresário Antônio Filho foi assassinado no calçadão da Praia de Pitangueiras, no Guarujá. Os dois eram sócios, e foram mortos com a mesma arma: uma pistola calibre 380. O empresário Ribeiro Filho e o geólogo especializado em pedras preciosas tinham cerca de 1.000 km² nos municípios de Aripoanã e Juína, no nordeste de Mato Grosso, de onde se extraem diamantes. Três policiais de Mato Grosso do Sul estão presos, acusados do crime. Eduardo Iga e Ezequiel Furtado, da Polícia Civil, que tinham se hospedado no *flat* vizinho ao do empresário no Guarujá, e o policial militar Nelson de Oliveira, dono da arma. Está foragido o pistoleiro Alberto Nogueira, o Betão. A empresa das vítimas tem sede em Cuiabá e passou para o nome de Belci de Souza e Naliá de Oliveira. Os dois estão com a prisão decretada, mas a polícia suspeita que eles sejam laranjas do verdadeiro mandante do crime”.

Section 0, Paragraphs 14-15, 1288 characters.

“BC: Cinco pessoas foram mortas a tiros na periferia de São Paulo. Entre as vítimas, está uma garota de nove anos. A chacina aconteceu ontem à noite. No momento do crime, doze pessoas estavam dentro do barraco na favela

Santa Inês, zona leste paulistana. Além da menina de nove anos, morreram no local três adolescentes e uma mulher de 41 anos. Duas vítimas foram levadas ao pronto-socorro. Uma delas foi medicada e liberada, a outra, uma garota de dez anos, continua internada em estado grave. A polícia suspeita do envolvimento de um homem, que já está sendo procurado. Ele teria praticado o crime como vingança pelo assassinato do filho. O rapaz teria namorado uma das moradoras do barraco, que não estava no local na hora da chacina. Segundo a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, foram registradas vinte chacinas na capital só este ano.

BC: Este provavelmente não é o caso, mas o pano de fundo das chacinas e de muitos homicídios, assassinatos, que ocorrem em São Paulo, no Rio, em todo o Brasil, são as drogas. Ou disputa de ponto de venda de droga ou a falta de pagamento. Como para drogas não há cartórios de protesto, o devedor paga mesmo com a vida. Enquanto isso, as drogas continuam campeando livremente em todo o país. A única coisa que muda é que aparecem drogas novas”.

Section 0, Paragraphs 16-21, 2621 characters.

“BC: O país perde um de seus maiores sertanistas, assassinado em Rondônia. Apoena Meirelles teria dito a amigos que se sentia perseguido. Ele trabalhava pela desativação dos garimpos nas terras dos índios cintas largas.

RE: O sertanista Apoena Meirelles tinha acabado de sacar dinheiro em caixa eletrônico no centro de Porto Velho quando um homem entrou na agência e anunciou o assalto. A funcionária da Funai Cleonice Alves Mansur, que acompanhava o sertanista, disse em depoimento que ele reagiu, levou três tiros e morreu. O assaltante, que já teve o retrato falado divulgado pela polícia, fugiu em uma bicicleta. De Rondônia, o corpo de Apoena veio para Brasília, onde foi velado na sede da Funai. Amanhã ele será enterrado no Rio. Índios xavantes renderam homenagens ao sertanista. A filha recordou uma previsão feita por Apoena.

FILHA: Meu pai sempre falou que queria morrer cedo. Ou de uma flechada, meu irmão falou isso, ou de uma bala no peito, trabalhando pelos índios, e foi assim que ele morreu.

RE: Apoena teve uma vida estreitamente ligada aos índios. O pai, Francisco Meirelles, também foi sertanista. Apoena nasceu numa aldeia xavante, no Mato Grosso. Dos xavantes ganhou o nome, em homenagem a um de seus líderes. Apoena foi presidente da Funai de 1985 a 86. No fim da década de 60, foi um dos primeiros brancos a manter contato com os índios cintas largas. Na década de 80 foi responsável pela demarcação da maioria das terras de Rondônia. Estava há dez dias em Porto Velho justamente com a missão de explicar aos cintas largas a decisão do governo de fechar o garimpo de diamantes na Reserva Roosevelt. Em abril, os índios mataram 29 garimpeiros na reserva. Na Funai, comenta-se que Apoena disse a

amigos, há alguns dias, que se sentia perseguido. O Ministério da Justiça quer urgência na investigação.

SEC. EXEC. MIN. JUSTIÇA: Nós queremos capturar esses delinquentes o mais rápido possível, a fim de que tenhamos então esse delito esclarecido de maneira definitiva.

RE: A Polícia Federal por enquanto apenas acompanha o caso, pois afirma não ter indícios de crime por encomenda. O comando das investigações está com a Polícia Civil de Rondônia.

BC: Esta tarde, a Polícia Civil de Rondônia tomou o depoimento de mais três testemunhas do assassinato de Apoena. São vigilantes do Banco do Brasil, onde o sertanista foi morto. Eles assistiram ao crime pelo monitor da câmera de segurança, e acionaram a polícia. Os vigilantes confirmaram o depoimento prestado por Cleonice Mansur, que estava com Apoena no momento do crime. A fita de vídeo ainda está sendo periciada no Instituto de Criminalística de Porto Velho”.

Section 0, Paragraphs 22-26, 2021 characters.

“BC: No Rio, oficiais da PM que trabalham na Casa de Custódia de Benfica podem estar envolvidos na fuga em massa que ocorreu na madrugada de ontem. Nove PMs já estão presos.

RE: Foi uma fuga trabalhosa. Primeiro, os presos abriram um buraco no teto e usaram uma corda improvisada para chegar ao pátio. Depois, com essa escada, chegaram a esta guarita. Finalmente, usando outra corda feita de lençóis, eles chegaram à rua. Não havia ninguém na guarita. Os dois soldados da PM que deveriam estar ali saíram momentos antes da fuga, e ainda deixaram no local um fuzil e uma pistola, que foram levados pelos fugitivos. Além dos PMs que deveriam estar nas guaritas, a Secretaria de Administração Penitenciária admite também o suposto envolvimento de outros policiais e até dos oficiais que estavam de plantão aqui na Casa na noite da fuga. Havia 33 PMs trabalhando... os dois que estavam na guarita e outros sete policiais estão cumprindo prisão administrativa nesse quartel.

SUB SEC. ADMIN. PENITENC.: Os indícios apontam para uma falha humana criminoso, quer dizer, alguém deixou de cumprir sua obrigação, mas criminosamente.

RE: Havia 105 detentos na Casa de Custódia, todos de baixa periculosidade, que seriam soltos em 70 dias. A polícia investiga uma possível explicação para fuga: os presos estariam ameaçados de morte por facções rivais dentro da cadeia. A Casa de Custódia de Benfica ganhou fama nacional depois da rebelião de maio, que deixou 31 mortos. Na semana passada, 82 presos fugiram de duas delegacias, na Baixada Fluminense e em Niterói.

BC: Você percebeu como essas fugas das cadeias brasileiras ocorrem quase toda semana; uma, duas. Daqui a pouco nem vai ser notícia mais. Nada, NADA será eficiente no combate ao crime se o país continuar com o atual

nível de corrupção policial. Isso se controla com uma melhor seleção dos policiais e com o fim da impunidade, que hoje corre solta. Não é possível que a linha de frente de combate ao crime, que são as polícias, estejam minadas pela corrupção. Isso é uma vergonha!”

Document 'JR 12.05.2005', 3 passages, 3564 characters.

Section 0, Paragraphs 2-3, 1016 characters.

“BC: Termina o seqüestro da mãe de Luís Fabiano, ex-atacante do São Paulo. Sandra Helena Clemente foi libertada hoje à tarde, e segundo a assessoria do jogador, ela passa bem. Sandra Clemente, de 45 anos, foi seqüestrada há 61 dias em Campinas, no interior de São Paulo. O cativo foi localizado esta tarde em Mairinque, na região de Sorocaba. Nenhum seqüestrador foi preso. Luís Fabiano atualmente é jogador do Porto, de Portugal. O seqüestro de mães de jogadores está se tornando corriqueiro. Começou com a mãe do atacante Robinho, do Santos, no final do ano passado. A mãe de Grafitte, do São Paulo, e de Rogério, atualmente em Portugal, também foram seqüestradas, e depois libertadas. A mãe de mais um jogador de futebol, que não quer o caso divulgado, continua em poder de seqüestradores.

BC: A Secretaria de Segurança Pública informa que atualmente cinco pessoas estão em poder de seqüestradores no estado de São Paulo. A Rede Record não noticia seqüestro, e a pedido das famílias, para preservar a vida das vítimas”.

Section 0, Paragraphs 4-8, 1421 characters.

“BC: Três pessoas são flagradas com drogas sintéticas em São Paulo. Dois são estudantes universitários, e pela primeira vez a polícia põe a mão na chamada cápsula do medo.

RE: Foi a primeira apreensão da chamada cápsula do medo, que provoca 80 horas de alucinações, mais de três dias. É uma droga sintética trazida da Inglaterra e da Holanda. Segundo a polícia, a cápsula do medo vem sendo vendida em festas *rave*, por um preço que varia entre 200 e 500 reais cada cápsula. Essas cápsulas que foram apreendidas foram encontradas dentro de um armário, na cozinha de um centro acadêmico dessa universidade. Mário Henrique Paiva Pacciolo, de 28 anos, estudante de Odontologia, e Floriano Fonseca Filho, comerciante, de 30 anos, foram presos em flagrante, acusados de tráfico e associação para o tráfico. Outro universitário, que não teve o nome divulgado, foi autuado por porte de entorpecente.

DIR. DENARC: O perfil do traficante de droga sintética é um indivíduo de 17 a 25 anos, universitário, normalmente de uma classe econômica definida, ou seja, uma classe média alta e classe alta.

RE: A polícia já prendeu, só esse ano, 153 traficantes que traziam drogas sintéticas da Europa para o Brasil, numa inversão da rota tradicional do tráfico.

BC: Em nota à imprensa, a UNIP realça que o caso ocorreu em dependência externa à universidade, em imóvel alugado pelo centro acadêmico, que é unidade jurídica independente da escola”.

Section 0, Paragraphs 33-35, 1127 characters.

“BC: A Febem de São Paulo pune os adolescentes que se rebelaram no Complexo do Tatuapé. Eles vão ficar trancados por até trinta dias.

RE: Um dia depois que 15 adolescentes fugiram a nado pelo Rio Tietê, a Febem de Tatuapé colocou todos os internos em quartos trancados, sem direito a banho de sol ou atividades pedagógicas; eles poderão ficar nos aposentos até trinta dias. Com uma câmera escondida, um funcionário registrou essa manhã imagens do pátio. Nenhum interno aparece caminhando. A tropa de choque permanece na Febem, mas segundo a fundação só entra nas unidades em caso de rebelião ou revista. Na Assembléia Legislativa os ex-diretores do Complexo do Tatuapé se reuniram com a Comissão dos Direitos Humanos, e entregaram este documento para os deputados. No texto, dizem que sofreram boicotes de setores truculentos que ainda atuam na Febem. Segundo eles, uma certa linha-dura venceu o conflito que existia na fundação.

EX-DIR. PEDAG. FEBEM: O confinamento generalizado é sem dúvida um equívoco brutal. Muitos deles não participaram sequer das rebeliões. Sem dúvida nenhuma, o jovem embrutecido sairá pior do que entrou”.

Document 'JR 13.05.2005', 6 passages, 6302 characters.

Section 0, Paragraphs 3-6, 1789 characters.

“RE: Um dia depois de libertar a mãe do jogador Luís Fabiano, a polícia voltou ao cativeiro na zona rural de Mairink, a 60 km de São Paulo. A casa de campo onde Sandra Clemente passou 61 dias é ampla, tem piscina e churrasqueira. Na geladeira havia sobras de comida e pratos sujos. A seqüestrada dormia numa espuma no chão de um quarto com a janela permanentemente trancada. As refeições e lanches ela também fazia no chão. A água era armazenada num balde. Sandra permanecia nesse cômodo, já o responsável pelo cativeiro ocupava o quarto ao lado, onde a polícia encontrou óleo para banho relaxante, e esse jornal, que mostra que ele gostava de futebol, tanto que anotou numa tabela o resultado de todos os jogos. Ontem, num descuido do vigilante, ela conseguiu sair. Do quintal, gritou que era mãe de Luís Fabiano antes do seqüestrador agarrá-la e espancá-la, segundo o delegado de Mairinque. Mas uma pessoa viu e ligou para a polícia. Duas horas depois o cativeiro foi estourado. O seqüestrador fugiu pela mata, sem tempo até de levar a arma. Quando chegou à delegacia, Sandra ainda apresentava bastante nervosismo. O irmão falou em nome da família, contou que os seqüestradores fizeram cinco contatos. Pediram ora um milhão de dólares, ora um milhão de reais. Sandra não ficava

amarrada a não ser nas fotos enviadas para a família. Ao lembrar, o irmão se emocionou.

TIO DE LUÍS FABIANO: Você me desculpe, mas é sessenta dias. É uma emoção, estou extravasando aí, acho que vai demorar alguns dias para eu poder...

RE: Na casa de Sandra, em Campinas, hoje ninguém apareceu. De Portugal, onde defende o time do Porto, Luís Fabiano falou pelo telefone.

LUÍS FABIANO: Não dá para descrever a felicidade e a emoção que fica depois de dois meses. Só quem passa sabe o quanto que é difícil viver com isso”.

Section 0, Paragraphs 7-11, 1239 characters.

“BC: A polícia de Santos, no litoral paulista, apresentou hoje o homem acusado de roubar e estuprar dentistas dentro dos consultórios. Ele deveria estar cumprindo prisão-albergue, condenado por outros roubos.

RE: José Carlos Queiroz Filho, de 30 anos, foi preso em Sorocaba, interior de São Paulo, em 25 de abril. Ele é acusado de ter praticado quatro roubos a consultórios dentários em Santos e São Vicente. E teria estuprado duas vítimas. Ele estava na Penitenciária de Bauru, cumpria pena de prisão-albergue de 24 anos por ter feito vários roubos. Ele também tem mais passagens pela polícia por estupro. José Carlos foi reconhecido por sete testemunhas. Durante um estupro, ele deixou cair uma nota fiscal de uma faca que ameaçava as vítimas.

DELEGADO: A faca está sendo submetida à perícia, então ela não está aqui, mas as vítimas poderão reconhecer a faca. Durante a apresentação, ele negou ter cometido os crimes, culpou a Justiça por ter sido beneficiado com a prisão-albergue.

ACUSADO: Não tava preparado, eu tava continuando usando drogas, fumando maconha. É a palavra delas contra a minha, né?... Eu sou inocente.

RE: José Carlos deve ficar preso na região durante o inquérito. Depois, vai ser encaminhado para Bauru, no interior de São Paulo”.

Section 0, Paragraphs 12-13, 1397 characters.

“BC: A insegurança continua em todo o país. Turistas ingleses foram assaltados e agredidos na saída de uma casa de shows na Baixada Fluminense. Um dos rapazes permanece hospitalizado.

RE: Os dois turistas ingleses, de origem indiana, saíram dessa casa de shows na Baixada Fluminense por volta das quatro horas da manhã. Eles estavam sozinhos, e foram aconselhados a pegar uma *van*, e não um táxi, para voltar ao hotel em Ipanema, onde estão hospedados desde a última terça-feira. No meio do caminho, o motorista e o auxiliar da *van*, armados com uma

faca e uma chave de roda, anunciaram o assalto. Os turistas reagiram, foram agredidos e abandonados perto da via Dutra. Ficaram sem a máquina fotográfica e 120 reais. Eles foram levados para este hospital estadual, no subúrbio da cidade. (Timmy Ahula) de 31 anos, com fratura no maxilar, se recusou a fazer uma cirurgia aqui no hospital Getúlio Vargas. Os médicos então decidiram mantê-lo internado até que ele pudesse ser transferido pra um hospital particular. O amigo dele (Frank Ghants), de 25 anos, com ferimentos na cabeça e escoriações pelo corpo, foi liberado no início da tarde. Os dois trabalhariam para uma empresa de consultoria de informática inglesa que tem escritório no Rio. Um funcionário da empresa levou Frank para o hotel. A delegacia de atendimento ao turista vai ouvir os dois ingleses para tentar fazer o retrato falado dos assaltantes”.

Section 0, Paragraph 14, 318 characters.

“RE: Um grupo de funcionários da Febem protestou diante do Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo. Os 18 agentes da Febem que foram presos, acusados de espancar internos, foram libertados. A justiça considerou as declarações de testemunhas e vítimas para manter as prisões. O sindicato quer que eles sejam recontratados”.

Section 0, Paragraph 35, 595 characters.

“BC: Essa notícia é simples, mas muito importante pra enfrentar o crime organizado no Brasil: combate à máfia. Na segunda-feira em Brasília será assinado um acordo de cooperação entre a Procuradoria-Geral da República e a Procuradoria Nacional Anti-Máfia da Itália. O objetivo é manter tanto a troca direta de informações na luta contra o crime organizado internacional. O foco, veja só, está centrado no combate ao tráfico de drogas, de órgãos de seres humanos, além de sequestros e de lavagem de dinheiro. Importante esse acordo que reúne promotores do Brasil, procuradores do Brasil e da Itália”.

Section 0, Paragraphs 37-39, 964 characters.

“BC: Um assassino em série é executado numa prisão no estado americano de Connecticut. Ele recebeu uma injeção letal. Michel Ross, de 45 anos, confessou ter assassinado oito mulheres nos anos 80. Passou 18 anos no corredor da morte. No ano passado, desistiu de todas as tentativas de apelação. Afirmou desejar que sua morte servisse como um ponto final do sofrimento das famílias das vítimas. A execução de Ross foi a primeira em 45 anos no estado americano de Connecticut, e provocou um grande debate no nordeste americano, onde é rara a aplicação da penal capital. A maior parte das execuções acontece nos estados do sul dos Estados Unidos.

BC: Há gente que insiste na pena de morte aqui no Brasil. Trata-se de um instrumento de mera vingança e que se mostra ineficiente na luta contra o

crime. Melhor para os criminosos de alta periculosidade é a prisão perpétua, com possíveis revisões periódicas da pena.

Document 'JR 13.09.04', 4 passages, 4753 characters.

Section 0, Paragraph 5, 1004 characters.

“BC: Morre no hospital mais uma vítima dos ataques a moradores de rua na cidade. A polícia de São Paulo diz ter o nome de dois suspeitos pelos sete assassinatos. Os dois homens, cujas identidades não foram reveladas, podem ser presos a qualquer momento. Foram mais dois ataques a moradores de rua de São Paulo no fim de semana. O mais grave, ontem, causou uma morte na periferia da cidade. O homem foi morto a pauladas, e depois foi queimado nesse terreno baldio. A polícia tenta identificar o responsável pelo ataque de sábado em outra região da cidade. A agressão foi filmada pelas câmeras de segurança de um prédio vizinho. O homem espancado está se recuperando no hospital. Com a morte hoje de um homem hospitalizado na Santa Casa, subiu para sete o número de moradores de rua assassinados a pauladas em São Paulo. A série de ataques no mês passado deixou dez feridos. A polícia divulgou o retrato falado de dois homens que, segundo testemunhas, trabalhavam como seguranças particulares na região central da cidade”.

Section 0, Paragraph 6, 755 characters.

“BC: Está no presídio em Carombé, em Cuiabá, o homem acusado de matar nove pessoas. Anestor Bezerra de Lima teria matado oito taxistas e um pedreiro. O pedreiro também teria morrido por causa de um carro. As vítimas eram de diferentes cidades de Minas, São Paulo e Rondônia. Anestor foi preso sexta-feira em Coniza, Mato Grosso. Ameaçado de linchamento, foi levado a Juiúna e ontem levado a Cuiabá. Ele estava armado e levava roupas e documentos de vítimas. No depoimento, admitiu ter matado apenas um taxista em Rondônia, alegando que tentava se defender de um assalto. Os carros da maior parte das vítimas não foram encontrados, nem todos os corpos. Segundo a polícia, Anestor tem 250 mil reais no banco. A polícia investiga se ele cometia crimes por encomenda”.

Section 0, Paragraphs 7-10, 817 characters.

“BC: No Rio, assaltantes e policiais trocaram tiros no Bairro da Tijuca, um dos mais movimentados da zona norte da cidade. Os bandidos tinham acabado de assaltar vários motoristas.

RE: O arrastão foi às sete horas da manhã. Depois de bloquearem a rua com esse carro roubado, os quatro assaltantes começaram a render os motoristas presos no engarrafamento. Pelo menos dez pessoas foram depenadas em minutos.

ANÔNIMO: Saíram pedindo bolsa, ouro, relógio, celular. Um ficou em pé no carro, apontando a arma pro motorista, e dois ficaram passando pelos carros, pegando o que tivesse.

RE: Na fuga, os bandidos trocaram tiros com uma patrulha da PM. Uma grana chegou a ser lançada contra os policiais, mas não explodiu porque ainda estava com o pino de segurança. Dois assaltantes foram presos, e os outros dois conseguiram fugir”.

Section 0, Paragraphs 11-14, 2177 characters.

“BC: A Ordem dos Advogados do Brasil quer reformular a Lei dos Crimes Hediondos para revogar as penas diferenciadas. A proposta também é defendida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim.

RE: A revogação da Lei dos Crimes Hediondos foi aprovada por unanimidade pelo Conselho da OAB. A principal crítica da OAB é em relação à ausência de um sistema progressivo para a aplicação das penas. Para a entidade, uma falsificação de cosméticos, por exemplo, não pode ser equiparada à falsificação de medicamentos, que tem pena de dez anos de reclusão. Os advogados defendem ainda que seja retirada da lei a proibição para a concessão de liberdade provisória. O ministro Nelson Jobim, que participou da reunião do Conselho para fazer um diagnóstico do sistema judiciário, também defendeu as penas diferenciadas.

NELSON JOBIM: Temos que trabalhar no sentido de verificar e distinguir o crime hediondo ao crime de especial gravidade; eu tiraria essa palavra crime hediondo, chamaria de crimes de especial gravidade, dos crimes comuns. E dar um tratamento penitenciário distinto para um e para outro.

BC: Claro que a lei pode ser aperfeiçoada, mas pelo jeito o que querem é acabar com a lei. Não é verdade que a lei dos crimes hediondos não permite que o cara saia antes de acabar a pena dele, que o criminoso saia antes de acabar a pena dele. Na verdade, ele tem direito à liberdade condicional. É preciso tomar cuidado, não é tão severa assim a pena, não. Olha, desses estudos que vocês viram aí deveriam também participar entidades de juízes e do Ministério Público. Por que só advogados de defesa? O fato é o seguinte: preparam-se alterações na lei para facilitar a vida dos criminosos. A criminalidade continua crescendo e o cumprimento da pena tem sido cada vez mais facilitado. Basta olhar para trás aí, os últimos 15, 20 anos. O único agravamento de pena, o ÚNICO, foi o dos crimes hediondos, que agora querem revogar sob os mais diversos pretextos. O governo quer liquidar com tudo isso para liberar lugar nas cadeias, porque não consegue construir mais cadeias. Enquanto isso, inocentes morrem nas mãos dos bandidos e a vida deles vai sendo cada vez mais facilitada”.

Document 'JR 14.05.2005', 3 passages, 6047 characters.

Section 0, Paragraphs 2-3, 1978 characters.

“SL: A polícia do Rio ainda não tem pistas dos dois homens que tentaram assaltar a mulher do Ministro Gilberto Gil. Flora Gil e a irmã viveram momentos de pânico na noite de ontem, quando os bandidos dispararam 16 tiros contra o carro em que elas estavam. Em nota hoje à tarde, Flora Gil disse que passou por momentos de extrema tensão, mas manteve a fé. E que violência é um problema do mundo, e não apenas do Rio de Janeiro.

RE: A tentativa de assalto aconteceu no começo da noite, nessa esquina movimentada no bairro de Botafogo, zona sul do Rio. Flora Gil e a irmã Fátima Giordano entravam no carro quando perceberam um assalto. [reconstituição com imagens estáticas] Rapidamente, Fátima fechou a porta, prendendo três dedos da mão do assaltante. Ele atirou na direção do vidro do carro, que era blindado. Sem saber que o assaltante estava preso ao automóvel, a irmã de Flora, Fátima, tentou sair com o carro. Nesse momento, o assaltante fez vários disparos, até acabar a munição. Foi aí que Fátima percebeu a mão do assaltante na porta. Ele pediu que Fátima abrisse a porta, e jogou a arma fora. Desesperada, Flora saiu do carro para pedir ajuda. Nesse momento, Fátima percebeu a presença de um segundo assaltante, que dava cobertura numa motocicleta. O assaltante preso ao carro pediu que ele atirasse contra o veículo, e foram feitos mais disparos até acabar a munição. Escondida atrás de uma banca de jornal, Flora acionou a polícia. O motoqueiro fugiu. Um homem não identificado agarrou o bandido pelas costas, e o imobilizou por alguns segundos, mas o assaltante se soltou e conseguiu fugir antes da chegada da polícia. As duas irmãs não se feriram. Antes do assalto, Flora chegou a se comunicar com o marido, o Ministro da Cultura Gilberto Gil, que está em Angola. O carro, guardado na garagem do prédio onde mora a família, revela a violência da ação: foram 16 tiros na lataria, vidros e pneus. A mulher e a cunhada do ministro prestaram depoimento na delegacia ontem mesmo”.

Section 0, Paragraphs 4-9, 1812 characters.

“SL: A polícia do Espírito Santo prendeu ontem dois acusados de matar um casal e seu filho num jogo de RPG.

RE: No RPG, os personagens dos livros e revistas ganham vida na figura dos jogadores. O jogo, que terminou com a morte da família Guedes em Guarapari, região sul do Espírito Santo, os participantes optaram por uma fase conhecida como 'life' ou vida. O preço para o perdedor é a morte.

DELEGADO: O Tiago acabou perdendo, e com isso a aposta foi efetivada.

RE: A execução da corretora de imóveis, Heloísa Andrade Guedes e do aposentado da Vale do Rio Doce Douglas Augusto Guedes, pais do universitário Tiago Guedes, que no jogo fazia o papel de um policial, foi definida ao longo da partida de RPG, que durou aproximadamente cinco horas. A

ação dos assassinos confessos, Ronald Ribeiro Rodrigues e Maiderson de Vargas Mendes, foi acompanhada pelo universitário.

DELEGADO: O pai foi amarrado, a mãe também teve as mãos atadas com fita adesiva, eles ministraram um comprimido, um sonífero, um comprimido de tarja preta, e depois que eles dormiram, executaram pai e a mãe de Tiago. E por último, o Tiago.

RE: Os três foram localizados mortos nessa casa, localizada na praia do morro no município de Guarapari. A polícia começou a desconfiar que a família Guedes tinha sido vítima de uma trama macabra após encontrar na cena do crime revistas de RPG, e um bilhete escrito por Tiago e endereçado a Mardison. Na casa onde a família morava, Mardison e Ronald levaram um computador e um celular. Da conta bancária de Tiago, os dois sacaram 4.260 reais. Os assassinos confessos estão detidos no Departamento de Polícia Judiciária de Guarapari. A polícia capixaba pretende fazer uma reconstituição do crime. Mardison e Ronald vão responder por homicídio qualificado e roubo. Os acusados podem pegar até 30 anos de prisão”.

Section 0, Paragraphs 26-32, 2257 characters.

“SL: Segredo de justiça. Muitos processos da área criminal e cível têm suas informações preservadas. É uma forma de resguardar o acusado enquanto o inquérito não é concluído.

RE: Em Campinas, três jovens estão presos acusados de estuprar uma colega de faculdade. Em São Paulo, esses dois rapazes também foram acusados de estupro. Casos semelhantes. A diferença está no acesso às informações. O primeiro corre em segredo de justiça, a pedido do advogado da vítima. O outro não, por isso fotos e detalhes do inquérito estão nos jornais.

PRES. TRIB. ÉTICA OAB SP: Há um risco quando você divulga o rosto de um criminoso – e suposto criminoso, porque até então não há nenhuma sentença o condenando – e amanhã você tem que responder por isso.

RE: O segredo de justiça é uma proteção que se estabelece nos processos cíveis e criminais, impedindo a divulgação de informações. Após a decretação, os fatos do processo não podem se tornar públicos. Promotores e advogados podem pedir o segredo de justiça, e quem decreta é o juiz.

PRES. TRIB. ÉTICA OAB SP: Fato a repercussão que esse fato possa ter, e até mesmo em razão da segurança do cidadão, o juiz pode decretar o segredo de justiça no processo-crime.

RE: Em algumas situações, a decretação do segredo de justiça é automática, prevista em lei: na área criminal, em investigações que envolvem entorpecentes; na área cível, sempre que se tratar da relação de estado das pessoas, como, por exemplo, casos de separação, divórcio, pensão e guarda de filhos. Em ações civis públicas e de improbidade administrativa o juiz também pode decretar o segredo de justiça quando julgar que há interesse

público. A revogação do segredo de justiça também é possível. Há um ano, o casal Luiz Carlos Rugai e Alessandra Troitino foi assassinado em São Paulo. O filho de Luiz Carlos, Gil Rugai, está preso pelo crime. A justiça ainda não decidiu se ele vai a júri popular. Este é um processo que corre em segredo de justiça, a pedido do advogado de Gil. Agora, a promotora do caso tenta derrubá-lo.

PROMOTORA: Todas as provas já foram colhidas, não existe nenhuma, em nenhum momento houve uma perturbação dessas provas, uma vez que houve segredo de justiça, e nós acreditamos que a sociedade deve ser informada sobre a verdade dos fatos”.

Document 'JR 15.09.2004', 3 passages, 6076 characters.

Section 0, Paragraphs 1-5, 1750 characters.

“BC: O Secretário de Segurança Pública de São Paulo prometeu que até o fim da semana os assassinatos e agressões contra moradores de rua vão ser esclarecidos. E surpreendeu, ao anunciar punição a qualquer funcionário público envolvido no crime.

SEC. SEG. SP: Quem tiver envolvido vai ser preso. Se tiver cargo público vai ser mandado pra rua. Seja do estado, do município, da União, seja quem for.

RE: Desde ontem, dois policiais militares estão presos administrativamente na Corregedoria. Um deles foi reconhecido através de uma fotografia por uma das vítimas. Eles são chefes de um esquema de segurança clandestino no centro da cidade. O terceiro homem, também ligado ao esquema, foi reconhecido. Ele seria parente de um guarda civil metropolitano. A investigação considera que há outros envolvidos. Mas até o início da noite nem polícia e nem o Ministério Público tinham pedido à Justiça a decretação de prisão temporária de qualquer dos suspeitos. No total foram sete moradores de rua mortos e oito feridos, que estão internados com proteção. A polícia trabalha com a hipótese que o ataque teria alvos específicos, e as outras agressões e assassinatos seriam uma forma de esconder o verdadeiro objetivo.

REP. PASTORAL: Poderia se querer atingir alguém, ou porque tinha mais informações, ou porque estava envolvido muito mais nesse submundo, nessas relações desse mundo subterrâneo.

BC: Se a suspeita sobre esses dois PMs for confirmada, as coisas se colocam de maneira extremamente grave. Fica difícil imaginar: que policiais cometeriam esses crimes se não estivessem ligados, integrados ou a serviço de um esquema muito mais amplo, perigosamente criminoso? Além disso, é claro, estariam atuando em sentido oposto a seu dever de proteger a população”.

Section 0, Paragraphs 6-21, 2192 characters.

“BC: No Rio, a polícia prende dez pessoas acusadas de integrar uma quadrilha que vendia armas e drogas. O esquema era comandado de dentro dos presídios da cidade.

RE: Segundo a polícia, a taxista Leda Lema usava o carro para levar armas e drogas para quadrilhas na zona sul e no subúrbio. A venda de maconha na zona sul era feita pela comerciante Silvana Rossi, e pela estudante de Direito Cristiana Quinhões, pelo esquema de Disque-Drogas, venda por telefone. A droga também era repassada para outros traficantes que atuavam no centro da cidade. As investigações começaram há quatro meses. Escutas telefônicas, feitas com a autorização da polícia revelaram todo o esquema operacional da quadrilha, que possuía ligação com os morros da cidade e com traficantes presos em unidades do estado. Um traficante preso em Bangu 4 conversa com Leda sobre a qualidade da droga e as vendas dentro do presídio.

LEDA: Como é que a gente vai resolver essa questão aí?

CHICO: Não, aqui só vendeu trezentos reais, por isso eu não mandei, entendeu?

RE: Essas imagens feitas pela polícia mostram Silvana entregando maconha a uma cliente. Ela sai do prédio onde mora no bairro do Leblon, a duas quadras da praia. Nessa conversa, a cliente aprova a qualidade da droga, que na conversa é chamada de biquíni.

CLIENTE: Olha, experimentei o biquíni e ficou lindo. Tem outra, será que você teria mais do mesmo modelo?

LEDA: Arrã.

RE: A quadrilha negocia também armas pesadas, como fuzis 762 e AK.
[imagem: Zaca liga para outro traficante (BETO), negociando munição calibre 45 e um fuzil, que ele chama de setemeiota (calibre 762). Beto oferece um fuzil AK em troca.]

ZACA: Falou que tem setemeiota lá.

BETO: Quanto?

ZACA: 14 barão.

BETO: Trocar uma AK e eu dou um dinheiro de volta.

RE: A polícia apreendeu armas, drogas e celulares, e acredita que o esquema envolve mais de 40 pessoas.

DELEGADO: Tudo está interligado, né? O tráfico do asfalto, com o tráfico nas favelas, o uso interno no sistema prisional.

BC: Isso não acontece à toa não, não são eles sozinhos não. Esse esquema é mais amplo e deve reunir gente de dentro das cadeias. Porque não dá para trabalhar com tanta liberdade se não tiver auxílio interno forte”.

Section 0, Paragraphs 22-26, 2134 characters.

“BC: Imagens exclusivas: você vai assistir agora à prisão do chefe de uma quadrilha de motoqueiros que roubava relógios importados na saída dos aeroportos de São Paulo. E também flagrantes de uma outra quadrilha formada de peruanos que furta passageiros no Aeroporto Internacional de Guarulhos. A reportagem é de Bianca Vasconcelos.

RE: Encostado no balcão, ele não sabe que dois policiais estão prestes a prendê-lo. Ao deixar a lanchonete, no desembarque internacional, os policiais se aproximam e dão voz de prisão. Discreto, Drac, como é conhecido, que já foi preso por roubo, porte ilegal de armas e receptação, pergunta qual é o motivo dessa vez. Roubo de relógios Rolex, dizem, ao mesmo tempo em que fazem a revista. Eles não param. O celular de Drac toca. São os motoqueiros perguntando o que houve. Os motoqueiros estavam a poucos quilômetros do aeroporto, numa rodovia, esperando uma informação de Drac: o número do táxi, que levava o passageiro que chegava do exterior com o Rolex no pulso, valendo cerca de 30 mil reais. Quarenta e um motoristas de Cumbica tiveram o desprazer de ver como os motoqueiros orientados por Drac agiam. Esse, não quis mostrar o rosto.

TAXISTA: Vinha uma moto preta com dois cidadão moreno em cima dela. Um pilotando e o outro com a arma na mão.

RE: Com a quebra do sigilo do celular de Drac, a polícia tenta identificar os motoqueiros. Enquanto isso, os furtos praticados por peruanos tiram o sossego dos policiais. São mais de cem, presos em flagrante. Bem vestido, ele costuma abordar o passageiro distraído, aquele que dá as costas para a bagagem. A parceira faz a retaguarda e em 16 segundos o *laptop* desaparece do carrinho. Alguns foram flagrados mais de uma vez, como Juliana Donai, Esteban Gabarito e James Antoni. Eles tentam mudar a aparência para não serem identificados. Tingem os cabelos, passam a usar óculos. Nunca usam armas, mas vivem driblando a polícia. Caso de Carlos Espinal, preso em flagrante oito vezes, conseguiu fugir e hoje é procurado em quatro países da Europa. À polícia resta uma recomendação:

DELEGADO: Esperamos que o passageiro esteja mais atento, colaborando assim com a polícia”.

Document 'JR 16.05.2005', 3 passages, 3002 characters.

Section 0, Paragraph 8, 164 characters.

BC: Um garoto de 15 anos pega o carro de seu pai, capota, e no acidente morre seu irmão o irmão que dirigia fugiu, deixando o irmão mais novo preso nas engrenagens.

Section 0, Paragraphs 16-20, 1147 characters.

“BC: O Ministério Público e a Direção Anti-Máfia da Itália vão trabalhar juntos no combate ao crime organizado. O protocolo foi assinado em Brasília.

RE: O documento assinado hoje autoriza a troca de informações, trocas e experiências entre o Ministério Público Nacional e a Direção Nacional Anti-Máfia da Itália. O objetivo é combater o crime organizado, como lavagem de dinheiro, tráfico de entorpecentes e de seres humanos, sem burocracia. O intercâmbio de informações poderá ser feito diretamente sem os canais diplomáticos. O Embaixador da Itália enfatizou a necessidade de trocas de informações dentro do Brasil para que as investigações de fato funcionem.

EMBAIX. ITÁLIA: Nós percebemos, do nosso ponto de vista, a necessidade de que as próprias informações a nível estadual sejam talvez acrescentadas.

RE: O Procurador-Geral reconheceu a dificuldade na troca de informações entre as polícias estaduais e federal. Mas a maior preocupação de Fontelles é a possibilidade do Ministério Público perder o poder de investigar. A questão foi levantada no Supremo Tribunal Federal pelo Deputado Remi Clintia, do PL do Maranhão.

BC: Será uma pena mesmo”.

Section 0, Paragraphs 21-26, 1691 characters.

“BC: Panfletos neonazistas são apreendidos em universidades do Rio Grande do Sul. Eles teriam sido distribuídos por Valmir Dias da Silva Machado, Israel Andreotti e Leandro Paccino. O trio está preso, acusado de esfaquear dois jovens judeus. Segundo a polícia, eles integram uma organização que prega o extermínio de judeus, negros e homossexuais.

RE: Bandeira com símbolo nazista, livros sobre Hitler [imagem mostra o livro de Hitler, *Minha Luta*] camisetas de *skinheads*, organização que defende idéias anti-semitas, uma faca, e o que mais chamou a atenção da polícia: panfletos que pregam o neonazismo, que estão sendo distribuídos em universidades gaúchas. E uma cartilha com códigos de conduta dos *skinheads*.

DELEGADO: Tem algumas regras comportamentais de como eles devem se comportar na hora de sua prisão, na hora de sua declaração, o que eles devem dizer.

RE: O material foi apreendido pela polícia na casa de três suspeitos, que foram presos. São acusados de agredir três pessoas. Duas pessoas, que estariam utilizando um tradicional quipá na cabeça, tradicional símbolo judeu, foram esfaqueadas e hospitalizadas. As agressões aconteceram justamente no dia em que se comemoravam os 60 anos do final da Segunda Guerra Mundial, que acabou com o extermínio de judeus em campos de concentração nazistas.

MOV. JUSTIÇA DIREITOS HUMANOS RS: As testemunhas dizem enfaticamente que perceberam que eles queriam matá-los. Que havia essa ânsia de matá-los.

BC: Olha, a sociedade não deve e não pode admitir a convivência com essa gente que pretende ressuscitar em solo brasileiro um dos episódios mais sangrentos da humanidade, quando foram assassinados milhões e milhões de pessoas. Nazismo nuca mais!”

Document 'JR 17.05.2005', 5 passages, 5942 characters.

Section 0, Paragraphs 2-5, 1561 characters.

“BC: Uma auxiliar de enfermagem envenena cinco dos seus dez filhos em São Paulo. Eles têm entre 9 e 16 anos e não correm risco de vida.

RE: Um coquetel que poderia ser fatal: Ordália Barrios misturou e deu aos filhos um analgésico de uso hospitalar, um sal que pode provocar parada cardíaca e três tipos de antidepressivos de venda controlada. [reconstituição por imagens paradas] Eram 11 horas da noite de ontem quando ela fez os filhos tomarem os medicamentos, e também tomou alguns comprimidos. Pouco depois, um outro filho de Ordália, de 21 anos, chegou da faculdade e encontrou a mãe na sala, agitada. Os cinco irmãos menores estavam no quarto, sonolentos. A menina de 14 anos contou que a mãe tinha dado a eles muitos remédios, dizendo que eram vitaminas. Ordália e os cinco filhos foram trazidos aqui, à Santa Casa de São Paulo. No fim da tarde, os dois adolescentes já tinham sido liberados. Os três mais novos continuavam em observação e Ordália havia sido transferida. À polícia, o ex-marido da auxiliar de enfermagem disse que ela já foi internada outras três vezes, depois de uma tentativa de suicídio, e por problemas psiquiátricos. A auxiliar de enfermagem e os filhos moram há três meses num apartamento de dois quartos, nesse prédio no centro de São Paulo. Pelo interfone, o universitário que socorreu os irmãos disse que a família foi orientada a não prestar declarações.

FILHO: Eu não posso comentar nada a respeito.

BC: Ordália Barrios foi presa em flagrante por tentativa de homicídio e está aguardando transferência para o Hospital Penitenciário”.

Section 0, Paragraphs 6-12, 1626 characters.

“BC: A ex-funcionária da Febem que foi estuprada por três internos durante uma rebelião em janeiro reclama da falta de apoio.

RE: A lembrança ainda dói. Ela foi contratada para trabalhar na área pedagógica da Febem de Franco da Rocha, mas conta que acabou encarregada de vigiar os infratores. No dia 11 de janeiro, durante uma rebelião, foi levada por cinco rapazes para um quarto e estuprada por três deles. Os internos, drogados, ameaçavam matar o marido dela, que também trabalhava na

Febem. Com três filhos, ela não quer se identificar e diz que não consegue levar uma vida normal.

ESTUPRADA [com voz distorcida]: Eu não tenho mais relação sexual com o meu marido.

RE: O casal pediu o afastamento da Febem em março, e tem assistência psicológica uma vez por semana. Reclama que nesses dois meses não recebeu o seguro a que teria direito até começar a receber pelo INSS.

ESTUPRADA: Alguns colegas da Febem, mas assim, deu assim para comprar comida, né? Que era o que a gente tava mais necessitando.

RE: Laudos comprovaram as lesões que ela sofreu. Na semana passada, ela passou pela perícia do INSS e espera voltar a receber o salário. Junto com o marido, entrou na Justiça contra a Febem, pedindo indenização.

ESTUPRADA: Falta à Febem agora assumir o erro dela, né? Não brigar com a gente com relação à indenização, que a gente entrou com um recurso sim, porque a gente acha que é merecida, para a gente mudar a nossa vida, ir embora desse lugar. A Febem diz que o processo da funcionária ainda está na fase de investigação, pesquisa médica e perícia. Mas que provavelmente ela vai começar a receber o seguro ainda esta semana”.

Section 0, Paragraph 13, 396 characters.

“BC: O delegado Rui Ferraz Fontes disse hoje na Câmara dos Deputados que os celulares são o principal instrumento de organização das facções criminosas nos presídios de São Paulo. Ao depor na CPI que investiga o tráfico de armas, ele acusou as operadoras de telefonia de não colaborar na interceptação nas ligações. Agora está depondo, a portas fechadas, o preso Geleião, um dos fundadores do PCC”.

Section 0, Paragraphs 20-21, 921 characters.

“BC: A polícia do Paraná prende em flagrante um tenente-coronel do corpo de bombeiros do Rio e a namorada dele. Ele é acusado de contrabando de munição. O Tenente-Coronel Valter dos Santos Paraíso de 38 anos foi preso no posto de fiscalização da cidade de Medianeira. Em seu carro, a polícia encontrou 5.800 cartuchos de munição para armas de vários calibres e uma folha de papel com o preço de cada munição. A polícia suspeita que a carga tenha vindo do Paraguai. A estudante Taísa Alves da Silva, de 18 anos, disse que era namorada do coronel, e que não sabia o que ele transportava no carro.

BC: Mais uma demonstração da infiltração do crime organizado em nossas polícias. A criminalidade cresce, aprimora seus métodos, e os governos respondem apenas com medidas paliativas, pirotecnia. Porque pôr a mão nessa cumbuca requer competência e habilidade. Enquanto isso, nós aqui fora continuamos sendo roubados – e morrendo”.

Section 0, Paragraphs 28-32, 1438 characters.

“BC: Quebra-quebra em Porto Velho, capital de Rondônia. Estudantes tentam invadir a Assembléia e o Palácio do Governo. Os deputados iam instalar hoje uma comissão para apurar as denúncias de corrupção feitas pelo governador. O tucano Ivo Cassol entregou à imprensa uma fita. Na gravação, ele se reúne com deputados de vários partidos: PDT, PMDB, PTB, PP e PL. Cada deputado pede 50 mil reais para não derrubar as decisões do governo. O governador está ameaçado de *impeachment*, suspeito de fraudar licitações quando era prefeito. Hoje, no começo da sessão da Assembléia, os estudantes começaram a jogar pedras e bombas caseiras. A polícia chegou e entrou em confronto com os manifestantes. Vários ficaram feridos.

SOM DE MEGAFONE: Atenção galera, estudante não é bandido. (...) guardar bala pros bandidos. Não tem por que bater em estudante.

RE: Estudantes se chocam com a polícia em Rondônia, e depois tentaram invadir o Palácio do Governo, pedindo o afastamento do governador. Os manifestantes ainda estão nas escadarias do Palácio e dizem que vão continuar protestando contra a corrupção.

BC: *[Ivo Cassol estava em Brasília. Senado aprova comissão para apurar.]*

BC: Veja só: como a população vai perdendo as esperanças de punição da grande gatinagem, dos grandes ladrões do dinheiro público, as pessoas vão perdendo a paciência. Aí vêm essas perigosas explosões, especialmente da juventude, explosões da indignação de quem tem vergonha na cara”.

Document 'JR 18.05.2005', 4 passages, 5045 characters.

Section 0, Paragraphs 2-6, 1687 characters.

“BC: Cenas de violência contra reféns em mais uma rebelião na Febem de São Paulo. Os internos tinham até revólver. Dessa vez, foi numa unidade do Complexo Raposo Tavares, na Zona Oeste.

RE: A rebelião começou por volta das cinco horas da manhã. Um grupo de menores tentou fugir e não conseguiu. Fogo nos colchões, móveis destruídos, os internos tomando conta da unidade. Quatro funcionários feitos reféns. Na laje, a ameaça escrita com lençóis [imagem: SE ENTRA NOIS MATA]. Um dos reféns, com uma faca no pescoço, é chutado, agarrado pelos cabelos, conduzido com violência. Desesperado, o funcionário gesticula para um policial que está na guarita. Depois, é deitado ao chão. Um interno se ajoelha em suas costas, outro bate em suas pernas. Mais um funcionário é colocado ao lado. Quando os bombeiros atiram água, os adolescentes agredem os reféns com mais violência. Veja agora esse rebelado de bermuda branca e sem camisa: ele está com um revólver calibre 38 apontado para a cabeça de um dos reféns.

ALCKMIN: Já foi aberta uma sindicância. Precisa ser verificado, se houve algum funcionário, alguém que (coonestou) com isso, ele vai ser punido.

RE: A rebelião durou quatro horas e meia. Um interno teria sido punido a bala, na perna. Além do revólver, a tropa de choque encontrou três celulares, quatro facas, 12 espetos, tesoura e maconha. Trinta e cinco jovens, maiores de 18 anos, foram indiciados por lesões e dano ao patrimônio, e transferidos à tarde para o sistema penitenciário. Segundo a Febem, esta foi a vigésima oitava rebelião do ano em todo o estado de São Paulo. De janeiro até agora, também aconteceram 29 tumultos, quando não há reféns nem feridos, e 35 fugas.

BC: Revólver não entra voando na Febem”.

Section 0, Paragraphs 7-12, 1833 characters.

“BC: Grampos em penitenciárias de São Paulo mostram que o PCC arrecadou mais de um milhão de reais em março. O governo pede à Justiça regime prisional mais rígido para os envolvidos. A reportagem é de Celso Teixeira.

RE: As conversas foram interceptadas com a autorização da Justiça. Os celulares seriam de dois detentos que controlam o caixa da quadrilha, conhecida como o Primeiro Comando da Capital, o PCC. Segundo o relatório, publicado pelo jornal *O Estado de São Paulo*, nas comunicações entre os presídios de Mirandópolis e Assis, os presos detalharam o faturamento do grupo no mês de março. O dinheiro arrecadado no mundo do crime, descontados os pagamentos, inclusive de corrupção, chegariam a um milhão 238 mil, 278 reais. O Secretário de Administração Penitenciária disse que pediu à Justiça punição aos presos envolvidos na conversa.

SEC. ADM. PENIT.: Autorização judiciária para interná-los lá no RDD, de Presidente Bernardes, que é um regime mais duro, mais rigoroso.

RE: A punição vai ser decidida pelo juiz corregedor de presídios de São Paulo. Para ele, vai ser mais uma investigação decorrente de um fato grave que se tornou corriqueiro nos últimos tempos: a entrada de celulares nas penitenciárias.

JUIZ CORR. PRES.: O estado não está funcionando como deveria. Se não consegue controlar pessoas que estão sob sua custódia, como é que vai fazê-lo com relação aos criminosos que estão na rua?

BC: Não faz nada, estão aí, todos os criminosos. Já houve até quem no governo paulista garantisse que o PCC estava extinto. Na verdade, os PCCs da vida, o crime organizado e o desorganizado só crescem no Brasil. E além de propaganda e medidas superficiais, sem profundidade, nada tem sido feito pelos governos. É uma omissão completa. O plano de segurança da campanha do presidente Lula, lembra? Já foi enterrado. Isso é uma vergonha!”

Section 0, Paragraphs 13-18, 1333 characters.

“BC: A Justiça de Goiás decreta a ilegalidade da greve dos policiais civis e militares, que começou na segunda-feira.

RE: A greve atinge quase todo o estado. Os policiais militares reivindicam um reajuste que varia de 40 a 50%. Já os policiais civis pedem 21% de reajuste salarial. Em Goiânia, a PM está concentrada nesse batalhão. Sem poder de polícia, os cadetes da academia da PM fazem a segurança nas ruas. Nas delegacias, as investigações estão paradas, e os policiais de braços cruzados. Com o escrivão em greve, essa delegada foi obrigada a digitar o depoimento do artesão José Vicente Matias, o Corumbá, acusado de matar várias turistas estrangeiras. Nas últimas horas, sete postos de gasolina foram assaltados.

PRES. SINDIPOSTO: O bandido inclusive zombou. Na hora de sair ele disse ao meu frentista: ‘olha, não adianta você reclamar porque a polícia está em greve’.

RE: Várias pessoas que tiveram os carros roubados não conseguiram registrar ocorrência na Polícia Civil. Esse advogado disse que vai entrar com uma ação na Justiça.

ADVOGADO: Não consegui registrar ocorrência. Meu carro foi roubado a mão armada.

RE: E hoje a Justiça de Goiás decretou a ilegalidade da greve. Na decisão, o juiz determinou o retorno imediato dos policiais ao trabalho, e determinou uma multa diária de 100 mil reais se a decisão não for cumprida”.

Section 0, Paragraph 19, 192 characters.

“BC: Os delegados que prenderam o publicitário Duda Mendonça numa rinha de galo no ano passado, depuseram hoje em Brasília; eles disseram que são vítimas de retaliação dentro da Polícia Federal”.

Document 'JR 18.10.2004', 2 passages, 2716 characters.

Section 0, Paragraphs 11-12, 1119 characters.

“BC: A polícia afirma que três homens confessaram o seqüestro e morte da menina Emile Peres de Souza, de dez anos, no começo do mês, num município da Grande São Paulo. A reportagem é de Bianca Vasconcelos.

RE: O saco onde o corpo foi encontrado levou a polícia ao ajudante de pedreiro Claudiomar Alves. Mas foi a confissão do primeiro suspeito preso que levou o delegado a prender mais sete pessoas. Entre elas, o lavrador Mário Antônio de Godoy, que disse ter localizado o corpo de Emile por meio de sinais divinos, e sua mulher Aparecida de Oliveira. Para a polícia, Aparecida disse que deixou Emile na porta de casa, no dia em que o pai dela tentava se eleger vice-prefeito de Rio Grande da Serra. Mas o delegado

suspeita que Aparecida levou Emile para o seu filho Fernando Salviano, que segundo a polícia, confessou ter participado do crime. Até agora, segundo a polícia, três suspeitos confessaram ter participado do crime, mas nenhum assumiu quem matou Emile com três facadas. A polícia aguarda o resultado da perícia para saber se houve violência sexual, e de qual dos suspeitos é o sangue encontrado no cativeiro”.

Section 0, Paragraphs 13-17, 1597 characters.

“BC: No Rio, um cabo da PM denuncia a falta de condições de segurança para trabalhar num das áreas mais perigosas da cidade: a região entre os morros do Vidigal e da Rocinha. Só este ano, 104 policiais morreram no Rio.

RE: Essa cabine da PM em Vila Isabel parece abandonada, mas continua em operação. No ano passado, a cabine foi atingida por um tiro, mas o policial de plantão conseguiu escapar. Em alguns pontos da cidade, os policiais procuram proteção atrás de barreiras de cimento e areia, ou placas de aço como essa. A avenida Niemeyer é a principal ligação entre o Vidigal e a Rocinha. A guerra entre os traficantes das duas favelas já se arrasta desde abril e já deixou vários mortos. Mesmo assim, apenas um policial militar armado com um revólver fica de plantão nessa cabine de fibra de vidro durante a madrugada. Sem rádio de comunicação, o policial ainda convive com as péssimas condições de trabalho na cabine. Um cabo de vassoura é utilizado para bloquear a porta. Os vidros não são blindados. O cabo Edson Gonzaga, há mais de oito anos na corporação, reclama que além do fuzil, não tem colete à prova de balas.

CABO PM: Se passar um bonde aqui agora para invadir o Vidigal, eles não vão sorrir pra mim nem me dar um tchau. Eles vão é me dar uma rajada de tiro de fuzil. Então eu estou aqui vulnerável. Que que eu represento para o Estado? Eu represento nada.

RE: Em nota oficial, a Polícia Militar diz que as cabines antigas estão sendo substituídas por outras, de alvenaria.

BC: O que você viu é apenas um pequeno e triste retrato do combate à criminalidade em todo o país. Quando...”

Document 'JR 19.05.2005', 2 passages, 2560 characters.

Section 0, Paragraphs 18-22, 1357 characters.

“BC: Onze PMs são indiciados pela Justiça pela participação no assassinato de 29 pessoas na Baixada Fluminense. As investigações não definiram o motivo da chacina.

RE: Cerca de 40 testemunhas foram ouvidas no inquérito. Do Gol prata usado na chacina foram recolhidos projéteis de balas idênticos aos encontrados no local do crime e amostras de sangue de duas vítimas do massacre. Os promotores acompanharam os trabalhos e hoje mesmo ofereceram denúncia

à Justiça, que já decretou a prisão preventiva de dez policiais militares e um ex-PM. Eles já estavam cumprindo prisão temporária e agora vão responder processo por homicídio duplamente qualificado, tentativa de assassinato e formação de quadrilha armada. As penas somadas dariam 896 anos de prisão para cada um. Mas a pena máxima no Brasil é de 30 anos. Para a polícia e o Ministério Público, a chacina teria sido uma demonstração de força do grupo de extermínio formado pelos policiais. As investigações, entretanto, não revelam o mandante e a quem o massacre atingiria.

DELEGADO: Existe essa vertente de briga com relação a caça-níqueis. Existe essa outra vertente com relação à disputa entre grupos de extermínio.

PROMOTOR: Qualquer tipo de manifestação sobre isso agora, certamente prejudicará o quê? Antecipará uma prova que é estratégia da própria demonstração do processo.

BC: É a polícia ao lado do crime”.

Section 0, Paragraphs 25-26, 1203 characters.

“BC: Em Brasília, é preso o barão do *ecstasy*. Em São Paulo, mais duas pessoas foram para a cadeia por tráfico. Marival Pereira Chaves, de 25 anos, e Maura Marques, de 39, foram presos em flagrante, ao desembarcarem no Aeroporto de Cumbica, vindos de Amsterdam, na Holanda. Os agentes federais desconfiaram da dupla e fizeram uma revista minuciosa. Com o rapaz, os policiais encontraram cinco pacotes, com 4.300 comprimidos de *ecstasy*. Três pacotes estavam escondidos na cueca, e outros dois nas meias. Com Maura, os agentes apreenderam dez gramas de haxixe e 30 mil euros, cerca de 120 mil reais. Eles foram indiciados por tráfico internacional de drogas.

BC: O publicitário Michelle Totti, de 31 anos, conhecido em Brasília como o ‘barão do *ecstasy*’, se entregou à Justiça ontem à noite. Ele é acusado de ser o chefe de uma quadrilha internacional de tráfico de drogas, especializada em levar cocaína para a Holanda e trocar por *ecstasy*. A quadrilha atuava em Brasília há quatro anos, e foi desmantelada em março. Segundo a polícia, o grupo movimentava cerca de 500 mil reais por mês. Michelle Totti é filho de um ex-funcionário da Embaixada da Itália, e era o único integrante da quadrilha ainda foragido”.

Document ‘JR 20.05.2005’, 3 passages, 1703 characters.

Section 0, Paragraphs 20-24, 1424 characters.

“BC: Quatro dias antes de ser julgado pelo assassinato do jornalista Tim Lopes, o traficante Elias Maluco decide se casar na cadeia. Ele tem quatro filhos com a noiva.

RE: Com véu e grinalda, dentro de um carro de luxo com vidros escuros. Assim chegou a noiva Silvania Fernandes Neiva Faria. Quinze convidados,

entre eles os quatro filhos do casal, assistiram à cerimônia, sem direito a fotos ou imagens. O casamento foi no *hall* de entrada de Bangu I, onde o traficante está preso há três anos. Com fama de cruel, Elias Maluco é acusado de pelo menos 60 assassinatos, entre eles o do jornalista Tim Lopes, torturado e executado em 2002. Ele também comandou o resgate de presos na Polinter, depois de derrubar o muro da unidade com uma carreta. O casamento foi realizado quatro dias antes do julgamento pelo assassinato do jornalista Tim Lopes. Seria uma estratégia da defesa, uma maneira de melhorar a imagem do traficante diante dos jurados.

PRES. OAB RJ: Os jurados sabem muito bem avaliar, distinguir algumas manobras, algumas estratégias da própria defesa. Ele vai ser julgado de acordo com as provas dos autos.

RE: O advogado de Elias Maluco saiu sem gravar entrevista. O traficante não tem direito à lua-de-mel. A Secretaria de Administração Penitenciária também não permitiu a festa no presídio. A comemoração do casamento foi numa casa na zona oeste do Rio. A noiva, claro, foi desacompanhada.

BC: Evidentemente não adianta nada”.

Section 0, Paragraph 25, 141 characters.

“BC: Os policiais militares de Goiás suspenderam hoje a greve iniciada segunda-feira. Eles vão ter o reajuste salarial oferecido pelo governo”.

Section 0, Paragraph 26, 138 characters.

“BC: Camelôs que estão proibidos de trabalhar na praça da República, no centro de São Paulo, fazem um novo tumulto – confronto com a polícia”.

Document ‘JR 20.09.2004’, 2 passages, 3490 characters.

Section 0, Paragraphs 2-9, 1959 characters.

“BC: O jovem que atropelou 17 pessoas em São Paulo e causou a morte de uma jovem não tinha autorização do Detran para turbinar o carro. Segundo Delegado Rodrigues, que cuida do caso, os peritos já constataram que o carro turbinado também não tinha freio compatível com o motor mais potente.

RE: Jefferson Jorge Bernardo atropelou e matou a estudante Priscila Maria dos Reis, de 16 anos, e feriu outras 17 pessoas. A arma do crime: esse Voyage turbinado. O motor foi alterado para ter mais potência e velocidade, e está fora das normas de segurança. Jefferson estava em alta velocidade e disse que perdeu o controle na curva – um perigo comum aos carros modificados.

MECÂNICO: Ele vai ser um carro muito mais rápido, então você fica com dificuldade de controlar.

RE: Alexandre coloca turbos nos motores de quatro a cinco carros por semana, mas conhece apenas dois clientes que pediram autorização do Detran. O Código de Trânsito considera infração grave conduzir um veículo com qualquer característica original de fábrica alterada. Quem quer turbinar o motor tem que fazer ajustes na suspensão e nos freios, e passar por uma vistoria de segurança em uma oficina autorizada pelo Inmetro e pelo órgão de trânsito.

RE: Ele não pode simplesmente alterar e sair pra rua?

CHEFE FISCAL DETRAN: Ele perde cinco pontos, no prontuário, 127 reais, o documento é recolhido, e paga-se também a taxa de revistoria.

RE: Na gíria de quem entende, esse é um carro turbinado, aspirado, injetado e rebaixado. Em uma palavra, tunado. Uma turbina aumentou em 300% a potência do motor, que agora alcança até 270 km por hora. Um cilindro de óxido nitroso aumenta a pressão do combustível. Seria um carro de *playboy*, se não fosse o do empresário Jorge, que vai pedir autorização ao Detran, e já gastou 15 mil reais em equipamento.

EMPRESÁRIO: Tem uma turbina, que normalmente o pessoal coloca, foi feito o pistão dela forjado, o cabeçote dele foi totalmente retrabalhado, é o vovô dos carros tunados”.

Section 0, Paragraphs 25-30, 1531 characters.

“BC: O ‘Caso Herzog’: a Comissão de Direitos Humanos da Câmara decide pedir perícia para verificar a autenticidade das fotos publicadas. A reportagem de Cristina Lemos.

RE: O reaparecimento de supostas fotos do jornalista Vladimir Herzog levou a uma reunião de emergência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Ela seria um dos últimos registros do jornalista, morto há 29 anos, durante o período da repressão militar. Os deputados decidiram despachar o material para a perícia em dois diferentes institutos. O cabo José Alves Firmino, que forneceu parte do material à Câmara há seis anos, será convidado a depor. Durante os debates, parlamentares defenderam o fim do sigilo por tempo indeterminado para documentos do serviço de inteligência, com a revogação de um decreto baixado pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

PRES. COMISSÃO PDT: A gente tem que tentar conseguir esses documentos. É fazer com que essa comissão fale, peça, exija, e não deixe isso esquecer.

RE: Hoje o Ministro da Defesa, José Viegas, esclareceu que apenas os documentos referentes à guerrilha do Araguaia foram completamente destruídos. Mas ele também afirmou que não tem motivação para resolver casos do passado, que segundo ele, devem ser analisados por historiadores.

MIN. DEFESA: O governo dá o caso por encerrado. A nota do Exército resolve a questão.

BC: Esse incidente Herzog pode estar encerrado, mas contou muitos pontos negativos para o Ministro da Defesa José Viegas e para o Comandante do Exército, Albuquerque que, aliás, vivem às turras”.

Document 'JR 21.05.2005', 2 passages, 1360 characters.

Section 0, Paragraph 10, 330 characters.

“SL: Polícia apreende 18 mil e 800 comprimidos de *ecstasy* em São Vicente, no litoral paulista. Foi a maior apreensão já realizada no país. No apartamento havia também dez quilos de cocaína. Dois homens foram detidos. Segundo a polícia, o *ecstasy* veio da Holanda e seria vendido na capital paulista e no interior, região de Araçatuba”.

Section 0, Paragraphs 11-13, 1030 characters.

“SL: O Presidente do Senado, Renan Calheiros, abriu hoje em Brasília o mutirão nacional de entrega de armas. Em todo o país, 250 igrejas participam da campanha e contam com a colaboração da Polícia Federal e da Organização Não-Governamental Viva Rio.

RE: A Campanha Nacional do Desarmamento já recolheu em todo o país cerca de 350 mil armas. Quem entrega a arma ganha uma indenização que varia entre 100 e 300 reais. O governo já pagou até agora 36 milhões de reais. O Presidente do Senado participou da abertura do mutirão. Disse que o Brasil tem 20 milhões de armas ilegais e que 78% dos crimes são praticados com armas de fogo. Renan falou da importância do referendo contra a venda de armas que será realizado no dia 2 de outubro e defendeu a continuidade da Campanha do Desarmamento. Ao entregar três revólveres, esse aviador fez um desafio ao governo.

AVIADOR: Eu espero agora que com o que eu fiz, o Estado agora assuma a sua responsabilidade de prover a defesa do cidadão, já que o cidadão já não pode mais se defender por si só”.

Document 'JR 21.09.2004', 3 passages, 7002 characters.

Section 0, Paragraphs 2-6, 1988 characters.

RE: O comerciante Gonçalo Evangelista, de 47 anos, diz que está ameaçado de morte, e que está fugindo da cidade com toda a família. Traficantes teriam confiscado tudo que ele tinha. Vários imóveis, uma loja de materiais de construção, e principalmente dois depósitos de revenda de botijões de gás. Conhecido como Valdemar do Gás, o comerciante vivia na Rocinha há 22 anos.

COMERC.: Minha vida que eu tenho na Rocinha, e tô perdendo tudo. Como é que eu vou fazer? Como é que eu vou pagar a faculdade da minha filha? Uns covardes desses (...) querer tudo que eu tenho.

RE: A revenda de botijões de gás em favelas do Rio virou um grande negócio para os traficantes. Segundo a polícia, o faturamento chega a um milhão de reais por mês. Só aqui na Rocinha, uma das áreas mais cobiçadas pelas quadrilhas, são vendidos mensalmente cerca de dez mil botijões, um negócio que movimenta mais de 350 mil reais. Para a polícia, Valdemar é suspeito de envolvimento com traficantes da Rocinha. As investigações começaram em 2001, mas até hoje nada foi comprovado. Hoje, a Polícia Militar esteve nos depósitos de gás abandonados pelo comerciante, e foi recebida a tiros pelos traficantes. Algumas pessoas foram presas, acusadas de vender os botijões de gás pertencentes ao comerciante expulso. Oitenta PMs vão permanecer na Rocinha por tempo indeterminado. A PM garante que fez tudo para proteger o comerciante, mas ele teria preferido sair da favela.

COMANDANTE BATALHÃO: Se ele pedir proteção para o negócio dele, para os imóveis, a PM estará protegendo não só os seus bens patrimoniais, mas também a vida humana.

BC: Acredite quem quiser na eficiência dessa proteção. Já vimos outras histórias semelhantes. É intolerável que o tráfico continue dominando regiões inteiras importantes desse país. Alguma coisa precisa ser feita com coragem e decisão. E ainda querem facilitar, sob o patrocínio do governo, o cumprimento da pena dos traficantes, transformando em comuns os crimes hediondos. Isso é uma vergonha!”

Section 0, Paragraphs 7-10, 1914 characters.

“BC: Tirar porte de arma vai agora depender de novas exigências, como exame psicológico e ter no mínimo 25 anos de idade. A Polícia Federal promete rigor na aplicação do Estatuto do Desarmamento.

RE: A regulamentação do Estatuto do Desarmamento estabeleceu a validade do porte de arma tirado pelas normas antigas. Noventa dias a partir do dia 23 de junho. O prazo terminou hoje. O porte ilegal pode dar de dois a seis anos de prisão. Agora quem quiser tirar porte tem que atender as exigências do estatuto: idade mínima de 25 anos, apresentar certidões negativas da Justiça estadual, federal, militar e eleitoral. Exercer atividade profissional de risco ou estar sendo ameaçado. Não estar respondendo a inquérito policial ou processo criminal. Ser aprovado nos exames psicológico e técnico, ou seja, a pessoa tem que saber atirar. As novas regras foram estabelecidas por um decreto. O decreto é do dia 1.º de julho. De lá pra cá a Polícia Federal concedeu 23 portes, a maioria para pessoas que exercem atividades profissionais de risco, como, por exemplo, diretores de presídio, que não pertencem às categorias com direito natural ao porte, tais como policiais e agentes penitenciários. A alegação de ameaça à integridade física está sendo analisada com rigor.

REPRESENT. SISTEMA NACIONAL DE ARMAS /PF: Um simples registro de um boletim de ocorrência não seria, vamos dizer, indício suficiente para

que nós concedêssemos um porte de arma por ameaça à integridade física. A gente teria que ter uma avaliação um pouco mais subjetiva, a gente teria que verificar quais as razões que essa pessoa está sendo ameaçada para ver se há uma fundamentação nesse perigo, nessa ameaça que esse cidadão tem.

BC: Andar armado ou ter arma em casa só serve para causar desgraças. Quantas pessoas você conhece que conseguiram se defender de bandidos com suas armas? Nenhuma, ou pouquíssimas, até porque a bandidagem, é óbvio, usa o fator surpresa”.

Section 0, Paragraphs 13-21, 3100 characters.

“BC: A greve nos Judiciários estaduais. A paralisação, que já dura 85 dias em São Paulo, desde ontem atinge também tribunais da Bahia e Santa Catarina. A Justiça catarinense, a pedido da Procuradoria do Estado, considerou hoje a greve ilegal. Em São Paulo, onde a paralisação provoca muitos prejuízos à população, só amanhã a categoria decide se volta ao trabalho. A reportagem é de Celso Teixeira.

RE: A mais longa greve do Judiciário paulista colocou na fila de espera quase 13 milhões de processos. Adiou pelo menos 400 mil audiências. Só alguns casos de emergência, como parte dos alvarás de soltura e pensões alimentícias, têm alguma solução. A paralisação tão longa foi criticada duramente pelo Presidente do Tribunal Superior de Justiça, Ministro Edson Vidigal, que defendeu uma intervenção federal.

MINISTRO JUDIC.: O que há, de fato, é um estado, o maior estado do Brasil, capenga, porque um dos seus três poderes não está funcionando. O Presidente da OAB, Rogério Busato, se solidarizou com o Presidente do STJ, e ressaltou que o Estado demonstrou incompetência para resolver a greve. O Presidente da OAB de São Paulo não defendeu uma intervenção, mas afirmou que os prejuízos para a população e os advogados são incalculáveis.

PRES. OAB/SP: Os advogados pararam de trabalhar durante quase três meses, conseqüentemente, não faturaram nesse período; 1.500 presos não foram colocados nas ruas exatamente, embora com ordem judicial para serem libertados, porque os cartórios não estavam funcionando. Isso é dano irreparável.

RE: O governador Geraldo Alckmin disse que não é caso de intervenção, porque o problema é simplesmente financeiro. O próprio Presidente do Tribunal de Justiça não vê a possibilidade da intervenção. Com o aval do governo estadual, o TJ apresentou uma proposta de reajuste médio de 14,58%. A categoria, que pedia um reajuste de 26%, ainda espera que o reajuste seja um pouco maior.

COMISSÃO DE GREVE: Com 18% os servidores voltam ao trabalho.

RE: O Presidente do Tribunal espera que a assembléia de amanhã decida pelo retorno ao trabalho. Ele estima que sejam necessários pelo menos três meses, e em alguns casos mais de um ano, para que a situação seja normalizada. E na opinião dele, movimentos como esse só acontecem porque falta regulamentar o direito de greve do servidor público.

PRESID. TJ/SP: A Constituição completa 16 anos, e até hoje o Congresso Nacional não regulamentou o exercício de greve. De modo que toda a greve no serviço público é inadmissível.

BC: A greve prejudica e muito, porém, aqui entre nós, intervenção no estado obviamente é um exagero até de retórica. O que é preciso repensar e com urgência, é a questão da greve do serviço público, especialmente em áreas essenciais. Você viu que já há dispositivos legais que precisam ser regulamentados e se necessário acionados. Do jeito que está não pode continuar. E é preciso que alguém se disponha a enfrentar as corporações e faça o que é preciso ser feito, que é regulamentar o direito de greve do serviço público. O direito dos grevistas termina exatamente onde começa o direito do resto da população”.

Document 'JR 24.05.2005', 2 passages, 3677 characters.

Section 0, Paragraphs 8-19, 2163 characters.

“BC: Pela primeira vez o mapa da violência elaborado pela Unesco pesquisou só um estado brasileiro. E trouxe uma boa notícia: a tendência é de queda nos homicídios em São Paulo nos últimos cinco anos.

RE: A guerra do Iraque mata a cada ano 15.500 pessoas. Pouco mais do que a média do estado de São Paulo nos últimos dez anos: 13.620 pessoas. Uma pesquisa da Unesco revela que até 99, os assassinatos cresciam 8% ao ano. Mas a tendência se inverteu: os homicídios vêm caindo 5% ao ano. Como toda vitória, esta tem muitos pais. O coordenador da pesquisa, Júlio Jacobo, destaca a modernização da sociedade.

DIR. UNESCO JÚLIO JACOBO: Não sei determinar quantos por cento do êxito de São Paulo nestes cinco anos foi pela pressão social.

RE: A queda da violência é atribuída também à melhoria do policiamento, a iniciativas municipais como a lei seca, e a políticas de inclusão social, como a abertura das escolas nos finais de semana. A pesquisa mostra que os jovens são as maiores vítimas da violência. Morrem três vezes mais jovens na faixa dos 20 aos 24 anos que na faixa dos 40 aos 49 anos.

SEC. SEGURANÇA SP: Este jovem que morre, que o estudo mostra, é o mesmo que mata, viu? Se você pegar os 136 mil presos que tem no estado de São Paulo, é tudo de 18 a 23 anos.

RE: Dona Vilma não viu a pesquisa, mas conhece bem o problema. Tinha uma filha de 18 anos que sonhava ser atriz. Controlava os horários da filha, que aos domingos ia até uma praça, ponto de encontro de jovens.

VILMA: Tem uma frase que ela repetia constantemente: 'Mãe, tem duas mil pessoas. Por que você acha que se tiver uma bala ela vai bater em mim?'

RE: Um carro atropelou um rapaz e o irmão dele foi tomar satisfação. Deu seis tiros.

INSTITUTO SOU DA PAZ: Aqui em São Paulo mais da metade dos homicídios, assim como em grandes cidades brasileiras, 'são motivados' por motivos fúteis.

RE: Bárbara foi morta por uma bala perdida. O atirador de 20 anos está preso. O que a irmã dela pede para conter a violência não é diferente do que sugere o diretor da Unesco no Brasil.

DIR. UNESCO: Desarmamento já.

RECEPCIONISTA: Algum jeito de ninguém comprar arma, porque a pessoa vai a qualquer lugar e consegue uma arma".

Section 0, Paragraphs 21-28, 1514 characters.

"BC: No Rio, começa o julgamento do traficante Elias Maluco, acusado de torturar e matar o jornalista Tim Lopes, da TV Globo. O crime aconteceu há três anos.

RE: A expectativa de um julgamento demorado foi reforçada com a chegada de camas para os sete jurados. Elias Maluco é acusado de torturar e executar o jornalista Tim Lopes da TV Globo, que com uma câmera escondida fazia uma reportagem numa favela da Vila Cruzeiro. O corpo do jornalista foi incinerado.

INVESTIGADOR PCIVIL RJ: Vários elementos da favela, que detidos confessaram que o Elias Maluco é o chefe do tráfico. E nada acontece ali, acontecia sem a sua ordem.

RE: A repercussão do caso transformou Elias Maluco em um troféu quando foi preso pela polícia. Se for condenado, o total das penas pode chegar a 39 anos de prisão. Mas pelas leis brasileiras ele cumpriria no máximo 30 anos.

ANÔNIMO ENGRAVATADO: Nada vai trazer o Tim Lopes de volta.

RE: O traficante entrou no tribunal algemado e permaneceu de cabeça baixa. Os advogados de Elias Maluco dispensaram cinco testemunhas de defesa. No interrogatório, diante do juiz, o traficante se utilizou de um direito constitucional, e não respondeu às perguntas sobre a morte do jornalista.

ELIAS MALUCO: (me ancoro?) ao direito constitucional de ficar em silêncio. Os advogados vão falar por mim.

RE: A defesa alega que Elias Maluco era pintor de carros, e nunca foi traficante. A Promotoria apresentou reportagens exibidas na época do crime, que citava Elias Maluco como líder do tráfico no Complexo do Alemão".

Document 'JR 24.09.2004', 1 passage, 1317 characters.

Section 0, Paragraphs 2-5, 1317 characters.

“BC: (...) infratores. Outros seis rapazes ficaram feridos. A instituição está superlotada, e as mortes e agressões teriam sido um acerto de contas entre gangues rivais.

RE: O Educandário São Francisco, que fica em Piraquara, região metropolitana de Curitiba, viveu uma madrugada de horror. Os menores atearam fogo aos colchões, danificaram o telhado, destruíram tudo que puderam. O tumulto resultou no saldo de seis feridos e sete garotos mortos. O mais novo tinha 16, o mais velho 18 anos. Apenas um era de Curitiba, os demais, do interior do estado. Tudo teria começado com uma briga ontem à tarde na quadra de esportes. Segundo informações, à noite os menores continuaram brigando. O Secretário de Trabalho, Emprego e Promoção Social repetiu à imprensa o que já havia divulgado em nota oficial: que não houve reivindicações por parte dos menores, nem tentativa de fuga. O motim teria sido consequência da briga entre gangues rivais. Um dos menores feridos chegou com a cabeça enfaixada, outros foram levados para depor na Delegacia da Infância e do Adolescente como testemunhas. O local, com capacidade para 150, até ontem abrigava 237.

SECRETÁRIO: Não há superlotação ao nosso ver, ao menos, excessiva.

BC: Não há ‘superlotação excessiva’ é divertido. Uma tragédia dessas, bela desculpa de um político. Piedoso sacerdote”.

Document 'JR 25.05.2005', 1 passage, 79 characters.

Section 0, Paragraph 1, 79 characters.

“Uma ordem para assassinar o prefeito de Santo André teria saído de Campinas (...)”

Document 'JR 26.05.2005', 2 passages, 2383 characters.

Section 0, Paragraphs 5-8, 1518 characters.

“SL: Ousadia: uma quadrilha realiza o primeiro assalto a um hotel de luxo em São Paulo. O hotel, da rede internacional (Melier), fica no Itaim Bibi, um bairro nobre, e recebe principalmente executivos.

RE: Para entrar no hotel, um assaltante fez a reserva de dois quartos por telefone, e se hospedou com um colega ontem à tarde. Wellington Silva se apresentou com um documento falso e pagou duas diárias.

GERENTE: O hóspede preencheu a ficha completa, com todos os seus dados: telefone, RG, CPF.

RE: À noite, eles receberam visitas no quarto. Era o restante da quadrilha. Segundo a polícia, eles aguardaram até as dez horas da noite e começaram

o arrastão. Quatro hóspedes foram surpreendidos nos corredores e levados para um quarto no décimo andar. Outras vítimas foram rendidas no apartamento. Quatro homens do grupo bateram na porta e avisaram que estavam a serviço da recepção do hotel. Os hóspedes italianos foram amarrados com cordas. Um deles conseguiu se soltar e avisar a segurança, que acionou a polícia. Os assaltantes levaram celulares, filmadoras, máquinas fotográficas, jóias, relógios, *notebooks* e dinheiro. Rodrigo Pinheiro foi preso na recepção do hotel quando tentava sair com duas malas. Ele reagiu, mas foi dominado pelos policiais. Wellington e Rodrigo Prates conseguiram escapar, mas foram presos numa rua próxima ao hotel com um revólver calibre 38 e objetos dos hóspedes. Eles foram autuados em flagrante por roubo e formação de quadrilha. Eles acreditam que pelo menos oito homens participaram do arrastão”.

Section 0, Paragraph 9, 865 characters.

“SL: Madrugada violenta em Recife e em Olinda. Sete jovens são executados e a polícia suspeita que eles tenham sido vítimas de um grupo de extermínio. Os corpos do casal foram encontrados numa estrada de difícil acesso no Recife. Segundo a polícia, eles foram executados com tiros na cabeça em outro local e trazidos para a estrada. Os dois estavam com as mãos amarradas para trás com uma corda de *nylon*. Em Olinda, mais um duplo homicídio; outro casal foi assassinado com tiros, e as características do crime eram as mesmas. A polícia já sabe que os jovens viviam no mesmo bairro. A polícia ainda encontrou mais três corpos em locais diferentes da região metropolitana do Recife. Duas garotas e um rapaz com tiros de grosso calibre, e estavam com as mãos imobilizadas por fios de *nylon*. Há suspeitas que os assassinatos tenham sido praticados por grupos de extermínio”.

Document 'JR 27.05.2005', 2 passages, 3067 characters.

Section 0, Paragraphs 5-10, 1658 characters.

“SL: O Ministério Público pede a prisão de um major da Polícia Militar do Ceará, acusado de fazer parte de um grupo de extermínio. A polícia suspeita que o grupo oferecia segurança armada para empresas particulares.

RE: As investigações acerca da atuação do grupo de extermínio em Fortaleza começaram em 2002, quando o garçom Antônio Mendes foi confundido com um assaltante e acabou morto por um policial à paisana que fazia segurança do local. As denúncias foram encaminhadas à Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Ceará.

PRES. OAB/CE: Essas denúncias começaram a chegar. Foram revelando uma prática assemelhada.

RE: A denúncia começou a ser investigada pela Polícia Federal em parceria com o Ministério Público Federal. O principal acusado de liderar o grupo

é o Major José Hernani Castro, que comanda uma companhia da Polícia Militar em Fortaleza. As investigações aqui na Polícia Militar do Ceará aconteceram no período de 2002 a 2004. Depois o processo foi encaminhado ao Tribunal de Justiça do Estado. Além da prisão preventiva do Major Hernani Castro, o Ministério Público Federal também pediu a preventiva de mais sete pessoas, entre elas um capitão e um subtenente da Polícia Militar. As denúncias da formação de um grupo de extermínio na Polícia Militar tinham se tornado públicas através do Procurador da República no Ceará, que pede o afastamento imediato da cúpula da segurança no estado.

PROCURADOR JUSTIÇA: Nós temos que radicalizar nas consequências. Todos tinham conhecimento, e não só conhecimento, mas convivência e comprometimento.

SEC. SEG. PÚBLICA: Estou determinando ao comandante da Polícia Militar que apure os fatos em toda a sua extensão”.

Section 0, Paragraphs 11-18, 1409 characters.

“SL: Existe a suspeita de participação de policiais na chacina que deixou sete mortos ontem no Recife e em Olinda. As vítimas foram enterradas hoje.

RE: O velório em Santo Amaro foi tumultuado. Houve desespero e revolta em meio a muito choro. A maioria dos familiares das vítimas não quis dar entrevista.

RE: O que motivou essa chacina?

ANÔNIMA: Eu não sei de nada não, moça.

RE: A família de Carla dos Santos Silva veio ao cemitério, mas não acompanhou o enterro da cozinheira. Os pais dela vivem em Santo Amaro. Seu Giseldo conta que a filha morava sozinha há quatro meses.

PAI DA VÍTIMA: Se ela tinha discórdância de alguém, alguém... não tô sabendo de nada.

RE: A chacina aconteceu nesta quinta-feira. Entre os homicídios, dois duplos. Um na Guabiraba, em Recife, outro em Águas Compridas, Olinda. A cozinheira Carla Silva, de 32 anos, foi morta em casa. As outras vítimas foram arrastadas da rua onde ela morava. Os corpos começaram a ser liberados pelo IML hoje pela manhã. Um dia depois do crime já começam a surgir especulações. Alguns comentam que a chacina foi cometida por policiais militares. Outras pessoas dizem que foi motivada por briga entre gangues rivais das comunidades de Joana Bezerra e Santo Amaro.

DELEGADO: Estamos trabalhando com a hipótese da chacina por conta das investigações preliminares nortearem pra isso. Se há o envolvimento de policiais ou não, a investigação vai aflorar”.

Document 'JR 28.05.2005', 6 passages, 5776 characters.

Section 0, Paragraph 2, 913 characters.

"SL: A família paga resgate e a mãe do jogador Marinho, zagueiro do Corinthians, é liberada em São Vicente, litoral paulista. Já são cinco casos de seqüestro de mãe de jogador. A mãe do jogador, Alice Custódio de Nazaré, de 61 anos, foi seqüestrada há 25 dias. Os seqüestradores se passaram por entregadores de flores e entraram no prédio onde ela mora em Santos, no litoral paulista. Segundo a Secretaria de Segurança Pública, que ficou fora do caso a pedido da família, o resgate de dona Alice foi pago. Esse tipo de crime está se tornando corriqueiro. Começou com a mãe do atacante Robinho do Santos no fim do ano passado. A mãe de Grafite do São Paulo e de Rogério, que atualmente mora em Portugal, também foram seqüestradas e depois libertadas. Duas semanas atrás a mãe do jogador Luis Fabiano, que joga no Porto, em Portugal, foi libertada. Sandra Clemente, de 61 anos, ficou 61 dias em poder dos seqüestradores".

Section 0, Paragraph 3, 336 characters.

"SL: No Rio, a polícia estourou o cativado do estudante Júlio César Valentim, de 23 anos. Ele foi seqüestrado há uma semana, quando bandidos interceptaram seu carro em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. O estudante, que é neto de um vereador, foi encontrado acorrentado numa casa a 20 km do centro da cidade. Seis pessoas foram presas".

Section 0, Paragraphs 4-6, 1541 characters.

"SL: O assassinato de uma policial no Rio vai ser investigado por uma força tarefa. Ela morreu ontem à noite, durante uma tentativa de assalto. Foi baleada na frente do filho de sete anos.

RE: A policial civil Andréa Vianna, de 38 anos, foi abordada por assaltantes a pé quando parou o seu carro nesse sinal em Vila Isabel, zona norte do Rio. Ela tentou fugir e acabou baleada no tórax. Andréa morreu na hora. O filho de sete anos, que também estava no carro, não ficou ferido. O crime aconteceu na saída do túnel Noel Rosa, a poucos metros do Morro dos Macacos, onde os bandidos teriam fugido. A polícia fez uma operação na favela, mas ninguém foi preso. A policial era lotada na Defensoria Pública. Segundo a família, ela não costumava andar armada nem com a identidade funcional. O caso agora será investigado pela FORTE, uma força tarefa especial criada há dois meses para apurar crimes contra policiais. Vila Isabel é um bairro tradicional e considerado um dos berços do samba carioca. A decoração das calçadas e a estátua de Noel Rosa na avenida principal são as referências musicais do lugar. Mas os frequentes casos de violência vêm deixando suas marcas em prédios [imagem de prédio com marcas de balas] e assustando moradores e comerciantes. No velório de Andréa, a emoção de amigos e parentes. O velório foi hoje à tarde.

COORD. DEF. PÚBLICA RJ: Ela trabalhava na área de informática e era muito bem relacionada, era alegre. Quer dizer, não tem muito o que falar, porque era uma pessoa muito querida 'mermo'. Uma perda lamentável pra gente”.

Section 0, Paragraphs 7-11, 1687 characters.

“SL: Crise na Polícia Militar do Ceará. Um major e um capitão foram afastados de suas funções. Eles são acusados de liderar um grupo de extermínio no estado.

RE: Os dois oficiais da PM são acusados de chefiar um grupo de extermínio que seria responsável por pelo menos 30 mortes de supostos assaltantes em Fortaleza. O Major José Hernani Castro, comandante dessa companhia da Polícia Militar, e o Capitão Cícero Bezerra, subcomandante do batalhão de choque, foram afastados das funções, depois da divulgação das escutas feitas pela Polícia Federal, onde os dois estariam à frente de um grupo de policiais militares para fazer segurança privada e desocupação de terrenos invadidos por famílias sem-teto. O comando-geral da Polícia Militar no Ceará instaurou uma sindicância administrativa para apurar as denúncias contra os dois oficiais. O major e o capitão, acusados de chefiar o grupo de extermínio, serão mantidos afastados dos seus cargos até que o Tribunal de Justiça do Estado conclua todas as investigações.

RELAÇÕES PÚBLICAS PM: O comando da corporação que vai acompanhar o caso através dessa apuração, dessa sindicância que será desenvolvida a partir da próxima semana.

RE: O processo criminal envolvendo oito pessoas está no Tribunal de Justiça do Ceará, que ainda não acatou o pedido de prisão preventiva dos acusados feito pelo Ministério Público.

PROMOTOR: O Ministério Público tem elementos suficientes para pedir prisão preventiva dos envolvidos. O Ministério Público tem elementos para oferecer a denúncia criminal contra esses homicídios ocorridos em Fortaleza, praticados por esse grupo de extermínio, infelizmente com integrantes da Polícia Militar do Estado do Ceará”.

Section 0, Paragraph 12, 396 characters.

“SL: A polícia do Espírito Santo prendeu em Vitória três homens e duas mulheres acusados de roubar bancos e carros fortes na Bahia e no Ceará. Eles também são suspeitos da morte de três policiais militares assassinados na Bahia em fevereiro. Com a quadrilha, a polícia apreendeu três milhões de reais em cheques, passagens aéreas, cartões de crédito, um malote de banco, além de uma pistola e munição”.

Section 0, Paragraph 26, 903 characters.

“SL: A Polícia Federal e o Exército investigam o possível envolvimento da guerrilha colombiana no tiroteio com agente federal no interior do Amazonas. O incidente ocorreu há uma semana no Rio Negro, área do município de Cucuí, região de fronteira com a Colômbia. O agente que fazia patrulhamento seguia um barco suspeito que se recusou a atender a ordem de parada. Da margem esquerda do rio, o barco da polícia começou a ser alvo de tiros de fuzil. O delegado Mauro Espósito, que apura o caso, acredita que guerrilheiros das FARC na margem davam cobertura. O barco transportaria armas e alimentos comprados no Brasil para bases da guerrilha na Colômbia. O tiroteio coincidiu com o início da operação COLBRA, que tem como base São Gabriel da Cachoeira, na mesma região. A operação foi de treinamento, para as Forças Aéreas da Colômbia e do Brasil agirem em conjunto para interceptar aviões do narcotráfico”.

Document 'JR 29.09.2004', 4 passages, 6779 characters.

Section 0, Paragraphs 1-5, 2210 characters.

“BC:... Maninho foi executado a tiros ontem à noite.

RE: Foram três tiros de fuzil, disparados quando Maninho saía dessa academia de ginástica. Os assassinos ocupavam um carro ainda não identificado pela polícia. Parentes e amigos estiveram no hospital para onde o bicheiro foi levado, entre eles os jogadores do Fluminense Romário e Edmundo. Maninho era o herdeiro de Valdemiro Paes Garcia, o Miro, um dos chefões do “Bicho” no Rio. Com a doença do pai, ele assumiu os negócios da família. Segundo a polícia, ele controlava o jogo em parte da zona oeste, e as máquinas caça-níqueis em Copacabana. Na década de 90, pai e filho foram condenados por formação de quadrilha, junto com toda a cúpula dos bicheiros no Rio. Maninho passou três anos na cadeia. Há dois anos, ele foi condenado a indenizar Carlos Moreira, o Grelha, que ficou paraplégico após levar um tiro de um segurança de Maninho. Até hoje, Grelha tenta receber o dinheiro. Maninho também era diretor da escola de samba Acadêmicos do Salgueiro. A polícia não tem dúvidas de que foi uma execução. A hipótese mais provável é de que o crime tenha ligação com as atividades de Maninho. Hoje, a delegada responsável pelas investigações começou a analisar as fitas gravadas pelo circuito interno de TV da academia de ginástica. As imagens das sete fitas, entretanto, mostram apenas o interior da academia e o portão de entrada e saída. O celular do bicheiro também foi apreendido. A polícia vai pedir à Justiça a quebra do sigilo telefônico. Hoje foram ouvidos os dois alunos da academia que socorreram Maninho. Vão ainda depor o *personal trainer* e parentes. A polícia quer saber se o bicheiro vinha sofrendo ameaças.

DELEGADA: Tudo indica que foi um crime de mando, que foi execução. Em razão da atividade que ele exercia, né?

RE: O corpo de Maninho foi velado na quadra do Salgueiro, e enterrado no final da tarde.

BC: Se os bicheiros disputam os pontos a tiros, e isso acontece com frequência, por que será que a Caixa Econômica que explora todo o tipo de jogo, não decidiu até agora explorar o jogo do bicho, que é rentável para os bicheiros? É um mistério que só os subterrâneos do abastecimento das campanhas políticas e da corrupção policial explicam”.

Section 0, Paragraph 6, 757 characters.

“BC: O ex-capitão da PM que cumpria pena por seqüestro é assassinado a tiros dentro de um presídio no Rio. Três presos são suspeitos do crime. O ex-capitão Tadeu Fraga, de 43 anos, foi encontrado morto com três tiros ontem à noite, no parque do Presídio Pedro Olinó de Oliveira, que é ocupado apenas por ex-policiais. Nenhum preso assumiu a autoria do crime, mas três suspeitos foram submetidos a exames de resíduos de pólvora nas mãos. A polícia também investiga como a arma foi parar dentro da cadeia. O ex-capitão da PM cumpria pena de 30 anos pelo seqüestro e assassinato do filho do então prefeito de Teresópolis, Mário Tricano. O crime aconteceu em abril de 97. Na época, Jefferson Tricano, de 19 anos, era o Secretário de Esporte e Lazer da cidade”.

Section 0, Paragraphs 7-12, 2708 characters.

“BC: O Ministério Público Federal abre inquérito para apurar as responsabilidades do governo do estado e da prefeitura do Rio pelo arrastão sofrido por turistas na praia do Leblon. Os assaltos forma flagrados por um cinegrafista amador. Hoje a polícia reforçou o policiamento no local.

RE: Hoje a orla de Ipanema e do Leblon reforçou reforço de segurança. Sessenta policiais foram deslocados para patrulhar a praia, pelo asfalto e pela areia e pelo ar, com atiradores de elite. A medida de emergência foi tomada depois do flagrante de ataques a turistas por 30 bandidos, muitos parecendo ser menores. Esta mulher é jogada na areia. O bando corre, segurando a sua bolsa. O bando ainda ataca essas duas mulheres e esse grupo de cinco turistas uruguaios. A mulher tenta reagir, mas eles são agredidos. O bando foge e esconde o material roubado. Nessa cena, dois PMs se aproximam, mas ninguém é preso. Aqui, um carro da Polícia Militar passa próximo, mas também não interfere. Três turistas registraram queixa nas duas delegacias que ficam a três quarteirões da praia. O turista uruaio assaltado estava hospedado nesse hotel. Os recepcionistas informaram que ele e a família saíram da cidade hoje de manhã. A rede hoteleira está preocupada com a repercussão dos arrastões. O setor já estima um cancelamento de reservas, principalmente de turistas que vêm de outros estados, que representam 60% da ocupação dos hotéis do Rio de Janeiro.

VICE-PRES. ASS. IND. HOTÉIS: Existe sempre o questionamento quando visitamos outros estados, quando estamos presentes, tentando vender o Rio, sempre o questionamento a respeito do problema da segurança. Realmente isso afeta profundamente o turismo nacional, todo.

RE: Os arrastões aconteceram numa área nobre do bairro do Leblon, muito visitada pelos turistas. O Ministério Público Federal abriu inquérito para apurar possível omissão do estado e do município na proteção da imagem da cidade. A governadora e o prefeito vão ser chamados a depor. Essa inglesa diz que já ouviu sobre a violência no Rio, mas não soube dos arrastões. Mesmo assim, ela retirou anéis e cordões para passear na praia. Quem mora por aqui também mudou os hábitos.

MORADORA: Eu tirei tudo (risos).

BC: Certamente a PM do Rio não conseguiu ouvir o clamor dos assaltados porque parte de sua oficialidade está sofrendo de surdez. Resultado de uma epidemia que está afetando a corporação e que leva muitos policiais a pedir aposentadoria. PM à parte, não há turismo nem população que resista a esse tipo de coisa: assalto à luz do dia, com certeza da impunidade. É mais um sintoma da falência da segurança pública, não só no Rio, mas em todo o país, sem que providências efetivas sejam tomadas. Isso é uma vergonha!"

Section 0, Paragraphs 13-16, 1104 characters.

"BC: Enterrado hoje em Natal, no Rio Grande do Norte, o empresário Paulo Ubarana, que estava desaparecido há oito dias. O sócio dele é suspeito do assassinato.

RE: O corpo em adiantado estado de decomposição foi encontrado sob um arbusto com dois tiros de pistola na cabeça. Os principais suspeitos do crime foram presos poucas horas antes. O sócio de Paulo, o espanhol Anxo Antón Valiño Gonzalez, e a namorada Maria da Silva, tiveram o pedido de prisão decretado por falha nos depoimentos. Depois que a polícia encontrou o cadáver, o espanhol confessou o crime, mas a namorada continua negando. Em entrevista coletiva na manhã de hoje, o cônsul honorário da Espanha no Rio Grande do Norte, Álvaro Darcon, informou que Anxo Antón está sendo processado no país de origem por seqüestro, e mostrou o recorte de jornal encontrado na casa do acusado onde é relatado o crime.

CÔNSUL ESPANHA: (?) Nos agora com o Ministério de Relações Exteriores da Espanha, vai ser apurado todos os dados sobre ele.

RE: A polícia agora continua as investigações para descobrir o motivo do crime e o envolvimento de outras pessoas na trama".

Document 'JR 30.05.2005', 2 passages, 2798 characters.

Section 0, Paragraphs 3-11, 1663 characters.

“RE: Na saída dessa galeria de águas pluviais em Ipanema, um aviso irônico [entre sem bater]. O local já foi fechado pela prefeitura há meses, mas segundo moradores do bairro, a tubulação seria a casa de pelo menos sete meninos de rua. Uma das portas de entrada é este bueiro, que fica quase na areia. Ontem, dia de praia cheia, o Jornal *O Globo* flagrou os menores saindo da tubulação. A cena é inusitada, menos pra quem mora no bairro.

MORADORA: Todo mundo sabe, eles ficam aí.

MORADORA MAIS VELHA: Eles ficam sempre, cheirando cola, tão sempre com garrafinha e cigarro, eu também não sei o outro cigarro qual é.

RE: Hoje, funcionários da prefeitura ficaram de plantão, mas não encontraram os garotos.

FUNCIONÁRIO: Alô!

RE: Segundo a prefeitura, existem 28 saídas como essa, só aqui em Ipanema. A rede de águas pluviais é interligada, e a tampa dos bueiros não pode ser lacrada, para evitar que essa rede se rompa durante uma chuva forte. Por esse motivo, segundo a prefeitura, é muito difícil localizar os menores que circulam livremente por essas galerias. Eles já teriam passado por abrigos, mas sempre voltam às ruas.

PRES. DO FUNDO RIO: Eles são crianças, adolescentes, que cometem algum crime, cometem algum roubo, muitos com mandado de busca e apreensão já expedidos. E buscam esses lugares para se proteger dos olhares mesmo, da vigilância, da polícia.

AMBULANTE: O lugar que eles têm lá pra botar eles é ruim. Porque se fosse bom eles não fugiam.

BC: São cenas ultrajantes de abandono de crianças, cenas que maculam qualquer país. Isso precisa e pode ser resolvido numa verdadeira operação de guerra, sem demagogia e sem politicalha. Isso é uma vergonha!”

Section 0, Paragraphs 17-19, 1135 characters.

“BC: O Ministro da Cultura, Gilberto Gil, defendeu hoje a descriminalização das drogas. Foi numa sabatina realizada pelo Jornal *Folha de São Paulo*. Na sabatina, Gilberto Gil justificou as cotas para negros na universidade. Disse que não há contradição entre ter apoiado o governo Fernando Henrique e participar do atual. E eximiu Lula de responsabilidade de cortes para o Ministério da Cultura. A declaração mais polêmica do ministro foi sobre as drogas. Gil, que foi preso na década de setenta com maconha, disse que deixou o hábito há 12 anos, quando tinha 50 anos. Mas defendeu a descriminalização das drogas.

GIL: Qual o problema de transformar o problema da maconha, da cocaína, da heroína, seja lá do que for, do álcool, de qualquer droga, em problema de saúde pública? Claro que é difícil, é difícil, você vai ter que ter estruturas, vai ter que gastar dinheiro pra isso, vai etc. Mas eu penso que ainda assim é compensador em relação aos índices extraordinários de violência, de desagregação social.

BC: O ministro precisa dizer o que ele pensa do tráfico também. Porque é um problema de saúde pública e pode ser tratado assim”.

Document 'JR 30.09.2004', 3 passages, 4485 characters.

Section 0, Paragraphs 3-6, 1814 characters.

“BC: O diretor do Instituto Nacional de Traumatortopedia quase foi atingido por um tiro hoje de manhã no Rio. Ele vem sofrendo ameaças de morte há dois anos, depois que denunciou suspeitas de corrupção no hospital. A Polícia Federal não acredita na hipótese de atentado.

RE: O médico Sérgio Cortes estava nesse carro, acompanhado por dois agentes da Polícia Federal que fazem a sua escolta. O tiro foi disparado quando o carro passava num dos acessos à ponte Rio Niterói, na frente da favela do Sabão. Segundo policiais, a bala teria passado a poucos centímetros da cabeça do médico. Ninguém se feriu. Sérgio Cortes vem sendo ameaçado desde 2002, quando denunciou irregularidades nos contratos de prestação de serviços e fornecimento de materiais para o Instituto de Traumatortopedia. No ano passado, o gabinete dele foi invadido duas vezes. Numa delas, o computador foi destruído, e dentro do armário foi deixado um paletó enforcado pela gravata. O próprio Ministro Humberto Costa admitiu na época que havia um esquema criminoso agindo no instituto e em outros hospitais federais no Rio. Além do Ministério da Saúde, as denúncias vêm sendo investigadas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal. Vários funcionários foram afastados e pelo menos 100 contratos estão sob suspeita. O médico Sérgio Cortes está sob a proteção da Polícia Federal aqui de Niterói há pelo menos cinco meses. Mesmo assim, ele continua recebendo ameaças de morte. A última foi há cerca de dois meses, por carta. Mas para a Polícia Federal, hoje ele foi vítima de uma bala perdida.

DELEGADO FED.: Foi apenas um tiro. O histórico de um atentado não recomenda apenas um tiro.

SÉRGIO CORTES: Por incrível que pareça, eu como cidadão tenho que preferir que tenha sido uma bala perdida do que um atentado, né? A que ponto que a gente chega”.

Section 0, Paragraphs 7-8, 886 characters.

“BC: O bicheiro Ivo Noal foi transferido da carceragem da Polícia Federal de São Paulo para o Centro de Progressão Penitenciária, no bairro de São

Miguel Paulista. A Secretaria de Assuntos Penitenciários aguarda agora a apresentação de um contrato de trabalho para que Noal saia da prisão durante o dia. Ivo Noal, de 70 anos, vai cumprir pena de prisão de cinco anos em regime semi-aberto. Apontado como rei do jogo clandestino em São Paulo, Noal foi condenado por sonegação fiscal. Foragido desde março deste ano, ele foi preso na sexta-feira passada.

BC: Enquanto o jogo do bicho campeia aberto, praticamente aberto em todo o Brasil. Só que ninguém sabe quem ganha com o jogo do bicho. A promessa do presidente Lula de mandar com urgência o projeto que proibiria os bingos, que ele considerou piores que a prostituição infantil, continuam numa gaveta. Provavelmente o presidente esqueceu”.

Section 0, Paragraphs 9-11, 1785 characters.

“BC: No Rio, as primeiras investigações sobre o assassinato do bicheiro Maninho reforçam a hipótese de disputa por controle e exploração de caça-níqueis na cidade.

RE: A delegada assistiu às fitas apreendidas do próprio circuito interno de TV, no equipamento da própria academia de onde Maninho saiu pouco antes de ser morto. Ela quer identificar pessoas que possam ter visto quem atirou. Até agora, cinco pessoas prestaram depoimento. Hoje foi a vez do tio de Maninho, o comerciante Luís Antônio Azevedo. Ele também foi buscar a moto do bicheiro. Para a polícia, os depoimentos por enquanto não acrescentaram em nada às investigações. O tio de Maninho, por exemplo, afirmou desconhecer o envolvimento do sobrinho com a contravenção. E não soube informar se o bicheiro vinha sofrendo ameaças de morte. A polícia vem recebendo em média dez denúncias anônimas. Por enquanto, a principal linha de investigação é a disputa por pontos de exploração de caça-níqueis. Maninho possuía máquinas na zona sul, incluindo as favelas da Rocinha e do Vidigal. O bicheiro estaria tentando expandir o negócio para a zona oeste, área comandada por Rogério Andrade, sobrinho do bicheiro Castor de Andrade. A polícia investiga ainda se a execução de Maninho tem ligação com o assassinato no mesmo dia do ex-capitão da PM Tadeu Fraga, que cumpria pena no Complexo Frei Caneca. O ex-PM estava preso pelo seqüestro e morte de Jefferson Tricano, filho do então prefeito de Teresópolis Mário Tricano. O prefeito também teria envolvimento com o jogo e seria inimigo de Maninho.

DELEGADA: Estou pedindo até à Delegacia de Homicídio cópia do procedimento do homicídio do filho do então prefeito de Teresópolis, para que a gente possa fazer uma consulta, e verificar da possibilidade de ter alguma correlação”.

Document 'JR 31.05.2005', 3 passages, 4299 characters.

Section 0, Paragraph 13, 658 characters.

"BC: Quinze internos fugiram da Febem da Vila Maria, na zona norte de São Paulo. Cinco foram recapturados. Desde fevereiro a tropa de choque é presença constante no Complexo da Vila Maria como medida de precaução. Mesmo assim, houve uma tentativa de fuga em massa ontem à noite. A maioria dos adolescentes foi contida, mas quinze internos escaparam. Os fugitivos têm mais de 18 anos e são reincidentes em crimes graves. Entre os jovens que não conseguiram escapar, seis sofreram ferimentos leves: caíram do muro quando tentavam fugir, ou foram atingidos por balas de borracha da polícia. Um funcionário também ficou ferido. Este ano, já fugiram 1.022 internos da Febem".

Section 0, Paragraphs 14-24, 2369 characters.

"BC: As microcâmeras são destaque da EXPOSEG desse ano, aberta hoje em São Paulo. A feira apresenta novidade em equipamentos de segurança, um mercado que movimenta quase um bilhão de dólares, e cresce 15% ao ano no Brasil.

RE: Vigiar a entrada do condomínio já não é novidade. Os síndicos querem agora controlar o que acontece dentro das guaritas.

ENGENHEIRO: Em 80% dos casos em que a gente instala essas câmeras escondidas é nesses casos.

RE: E a desconfiança está em alta. Em um mês e meio essa importadora vendeu 150 câmeras colocadas num parafuso, mas não é só lá. Tem no relógio, na gravata, sozinha, em rede. Nesta empresa, a tecnologia é nacional e ousada. Se a câmera capturar o invasor, o próprio sistema toma as providências.

DIRETOR DE EMPRESA: O sistema, além de fazer gravações, acionar alarmes, ele pode enviar *e-mails*.

RE: Associar as câmeras às características físicas das pessoas é a arma mais moderna das empresas de segurança. Por 2.300 reais, é possível instalar em casa uma fechadura que só abre se reconhecer a digital das pessoas.

CONSULTOR BIOMÉTRICO: As chances de você não ser você são cinco casas decimais depois do zero: 0,00001.

RE: Esse aqui é um dos lançamentos da feira: um controle de acesso com reconhecimento facial. Essa câmera aqui mede pelo menos três distâncias do rosto da pessoa: entre os olhos, da testa ao nariz e do nariz ao queixo. Eu me cadastrei agora há pouco, vamos ver [imagem da repórter no computador]. O método é semelhante ao que promete impedir a troca de bebês em maternidades: na pulseira inviolável da criança, a digital da mãe. Os PMs de Goiás vieram conhecer as novidades. Mas será que todo mundo gosta de saber que está sendo vigiado?

PUBLICITÁRIO: Eu não sei se isso vai diminuir ou aumentar a segurança, certo? Mas acaba com a liberdade da pessoa, né?

BC: A EXPOSEG fica aberta até quinta-feira, dia 2, no Transamérica EXPO-Center. A entrada é gratuita.

BC: Essa indústria de segurança é um setor que precisa agradecer aos sucessivos governos, inclusive ao atual. O crescimento de 15% ao ano dessa indústria se deve à mais completa omissão e incompetência governamental no setor da segurança pública. E a única solução é a população tentar se proteger sozinha com esse monte de aparelhos, essa verdadeira parafernália tecnológica e também os conhecidos guardas das seguranças particulares”.

Section 0, Paragraphs 33-37, 1272 characters.

“BC: No Dia Mundial sem Tabaco, o Ministro da Saúde diz que é a favor da descriminalização do uso de drogas por dependentes.

RE: O gramado em frente ao Congresso foi demarcado por 2.588 cruzeiros. É o número de mortos, só no Distrito Federal, em decorrência do tabaco. O Ministro da Saúde, Humberto Costa, disse que até o início do segundo semestre, a rede pública vai distribuir antidepressivos e adesivos para quem quiser deixar de fumar. No Senado, o ministro pediu apoio do Senador Renan Calheiros para a ratificação da convenção [quadro], assinada pelo Brasil junto com outros países para o controle do tabaco. E um dia depois do Ministro da Cultura Gilberto Gil falar em descriminalização da maconha, Humberto Costa deixou claro que o Ministério da Saúde defende a descriminalização das drogas para tratar os dependentes.

MIN. SAÚDE: O consumo de drogas deve ser uma coisa descriminalizada. As pessoas que se tornam dependentes elas precisam ser tratadas, e não aprisionadas. E esse tem sido o nosso posicionamento.

BC: Uma pesquisa feita pela Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo mostra que os jovens começam a fumar nas baladas, influenciados pelo grupo.

BC: Comentário [e você, que quer morrer de câncer, continue fumando, e perto de seus parentes]”.

ANEXO 3

NODES REPORT – NVIVO

NVivo revision 2.0.161

Licensee: Marco Antonio Carvalho Natalino

Project: TELEJORNALISMO E CRIME

User: Marco

Date: 21.05.2006 - 19:53:18

NODE LISTING

Nodes in Set: All Nodes

Created: 9/4/2005 - 19:10:37

Number of Nodes: 169

- 1 – (1) /Argumento
- 2 – (1 1) /Argumento/Dado
- 3 – (1 2) /Argumento/Proposição
- 4 – (1 3) /Argumento/Garantia
- 5 – (1 4) /Argumento/Apoio
- 6 – (1 5) /Argumento/Qualificador
- 7 – (2) /Local
- 8 – (2 1) /Local/São Paulo
- 9 – (2 2) /Local/Grande São Paulo
- 10 – (2 3) /Local/Rio de Janeiro
- 11 – (2 4) /Local/Porto Alegre
- 12 – (2 5) /Local/Fortaleza
- 13 – (2 6) /Local/Brasília
- 14 – (2 7) /Local/Salvador
- 15 – (2 8) /Local/Curitiba
- 16 – (2 9) /Local/Recife
- 17 – (2 10) /Local/Belo Horizonte
- 18 – (2 11) /Local/Manaus
- 19 – (2 12) /Local/Belém
- 20 – (2 13) /Local/Florianópolis
- 21 – (2 14) /Local/Campo Grande
- 22 – (2 15) /Local/Cuiabá
- 23 – (2 16) /Local/Vitória

- 24 – (2 17) /Local/Maceió
- 25 – (2 18) /Local/São Luís
- 26 – (2 19) /Local/Teresina
- 27 – (2 20) /Local/Rio Branco
- 28 – (2 21) /Local/Goiânia
- 29 – (2 22) /Local/Palmas
- 30 – (2 23) /Local/Porto Velho
- 31 – (3) /Notícias
- 32 – (3 1) /Notícias/Outras Notícias
- 33 – (3 2) /Notícias/Crime e SJC
- 34 – (4) /Região da Cidade
- 35 – (4 1) /Região da Cidade/Bairro Nobre
- 36 – (4 2) /Região da Cidade/Centro
- 37 – (4 3) /Região da Cidade/Periferia
- 38 – (5) /Câmera
- 39 – (5 1) /Câmera/Estúdio
- 40 – (5 2) /Câmera/Externa repórter
- 41 – (5 3) /Câmera/Externa sem repórter
- 42 – (5 4) /Câmera/Entrevista externa
- 43 – (5 5) /Câmera/Entrevista estúdio
- 44 – (5 6) /Câmera/Câmera Escondida
- 45 – (5 7) /Câmera/Dramatização Atores
- 46 – (5 8) /Câmera/Dramatização Gráfica
- 47 – (5 9) /Câmera/Helicóptero
- 48 – (5 10) /Câmera/Aqui agora sem polícia
- 49 – (5 11) /Câmera/Aqui agora com polícia

Description:

No momento, no local, com a polícia

- 50 – (5 12) /Câmera/Sendo preso
- 51 – (5 13) /Câmera/Sendo condenado
- 52 – (5 14) /Câmera/Sendo Algemado
- 53 – (5 15) /Câmera/Na delegacia
- 54 – (6) /Temporalidade
- 55 – (6 1) /Temporalidade/Ao vivo
- 56 – (6 2) /Temporalidade/Ontem
- 57 – (6 3) /Temporalidade/Hoje

- 58 – (6 4) /Temporalidade/Discurso de instantaneidade
- 59 – (6 5) /Temporalidade/Discurso de marcação temporal
- 60 – (6 6) /Temporalidade/Esta semana
- 61 – (6 7) /Temporalidade/Semana passada
- 62 – (6 8) /Temporalidade/Há mais de 2 semanas
- 63 – (7) /Emissor do discurso
- 64 – (7 1) /Emissor do discurso/Âncora
- 65 – (7 2) /Emissor do discurso/Repórter
- 66 – (7 3) /Emissor do discurso/Entrevista autoridade
- 67 – (7 4) /Emissor do discurso/Entrevista anônimo
- 68 – (7 5) /Emissor do discurso/Entrevista parente vítima
- 69 – (7 6) /Emissor do discurso/Vítima
- 70 – (7 7) /Emissor do discurso/Acusado
- 71 – (7 8) /Emissor do discurso/Advogado acusado
- 72 – (7 9) /Emissor do discurso/Representante do acusador
- 73 – (8) /Objeto do Discurso
- 74 – (8 1) /Objeto do Discurso/Governo Estadual
- 75 – (8 2) /Objeto do Discurso/Governo Municipal
- 76 – (8 3) /Objeto do Discurso/Polícia
- 77 – (8 4) /Objeto do Discurso/Judiciário
- 78 – (8 5) /Objeto do Discurso/Congresso
- 79 – (8 6) /Objeto do Discurso/Tráfico de Drogas
- 80 – (8 7) /Objeto do Discurso/Usuário de Drogas
- 81 – (8 8) /Objeto do Discurso/Menores
- 82 – (8 9) /Objeto do Discurso/Governo Federal
- 83 – (8 10) /Objeto do Discurso/Criminoso
- 84 – (8 11) /Objeto do Discurso/Vítima
- 85 – (8 12) /Objeto do Discurso/Sistema Prisional
- 86 – (8 13) /Objeto do Discurso/Violência Urbana
- 87 – (8 14) /Objeto do Discurso/Medo - insegurança
- 88 – (8 15) /Objeto do Discurso/Violência Rural
- 89 – (9) /Evento - crime
- 90 – (9 1) /Evento - crime/Corrupção
- 91 – (9 2) /Evento - crime/Pedofilia
- 92 – (9 3) /Evento - crime/Estupro
- 93 – (9 4) /Evento - crime/Assassinato
- 94 – (9 5) /Evento - crime/Latrocínio

- 95 – (9 6) /Evento - crime/Tráfico de Drogas
- 96 – (9 7) /Evento - crime/Uso-porte de Drogas
- 97 – (9 8) /Evento - crime/Assalto
- 98 – (9 9) /Evento - crime/Seqüestro
- 99 – (9 10) /Evento - crime/Furto
- 100 – (9 11) /Evento - crime/Mudança de Lei
- 101 – (9 12) /Evento - crime/Chacina
- 102 – (9 13) /Evento - crime/Violência Policial
- 103 – (9 14) /Evento - crime/Linchamento
- 104 – (9 15) /Evento - crime/Presídio
- 105 – (9 16) /Evento - crime/FEBEM - FASE
- 106 – (10) /Estágio do Processo
- 107 – (10 1) /Estágio do Processo/Pré-prisão
- 108 – (10 2) /Estágio do Processo/Prisão
- 109 – (10 3) /Estágio do Processo/Corte
- 110 – (10 4) /Estágio do Processo/Sentença
- 111 – (10 5) /Estágio do Processo/Pós-sentença
- 112 – (10 6) /Estágio do Processo/Acusação pública
- 113 – (11) /Espaço Social do evento
- 114 – (11 1) /Espaço Social do evento/Casa
- 115 – (11 2) /Espaço Social do evento/Rua
- 116 – (11 3) /Espaço Social do evento/Campo Econômico
- 117 – (11 4) /Espaço Social do evento/Poder
- 118 – (11 5) /Espaço Social do evento/Cotidiano - *lebenswelt*
- 119 – (12) /Características do discurso
- 120 – (12 1) /Características do discurso/Essencialista
- 121 – (12 2) /Características do discurso/Gerencialista
- 122 – (12 3) /Características do discurso/Crítico
- 123 – (12 4) /Características do discurso/Volúpia Punitiva
- 124 – (12 5) /Características do discurso/Hierarquizante
- 125 – (12 6) /Características do discurso/Liberal
- 126 – (12 7) /Características do discurso/Demonização
- 127 – (12 8) /Características do discurso/Estigmatização
- 128 – (12 9) /Características do discurso/Julgamento Prévio
- 129 – (12 10) /Características do discurso/Neutralidade de julgamento
- 130 – (12 11) /Características do discurso/Opinativo
- 131 – (12 12) /Características do discurso/Descritivo

- 132 – (12 13) /Características do discurso/Aproximação espectador
133 – (12 14) /Características do discurso/Distância espectador
134 – (13) /Vítima
135 – (13 1) /Vítima/Pobre
136 – (13 2) /Vítima/Rico
137 – (13 3) /Vítima/Classe Média
138 – (13 4) /Vítima/Estado
139 – (13 5) /Vítima/Menor
140 – (13 6) /Vítima/Jovem 18-29
141 – (13 7) /Vítima/Homem
142 – (13 8) /Vítima/Mulher
143 – (13 9) /Vítima/Instituição
144 – (14) /Acusado
145 – (14 1) /Acusado/Rico
146 – (14 2) /Acusado/Classe Média
147 – (14 3) /Acusado/Estado
148 – (14 4) /Acusado/Menor
149 – (14 5) /Acusado/Jovem 18-29
150 – (14 6) /Acusado/Homem
151 – (14 7) /Acusado/Mulher
152 – (14 8) /Acusado/Instituição
153 – (14 16) /Acusado/Pobre
154 – (15) /Construção do Nós-eles
155 – (15 1) /Construção do Nós-eles/Léxico etiquetador
156 – (15 2) /Construção do Nós-eles/Coerência ideológica

Description:

*Opinião/ideologia como base causal do argumento paradoxo de Hume
(deontologia ->ontologia)*

- 157 – (15 3) /Construção do Nós-eles/nós = bons

Description:

1) Enfatizar nossas ações propriedades boas

- 158 – (15 4) /Construção do Nós-eles/nós = maus

Description:

Mitigar nossas ações/propriedades "más"

- 159 – (15 5) /Construção do Nós-eles/eles = maus

Description:

3) *Enfatizar propriedades/ações más "deles"*

160 – (15 6) /Construção do Nós-eles/eles = bons

Description:

4) *mitigar propriedades/ações más deles*

161 – (15 7) /Construção do Nós-eles/Implicação

Description:

Opinião implicada no discurso como consequência inevitável

162 – (15 8) /Construção do Nós-eles/Naturalização de pressupostos

Description:

Opiniões pressupostas como verdades naturais e inquestionáveis

163 – (15 9) /Construção do Nós-eles/movimento semântico

Description:

Negação/concessão/empatia aparente:

"Eu não sou racista, mas..."

164 – (15 10) /Construção do Nós-eles/Dogma Penal - Coerência Global

Description:

"dogma penal" é importante para os interesses do telejornalismo policial.

165 – (15 11) /Construção do Nós-eles/Etiquetamentos macro

Description:

O macro define os "temas" e sua nomeação:

"Guerra do Tráfico"

Segue o modelo eles = maus, nos = bons

166 – (15 12) /Construção do Nós-eles/Relevância - seletividade temática

Description:

Seletividade temática segue interesses ideológicos

167 (15 13) /Construção do Nós-eles/Implícito

Description:

Segue lógica de mitigar nos=ruim, eles=bom

168 – (15 14) /Construção do Nós-eles/Explícito

Description:

Segue a lógica de enfatizar nos=bom, eles=ruim

169 – (16) /Sonoplastia